



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



DETERMINO À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO QUE, INSTAURE PROCESSO PRÓPRIO, NOS TERMOS DAS LEIS FEDERAIS N.º 8.666/93, LEI COMPLEMENTAR 123/06, DECRETO 56/2009 E SUAS ALTERAÇÕES, PARA:

**CONCESSÃO PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES.**

---

**ROBERTO CARLOS DE SOUZA**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**

Rua João Emílio nº 100 – Fone: (47) 3342 9500  
Centro – 88.370-446 – Navegantes – SC



## EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 186/2015

### CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

#### Seção I – Preâmbulo

1. O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, com fundamento no artigo 175 da Constituição Federal; na Lei Federal nº 8.987/95; na Lei Federal nº 9.074/95; e na Lei Federal nº 11.445/07; aplicando-se supletivamente a Lei Federal nº 8.666/93, torna público que se acha aberta licitação, na modalidade de Concorrência Pública, com a combinação dos critérios de menor valor da tarifa com o de melhor técnica, para a prestação dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO.
2. Saliente-se, por oportuno, que a referida concessão é adstrita à prestação dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO, pelo prazo de 35 (trinta e cinco) anos, podendo ser prorrogado o prazo por acordo entre as partes, exclusivamente como forma de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, conforme definido neste edital. Tendo em vista a necessidade de prestação do referido serviço de forma adequada; a fim de que a atividade de saneamento básico possa ser alcançada em sua plenitude e, ainda, com o objetivo de alcançar a universalização da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, os termos e normas deste edital, bem como de seus anexos, devem ser sempre interpretados de forma a proporcionar a integração e harmonia na prestação dos serviços de Saneamento Básico.
3. O presente Edital e Anexos foram regularmente precedidos de consulta e audiência públicas, nos termos do art. 39, da Lei Federal nº 8.666/93, conforme exigido pelo disposto no artigo 11, inciso IV da Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.
4. À consulta pública foi dada publicidade por meio de publicação na Imprensa Oficial do Município no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, Jornal A Notícia, Jornal Diarinho bem como no endereço eletrônico [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br), ficando aberta ao público entre as datas de 15 de outubro a 14 de novembro de 2015.
5. À audiência foi dada a devida publicidade por meio de publicação na imprensa oficial do município no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, Jornal, Mural Público bem como no endereço eletrônico [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br), tendo sido a audiência pública realizada no dia 03 de novembro de 2015.
6. Tais eventos serviram para apresentação das minutas de Edital e seus anexos.
7. Os interessados poderão examinar o Edital disponível no endereço eletrônico do Município [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br), ou adquiri-lo através da obtenção de correspondente cópia na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, a partir do dia 12 de janeiro de 2016, mediante o pagamento da quantia de R\$ 10,00 (dez reais), correspondente ao custo do CD/ROM.
8. Os envelopes a que se refere este Edital deverão ser entregues pelas licitantes, nos termos aqui expressos, até às 08h50min horas, do dia 26/02/2016, na sede da Prefeitura Municipal de Navegantes, sob pena de exclusão da licitante do processo licitatório. Abertura da Sessão: 09h00min horas do dia 26/02/2016.
9. Constituem anexos e partes integrantes do presente Edital:

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



ANEXO I – Minuta do CONTRATO

ANEXO II – Estrutura Tarifária e Serviços Complementares para a Prestação de Serviços de Abastecimento de Água Esgotamento Sanitário

ANEXO III – Informações para elaboração da Proposta Técnica

ANEXO IV – Informações para elaboração da Proposta Comercial

ANEXO V – Termo de Referência

ANEXO VI – Regulamento do Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário

ANEXO VII – Modelos de Declarações:

*Anexo VII -1 Modelo Declaração de fato impeditivo*

*Anexo VII -2 – Modelo Declaração de situação regular no Ministério do Trabalho.*

*Anexo VII -3 – Modelo de Carta Fiança Bancária.*

*Anexo VII -4 – Modelo de Credencial*

*Anexo VII -5 – Modelo de declaração de atendimento aos requisitos de Habilitação*

*Anexo VII -6 – Modelo de Declaração de conhecimento do local e das condições da prestação dos serviços*

ANEXO VIII – Relação de Bens do SISTEMA EXISTENTE

ANEXO IX – Plano Municipal de Saneamento Básico

ANEXO X – Indicadores de Desempenho e Metas

ANEXO XI – Matriz de Risco

ANEXO XII – Contrato de Fornecimento de Água pela SEMASA – Itajaí

ANEXO XIII – Lei de Adesão da Prefeitura Municipal de Navegantes no Consórcio de Regulação - Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS

ANEXO XIV - Estudo de Viabilidade Técnica e Econômico-Financeira (EVTE)

ANEXO XV – Reajuste e Revisão Tarifária

ANEXO XVI – Mapa do Município

ANEXO XVII – Documentação Ambiental

ANEXO XVIII – Relação de Itens

## **Seção II – Definições**

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



10. Além das definições utilizadas neste Edital e seus Anexos, os termos a seguir indicados, sempre que grafados em letras maiúsculas, terão o significado a seguir transcrito, salvo se do seu contexto resultar sentido claramente diverso.

**AGÊNCIA REGULADORA:** a Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS) que, em decorrência da Lei Municipal 2342/2010 é responsável pela regulação e fiscalização do presente CONTRATO.

**ÁREA DE CONCESSÃO:** perímetro urbano do Município de Navegantes, Estado de Santa Catarina, conforme disposto no Plano Diretor Municipal, aprovado pela LC 55, DE 22 DE JULHO DE 2008 (PLANO DIRETOR).

**BENS INTEGRANTES DA CONCESSÃO:** bens utilizados e administrados pela CONCESSIONÁRIA, vinculados à CONCESSÃO e imprescindíveis à prestação dos SERVIÇOS, que serão revertidos ao patrimônio do CONCEDENTE por ocasião da extinção do CONTRATO. O conceito engloba tanto os bens que compõem o SISTEMA EXISTENTE e tenham sido transferidos à CONCESSIONÁRIA na DATA DE ASSUNÇÃO, quanto os bens vinculados à CONCESSÃO que vierem a ser adquiridos ou construídos pela CONCESSIONÁRIA ao longo da vigência do CONTRATO e, como tal, identificados na contabilidade da CONCESSIONÁRIA.

**COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO:** é a Comissão Especial de Licitação, designada para a promoção e execução da LICITAÇÃO.

**CONCEDENTE ou PODER CONCEDENTE:** o Município de NAVEGANTES

**CONCESSÃO:** a delegação, feita pelo CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA, para a prestação dos SERVIÇOS na ÁREA DE CONCESSÃO.

**CONCESSIONÁRIA:** Sociedade de Propósito Específico – SPE, constituída pela LICITANTE VENCEDORA da LICITAÇÃO na forma de sociedade anônima para prestar os SERVIÇOS na ÁREA DE CONCESSÃO, nos termos do EDITAL e seus Anexos.

**CONTRATO:** o contrato de concessão e seus Anexos, incluindo a Proposta da LICITANTE VENCEDORA, a ser celebrado entre o CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA, que tem por objeto reger as condições de exploração dos SERVIÇOS na ÁREA DE CONCESSÃO, cuja minuta consta do Anexo I a este EDITAL.

**DATA BASE:** data da apresentação da PROPOSTA COMERCIAL da LICITANTE VENCEDORA, que será utilizada como marco inicial para contagem dos prazos a serem aplicados para fins de REAJUSTE e REVISÃO ordinária.

**DATA DE ASSUNÇÃO:** dia do início da prestação dos SERVIÇOS pela CONCESSIONÁRIA, a partir do qual a CONCESSIONÁRIA assume a responsabilidade e passa a operar o SISTEMA, conforme a ORDEM DE SERVIÇO emitida pelo PODER CONCEDENTE. A DATA DE ASSUNÇÃO marca o encerramento da FASE PRÉ-OPERACIONAL e o início da contagem do prazo da CONCESSÃO.

**DOCUMENTAÇÃO:** documentos a serem entregues, nos termos deste EDITAL, pelas LICITANTES, abrangendo DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, PROPOSTA TÉCNICA e PROPOSTA COMERCIAL, dentre outros.

**DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:** documentos relativos à qualificação jurídica, fiscal, técnica e econômico-financeira das LICITANTES, a serem entregues de acordo com o disposto neste EDITAL.

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



EDITAL: é o presente Edital de Concorrência e seus Anexos.

**FASE PRÉ-OPERACIONAL:** fase iniciada na data de assinatura do CONTRATO, com duração de até 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogada por igual período, por solicitação fundamentada da CONCESSIONÁRIA, encerrando-se na DATA DE ASSUNÇÃO, cujo objetivo é preservar a regular e contínua prestação dos SERVIÇOS durante a transição entre prestadores.

**INVESTIMENTO:** É a estimativa dos investimentos e obras necessários para a Universalização dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento necessário, conforme definido no TERMO DE REFERÊNCIA.

**LICITAÇÃO:** é o presente procedimento administrativo, objeto deste EDITAL, por meio do qual será selecionada a proposta mais vantajosa, com vistas à celebração do CONTRATO;

**LICITANTES:** empresa, brasileira ou estrangeira, autorizada a funcionar no Brasil, isolada ou grupo de empresas reunidas em consórcio, que participem da LICITAÇÃO.

**LICITANTE VENCEDORA:** empresa isolada ou o consórcio de empresas que vencer a LICITAÇÃO.

**ORDEM DE SERVIÇO:** é a ordem emitida pelo CONCEDENTE para início efetivo da exploração da CONCESSÃO pela CONCESSIONÁRIA, observado o disposto no EDITAL e no CONTRATO, especialmente o disposto em sua Cláusula 25.

**PARTE (S):** são o CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA.

**PLANO DE NEGÓCIO:** documento constituído pelo conjunto de análises e planejamento econômico-financeiro para a prestação dos SERVIÇOS, explicitando os meios pelos quais pretende cumprir os compromissos contratuais, devendo ser compatível com o planejamento físico correspondente. Este documento indicará sinteticamente todos os fluxos desinflationados de receitas e despesas estimados da CONCESSÃO (valores reais), e, utilizando-se da metodologia de fluxo de caixa descontado, apresentará expressamente sua Taxa Interna de Retorno do Projeto, sem alavancagem financeira, parâmetros esses que servirão de referência para eventual REVISÃO, observada a alocação de riscos prevista no CONTRATO.

**PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO:** é o Plano Municipal de Saneamento, exigido nos termos da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que constitui o Anexo IX deste Edital.

**PROPOSTAS:** denominação conjunta da PROPOSTA TÉCNICA e da PROPOSTA COMERCIAL.

**PROPOSTA COMERCIAL:** proposta apresentada pelas LICITANTES, na qual será apresentado o percentual de desconto aplicável linearmente sobre a estrutura tarifária e os SERVIÇOS COMPLEMENTARES que compõem o Anexo II deste Edital, acompanhada de Plano de Negócios, conforme Anexo IV deste EDITAL.

**PROPOSTA TÉCNICA:** é a proposta a ser apresentada pelas LICITANTES, relativa à metodologia para implantação e operação dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO e demais informações, elaborada de acordo com o estipulado no Anexo III.

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



**REAJUSTE:** a correção periódica dos valores das TARIFAS e dos preços dos SERVIÇOS COMPLEMENTARES, para neutralizar os efeitos da inflação, dentro do prazo permitido por lei e de acordo com os critérios estabelecidos no CONTRATO.

**RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS:** são as receitas alternativas, complementares, acessórias ou oriundas de projetos associados que a CONCESSIONÁRIA poderá auferir, direta ou indiretamente, nos termos deste EDITAL e do CONTRATO, mediante prévia autorização pelo CONCEDENTE, ressalvados os SERVIÇOS COMPLEMENTARES já autorizados neste EDITAL e que integram o objeto do CONTRATO.

**REGULAMENTO:** conjunto de normas que regulam a prestação dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO, contido no Anexo VI.

**REVISÃO:** a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, por meio da alteração do valor das TARIFAS ou ainda pelas demais formas previstas no CONTRATO, tendo como referência o PLANO DE NEGÓCIO da CONCESSIONÁRIA e considerando a alocação de riscos prevista no CONTRATO.

**REVISÃO EXTRAORDINÁRIA:** REVISÃO em função da ocorrência de FATOS IMPREVISTOS, conforme definido no ANEXO I – MINUTA DE CONTRATO, à qual o PODER CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA poderão recorrer a qualquer tempo.

**SERVIÇOS:** conjunto dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO e dos SERVIÇOS COMPLEMENTARES, incluindo sua gestão comercial;

**SERVIÇOS COMPLEMENTARES:** são os serviços auxiliares, complementares e correlatos aos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO, previstos no Anexo II;

**SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO:** os serviços de (i) captação, adução e tratamento de água bruta; (ii) adução, reservação e distribuição de água tratada; (iii) coleta, transporte, tratamento e disposição final de esgotos sanitários; e (iv) tratamento e destinação final do lodo.

**SISTEMA:** é o conjunto de bens, instalações, equipamentos, veículos, máquinas, aparelhos, edificações e acessórios integrantes ou necessários à manutenção do SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA e do SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO, bem como os necessários à gestão comercial dos SERVIÇOS;

**SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA:** conjunto de bens, instalações, equipamentos, máquinas, aparelhos, edificações e acessórios que compõem a infraestrutura para prestação dos serviços públicos de abastecimento público de água no âmbito da presente CONCESSÃO, abrangendo a captação, adução e tratamento de água bruta, incluindo o tratamento e destinação final do lodo, bem como a adução, reservação, distribuição e medição de água tratada;

**SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO:** conjunto de bens, instalações, equipamentos, máquinas, aparelhos, edificações e acessórios que compõem a infraestrutura para prestação dos serviços públicos de esgotamento sanitário no âmbito da presente CONCESSÃO, abrangendo a coleta, afastamento, transporte, tratamento, e disposição final adequada dos esgotos sanitários, incluindo o tratamento e destinação final do lodo.

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



**SISTEMA EXISTENTE:** é o SISTEMA existente na DATA DE ASSUNÇÃO. Relação atual dos bens que compõem o SISTEMA EXISTENTE está registrado no ANEXO VIII – Relação de Bens do SISTEMA EXISTENTE. Esse anexo será revisado na FASE PRÉ-OPERACIONAL.

**SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO OU SPE:** sociedade constituída na forma de sociedade anônima pela LICITANTE VENCEDORA da LICITAÇÃO com o objetivo exclusivo de prestação dos SERVIÇOS objeto da presente CONCESSÃO.

**TARIFA:** valor pecuniário a ser cobrado em virtude da prestação dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO, nos termos deste EDITAL e do CONTRATO;

**TERMO DE REFERÊNCIA:** o conjunto de elementos e dados para a prestação dos SERVIÇOS, incluindo o diagnóstico básico do SISTEMA, as especificações do serviço adequado, as metas da CONCESSÃO, e as demais informações necessárias e suficientes para caracterizar o objeto da CONCESSÃO. O TERMO DE REFERÊNCIA compõe o Anexo V do EDITAL.

**USUÁRIOS:** a(s) pessoa(s) ou grupo de pessoas que se utiliza(m) dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO na ÁREA DE CONCESSÃO.

**VALOR DE OUTORGA:** a ser pago pela CONCESSIONÁRIA ao CONCEDENTE nos termos da Cláusula 28 do Anexo I – Minuta de Contrato.

### **Seção III – Legislação Aplicável**

11. A presente LICITAÇÃO será regida pela Constituição da República; pela Lei Federal nº 11.445/07; pela Lei Federal nº 8.987/95 e suas alterações; pela Lei Federal nº 9.074/95 e suas alterações, pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, esta última aplicada supletivamente; pela Lei Orgânica Municipal e pelas normas legais e regulamentares pertinentes, pelo presente EDITAL e pelo CONTRATO e, ainda, pelos princípios da teoria geral dos contratos e as disposições do direito privado.

### **Seção IV – Objeto**

12. Outorga da CONCESSÃO dos SERVIÇOS de ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO, pelo prazo de 35 (trinta e cinco) anos, na ÁREA DE CONCESSÃO, em caráter de exclusividade, podendo ser prorrogado o prazo por acordo entre as partes, exclusivamente como forma de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, obedecida a legislação vigente e as disposições deste EDITAL, a ser prestado pela CONCESSIONÁRIA aos USUÁRIOS que se localizam na ÁREA DE CONCESSÃO, no Município de Navegantes, Estado de Santa Catarina.

13. Considerando-se a natureza dos SERVIÇOS, que requer adequada prestação e, por outro lado, o pagamento de TARIFA pelos usuários, bem como a imperiosa necessidade de universalização na prestação dos referidos serviços, esta LICITAÇÃO será julgada pela combinação dos critérios de menor valor da tarifa com o de melhor técnica, nos termos do artigo 15, V, da Lei Federal nº 8.987/95, com o intuito de buscar-se a melhor técnica para prestação dos SERVIÇOS e, ao mesmo tempo, o menor valor de TARIFA que deverá ser pago pelo USUÁRIO.

### **Seção V – Valor Estimado**

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



14. O valor estimado do CONTRATO corresponde a R\$ 2.825.821.570,00 (Dois bilhões, oitocentos e vinte e cinco milhões, oitocentos e vinte e um mil, quinhentos e setenta reais) referente ao total da receita estimada para o presente CONTRATO.

## **CAPÍTULO II - PROCEDIMENTO LICITATÓRIO**

### **Seção I – EDITAL**

15. O presente EDITAL estabelece os procedimentos administrativos da LICITAÇÃO, bem como estipula as condições e o regime jurídico da CONCESSÃO, definindo as normas que vigorarão durante todo o prazo da CONCESSÃO.

### **Seção II – Esclarecimentos ao EDITAL**

16. As LICITANTES poderão requerer esclarecimentos ao EDITAL, dirigidos ao Presidente da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, mediante comunicação escrita protocolada na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, em até 10 (dez) dias antes da data de apresentação das PROPOSTAS.

17. A COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO responderá, por escrito, os esclarecimentos solicitados, às LICITANTES em até 5 (cinco) dias antes da data de apresentação das PROPOSTAS.

17.1 Os esclarecimentos prestados pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO serão vinculantes, para todas as partes envolvidas, inclusive para efeito da execução contratual.

### **Seção III – Impugnação ao EDITAL**

18. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o EDITAL, devendo protocolar a impugnação perante a COMISSÃO até 5 (cinco) dias úteis antes da data estipulada para entrega da DOCUMENTAÇÃO.

19. A COMISSÃO deverá julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis.

20. Decairá do direito de impugnar o EDITAL, a LICITANTE que não o fizer até o 2º (segundo) dia útil que anteceder a data de entrega da DOCUMENTAÇÃO. A impugnação feita tempestivamente pela LICITANTE não a impedirá de participar do processo licitatório. Julgada a impugnação, a COMISSÃO dará ciência do resultado às LICITANTES.

### **Seção IV – Alteração do EDITAL**

21. Em qualquer ocasião, até a data de entrega da DOCUMENTAÇÃO, a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, a seu exclusivo critério, em consequência de esclarecimentos ou impugnações ao EDITAL, poderá alterar o EDITAL.

22. Todas as eventuais alterações do EDITAL serão publicadas na imprensa oficial, além de serem encaminhadas às LICITANTES.

23. Caso as alterações ao EDITAL impliquem, inquestionavelmente, modificações na elaboração das PROPOSTAS, será reaberto prazo igual àquele originalmente estipulado para entrega da DOCUMENTAÇÃO, nos termos do artigo 21, § 4º, da Lei Federal nº 8.666/93.

### **Seção V – Recebimento da DOCUMENTAÇÃO**

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



24. Na data, hora e local estipulados no preâmbulo deste EDITAL, em sessão pública, deverão as LICITANTES entregar os envelopes contendo a sua DOCUMENTAÇÃO.

#### **Seção VI – Custos das LICITANTES**

25. Quaisquer custos ou despesas incorridas pelas LICITANTES, relativos à preparação da DOCUMENTAÇÃO, serão de sua exclusiva responsabilidade e risco e correrão às suas expensas, ficando o CONCEDENTE isento de qualquer responsabilidade, independentemente do resultado da LICITAÇÃO.

#### **Seção VII – Condições de Participação**

##### **Subseção I – Disposições sobre as LICITANTES**

26. Poderão participar da LICITAÇÃO empresas brasileiras ou estrangeiras autorizadas a funcionar no Brasil, isoladas ou reunidas em consórcio, que satisfaçam plenamente todos os termos e condições deste EDITAL e a legislação pertinente.

27. É vedada a participação de empresas:

- a) declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração;
- b) com suspensão do direito de participar em licitações ou impedidas de contratar com a Administração;
- c) em processo de falência, liquidação ou recuperação judicial ou extrajudicial de empresas; e
- d) isoladamente, quando integrantes de consórcio participante da LICITAÇÃO.

##### **Subseção II – Aquisição do EDITAL**

28. O EDITAL poderá ser adquirido pela empresa interessada na LICITAÇÃO, para o que a mesma deverá efetuar o pagamento da importância de R\$ 10,00, correspondente ao custo de CD/ROM. Para tanto, deverá apresentar, em formulário fornecido pela Prefeitura Municipal de Navegantes, as informações abaixo arroladas:

- a) nome da pessoa jurídica interessada;
- b) endereço da sede;
- c) número do CNPJ;
- d) telefone, fax e e-mail; e
- e) nome do representante da empresa.

29. O Edital, poderá ser consultado através do endereço eletrônico [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) ou na sede do Prefeitura Municipal de Navegantes.

30. No caso de consórcio, bastará que uma das empresas integrantes do mesmo adquira/obtenha o EDITAL, a fim de que seja considerada LICITANTE, sendo que as vedações constantes do item 27 acima aplicam-se às empresas consorciadas, consideradas isoladamente, acarretando, se verificada a ocorrência de algum dos impedimentos, a vedação de participação do consórcio.

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



### **Subseção III – Aceitação dos Termos do EDITAL**

31. A participação na LICITAÇÃO, efetivada quando da apresentação da DOCUMENTAÇÃO, implica na integral e incondicional aceitação de todos os termos e exigências do EDITAL, vedadas alegações posteriores de desconhecimento ou discordância de suas condições, bem como das normas regulamentares pertinentes.

### **Subseção IV – Exigências do EDITAL**

32. As LICITANTES deverão examinar, cuidadosamente, todas as instruções, condições, quadros, estudos e projetos disponíveis, bem como as leis, decretos, normas, especificações e outras referências mencionadas no EDITAL.

33. Eventuais deficiências no atendimento aos requisitos e exigências para apresentação da DOCUMENTAÇÃO serão consideradas de responsabilidade exclusiva das LICITANTES.

34. A DOCUMENTAÇÃO que não atender aos requisitos estipulados no EDITAL implicará a inabilitação ou desclassificação das LICITANTES, conforme o caso.

### **Subseção V – Visita à ÁREA DE CONCESSÃO.**

35. Recomenda-se que as LICITANTES visitem a ÁREA DE CONCESSÃO e demais instalações existentes que sejam relacionadas aos SERVIÇOS, dado que a delegação desses serviços exige que os LICITANTES tenham a plena ciência das reais características geográficas do Município e do sistema atualmente existente, permitindo que as propostas partam da mais fidedigna compreensão das necessidades e desafios do concessionário. A LICITANTE obterá, às suas expensas, as informações necessárias à preparação de suas PROPOSTAS.

36. A visita técnica não é um procedimento obrigatório e sua não realização não acarretará a inabilitação da LICITANTE. Contudo, presumir-se-á que a LICITANTE que não proceder à visita tem plena ciência das reais características geográficas do Município e do sistema atualmente existente e, ainda, que suas PROPOSTAS partem da mais fidedigna compreensão das necessidades e desafios da CONCESSIONÁRIA, não sendo aceita, em nenhuma hipótese, o desconhecimento das características acima mencionadas como justificativa para o descumprimento de qualquer condição estabelecida para a apresentação das PROPOSTAS.

37. As visitas à ÁREA DE CONCESSÃO e às instalações existentes poderão ser feitas até 02 (dois) dias úteis da data de entrega das propostas mediante prévio agendamento junto à COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO e serão acompanhadas por representante técnico indicado pelo CONCEDENTE, sendo vedada a realização de visitas técnicas em uma mesma data e em um mesmo horário por mais de uma LICITANTE. Realizada a visita.

38. Cada uma das LICITANTES deverá estar representada por seu respectivo representante devidamente credenciado na sede da Prefeitura Municipal de Navegantes, situada R. João Emílio, 100 - Centro Navegantes - SC CEP: 88370-446 de onde partirá a referida visita.

39. A LICITANTE, deverá atender o disposto no item 54. Da Seção III – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

## **CAPÍTULO III – LICITAÇÃO**

### **Seção I – PROPOSTA TÉCNICA**

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



### **Subseção I – Condições Técnicas**

40. A PROPOSTA TÉCNICA deverá ser apresentada pela LICITANTE, em 1 (uma) via, em linguagem clara e objetiva, sem rasuras, devendo ser assinada por responsável legal da LICITANTE ou por pessoa legalmente habilitada a fazê-lo em nome da LICITANTE.

41. A PROPOSTA TÉCNICA deve atender às condições contidas neste EDITAL e sua elaboração deve obedecer, rigorosamente, ao Anexo III.

### **Seção II – PROPOSTA COMERCIAL**

42. A PROPOSTA COMERCIAL, que terá prazo de validade de 60 (sessenta) dias, será apresentada em 1 (uma) via e, em conformidade com os ANEXOS II e IV, deverá conter o seguinte:

- a) o valor percentual de desconto aplicável sobre a estrutura tarifária; e
- b) o Plano de Negócios.

43. Todas as LICITANTES deverão observar, na elaboração de suas PROPOSTAS COMERCIAIS, a curva de variação demográfica prevista no Anexo V – Termo de Referência.

44. As LICITANTES poderão propor soluções técnicas alternativas àquelas previstas no TERMO DE REFERÊNCIA, mas caso tais soluções impliquem custos adicionais de desapropriações e/ou de servidões administrativas além do estimado no TERMO DE REFERÊNCIA, a CONCESSIONÁRIA deverá arcar com esse incremento de custos, sem direito a reequilíbrio econômico-financeiro, em decorrência da alteração de concepção do projeto.

44.1. No caso de soluções técnicas alternativas, a LICITANTE deverá apresentar:

- a) justificativa técnica da solução proposta;
- b) detalhamento da execução e operação;
- c) detalhamento dos investimentos da execução e operação;
- d) documentação de viabilidade em conformidade à legislação de uso do solo do município.

### **Subseção I – Estrutura Tarifária**

45. A TARIFA a ser praticada pela CONCESSIONÁRIA será estabelecida conforme estrutura tarifária e orientações constantes do Anexo II.

46. Integram igualmente o Anexo II ao presente EDITAL os SERVIÇOS COMPLEMENTARES a serem prestados pela CONCESSIONÁRIA, bem como os valores a serem cobrados quando de sua prestação.

47. Os valores das TARIFAS serão reajustados a cada 12 (doze) meses a contar da DATA-BASE, de acordo com critério definido no Anexo I – Minuta do CONTRATO e Anexo XV – Reajuste e Revisão Tarifária.

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



### **Seção III – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

#### **Subseção I – Disposições Gerais**

48. Os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO deverão ser entregues em uma única via, observadas as disposições da seção V deste capítulo.

49. As LICITANTES estão obrigadas a satisfazer as exigências relativas à habilitação jurídica, fiscal, técnica, econômico-financeira, bem como de cumprimento ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição da República.

50. As certidões exigidas para habilitação das LICITANTES emitidas sem indicação do prazo de validade serão consideradas válidas pelo prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua expedição.

51. Serão admitidas certidões obtidas pela internet, desde que tenham sido emitidas por sites oficiais e que o documento contenha a indicação do sítio eletrônico onde poderá ser verificada a autenticidade da informação.

52. Na hipótese de participação de empresa estrangeira, observar-se-ão as seguintes disposições

a) A LICITANTE pessoa jurídica estrangeira deverá apresentar, tanto para participação isolada quanto em consórcio, os documentos exigidos pela legislação nos termos do art. 32, da Lei Federal nº 8.666/93

b) A empresa estrangeira deverá apresentar todos os requisitos exigidos na subseção IV, devidamente registrados no CREA, nas hipóteses exigidas neste Edital.

#### **Subseção II – Habilitação Jurídica**

53. Os documentos relativos à habilitação jurídica consistirão em:

a) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias. No caso de sociedades limitadas, em que os administradores não constem do contrato social, ou quando se tratar de sociedades por ações, também deverá apresentar documentos de eleição de seus administradores. Em ambas as situações, o objeto social da LICITANTE deverá ser compatível com o objeto licitado, nos termos deste EDITAL;

b) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente;

d) em se tratando de participação em consórcio, deverá ser apresentado instrumento público ou particular de Compromisso de Participação na Licitação em Regime de Consórcio e Constituição de SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO, subscrito pelas consorciadas, a ser apresentado pela empresa líder, bem como deverá ser observado o disposto na Subseção VII adiante.

54. Declaração da LICITANTE, conforme modelo constante do Anexo VII, de inexistência de fato impeditivo para sua participação na LICITAÇÃO.

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



55. Declaração de Pleno conhecimento das reais características geográficas do Município e do sistema atualmente existente, assim como e de todas as condições onde serão prestados os serviços objeto da presente Licitação, conforme modelo constante do Anexo VII.

### **Subseção III – Regularidade Fiscal**

56. A regularidade fiscal será comprovada mediante:

a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ;

b) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo à sede da LICITANTE, pertinente ao seu ramo de atividade compatível com o objeto contratual;

c) prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação conjunta da Certidão de Tributos e Contribuições Federais, expedida pela Secretaria da Receita Federal, e da Certidão da Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, relativa à sede da LICITANTE;

d) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da LICITANTE, se estiver inscrita, ou outra equivalente, na forma da lei;

e) prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da LICITANTE, ou outra equivalente, na forma da lei, compreendendo tributos mobiliários e imobiliários;

f) prova de regularidade para com o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, relativa à sede da LICITANTE;

g) prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, mediante a apresentação de certidão de regularidade emitida pela Caixa Econômica Federal.

h) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

57. A regularidade fiscal a que se referem os itens “c” e “f” poderão ser comprovadas através de apresentação de certidão única, emitida pela Fazenda Federal conforme Portaria MF nº 358, de 5 de setembro de 2014.

### **Subseção IV – Qualificação Técnica**

58. A qualificação técnica das LICITANTES será comprovada mediante:

a) Prova de Registro de Pessoa Jurídica, expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, da jurisdição da licitante, na qual conste objetivo social compatível com a execução do objeto do presente Edital, conforme disciplinado na Lei nº 5.194/66;

b) CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL

A Capacidade técnico-profissional será aferida mediante a comprovação da LICITANTE possuir em seu corpo técnico, ou no corpo técnico de suas empresas controladoras, controladas

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



diretas ou indiretas, ou sob controle, na data de abertura das propostas, profissionais, detentores de atestado(s) de responsabilidade técnica devidamente registrado(s) no(s) Conselho(s) Profissional(is) correspondente(s), quando aplicável, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT ou similar, expedida(s) por aquele Conselho, que comprove(m) ter os profissionais executados serviços relativos à PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO, com características técnicas similares às do objeto da presente licitação, quais sejam:

- 1) Engenheiro civil ou engenheiro sanitaria com experiência em operação e manutenção de serviço público de abastecimento de água potável, compreendendo: (i) adutoras de água bruta e/ou água tratada; (ii) estação de tratamento de água; (iii) reservatórios de água tratada; (iv) rede de distribuição e ligações de água; e (v) estação elevatória de água bruta e/ou tratada.
- 2) Químico, engenheiro químico, engenheiro civil ou engenheiro sanitaria, com experiência em monitoramento da qualidade da água distribuída;
- 3) Profissional de nível superior com experiência em gestão dos serviços de leitura dos hidrômetros, emissão de contas, atendimento aos usuários;
- 4) Engenheiro civil ou engenheiro sanitaria com experiência em controle de perdas de água;
- 5) Engenheiro civil ou engenheiro sanitaria com experiência em operação e manutenção de serviço público de esgotamento sanitário, compreendendo: (i) estação de tratamento de esgoto; (ii) emissário e/ou interceptor de esgoto; (iii) estação elevatória de esgoto; e (iv) rede de coleta e ligações de esgoto;
- 6) Engenheiro químico, químico ou engenheiro sanitaria, com experiência em controle de qualidade de esgotos sanitários tratados e monitoramento de corpos receptores.

b.1) Para a comprovação do item 3) acima, a LICITANTE poderá apresentar Atestado de Capacidade Técnica emitido por qualquer pessoa de direito público ou privado, com firma reconhecida, o qual comprove que o profissional executou os serviços;

b.2) O vínculo do profissional com a LICITANTE ou com sua empresa controlada poderá ser comprovado mediante apresentação da cópia da Carteira de Trabalho (CTPS), ou pela cópia da Ficha Registro de Empregado (FRE) devidamente assinada pelo empregado e empregador, ou por meio da apresentação do Contrato de Prestação de Serviços. Quando se tratar de dirigente de empresa, tal comprovação poderá ser feita por meio da cópia da Ata da Assembleia, referente à sua investidura no cargo ou, no caso de sócio, mediante apresentação do respectivo Contrato ou Estatuto Social. A comprovação da empresa controlada da LICITANTE deverá ser feita por meio de documentos arquivados na Junta Comercial ou Cartório de Títulos e Documentos, conforme o caso.

b.3) O profissional indicado pelo licitante para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional deverá participar diretamente do serviço objeto da licitação, o qual terá a respectiva ART(s) emitida em seu nome, admitindo-se a substituição por profissional de experiência equivalente ou superior.

c) **CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL**

A Capacidade técnico-operacional será aferida mediante a comprovação da LICITANTE, ou de suas empresas controladas direta ou indiretamente, possuir Atestado de Capacidade Técnica emitido por qualquer pessoa de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no CREA, quando aplicável, relativos à PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO, com características técnicas similares às do objeto da presente licitação, quais sejam:

1) Experiência em serviço público de abastecimento de água potável, em município com no mínimo 30.000 (trinta mil) habitantes, na execução e operação de: (i) adutoras de água bruta e/ou água tratada; (ii) estação de tratamento de água do tipo convencional; (iii) reservatórios de água tratada; (iv) rede de distribuição e ligações de água; e (v) estação elevatória de água bruta e/ou tratada.

2) Experiência em serviço público de esgotamento sanitário, em município com no mínimo 30.000 (trinta mil) habitantes, na execução e operação de: (i) estação de tratamento de esgoto doméstico; (ii) emissário e/ou interceptor de esgoto doméstico; (iii) estação elevatória de esgoto doméstico; e (iv) rede de coleta e ligações de esgoto doméstico.

c.1) A comprovação da empresa controlada da LICITANTE deverá ser feita por meio de documentos arquivados nas Junta Comercial ou Cartório de Títulos e Documentos, conforme o caso;

c.2) As exigências estabelecidas nos itens 1) e 2) deverão ser comprovadas por um único atestado para cada uma das experiências exigidas, não sendo admitido o somatório de quantitativos.

#### **Subseção V – Qualificação Econômico-Financeira**

59. Os documentos relativos à qualificação econômico-financeira serão constituídos por:

a) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis, que comprovem a boa situação financeira da empresa. Em se tratando de Licitante constituída há menos de 1 (um) ano deverão ser apresentados, em substituição ao balanço patrimonial, todos os balancetes referentes ao mês imediatamente anterior à data da abertura da LICITAÇÃO e o balanço provisório devidamente registrado na respectiva junta comercial, sendo vedada a substituição dos referidos documentos para licitantes constituídas há mais de 1 (um) ano. O balanço das empresas que não são obrigadas a publicá-los de acordo com a lei deverá estar assinado por contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade, com indicação do número das páginas transcritas no livro diário e registrado nos órgãos competentes. No caso de sociedade anônima, o balanço deverá estar publicado em órgãos de imprensa, na forma da lei;

b) certidão negativa de falência, liquidação e de recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da LICITANTE; e

60. A LICITANTE deverá comprovar, ainda, que dispõe dos seguintes índices, extraídos de seu balanço patrimonial: Índice de Liquidez Geral ("ILG") e Índice de Liquidez Corrente ("ILC") maiores do que 1,0 (um); Endividamento Total ("ET") menor ou igual à 1,0 (um).

$$\text{ILG} = (\text{AC} + \text{RLP}) / (\text{PC} + \text{ELP}) \quad (1)$$

onde:

ILG = Índice de Liquidez Geral

AC = Ativo Circulante

RLP = Realizável a longo prazo

**"Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas"**



PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível a longo prazo

$$\text{ILC} = \text{AC} / \text{PC} \text{ (1)}$$

onde:

ILC = Índice de Liquidez Corrente

AC = Ativo Circulante

PC = Passivo Circulante

$$\text{ET} = (\text{PC} + \text{ELP}) / \text{AT} \text{ (2)}$$

onde,

ET = Endividamento Total

PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível a Longo Prazo

AT= Ativo Total

61. A LICITANTE deverá prestar garantia de proposta no valor de R\$ 3.887.638,40 (Três milhões, oitocentos e oitenta e sete mil, seiscentos e trinta e oito reais e quarenta centavos) correspondente a 1% do valor estimado dos S, em favor do Município de Navegantes, devendo o respectivo documento comprobatório ser apresentado no endereço constante do preâmbulo deste EDITAL, na data de sessão para recebimento da DOCUMENTAÇÃO, em qualquer uma das seguintes modalidades:

a) em moeda corrente do País;

b) em títulos da dívida pública, emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda, desde que não gravados com cláusula de inalienabilidade e impenhorabilidade;

c) seguro-garantia; ou

d) fiança bancária, com cláusula específica de renúncia, pelo fiador, ao benefício de ordem a que se refere o artigo 827 do Código Civil, e que lhe obrigue de forma solidária com a LICITANTE VENCEDORA, devendo ser observado o disposto nos artigos 835 e 838 do Código Civil.

62. Caso seja escolhida a modalidade de fiança bancária, deverá ser observado o modelo de declaração constante do Anexo VII.

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



63. O prazo de validade da garantia de proposta será de 60 (sessenta) dias a contar da data limite de sua entrega, conforme consta deste EDITAL.

64. As LICITANTES deverão apresentar nos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO o respectivo comprovante de garantia de proposta prestada nos termos do item 60 anterior.

#### **Subseção VI – Cumprimento do disposto no artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal**

65. As LICITANTES deverão comprovar o atendimento ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, mediante apresentação de declaração, sob as penas da lei, cujo modelo encontra-se no Anexo VII.

#### **Subseção VII – Participação em Consórcio**

66. Cada consorciado tem a obrigação de apresentar individualmente todos os documentos exigidos para a habilitação, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado, respeitando-se o item 58 deste Edital e, para efeito de qualificação econômico-financeira, o somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação.

67. O instrumento público ou particular de Compromisso de Participação na Licitação em Regime de Consórcio e Constituição de SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO deverá conter os seguintes requisitos:

a) indicação da porcentagem de participação de cada uma das consorciadas no consórcio, não podendo haver participação inferior a 15% (quinze por cento);

b) obrigação das sociedades consorciadas manterem, até a constituição da CONCESSIONÁRIA, a composição inicial do consórcio;

c) indicação da sociedade líder do consórcio, cujo objeto social deve ser compatível com o objeto licitado, respeitando o disposto no art. 33, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93;

d) outorga de amplos poderes à sociedade líder do consórcio para representar as consorciadas, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, em todos os atos relativos à LICITAÇÃO, podendo assumir obrigações em nome do consórcio;

e) declaração de responsabilidade solidária das consorciadas até a assinatura do CONTRATO;

g) compromisso de que, caso vencedor o consórcio, as consorciadas constituirão, nos termos deste EDITAL, a CONCESSIONÁRIA como SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO – SPE na forma de sociedade anônima.

68. É vedada, ainda, a participação de consorciada por intermédio de mais de um consórcio ou isoladamente.

69. No caso de consórcio:

a) a garantia de proposta poderá ser apresentada integralmente por uma única sociedade consorciada ou por parte delas ou por todas as sociedades consorciadas, conjuntamente, na proporção de sua participação ou não, observada, sempre, a solidariedade entre as consorciadas;

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



b) A inabilitação ou desclassificação, conforme o caso, de qualquer consorciada acarretará, automaticamente, a inabilitação ou desclassificação do consórcio.

70. A LICITANTE vencedora ficará obrigada a promover, antes da celebração do CONTRATO, a constituição da SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO – SPE.

#### **Subseção VIII – Disposições Finais**

71. Será inabilitada a LICITANTE que deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos ou, mesmo apresentando os referidos documentos, deixar de atender a quaisquer das condições relativas à habilitação.

72. A LICITANTE inabilitada fica impedida de participar das fases subsequentes da LICITAÇÃO.

73. É vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

#### **Seção IV – APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES**

74. No dia, hora e local mencionados no preâmbulo deste EDITAL, os LICITANTES, por seus representantes legais ou procuradores devidamente credenciados, deverão apresentar seus envelopes opacos, lacrados e indevassáveis, ao Presidente da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO.

75. O Envelope 1 deverá conter a PROPOSTA TÉCNICA, de que trata a seção I deste capítulo III, estando identificado na sua parte externa, unicamente, com os seguintes dizeres:

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Concorrência Pública nº 186/2015.

ENVELOPE 1 – PROPOSTA TÉCNICA

LICITANTE: (nome, endereço, número de telefone, fax e e-mail)

76. O Envelope 2 deverá conter a PROPOSTA COMERCIAL, conforme especificado na seção II deste capítulo III, estando identificado na sua parte externa, unicamente, com os seguintes dizeres:

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Concorrência Pública nº 186/2015.

ENVELOPE 2 – PROPOSTA COMERCIAL

LICITANTE: (nome, endereço, número de telefone, fax e e-mail)

77. O Envelope 3 deverá conter os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, de que trata a seção III deste capítulo III, estando identificado na sua parte externa, unicamente, com os seguintes dizeres:

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



Concorrência Pública nº 186/2015.

### ENVELOPE 3 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

LICITANTE: (nome, endereço, número de telefone, fax e e-mail)

### Seção V – DISPOSIÇÕES DIVERSAS

78. Todos os documentos deverão ser entregues em língua portuguesa, impressos de forma legível.

79. A DOCUMENTAÇÃO deve estar encadernada, sendo precedida de um sumário, com a indicação dos documentos e das páginas correspondentes.

80. Todas as folhas devem ser numeradas e rubricadas por responsável da LICITANTE ou pessoa legalmente habilitada a fazê-lo em nome da LICITANTE.

81. A DOCUMENTAÇÃO deverá ser apresentada em original ou cópia por qualquer processo de autenticação, sem emendas ou rasuras.

82. A DOCUMENTAÇÃO não poderá sofrer nenhuma forma de autenticação no curso do certame.

### Seção VI – PROCEDIMENTO DA LICITAÇÃO

#### Subseção I – Abertura, Exame e Julgamento da PROPOSTA TÉCNICA

83. Na data prevista no preâmbulo deste EDITAL, aberta a sessão, as LICITANTES apresentarão declaração, na forma do modelo constante no Anexo VII a este EDITAL, dando ciência de que atendem plenamente aos requisitos de habilitação, conforme estabelecido na Seção III do Capítulo III deste EDITAL. Após, serão rubricados pelos membros da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO e pelos representantes das LICITANTES presentes os envelopes 2 e 3.

84. Em seguida, serão abertos envelopes 1, contendo as PROPOSTAS TÉCNICAS, que serão rubricadas pelos membros da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO e pelos representantes das LICITANTES presentes.

85. Feito isso, será encerrada a sessão pública, da qual será lavrada ata que, após lida em voz alta, será assinada pelos membros da COMISSÃO e pelos representantes das LICITANTES presentes.

86. O julgamento e a verificação quanto à adequação e compatibilidade das PROPOSTAS TÉCNICAS ocorrerão em sessão a ser realizada entre os membros da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO e o resultado será divulgado, mediante aviso publicado na imprensa oficial, bem como comunicado às LICITANTES. No aviso constará, também, o dia, hora e local para a sessão pública de abertura do Envelope 2 das LICITANTES, contendo as PROPOSTAS COMERCIAIS.

87. O julgamento da PROPOSTA TÉCNICA dar-se-á por critérios objetivos, conforme as Informações para a Elaboração das Propostas Técnicas, nos termos do Anexo III – Informações para Elaboração da Proposta Técnica.

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



## **Subseção II – Abertura, Exame e Julgamento da PROPOSTA COMERCIAL**

88. Na data prevista pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, que deverá ser devidamente informada às LICITANTES e publicada, serão abertos os Envelopes 2, contendo as PROPOSTAS COMERCIAIS das LICITANTES classificadas.

89. As PROPOSTAS COMERCIAIS serão rubricadas pelos membros da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO e pelos representantes das LICITANTES presentes.

90. Feito isso, será encerrada a sessão pública, da qual será lavrada ata que, após lida em voz alta, será assinada pelos membros da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO e pelos representantes das LICITANTES presentes.

91. O julgamento e a verificação quanto à adequação e compatibilidade da PROPOSTA COMERCIAL ocorrerão em sessão a ser realizada entre os membros da COMISSÃO.

92. O resultado do julgamento será divulgado, mediante aviso publicado na imprensa oficial, bem como formalmente comunicado às LICITANTES.

93. O julgamento da PROPOSTA COMERCIAL, para fins de classificação, será feito mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$NC = 100 \times ((1 - MP)/(1 - P))$$

Onde:

NC = Nota atribuída à Proposta Comercial de cada licitante;

MP = Maior percentual de desconto ofertado entre as LICITANTES;

P = Percentual de desconto ofertado na proposta em avaliação.

94. Caso todas as LICITANTES ofertem o mesmo percentual de desconto, considerando-se as quatro casas decimais, a todas será atribuída uma Nota Comercial de 100 (cem) pontos.

## **Subseção III – Julgamento das PROPOSTAS**

95. O julgamento final das PROPOSTAS será efetuado mediante cálculo da pontuação final, considerando as notas da PROPOSTA TÉCNICA e da PROPOSTA COMERCIAL, que terão, respectivamente, pesos 60 (sessenta) e 40 (quarenta), conforme a seguinte fórmula:

$$NF = [(60\% \times NT) + (40\% \times NC)]$$

Onde:

NF = Nota Final;

NT = Nota da PROPOSTA TÉCNICA e

NC = Nota da PROPOSTA COMERCIAL.

96. As Notas Finais - NF serão calculadas com 2 (duas) casas decimais.

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



97. A classificação das PROPOSTAS far-se-á em ordem decrescente dos valores das Notas Totais Finais, sendo classificada em primeiro lugar a LICITANTE que obtiver a maior Nota Total Final.

98. No caso de empate entre duas ou mais propostas, depois de obedecido o disposto no § 2º do art. 3º da Lei Federal nº 8.666/93, a escolha da melhor proposta será feita por sorteio, em ato público, para o qual serão convocadas todas as LICITANTES.

99. O resultado da fase de classificação das PROPOSTAS será divulgado, mediante aviso publicado na imprensa oficial, bem como comunicado às LICITANTES.

100. Será desclassificada a licitante que apresente uma PROPOSTA COMERCIAL em desacordo com a PROPOSTA TÉCNICA.

101. Para as LICITANTES que forem desclassificadas na fase de abertura das PROPOSTAS TÉCNICAS ou das PROPOSTAS COMERCIAIS, a GARANTIA DE PROPOSTA será devolvida no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados da data da abertura dos respectivos envelopes.

#### **Subseção IV - Abertura, Exame e Julgamento dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

102. Encerrada a fase de classificação das PROPOSTAS e na data prevista pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, que deverá ser formalmente informada às LICITANTES e publicada, será aberto o ENVELOPE 3 da LICITANTE mais bem classificada;

103. Os documentos constantes do envelope 3 deverão ser rubricados pelos representantes legais presentes das demais LICITANTES e pelos membros da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO.

104. Feito isso, será encerrada a sessão pública, da qual será lavrada ata que, após lida em voz alta, será assinada pelos membros da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO e pelos representantes legais das LICITANTES presentes.

105. Inabilitada a LICITANTE mais bem classificada, após novo procedimento, serão analisados os documentos de habilitação da LICITANTE com a proposta classificada em segundo lugar, e assim sucessivamente, até que uma LICITANTE habilitada atenda às condições fixadas no EDITAL.

106. O resultado será divulgado mediante aviso publicado no site [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br), bem como será comunicado formalmente às LICITANTES. Os envelopes das LICITANTES serão devolvidos ainda lacrados, após os prazos recursais ou em caso de renúncia expressa ao recurso, a qual será consignada em ata.

### **CAPÍTULO IV - HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO**

#### **Seção I – Homologação**

107. O resultado da LICITAÇÃO será submetido à deliberação do Prefeito Municipal que poderá, em 5 (cinco) dias úteis:

- a) homologar a LICITAÇÃO;
- b) determinar a emenda de irregularidade sanável, se houver, no processo licitatório;
- c) revogar a LICITAÇÃO, por razões de interesse público;

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



d) anular a LICITAÇÃO, se for o caso, por ilegalidade insanável;

### **Subseção I – Revogação e Anulação da LICITAÇÃO**

108. A LICITAÇÃO somente poderá ser revogada por razões de interesse público e decorrente de fato superveniente à publicação do edital, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta. Poderá, ainda, declarar a nulidade da LICITAÇÃO se verificar ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito devidamente fundamentado, sem que resulte para as LICITANTES direito de reclamar qualquer indenização, seja a que título for.

109. No caso de desfazimento da LICITAÇÃO, fica assegurado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

### **Seção II – Adjudicação**

110. Homologada a LICITAÇÃO, o objeto licitado será adjudicado à LICITANTE VENCEDORA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

### **Subseção I – Efeitos Jurídicos**

111. A adjudicação produz os seguintes efeitos jurídicos:

a) aquisição do direito de a LICITANTE VENCEDORA, por intermédio da CONCESSIONÁRIA, celebrar o CONTRATO;

b) vinculação da LICITANTE VENCEDORA, por intermédio da CONCESSIONÁRIA, ao cumprimento das condições estabelecidas no EDITAL.

112. A adjudicação encerra a LICITAÇÃO e torna definitivos e imutáveis os atos administrativos praticados.

## **CAPÍTULO V - CONDIÇÕES PARA A FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO**

### **Seção I – Convocação para Celebração do CONTRATO**

113. Adjudicado o objeto da LICITAÇÃO, o CONCEDENTE dispõe do prazo de 15 (quinze) dias para convocar a LICITANTE VENCEDORA para assinar o CONTRATO.

114. O Anexo II – Estrutura tarifária e SERVIÇOS COMPLEMENTARES será ajustado conforme o percentual de desconto oferecido pela LICITANTE VENCEDORA.

115. A LICITANTE VENCEDORA, por intermédio da CONCESSIONÁRIA, dispõe do prazo de até 60 (sessenta) dias, contados da convocação, para assinar o CONTRATO, sob pena de decair de seu direito à contratação, sem prejuízo da perda da garantia estabelecida neste EDITAL e da aplicação das penalidades previstas no artigo 81 da Lei Federal nº 8.666/93.

116. O prazo para celebração do CONTRATO poderá ser prorrogado uma vez, por até igual período, quando solicitado pela LICITANTE VENCEDORA, durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pela COMISSÃO.

117. O CONTRATO será celebrado entre CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA; o CONCEDENTE se responsabilizará pela publicação do extrato do CONTRATO, na imprensa oficial, em um prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados da data de sua assinatura.

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



## **Seção II – Constituição da Sociedade**

118. A LICITANTE VENCEDORA deverá constituir, previamente à assinatura do CONTRATO, a SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO - SPE, CONCESSIONÁRIA, com sede no MUNICÍPIO.

119. A SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO - SPE, constituída pela LICITANTE VENCEDORA, deve ter como objeto a execução dos SERVIÇOS, bem como a realização das atividades correlatas e a exploração de fontes de receitas autorizadas no CONTRATO, de modo a viabilizar o cumprimento do CONTRATO.

120. A denominação da CONCESSIONÁRIA será livre, mas deverá refletir sua qualidade de empresa concessionária da exploração dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO.

## **Seção III – Da Garantia de Cumprimento das Obrigações Contratuais**

121. A LICITANTE VENCEDORA deverá, antes da assunção dos serviços, prestar a garantia de cumprimento das obrigações contratuais, no valor de R\$ 19.438.192,02 (Dezenove milhões, quatrocentos e trinta e oito mil, cento e noventa e dois reais e dois centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do INVESTIMENTO, apresentando ao CONCEDENTE o respectivo comprovante.

122. A CONCESSIONÁRIA deverá manter a garantia de que trata esta seção durante toda a vigência do CONTRATO, nos valores e condições ali estipulados, em qualquer uma das seguintes modalidades:

a) em moeda corrente do País;

b) em títulos da dívida pública, emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda, desde que não gravados com cláusula de inalienabilidade e impenhorabilidade;

c) seguro-garantia; ou

d) fiança bancária, com cláusula específica de renúncia, pelo fiador, ao benefício de ordem a que se refere o artigo 827 do Código Civil, e que lhe obrigue de forma solidária com a LICITANTE VENCEDORA, devendo ser observado o disposto nos artigos 835 e 838 do Código Civil.

## **Seção IV – Dos Seguros**

123. Até a data da expedição da ORDEM DE SERVIÇO, a CONCESSIONÁRIA deverá contratar os seguros referidos no CONTRATO; apresentar as respectivas apólices ao CONCEDENTE, e mantê-las válidas durante todo o prazo de vigência do CONTRATO.

## **Seção V – Da ORDEM DE SERVIÇO**

124. A ORDEM DE SERVIÇO será emitida pelo CONCEDENTE em até 90 (noventa) dias a contar da data de assinatura do CONTRATO, após conclusão com sucesso da FASE PRÉ-OPERACIONAL, observando-se o disposto nesta seção.

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



125. A CONCESSIONÁRIA assumirá o SISTEMA quando da emissão da ORDEM DE SERVIÇO.

## **CAPÍTULO VI - REGIME JURÍDICO DA CONCESSÃO**

### **Seção I – Objetivos e Metas da CONCESSÃO**

126. A CONCESSIONÁRIA deverá, obrigatoriamente, cumprir, nos termos deste EDITAL e do CONTRATO, as metas progressivas e graduais de ampliação do SISTEMA necessárias aos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO que estabelecem os percentuais de população a ser atendida com a prestação do referido serviço durante o prazo da CONCESSÃO, constante no Anexo V – Termo de Referência.

127. A CONCESSIONÁRIA deverá, obrigatoriamente, cumprir as normas previstas no REGULAMENTO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO, constantes do Anexo VI, e demais normas expedidas pela AGÊNCIA REGULADORA, aplicando-se, em caso de conflito, as regras de interpretação previstas na Cláusula 2º do Anexo I – Minuta do Contrato de Concessão.

### **Seção II – Prazo da CONCESSÃO**

128. O prazo da CONCESSÃO é de 35 (trinta e cinco) anos, contados da data de emissão da ORDEM DE SERVIÇO, podendo ser prorrogado exclusivamente como forma de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.

### **Seção III – Bens Afetos à CONCESSÃO**

129. A CONCESSÃO será integrada pelos bens que lhe estão afetos, assim considerados aqueles necessários e vinculados à adequada execução dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO.

130. Integrarão também a CONCESSÃO todos os bens que venham a ser adquiridos ou construídos pela CONCESSIONÁRIA, ao longo do período de CONCESSÃO, necessários e vinculados à execução adequada dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO na ÁREA DE CONCESSÃO.

131. Na extinção da CONCESSÃO, todos os bens a ela afetos, recebidos, construídos ou adquiridos pela CONCESSIONÁRIA e integrados diretamente à CONCESSÃO, reverter-se-ão automaticamente ao CONCEDENTE, nas condições estabelecidas no CONTRATO. Por seu turno, a CONCESSIONÁRIA fará jus ao recebimento de indenização pelos bens não-amortizados.

### **Seção IV – Serviço Público Adequado**

132. A CONCESSIONÁRIA, durante todo o prazo da CONCESSÃO, deverá prestar os SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO de acordo com o disposto no CONTRATO, visando ao pleno e satisfatório atendimento dos USUÁRIOS.

133. Para os efeitos do que estabelece o item anterior e sem prejuízo do disposto no REGULAMENTO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO, considera-se serviço adequado o que tem condições efetivas de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das TARIFAS.

### **Seção V – Do Valor da Outorga**

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



134. A LICITANTE VENCEDORA deverá pagar ao CONCEDENTE o VALOR DE OUTORGA correspondente a:

a) valor estimado de compra de água junto ao SEMASA de Itajaí, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, no total de R\$ 26.322.221,65, (Vinte e seis milhões, trezentos e vinte e dois mil, duzentos e vinte e um reais e sessenta e cinco centavos) em oito parcelas trimestrais a seguir definidas:

Nº da Parcela	Valor	Vencimento
1ª Parcela	R\$2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais)	No ato de assinatura do CONTRATO
2ª Parcela	R\$2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais)	NA DATA DE ASSUNÇÃO - DA
3ª Parcela	R\$ 3.553.701,77	DA + 3 meses
4ª Parcela	R\$ 3.553.701,77	DA + 6 meses
5ª Parcela	R\$ 3.553.701,77	DA + 9 meses
6ª Parcela	R\$ 3.553.701,77	DA + 12 meses
7ª Parcela	R\$ 3.553.701,77	DA + 15 meses
8ª Parcela	R\$ 3.553.701,77	DA + 18 meses

Onde os valores correspondentes as parcelas 3ª. a 8ª. correspondem a fração de 1/6 (um sexto) do saldo da Outorga.

b) R\$ 4.964.400,00 (quatro milhões, novecentos e sessenta e quatro mil e quatrocentos reais), em 35 parcelas anuais de R\$ 141.840,00 (cento e quarenta e um mil, oitocentos e quarenta reais), valor correspondente a 15 (quinze) salários mínimos, para a locação de área no município de Itajaí para a instalação da infraestrutura de Captação de Água Bruta no Rio Itajaí-Mirim pelo período de 35 (trinta e cinco) anos.

c) Os valores de outorga, serão corrigidos com base no índice de correção atribuído aos respectivos contratos: a) Compra de Água e b) Locação de Terreno.

#### Seção VI – Início da Cobrança da TARIFA

135. Caberá à CONCESSIONÁRIA, em conformidade com o que dispõe o CONTRATO e o REGULAMENTO DA PRESTAÇÃO dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO, a partir da assunção do SISTEMA, a leitura dos hidrômetros e emissão das faturas para pagamento das TARIFAS.

#### Seção VII – Sistema Tarifário

136. As TARIFAS que irão remunerar a CONCESSIONÁRIA e a respectiva estrutura tarifária que será aplicada à CONCESSÃO são aquelas indicadas no Anexo II, no que diz respeito aos SERVIÇOS COMPLEMENTARES, bem como as TARIFAS após a aplicação linear do desconto percentual ofertado pela LICITANTE VENCEDORA em sua PROPOSTA COMERCIAL.

137. A TARIFA será preservada pelas regras de REAJUSTE e REVISÃO previstas na Lei Federal nº 8.987/95, neste EDITAL e no CONTRATO, com a finalidade de assegurar à CONCESSIONÁRIA, durante todo o prazo da CONCESSÃO, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.

138. Caso a CONCESSIONÁRIA, ao longo do período da CONCESSÃO, venha a ser favorecida por algum incentivo ou benefício fiscal instituído por qualquer esfera de Governo,  
**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



inclusive, mas não se limitando a, o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura – REIDI, deverá compartilhar com os USUÁRIOS os ganhos econômicos daí advindos, refletindo, preferencialmente, nas TARIFAS.

### **Seção VIII – Fontes de Receitas**

139. A CONCESSIONÁRIA terá direito a receber, conforme estabelecido neste EDITAL, no CONTRATO e no REGULAMENTO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO, pela prestação dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO a TARIFA.

140. A CONCESSIONÁRIA terá, igualmente, direito de auferir a receita decorrente dos SERVIÇOS COMPLEMENTARES prestados aos USUÁRIOS, nos termos estabelecidos no Anexo II a este EDITAL, sendo que a cobrança e a arrecadação, em decorrência da prestação dos referidos serviços, serão feitas nas mesmas condições da TARIFA.

141. A CONCESSIONÁRIA poderá, a partir da assunção do SISTEMA e mediante prévia aprovação do CONCEDENTE, auferir as RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS, provenientes de receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados aos dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO desde que não acarrete prejuízo à normal prestação dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO observado o disposto no artigo 11 da Lei Federal nº 8.987/95, ressalvados os SERVIÇOS COMPLEMENTARES, já autorizados neste EDITAL.

142. Todas as receitas auferidas pela concessionária deverão ser registradas nos termos estabelecidos nas normativas da AGÊNCIA REGULADORA e na legislação vigente, devendo todas as informações inerentes à concessão ser disponibilizadas ao Poder Concedente, à AGÊNCIA REGULADORA e aos demais órgãos de fiscalização.

### **Seção IX – Equilíbrio Econômico-Financeiro do CONTRATO**

143. Constitui condição fundamental do regime jurídico da CONCESSÃO, o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, a ser garantido pelo CONCEDENTE conforme disposições do Anexo I - CONTRATO.

144. É pressuposto básico da equação econômico-financeira que regula as relações entre as PARTES, o permanente equilíbrio entre os encargos da CONCESSIONÁRIA e as receitas da CONCESSÃO.

145. Entende-se mantido o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO enquanto preservada a equação econômico-financeira originalmente estabelecida entre a CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA, observada as condições do CONTRATO e do Anexo XI - Matriz de Risco.

### **Seção X – REAJUSTE das TARIFAS**

146. Os valores das TARIFAS serão reajustados, a cada 12 (doze) meses, contados da DATA BASE DA PROPOSTA, utilizando-se, para tanto, os critérios definidos no CONTRATO DE CONCESSÃO.

147. A CONCESSIONÁRIA dará ampla divulgação aos USUÁRIOS do valor tarifário reajustado, mediante publicação em jornal de grande circulação no âmbito da ÁREA DE CONCESSÃO, observada a antecedência mínima de 30 (trinta) dias à data da entrada em vigor da nova TARIFA.

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



## **Seção XI – REVISÃO da TARIFA**

148. Os valores das TARIFAS serão revistos ordinariamente, a cada 4 (quatro) anos, nos termos da Lei 11.445/2007 e conforme consta da minuta de CONTRATO, visando manter o reequilíbrio econômico-financeiro, sem prejuízo das revisões extraordinárias, nas hipóteses previstas na minuta de CONTRATO.

## **Seção XII – Direitos e Deveres dos USUÁRIOS**

149. Todos os USUÁRIOS situados nas áreas atendidas pela CONCESSIONÁRIA tem o direito de acesso as redes públicas de fornecimento de água potável e a sistemas de coleta de esgotos, nos termos e prazos definidos neste EDITAL e no CONTRATO.

150. A pedido do titular do imóvel ou seu representante, e às suas expensas, os ramais prediais de água serão implantados pela CONCESSIONÁRIA, desde que haja disponibilidade técnica da rede distribuidora e satisfeitas as exigências estabelecidas em normas e instruções regulamentares.

151. Toda edificação permanente urbana será obrigatoriamente conectada às redes públicas de esgotamento sanitário disponíveis, estando sujeita ao pagamento de tarifas decorrentes da conexão ou da disponibilidade para uso desses serviços.

152. Transcorridos 30 (trinta) dias contados a partir da notificação enviada pela CONCESSIONÁRIA, sem que tenha sido implementada, pelo notificado, a conexão física da edificação a que se refere o item 150 anterior, sem prejuízo das sanções legais e contratuais aplicáveis, será cobrada fatura de acordo com cada categoria, conforme disposto no Anexo II – Estrutura Tarifária deste EDITAL.

153. Constituem direitos e deveres dos USUÁRIOS, sem prejuízo do disposto na legislação aplicável, no CONTRATO e no REGULAMENTO:

- 1) receber os SERVIÇOS em condições adequadas, de acordo com o previsto neste EDITAL, no CONTRATO e, em contrapartida, pagar a respectiva TARIFA;
- 2) receber do CONCEDENTE e da CONCESSIONÁRIA as informações necessárias para a defesa de interesse e direito pessoal
- 3) levar ao conhecimento da CONCESSIONÁRIA as irregularidades das quais venham a ter conhecimento, referentes à CONCESSÃO;
- 4) comunicar ao CONCEDENTE os atos ilícitos ou irregulares porventura praticados pela CONCESSIONÁRIA ou seus prepostos na execução do CONTRATO;
- 5) utilizar os SERVIÇOS de forma racional e parcimoniosa, evitando os desperdícios e colaborando com a preservação dos recursos naturais;
- 6) quando solicitado, prestar as informações necessárias para que o serviço possa-lhe ser prestado de forma adequada e racional, responsabilizando-se pela incorreção ou omissão;
- 7) contribuir para a permanência das boas condições do SISTEMA e dos bens públicos, por intermédio dos quais lhes é prestado os SERVIÇOS;
- 8) quando for constatada a inviabilidade técnica do USUÁRIO de se conectar ao sistema, após verificação feita pela CONCESSIONÁRIA, e desde que admitido por lei ou por outro

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



instrumento de regulação, o USUÁRIO estará autorizado a manter sistema próprio de esgotamento sanitário que atenda integralmente a todas às normas aplicáveis, sendo plenamente responsável pelo referido sistema;

9) manter-se adimplente no pagamento da TARIFA cobrada pelo fornecimento de água e pela prestação dos SERVIÇOS, nos termos do EDITAL, deste CONTRATO e do REGULAMENTO, sob pena de interrupção da prestação do serviço de abastecimento de água, após prévia comunicação ao USUÁRIO;

10) pagar os valores cobrados pelos SERVIÇOS COMPLEMENTARES prestados pela CONCESSIONÁRIA, bem como pagar as penalidades legais em caso de inadimplemento;

11) permitir a instalação de hidrômetro quando previamente notificado pela CONCESSIONÁRIA a respeito;

12) cumprir o REGULAMENTO e demais legislação aplicável, inclusive a relativa a despejos industriais;

13) receber da CONCESSIONÁRIA as informações necessárias à utilização dos SERVIÇOS;

14) ter sob sua guarda e em bom estado os comprovantes de pagamento de débitos, os quais deverão ser apresentados para fins de conferência e comprovação de pagamento, quando solicitados, pelo prazo de até 1 (um) ano;

15) franquear acesso aos hidrômetros, e/ou outros equipamentos destinados ao mesmo fim, conservando-os limpos, em locais acessíveis, seguros e asseados;

16) observar e cumprir as normas emitidas pelas autoridades competentes.

154. A falta de pagamento dos valores devidos pelos USUÁRIOS, na data de seu vencimento, acarretará a incidência de encargos de mora e demais sanções cabíveis, na forma prevista nos atos de regulação, deste EDITAL, CONTRATO e no REGULAMENTO.

### **Seção XIII – Direitos e Obrigações do PODER CONCEDENTE**

155. Sem prejuízo de suas demais obrigações, incumbe ao CONCEDENTE:

1) cumprir e fazer cumprir, com o auxílio da AGÊNCIA REGULADORA, as disposições legais, regulamentares e contratuais pertinentes à CONCESSÃO, zelando pela boa qualidade dos SERVIÇOS;

2) impor aos USUÁRIOS a obrigação de se conectar ao SISTEMA, assim que for tecnicamente possível;

3) intervir na CONCESSÃO, nos casos e nas condições previstos neste EDITAL e no CONTRATO;

4) alterar unilateralmente o CONTRATO, desde que seja mantido o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, nos termos nele previstos;

5) extinguir a CONCESSÃO nos casos previstos em lei e no CONTRATO, observados os princípios do devido processo legal e ampla defesa;

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



6) emitir declaração de utilidade pública, inclusive em caráter de urgência, e promover desapropriação ou instituição de servidão administrativa, estabelecer limitações administrativas e autorizar ocupações temporárias de todos os bens imóveis para assegurar a realização e a conservação de serviços e obras vinculados à CONCESSÃO, observado o disposto no CONTRATO, arcando com os respectivos custos;

7) responsabilizar-se também pela a realocação de pessoas e/ou bens, bem como entulhos e outros resíduos, com o objetivo de disponibilizar à CONCESSIONÁRIA o SISTEMA EXISTENTE em plenas condições de acessibilidade para a adequada prestação dos SERVIÇOS, bem como arcar com os custos daí advindos;

8) obter e disponibilizar no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de assinatura do contrato, (a) a outorga para captação de água, (b) a licença prévia para captação, adução e tratamento de água a fim de obter a independência em relação ao CONTRATO DE FORNECIMENTO, (c) todas as autorizações de acesso e de uso de áreas públicas fora do território do CONCEDENTE, bem como (d) todas as declarações de utilidade pública relativas a desapropriações e/ou servidões administrativas em áreas fora do seu território necessárias à implantação de redes e/ou execução de outras obras abrangidas pelo CONTRATO, arcando com o respectivo custo;

9) estimular o aumento da qualidade, produtividade, preservação do meio ambiente e sua conservação;

10) assegurar à CONCESSIONÁRIA a plena utilização dos bens afetos à CONCESSÃO em face de qualquer instância do Poder Público de quaisquer de suas esferas;

11) pagar à CONCESSIONÁRIA as indenizações previstas na legislação aplicável e no CONTRATO, quando devidas, decorrentes da extinção da CONCESSÃO.

12) obter, dentro dos prazos estimados, as Licenças Ambientais Prévias.

13) colaborar com a CONCESSIONÁRIA nos procedimentos para obtenção financiamentos e/ou garantias.

14) pagar mensalmente ao Município de Itajaí os valores referentes à compra de água enquanto perdurar tal obrigação, conforme Contrato 133/2013 e seus aditivos.

15) pagar anualmente ao locatário, valor correspondente a locação de imóvel para uso da captação de água bruta.

156. O CONCEDENTE responderá, integral e exclusivamente, por quaisquer questões relativas a atos ou fatos anteriores à DATA DE ASSUNÇÃO, ainda que verificados após a referida data, pelos quais não poderá ser imputada qualquer responsabilidade à CONCESSIONÁRIA.

157. Constitui-se direito do CONCEDENTE exigir da CONCESSIONÁRIA, por intermédio da AGÊNCIA REGULADORA, o cumprimento das obrigações previstas no CONTRATO e no REGULAMENTO, bem como aqueles previstos na legislação pertinente.

158. O CONCEDENTE tem o direito de acompanhar o andamento do CONTRATO, podendo solicitar à CONCESSIONÁRIA, por intermédio da AGÊNCIA REGULADORA, quaisquer informações a respeito da CONCESSÃO.

#### **Seção XIV – Direitos e Obrigações da AGÊNCIA REGULADORA**

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



159. Na qualidade de entidade reguladora e fiscalizadora da PRESTAÇÃO dos SERVIÇOS, incumbe à Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento – ARIS as competências previstas no CONTRATO e as que lhe foram previstas, ratificada pela Lei Municipal nº 2342/2010.

1) A CONCESSIONÁRIA, procederá mensalmente, o pagamento do valor de regulação, conforme Anexo XIII - Lei de Adesão da Prefeitura Municipal de Navegantes no Consórcio de Regulação - Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS;

2) A CONCESSIONÁRIA deverá prestar os SERVIÇOS, em consonância ao CONTRATO e as normatizações estabelecidas pela AGÊNCIA REGULADORA, observadas as condições na cláusula de revisão

#### **Seção XV – Direitos e Obrigações da CONCESSIONÁRIA**

160. Sem prejuízo do cumprimento dos encargos estabelecidos no EDITAL, no CONTRATO e, em conformidade com a legislação aplicável à espécie, incumbe à CONCESSIONÁRIA respeitar e fazer valer os termos do EDITAL, do CONTRATO e do REGULAMENTO, devendo atender as metas e objetivos da CONCESSÃO.

161. Além das demais obrigações constantes do REGULAMENTO, do CONTRATO e do EDITAL, são direitos e deveres da CONCESSIONÁRIA:

1) prestar os SERVIÇOS de modo adequado, na forma prevista neste EDITAL, no CONTRATO, no REGULAMENTO e nas demais disposições técnicas aplicáveis, respeitados os padrões de qualidade definidos na Portaria nº 2.914/2011, do Ministério da Saúde, e demais normas regulamentares que a complementarem ou sucederem;

2) executar reparos e obras que tenham por objetivo garantir a adequada prestação e universalização dos SERVIÇOS;

3) realizar os investimentos para expansão e universalização dos SERVIÇOS após a disponibilização, pelo CONCEDENTE, das autorizações de acesso e de uso de áreas públicas fora de seu território;

4) receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos USUÁRIOS, que serão cientificados, em até 30 (trinta) dias úteis, das providências tomadas;

5) garantir aos USUÁRIOS o acesso e publicidade das informações sobre o serviço prestado e a qualidade da sua prestação, bem como sobre os estudos, decisões e instrumentos de regulação e fiscalização e, ainda, acerca de seus direitos e deveres;

6) fornecer à AGÊNCIA REGULADORA, na forma e prazos fixados em instrumento de regulação pertinente, toda e qualquer informação disponível relativa aos SERVIÇOS, bem como qualquer modificação ou interferência causada por si ou por terceiros;

7) informar os USUÁRIOS e a AGÊNCIA REGULADORA a respeito das interrupções programadas dos SERVIÇOS e seu restabelecimento, obedecendo as condições e prazos que forem fixados por ato administrativo exarado pela AGÊNCIA REGULADORA sendo, que, para tanto, a CONCESSIONÁRIA deverá:

a) divulgar com antecedência mínima de 24 horas, através dos meios de comunicação disponíveis, as interrupções programadas de seus serviços que possam afetar o abastecimento de água;

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



- b) em situação de emergência, divulgar a interrupção do fornecimento de água imediatamente, através dos meios de comunicação disponíveis, respeitando-se a disponibilidade dos meios de comunicação, depois de identificada a área de abrangência da emergência;
- c) no caso de interrupção do serviço com duração superior a dezoito horas, prover fornecimento de emergência aos USUÁRIOS que prestem serviços essenciais à população, a saber, hospitais e escolas; e
- 8) no caso de inadimplência no pagamento das TARIFAS e/ou dos preços dos SERVIÇOS COMPLEMENTARES, notificar o USUÁRIO desta situação, informando-lhe que, caso não seja regularizado o pagamento, os SERVIÇOS poderão ser suspensos 30 (trinta) dias após a referida notificação;
- 9) acatar as recomendações de agentes de fiscalização da AGÊNCIA REGULADORA;
- 10) cumprir e fazer cumprir as disposições do EDITAL, deste CONTRATO, do REGULAMENTO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO e demais normas aplicáveis;
- 11) manter em dia o inventário e o registro dos bens afetos e os não afetos à CONCESSÃO;
- 12) manter à disposição da AGÊNCIA REGULADORA os documentos, projetos, registros contábeis e demais informações técnicas, operacionais e financeiras relativas à CONCESSÃO;
- 13) permitir à AGÊNCIA REGULADORA, o seu livre acesso, em qualquer época, às obras, aos equipamentos e às instalações vinculadas à CONCESSÃO;
- 14) zelar pela integridade dos bens afetos ou não afetos à CONCESSÃO, mediante a contratação dos respectivos seguros;
- 15) captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à prestação dos SERVIÇOS;
- 16) manter sistemas de monitoramento dos efluentes lançados pela própria CONCESSIONÁRIA nos corpos d'água;
- 17) sempre que for possível e/ou necessário, informar os USUÁRIOS sobre as condições imprescindíveis para melhor fruição dos SERVIÇOS, inclusive no que se refere a questões de saúde e uso de equipamentos;
- 18) comunicar à AGÊNCIA REGULADORA e/ou ao CONCEDENTE, e aos órgãos ambientais competentes a respeito de ação ou omissão que venha a ser de seu conhecimento, que provoque contaminação dos recursos hídricos ou que prejudique a prestação dos SERVIÇOS ou ações a ele vinculadas, para que tais autoridades diligenciem as providências competentes;
- 19) colaborar com as autoridades públicas, nos casos de emergência ou calamidade, que envolverem os SERVIÇOS;
- 20) efetuar a medição do consumo de água e, com base no consumo apurado, emitir as faturas, discriminando o valor referente ao pagamento devido pelo consumo de água e de esgoto.
- 21) acordar com as entidades públicas competentes o uso comum do solo e do subsolo quando necessário para a prestação dos SERVIÇOS e para a construção e exploração das obras necessárias;

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



22) recomendar ao CONCEDENTE a necessidade de declaração de utilidade ou necessidade pública, arguição de urgência e todos os atos administrativos necessários às desapropriações e instituição de servidões;

23) em caso de inadimplemento do USUÁRIO no pagamento das faturas, efetuar a interrupção da prestação do serviço de abastecimento de água e, uma vez adimplida a obrigação por parte do USUÁRIO, promover o restabelecimento da prestação dos serviços interrompidos;

24) ter facultado acesso aos medidores de consumo de água ou de esgotos, e outros equipamentos envolvidos na prestação dos SERVIÇOS;

25) efetuar a cobrança de multa, juros e atualização monetária dos USUÁRIOS, em caso de inadimplemento no pagamento das TARIFAS e outras formas de remuneração devidas, de acordo com o abaixo estabelecido:

I - Multa de 2% (dois por cento);

II - Juros de mora de 1% (um por cento) ao mês;

III - Correção monetária com base na variação do IPCA;

26) ter o CONTRATO revisto, com vistas a garantir a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro nos termos previsto em seu PLANO DE NEGÓCIO;

27) publicar, anualmente, as suas demonstrações financeiras;

28) recolher a taxa de regulação a ser destinada à AGÊNCIA REGULADORA; e

29) Pagar a outorga ao CONCEDENTE, conforma Cláusula 28 do Anexo I – Minuta de Contrato.

162. A CONCESSIONÁRIA deverá se empenhar para evitar transtornos aos seus USUÁRIOS e à população em geral, na operação dos SERVIÇOS, devendo imediatamente após o término das obras ou serviços necessários ou, se possível, quando da execução destes, criar condições para a pronta abertura total ou parcial do trânsito aos veículos e pedestres nas áreas atingidas, num prazo máximo de até 3 dias após a conclusão dos serviços.

163. Os locais acima referidos, uma vez abertos ao trânsito de veículos e pedestres, devem estar em perfeitas e adequadas condições de uso, respeitadas as posturas e normas do MUNICÍPIO.

164. A CONCESSIONÁRIA deverá cooperar com os programas criados pelo CONCEDENTE ou por outro ente público, para melhorar e ampliar os SERVIÇOS.

#### **Seção XVI - Desapropriações**

165. Caberá ao CONCEDENTE declarar de utilidade pública, bem como promover desapropriações, arcando com o pagamento de eventual indenização que seja devida, instituir servidões administrativas, propor limitações administrativas e, permitir à CONCESSIONÁRIA, ocupar provisoriamente bens imóveis necessários à execução e conservação de obras e serviços vinculados à CONCESSÃO.

166. Os ônus decorrentes das desapropriações ou imposição de servidões administrativas, seja por acordo, seja pela propositura de ações judiciais, correrão à custa do CONCEDENTE.

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



167. O disposto no item 165 acima se aplica também à autorização para ocupação provisória de bens imóveis, bem assim para o estabelecimento de limitações administrativas de caráter geral para o uso de bens imóveis necessários à prestação dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO.

168. Compete à CONCESSIONÁRIA indicar, de forma justificada, com 45 (quarenta e cinco) dias de antecedência as áreas que deverão ser declaradas de utilidade pública para fins de desapropriação ou instituídas como servidões administrativas, no âmbito dos bens imóveis necessários à execução e conservação dos serviços e obras vinculados à CONCESSÃO, para que o CONCEDENTE promova as respectivas declarações de utilidade pública, bem como adote os procedimentos necessários.

169. A locação de área fora dos limites do município de Navegantes, será de responsabilidade da CONCEDENTE quanto aos procedimentos administrativos, legais e financeiros, cabendo a CONCESSIONÁRIA o pagamento dos valores anuais, conforme previsto no item 133.

### **Seção XVII – Das licenças ambientais**

170. É de responsabilidade do CONCEDENTE, a obtenção das licenças ambientais prévias das obras, e da CONCESSIONÁRIA, a responsabilidade pela obtenção das licenças ambientais de instalação e de operação observadas as disposições do Anexo I – Minuta de Contrato de Concessão.

### **Seção XVIII – Do Foro Competente**

171. Para fins de solução de controvérsia relativas à presente licitação pública, será competente o foro da Comarca do Município de Navegantes, renunciando as PARTES a todo e qualquer outro por mais privilegiado ou especial que seja.

## **CAPÍTULO VII - DISPOSIÇÕES FINAIS**

### **Seção I – Recursos**

172. Das decisões da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, caberá recurso, nos termos do artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/93, a serem encaminhados ao Presidente da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO.

173. Caso o Presidente da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO não reconsidere sua decisão, os recursos serão encaminhados ao Prefeito Municipal, cabendo àquele prestar as informações necessárias à decisão superior.

### **Seção II – Comunicações**

174. As comunicações dos atos mencionadas neste EDITAL, no que se refere, especialmente, ao procedimento da LICITAÇÃO, serão feitas pelo Presidente da Comissão Especial de Licitação, mediante publicação na imprensa oficial e, quando for o caso, comunicado às LICITANTES por escrito, por carta, fax ou endereço eletrônico.

175. As comunicações das LICITANTES à COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO deverão ser feitas por escrito, mediante entrega de correspondência protocolada na sede da Prefeitura Municipal.

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



### **Seção III – Dos prazos e das metas do Plano Municipal de Saneamento Básico**

176. Os prazos e as metas previstas no Plano Municipal de Saneamento Básico que fazem referência a anos do calendário (por exemplo: anos 2016, 2017, 2018) devem ser convertidas para ano 01, 02, 03 e, assim, sucessivamente, sendo que o ano 01 compreende o primeiro período de 12 (doze) meses da CONCESSÃO, a contar da ORDEM DE SERVIÇO, e os demais os períodos subsequentes de 12 (doze) meses, até totalizar o prazo de 35 (trinta e cinco) anos ou mais, conforme prorrogação acordada entre as partes, inclusive como forma de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.

177. A conversão a que alude o item 175 deve ser levada em consideração para a elaboração das PROPOSTAS, bem como para a execução do CONTRATO, vinculando os seus prazos, metas e demais obrigações.

### **Seção IV - Disposições Diversas**

178. As dúvidas surgidas na aplicação deste EDITAL, bem como os casos omissos, serão resolvidas pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, respeitada a legislação pertinente.

179. A COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO poderá proceder a inspeções, auditorias e realizar ou determinar diligências a qualquer tempo, bem como valer-se de assessoramento técnico, para, se for o caso, esclarecer dúvidas e conferir informações e registros oferecidos pelas LICITANTES.

180. Os termos dispostos neste EDITAL, as cláusulas e condições do CONTRATO e as constantes dos demais Anexos complementam-se entre si, reportando um documento ao outro em caso de dúvidas ou omissões.

Navegantes, 12 de janeiro de 2015.

Valmir Cesar Francisco  
Secretario de Saneamento Básico

Roberto Carlos de Souza  
Prefeito do Município

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



## ANEXO I

### MINUTA CONTRATO PMN Nº XXX/2015.

#### MINUTA DO CONTRATO DE CONCESSÃO PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

O **MUNICÍPIO DE NAVEGANTES**, pessoa jurídica de direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.855/0001-50, com sede à Rua João Emílio, 100, CEP: 88375-000 Navegantes, SC, neste ato representado pelo seu Prefeito **ROBERTO CARLOS DE SOUZA**, doravante simplesmente denominada **CONCEDENTE**, e [xxx], por seu representante legal, doravante denominada **CONCESSIONÁRIA**, celebram o presente contrato de concessão para prestação dos **SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO** e **SERVIÇOS COMPLEMENTARES**, que será regido pela legislação que disciplina a matéria e, especificamente, pelas cláusulas e condições a seguir estipuladas.

## ÍNDICE

<b>CLÁUSULA 1ª – DEFINIÇÕES .....</b>	<b>38</b>
<b>CLÁUSULA 2ª – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E REGRAS DE INTERPRETAÇÃO .....</b>	<b>42</b>
<b>CLÁUSULA 3ª – ANEXOS .....</b>	<b>42</b>
<b>CLÁUSULA 4ª – REGIME JURÍDICO DO CONTRATO .....</b>	<b>43</b>
<b>CLÁUSULA 5ª – OBJETO .....</b>	<b>43</b>
<b>CLÁUSULA 6ª – OBJETIVOS E METAS DA CONCESSÃO .....</b>	<b>44</b>
<b>CLÁUSULA 7ª – PRAZO DA CONCESSÃO .....</b>	<b>44</b>
<b>CLÁUSULA 8ª – VALOR DO CONTRATO .....</b>	<b>44</b>
<b>CLÁUSULA 9ª – BENS INTEGRANTES DA CONCESSÃO .....</b>	<b>44</b>
<b>CLÁUSULA 10 – CAPITAL SOCIAL MÍNIMO .....</b>	<b>45</b>
<b>CLÁUSULA 11 – FINANCIAMENTOS .....</b>	<b>45</b>
<b>CLÁUSULA 12 – SERVIÇO PÚBLICO ADEQUADO .....</b>	<b>46</b>

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



<b>CLÁUSULA 13 – DAS TARIFAS E PREÇOS DOS SERVIÇOS COMPLEMENTARES .....</b>	<b>47</b>
<b>CLÁUSULA 14 – AUMENTOS TARIFÁRIOS VINCULADOS A INVESTIMENTOS.....</b>	<b>48</b>
<b>CLÁUSULA 15– FONTES DE RECEITA .....</b>	<b>48</b>
<b>CLÁUSULA 16 – SISTEMA DE COBRANÇA .....</b>	<b>49</b>
<b>CLÁUSULA 17 – EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO .....</b>	<b>49</b>
<b>CLÁUSULA 18 – REAJUSTE .....</b>	<b>51</b>
<b>CLÁUSULA 19 – REVISÕES ORDINÁRIAS E EXTRAORDINÁRIAS.....</b>	<b>53</b>
<b>CLÁUSULA 20 – NOVOS INVESTIMENTOS .....</b>	<b>53</b>
<b>CLÁUSULA 21 – DIREITOS E DEVERES DOS USUÁRIOS .....</b>	<b>54</b>
<b>CLÁUSULA 22 – DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO PODER CONCEDENTE.....</b>	<b>55</b>
<b>CLÁUSULA 23 – DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA AGÊNCIA REGULADORA .....</b>	<b>57</b>
<b>CLÁUSULA 24 – DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA.....</b>	<b>57</b>
<b>CLÁUSULA 25 – FASE PRÉ-OPERACIONAL E ASSUNÇÃO DA OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA PELA CONCESSIONÁRIA .....</b>	<b>59</b>
<b>CLÁUSULA 26 – SERVIÇOS .....</b>	<b>61</b>
<b>CLÁUSULA 27 – INVESTIMENTOS E OBRAS.....</b>	<b>62</b>
<b>CLÁUSULA 28 – DO VALOR DA OUTORGA.....</b>	<b>62</b>
<b>CLÁUSULA 29 – ALOCAÇÃO DE RISCOS .....</b>	<b>63</b>
<b>CLÁUSULA 30 – SEGUROS.....</b>	<b>67</b>
<b>CLÁUSULA 31 – GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO .....</b>	<b>67</b>

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



**CLÁUSULA 32 – FISCALIZAÇÃO E REGULAÇÃO ..... 68**

**CLÁUSULA 33 – DESAPROPRIAÇÕES, SERVIDÕES ADMINISTRATIVAS E OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS PARA LIBERAÇÃO DE ÁREAS..... 69**

**CLÁUSULA 34 – CONTRATOS DA CONCESSIONÁRIA COM TERCEIROS..... 70**

**CLÁUSULA 35 – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ..... 70**

**CLÁUSULA 36 – INTERVENÇÃO E CAUSAS DE EXTINÇÃO DA CONCESSÃO ..... 73**

**CLÁUSULA 37 – ADVENTO DO TERMO CONTRATUAL ..... 74**

**CLÁUSULA 38 – CRITÉRIOS PARA O CÁLCULO DE INDENIZAÇÃO ..... 74**

**CLÁUSULA 39 – ENCAMPAÇÃO ..... 74**

**CLÁUSULA 40 – CADUCIDADE ..... 75**

**CLÁUSULA 41– RESCISÃO..... 76**

**CLÁUSULA 42 – ANULAÇÃO DA CONCESSÃO ..... 76**

**CLÁUSULA 43 – FALÊNCIA OU EXTINÇÃO DA CONCESSIONÁRIA..... 76**

**CLÁUSULA 44 – REVERSÃO DOS BENS QUE INTEGRAM A CONCESSÃO ..... 77**

**CLÁUSULA 45 – CAUSAS JUSTIFICADORAS DA INEXECUÇÃO ..... 78**

**CLÁUSULA 46 – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS PELA CONCESSIONÁRIA ..... 78**

**CLÁUSULA 47 – CESSÃO, ONERAÇÃO E ALIENAÇÃO ..... 79**

**CLÁUSULA 48 – LICENÇAS, PASSIVO E PROTEÇÃO AMBIENTAL..... 79**

**CLÁUSULA 49 – COMUNICAÇÕES ..... 81**

**CLÁUSULA 50 – PRAZOS..... 81**

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



**CLÁUSULA 51 – EXERCÍCIO DE DIREITOS..... 82**

**CLÁUSULA 52 – INVALIDADE PARCIAL ..... 82**

**CLÁUSULA 53 – PUBLICAÇÃO E REGISTRO DO CONTRATO ..... 82**

**CLÁUSULA 54 – DA MEDIAÇÃO TÉCNICA..... 82**

**CLÁUSULA 1ª – DEFINIÇÕES**

1.1. Além das definições utilizadas no EDITAL, neste CONTRATO e em seus Anexos, os termos abaixo indicados, sempre que grafados em letras maiúsculas, terão o significado a seguir transcrito, salvo se do seu contexto resultar sentido claramente diverso:

**AGÊNCIA REGULADORA:** a Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS) que, em decorrência da Lei Ordinária 2342/2010 é responsável pela regulação e fiscalização do presente CONTRATO.

**ÁREA DE CONCESSÃO:** perímetro urbano do Município de Navegantes, Estado de Santa Catarina, conforme disposto no Plano Diretor Municipal, aprovado pela LC 55, DE 22 DE JULHO DE 2008 (PLANO DIRETOR).

**BENS INTEGRANTES DA CONCESSÃO:** bens utilizados e administrados pela CONCESSIONÁRIA, vinculados à CONCESSÃO e imprescindíveis à prestação dos SERVIÇOS, que serão revertidos ao patrimônio do CONCEDENTE por ocasião da extinção do CONTRATO. O conceito engloba tanto os bens que compõem o SISTEMA EXISTENTE e tenham sido transferidos à CONCESSIONÁRIA na DATA DE ASSUNÇÃO, conforme Anexo VI deste CONTRATO, quanto os bens vinculados à CONCESSÃO que vierem a ser adquiridos ou construídos pela CONCESSIONÁRIA ao longo da vigência do CONTRATO e, como tal, identificados na contabilidade da CONCESSIONÁRIA.

**CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR:** significa o evento extraordinário, imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, cujos efeitos não era possível evitar ou impedir, retardadores ou impeditivos da execução do CONTRATO tais como, sem limitação, (i) epidemias, (ii) radiações atômicas, (iii) fogo, (iv) raio, (v) graves inundações, (vi) chuvas ou secas mensais com média superior aos últimos cinco anos do respectivo mês, (vii) variações demográficas superiores a 10% (dez por cento) em relação ao previsto no PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO - Anexo VII a serem verificadas por ocasião de cada REVISÃO ordinária, (viii) tremores de terra, (ix) ciclones, (x) outros cataclismos naturais e (xi) atos de terrorismo, que diretamente afetem as atividades compreendidas na CONCESSÃO.

**CONCEDENTE ou PODER CONCEDENTE:** o Município de Navegantes.

**CONCESSÃO:** a delegação, feita pelo CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA, para a prestação dos SERVIÇOS na ÁREA DE CONCESSÃO.

**CONCESSIONÁRIA:** sociedade de propósito específico constituída pela LICITANTE VENCEDORA da LICITAÇÃO na forma de sociedade anônima para prestar os SERVIÇOS na ÁREA DE CONCESSÃO, nos termos do EDITAL e do CONTRATO.

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



**CONTRATO:** o presente contrato de concessão e seus Anexos, celebrado entre o CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA, que tem por objeto reger as condições de exploração dos SERVIÇOS na ÁREA DE CONCESSÃO.

**CONTRATO DE FORNECIMENTO:** o contrato de fornecimento de água tratada no atacado, firmado entre os Municípios de Itajaí e Navegantes em 29/07/2013.

**DATA BASE:** data da apresentação da PROPOSTA COMERCIAL da LICITANTE VENCEDORA, que será utilizada como marco inicial para contagem dos prazos a serem aplicados para fins de REAJUSTE e REVISÃO ordinária.

**DATA DE ASSUNÇÃO:** dia do início da prestação dos SERVIÇOS pela CONCESSIONÁRIA, a partir do qual a CONCESSIONÁRIA assume a responsabilidade e passa a operar o SISTEMA, conforme a ORDEM DE SERVIÇO emitida pelo PODER CONCEDENTE. A DATA DE ASSUNÇÃO marca o encerramento da FASE PRÉ-OPERACIONAL e o início da contagem do prazo da CONCESSÃO.

**EDITAL:** é o Edital de Licitação da Concorrência n e seus Anexos.

**FASE PRÉ-OPERACIONAL:** fase iniciada na data de assinatura do CONTRATO, com duração de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogada por igual período, por solicitação fundamentada da CONCESSIONÁRIA, encerrando-se na DATA DE ASSUNÇÃO, cujo objetivo é preservar a regular e contínua prestação dos SERVIÇOS durante a transição entre prestadores.

**FATOR DE EFICIÊNCIA - Fe:** Fator aplicado ao percentual de REAJUSTE da TARIFA, nos termos do Anexo XI do CONTRATO.

**FATOS IMPREVISTOS:** fatos não previstos nos estudos que deram suportes à LICITAÇÃO nem na PROPOSTA da LICITANTE VENCEDORA, que impactem de forma relevante as receitas e/ou as despesas e custos da CONCESSIONÁRIA, inclusive, mas não se limitando a: alterações do projeto ou especificações por ordem do PODER CONCEDENTE; interrupção da execução das obras previstas no CONTRATO ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem ou em razão de ações ou omissões do PODER CONCEDENTE, inclusive de sua Administração Indireta (autarquias, fundações e empresas estatais), bem como em razão de ações ou omissões do Município de Itajaí relativas às obrigações da CONCESSIONÁRIA no âmbito do CONTRATO; impedimento de execução do CONTRATO por fato ou ato de terceiro reconhecido pelo PODER CONCEDENTE; omissão ou atraso de providências a cargo do PODER CONCEDENTE, inclusive sua Administração Indireta, de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do CONTRATO; inadimplência de órgãos ou entidades públicas municipais no pagamento das TARIFAS; álea econômica extraordinária e extracontratual; vícios ocultos nos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário que venham a ser assumidos pela CONCESSIONÁRIA; descoberta superveniente de obstáculos materiais, naturais ou artificiais, depois de iniciada a execução deste CONTRATO, embora sua existência seja anterior à DATA DE ASSUNÇÃO, mas só revelada por intermédio das obras ou serviços em andamento, dada a sua omissão nas sondagens ou a sua imprevisibilidade em circunstâncias comuns de trabalho; e alterações na legislação e na regulação incidente sobre a CONCESSIONÁRIA, inclusive, mas não se limitando a, alterações na tributação, com exceção do Imposto de Renda.

**GARANTIA:** é a garantia de cumprimento das obrigações contratuais, prestada pela CONCESSIONÁRIA nos termos deste CONTRATO.

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



**INVESTIMENTO:** É a estimativa dos investimentos e obras necessários para a Universalização dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento necessário, conforme definido no TERMO DE REFERÊNCIA.

**LICITAÇÃO:** é o procedimento administrativo objeto do EDITAL, por meio do qual foi selecionada a proposta mais vantajosa, com vistas à celebração do CONTRATO.

**LICITANTE VENCEDORA:** empresa isolada ou consórcio de empresas que venceu a LICITAÇÃO.

**MÊS DE REFERÊNCIA:** o mês que encerra cada ciclo de 12 (doze) meses para efeito de aplicação do REAJUSTE, ou o mês que encerra cada ciclo de 48 (quarenta e oito) meses para efeito de REVISÃO ordinária, sendo que o primeiro mês do primeiro ciclo é aquele da DATA BASE.

**ORDEM DE SERVIÇO:** a ordem emitida pelo CONCEDENTE para início efetivo da exploração da CONCESSÃO pela CONCESSIONÁRIA, observado o disposto no EDITAL e neste CONTRATO.

**PARTE (S):** o CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA.

**PLANO DE NEGÓCIO:** documento integrante da PROPOSTA COMERCIAL da LICITANTE VENCEDORA constituído pelo conjunto de análises e planejamento econômico-financeiro para a prestação dos SERVIÇOS, explicitando os meios pelos quais pretende cumprir os compromissos contratuais, devendo ser compatível com o planejamento físico correspondente. Esse documento indicará sinteticamente todos os fluxos desinflacionados de receitas e despesas estimados da CONCESSÃO (valores reais), e, utilizando-se da metodologia de fluxo de caixa descontado, apresentará expressamente sua Taxa Interna de Retorno do Projeto, sem alavancagem financeira, parâmetros esses que servirão de referência para eventual REVISÃO, observada a alocação de riscos prevista no CONTRATO.

**PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO:** o Plano Municipal de Saneamento exigido nos termos da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que constitui o Anexo VII deste Contrato.

**PROPOSTAS:** denominação conjunta da PROPOSTA TÉCNICA e da PROPOSTA COMERCIAL.

**PROPOSTA COMERCIAL:** proposta apresentada pela LICITANTE VENCEDORA, ora a CONCESSIONÁRIA, conforme Anexo III deste CONTRATO.

**PROPOSTA TÉCNICA:** proposta apresentada pela LICITANTE VENCEDORA, ora a CONCESSIONÁRIA, conforme Anexo II deste CONTRATO.

**REAJUSTE:** a correção periódica dos valores das TARIFAS e dos preços dos SERVIÇOS COMPLEMENTARES, para neutralizar os efeitos da inflação, dentro do prazo permitido por lei e de acordo com os critérios estabelecidos neste CONTRATO.

**RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS:** são as receitas alternativas, complementares, acessórias ou oriundas de projetos associados, que a CONCESSIONÁRIA poderá auferir, direta ou indiretamente, nos termos do EDITAL e deste CONTRATO, mediante prévia autorização pelo

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



CONCEDENTE, ressalvados os SERVIÇOS COMPLEMENTARES previstos no Anexo I já autorizados no EDITAL e neste CONTRATO.

**REGULAMENTO:** conjunto de normas que regulam a prestação dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO, contido no Anexo V.

**REVISÃO:** a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, por meio da alteração do valor das TARIFAS ou ainda pelas demais formas previstas no CONTRATO, tendo como referência o PLANO DE NEGÓCIO da CONCESSIONÁRIA e considerando a alocação de riscos prevista no CONTRATO.

**SERVIÇOS:** conjunto dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO e dos SERVIÇOS COMPLEMENTARES, incluindo sua gestão comercial;

**SERVIÇOS COMPLEMENTARES:** são os serviços auxiliares, complementares e correlatos aos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO, previstos no Anexo I;

**SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO:** os serviços de (i) captação, adução e tratamento de água bruta; (ii) adução, reservação e distribuição de água tratada; (iii) coleta, transporte, tratamento e disposição final de esgotos sanitários; e (iv) tratamento e destinação final do lodo.

**SISTEMA:** é o conjunto de bens, instalações, equipamentos, veículos, máquinas, aparelhos, edificações e acessórios integrantes ou necessários à manutenção do SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA e do SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO, bem como os necessários à gestão comercial dos SERVIÇOS;

**SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA:** conjunto de bens, instalações, equipamentos, máquinas, aparelhos, edificações e acessórios que compõem a infraestrutura para prestação dos serviços públicos de abastecimento público de água no âmbito da presente CONCESSÃO, abrangendo a captação, adução e tratamento de água bruta, incluindo o tratamento e destinação final do lodo, bem como a adução, reservação, distribuição e medição de água tratada;

**SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO:** conjunto de bens, instalações, equipamentos, máquinas, aparelhos, edificações e acessórios que compõem a infraestrutura para prestação dos serviços públicos de esgotamento sanitário no âmbito da presente CONCESSÃO, abrangendo a coleta, afastamento, transporte, tratamento, e disposição final adequada dos esgotos sanitários, incluindo o tratamento e destinação final do lodo.

**SISTEMA EXISTENTE:** é o SISTEMA existente na DATA DE ASSUNÇÃO, o qual será detalhado no Anexo VI – Termo de Transferência do SISTEMA EXISTENTE.

**TARIFA:** valor pecuniário a ser cobrado em virtude da prestação dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO, nos termos do EDITAL e deste CONTRATO;

**TERMO DE REFERÊNCIA:** o conjunto de elementos e dados para a prestação dos SERVIÇOS, incluindo o diagnóstico básico do SISTEMA, as especificações do serviço adequado, as metas

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



da CONCESSÃO, e as demais informações necessárias e suficientes para caracterizar o objeto da CONCESSÃO. O TERMO DE REFERÊNCIA compõe o Anexo IV do CONTRATO.

**USUÁRIOS:** a(s) pessoa(s) ou grupo de pessoas que se utiliza(m) dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO na ÁREA DE CONCESSÃO.

**VALOR DE OUTORGA:** valor fixo de R\$ 26.322.221,65, (Vinte e seis milhões, trezentos e vinte e dois mil, duzentos e vinte e um reais e sessenta e cinco centavos) a ser pago pela CONCESSIONÁRIA referente ao pagamento de água para o período de 24 (vinte e quatro) meses, junto a SEMASA e valor de R\$ 4.964.400,00 (quatro milhões, novecentos e sessenta e quatro mil e quatrocentos reais), em 35 parcelas anuais de R\$ 141.840,00 (cento e quarenta e um mil, oitocentos e quarenta reais), valor correspondente a 15 (quinze) salários mínimos para a locação de área no município de Itajaí para a instalação da infraestrutura de Captação de Água Bruta no Rio Itajaí-Mirim pelo período de 35 (trinta e cinco) anos, pagas ao CONCEDENTE nos termos da Cláusula 28 deste CONTRATO.

## **CLÁUSULA 2ª – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E REGRAS DE INTERPRETAÇÃO**

- 2.1 A CONCESSÃO e o CONTRATO são regidos pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e pelas seguintes leis e suas respectivas alterações: Lei Federal nº 11.445/07, Lei Federal nº 8.987/95, Lei Federal nº 9.074/95, Lei Orgânica Municipal e, ainda, subsidiariamente, no que couber, pela legislação correlata e Lei Federal nº 8.666/93.
- 2.2 A CONCESSÃO e o CONTRATO serão regidos também (i) pelas cláusulas e condições deste CONTRATO e dos seus Anexos, (ii) pelas disposições regulamentares da AGÊNCIA REGULADORA e do CONCEDENTE desde que compatíveis com a proteção do ato jurídico perfeito e que não entrem em conflito com normas de hierarquia superior ou com o CONTRATO e seus Anexos e, ainda, (iii) havendo a necessidade de suprir eventuais lacunas, pelos princípios da teoria geral dos contratos e pelas disposições do direito privado.
- 2.3 Para a solução de eventuais conflitos entre normas igualmente aplicáveis ao CONTRATO, adotar-se-á a seguinte ordem de prevalência entre as fontes normativas, sem prejuízo do disposto na legislação em vigor:
  - a) CONTRATO;
  - b) Anexos do CONTRATO; e
  - c) EDITAL.
- 2.4 Havendo divergência entre os Anexos, prevalecerá aquele de data mais recente.
- 2.5 No caso de divergências entre as regras previstas no presente CONTRATO e aquelas estabelecidas pela AGÊNCIA REGULADORA, prevalecerão as regras deste CONTRATO.
- 2.6 Os esclarecimentos prestados pelo CONCEDENTE durante a LICITAÇÃO serão vinculantes para as PARTES e quaisquer terceiros para efeito de interpretação do CONTRATO, exceto quanto a alterações supervenientes ao CONTRATO realizadas mediante termo aditivo que impactem diretamente o significado do esclarecimento prestado.

## **CLÁUSULA 3ª – ANEXOS**

- 3.1 Integram o CONTRATO, para todos os efeitos legais, os seguintes anexos:

Anexo I          Estrutura tarifária e SERVIÇOS COMPLEMENTARES.

Anexo II        PROPOSTA TÉCNICA da LICITANTE VENCEDORA.

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



Anexo III	PROPOSTA COMERCIAL da LICITANTE VENCEDORA.
Anexo IV	TERMO DE REFERÊNCIA para a prestação dos SERVIÇOS
Anexo V	Regulamento dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO
Anexo VI	Termo de Transferência do SISTEMA EXISTENTE
Anexo VII	PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
Anexo VIII	Indicadores de Desempenho e metas
Anexo IX	CONTRATO DE FORNECIMENTO
Anexo X	Matriz de Riscos
Anexo XI	Critérios para Reajuste e Revisão de Tarifas

3.2 O Anexo VI será firmado entre as PARTES e passará a integrar o CONTRATO na DATA DE ASSUNÇÃO.

#### **CLÁUSULA 4ª – REGIME JURÍDICO DO CONTRATO**

4.1 O regime jurídico deste CONTRATO confere ao Poder Público, na forma da legislação aplicável e deste CONTRATO, as prerrogativas de:

- alterar unilateralmente o CONTRATO para melhor adequação deste às finalidades de interesse público, assegurado sempre o seu equilíbrio econômico-financeiro, e sem prejuízo do disposto em 4.2 e 4.3 abaixo;
- promover a extinção do CONTRATO;
- fiscalizar a execução do CONTRATO;
- aplicar as sanções estipuladas neste CONTRATO, além das previstas em lei, em razão de sua inexecução parcial ou total.

4.2 As alterações de escopo ou da ÁREA DE CONCESSÃO dependerão de consenso entre as PARTES.

4.3 O CONCEDENTE não poderá alterar unilateralmente quaisquer regras deste CONTRATO e de seus Anexos relacionadas à metodologia e ao procedimento de recomposição de equilíbrio econômico-financeiro, REAJUSTE, REVISÃO, alocação de riscos, ou ainda quaisquer outras matérias essenciais para a verificação da equação econômico-financeira deste CONTRATO.

4.4 As competências relativas à fiscalização e aplicação de sanções serão exercidas por meio da AGÊNCIA REGULADORA, cabendo ao PODER CONCEDENTE acompanhar a execução contratual e solicitar providências que entender cabíveis junto à AGÊNCIA REGULADORA.

#### **CLÁUSULA 5ª – OBJETO**

5.1 Disciplinar a relação entre as PARTES na prestação dos SERVIÇOS pela CONCESSIONÁRIA na ÁREA DE CONCESSÃO, em caráter de exclusividade, nos termos da legislação aplicável referida na Cláusula Segunda, mediante a cobrança de TARIFA dos USUÁRIOS que se localizam na ÁREA DE CONCESSÃO, bem como dos respectivos

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



preços relativos aos SERVIÇOS COMPLEMENTARES, de acordo com as regras previstas neste CONTRATO e no EDITAL.

#### **CLÁUSULA 6ª – OBJETIVOS E METAS DA CONCESSÃO**

- 6.1 A CONCESSIONÁRIA deverá, obrigatoriamente, cumprir as metas previstas no presente CONTRATO, bem como no Anexo IV – Termo de Referência e Anexo VIII – Indicadores de Desempenho e metas.
- 6.2 O REGULAMENTO contido no Anexo V deste CONTRATO especifica as normas a serem observadas pela CONCESSIONÁRIA para prestação dos SERVIÇOS, inclusive quanto à relação entre a CONCESSIONÁRIA e os USUÁRIOS.
- 6.2.1 Os Indicadores de Desempenho têm como objetivo acompanhar a performance da CONCESSIONÁRIA na prestação dos SERVIÇOS ao longo da CONCESSÃO de acordo com o Anexo VIII.
- 6.3 A CONCESSIONÁRIA, nos projetos de ampliação e implantação do SISTEMA, deverá zelar pelas boas condições de saúde da população.
- 6.4 Na hipótese de a CONCESSIONÁRIA ficar impedida de prestar, total ou parcialmente, os SERVIÇOS, o CONCEDENTE promoverá a redução proporcional dos objetivos e metas da CONCESSÃO, limitada na parte do serviço em que for a CONCESSIONÁRIA impedida de prestar, sem prejuízo de cumprimento, se for o caso, das demais disposições deste CONTRATO aplicáveis à espécie, observada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.
- 6.5 As obrigações de investimento da CONCESSIONÁRIA, os prazos máximos de metas de universalização e os indicadores de desempenho relacionados aos investimentos ou metas de universalização somente poderão lhe ser exigidas na medida em que o CONCEDENTE obtenha as autorizações de acesso e de uso de áreas públicas fora do seu território.

#### **CLÁUSULA 7ª – PRAZO DA CONCESSÃO**

- 7.1 O prazo da CONCESSÃO é de 35 (trinta e cinco) anos, contados da DATA DE ASSUNÇÃO, podendo ser prorrogado exclusivamente como forma de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.

#### **CLÁUSULA 8ª – VALOR DO CONTRATO**

- 8.1 O valor estimado do CONTRATO corresponde a R\$ 2.825.821.570,00 (Dois bilhões, oitocentos e vinte e cinco milhões, oitocentos e vinte e um mil, quinhentos e setenta reais) referente ao total da receita estimada para o presente CONTRATO.

#### **CLÁUSULA 9ª – BENS INTEGRANTES DA CONCESSÃO**

- 9.1 A CONCESSÃO será integrada pelos bens componentes do SISTEMA EXISTENTE e, ainda, por todos os bens que venham a ser adquiridos ou construídos pela CONCESSIONÁRIA, ao longo do período de CONCESSÃO, vinculados e imprescindíveis à execução adequada dos SERVIÇOS, assim identificados na contabilidade da CONCESSIONÁRIA, os quais serão revertidos ao patrimônio do CONCEDENTE por ocasião da extinção do CONTRATO.
- 9.2 Os BENS INTEGRANTES DA CONCESSÃO somente poderão ser alienados ou onerados pela CONCESSIONÁRIA mediante expressa autorização do CONCEDENTE.
- 9.3 Os bens da CONCESSIONÁRIA que não estejam afetos à CONCESSÃO e, portanto, não sejam considerados como essenciais à execução dos SERVIÇOS, poderão ser onerados ou alienados pela CONCESSIONÁRIA, desde que tal oneração ou alienação não afete a

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



- qualidade dos SERVIÇOS prestados ou importe na diminuição das condições econômicas, técnicas ou operacionais da CONCESSIONÁRIA, para continuidade da adequada prestação dos SERVIÇOS.
- 9.4 Na DATA DE ASSUNÇÃO, as PARTES deverão assinar o Termo de Transferência do SISTEMA EXISTENTE – Anexo VI, que relacionará todos os bens afetos à CONCESSÃO e existentes nessa data, os quais serão cedidos sem qualquer ônus pelo CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA.
- 9.5 O CONCEDENTE obriga-se a entregar à CONCESSIONÁRIA os bens que compõem o SISTEMA EXISTENTE inteiramente livres e desembaraçados de quaisquer ônus, encargos ou impedimentos, de qualquer natureza, de forma que estejam inteiramente disponíveis para que a CONCESSIONÁRIA inicie a prestação dos SERVIÇOS.
- 9.6 A desocupação de imóveis irregularmente invadidos componentes do SISTEMA EXISTENTE, bem como dos que vierem a ser desapropriados ou objeto de servidão administrativa em virtude da CONCESSÃO, são de inteira responsabilidade do CONCEDENTE, assim como os custos daí advindos, inclusive no que toca à realocação de pessoas e/ou remoção de bens ou entulhos neles incorporados ou depositados.
- 9.7 Verificada a construção de edificações sobre trecho de rede do SISTEMA EXISTENTE de forma que reste prejudicada sua operação e/ou manutenção, caberá ao CONCEDENTE providenciar a remoção das pessoas e a liberação da área, a fim de que a rede possa ser livremente acessada pela CONCESSIONÁRIA; alternativamente, poderá o CONCEDENTE solicitar à CONCESSIONÁRIA que implante novo trecho de rede para atender a edificação em questão, a fim de evitar a necessidade de remoção das pessoas e demolição da edificação, mas, nesse caso, será devido o reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, para compensar os efeitos do novo trecho de rede não previsto no PLANO DE NEGÓCIO.
- 9.8 A cada 12 (doze) meses, contados da DATA DE ASSUNÇÃO, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar ao CONCEDENTE e à AGÊNCIA REGULADORA, para aprovação desta, inventário circunstanciado e atualizado dos BENS INTEGRANTES DA CONCESSÃO.
- 9.9 Os BENS INTEGRANTES DA CONCESSÃO deverão ser reformados, substituídos, conservados e, eventualmente, modernizados para o atingimento dos Indicadores de Desempenho, conforme Anexo VIII, de tal maneira que, quando devolvidos ao CONCEDENTE, encontrem-se em seu estado normal de utilização, inclusive, considerando o desgaste normal proveniente de seu funcionamento.

#### **CLÁUSULA 10 – CAPITAL SOCIAL MÍNIMO**

- 10.1 O capital social da CONCESSIONÁRIA deverá ser de, no mínimo, R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), devendo ser integralizado observando-se as regras abaixo:
- a) R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) antes da assinatura do CONTRATO;
  - b) R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) em até 12 (doze) meses contados a partir da DATA DE ASSUNÇÃO;
  - c) R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) em até 24 (vinte e quatro) meses contados a partir da DATA DE ASSUNÇÃO;
  - d) R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) em até 36 (trinta e seis) meses contados a partir da DATA DE ASSUNÇÃO.

#### **CLÁUSULA 11 – FINANCIAMENTOS**

- 11.1 A CONCESSIONÁRIA é a única responsável pela obtenção dos recursos financeiros necessários à prestação dos SERVIÇOS, podendo escolher, a seu critério e de acordo com sua própria avaliação, as modalidades e tipos de financiamento

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



disponíveis no mercado, assumindo os riscos relacionados à liquidação de tais financiamentos.

- 11.2 A CONCESSIONÁRIA, nos contratos de financiamento contratados ou como contra-garantia de operações de crédito vinculadas ao cumprimento das obrigações deste CONTRATO, poderá oferecer em garantia os direitos emergentes da CONCESSÃO, aí expressamente abrangidos os direitos creditórios relativos às receitas decorrentes das TARIFAS, as RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS ou decorrentes dos SERVIÇOS COMPLEMENTARES e os bens porventura adquiridos ou construídos pela CONCESSIONÁRIA em conexão com os SERVIÇOS, podendo, para tanto, ceder fiduciariamente, vincular, empenhar, hipotecar, gravar, ou por qualquer forma constituir ônus real sobre os direitos princip
- 11.3 ais e acessórios aqui referidos.
- 11.4 Também poderão ser oferecidas em garantia aos financiadores as ações representativas do capital social da CONCESSIONÁRIA, sob a forma de cessão, usufruto ou penhor, expressamente abrangidos todos os títulos, valores mobiliários, respectivos rendimentos (dividendos e juros sobre capital próprio) e quaisquer outros bens eventualmente adquiridos com o produto da realização de tal garantia.
- 11.5 A constituição das garantias referidas nos itens 11.2 e 11.4 supra deverá ser comunicada ao CONCEDENTE no prazo de até 60 (sessenta) dias contados de seu registro nos órgãos competentes e acompanhada de sumário descritivo informando as condições, os prazos e a modalidade de financiamento contratado.
- 11.6 Para garantir contratos de mútuo de longo prazo, em qualquer de suas modalidades, destinados a investimentos relacionados a este CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA poderá ceder ao mutuante, mediante notificação formal ao CONCEDENTE, em caráter fiduciário, parcela de seus créditos operacionais futuros, observadas as condições do artigo 28-A, da Lei Federal nº 8.987/95.
- 11.7 A CONCESSIONÁRIA não poderá opor ao CONCEDENTE, por conta dos financiamentos de que trata esta Cláusula, quaisquer exceções ou meios de defesa como justificativa para o descumprimento de qualquer condição estabelecida neste CONTRATO.
- 11.8 O CONCEDENTE se compromete a auxiliar a CONCESSIONÁRIA com os documentos, informações e prática de atos necessários à obtenção de recursos e/ou na prestação de garantias.
- 11.9 Sempre que solicitado pelo financiador, o CONCEDENTE se compromete também a participar, na qualidade de interveniente-anuente, da celebração dos documentos relacionados à obtenção de financiamentos e/ou prestação de garantias.
- 11.9.1 O CONCEDENTE compromete-se a cooperar com a CONCESSIONÁRIA, no que couber, para facilitar a constituição da garantia e a concessão do financiamento, manifestando, se for o caso, expressamente a sua anuência e prestando esclarecimentos na forma da legislação aplicável, sempre que necessário ou assim requerido pelos financiadores.
- 11.9.2 A CONCESSIONÁRIA poderá solicitar ao CONCEDENTE, mediante notificação, o pagamento de indenizações e valores relativos a este CONTRATO diretamente aos financiadores, até o limite dos créditos vencidos e exigíveis segundo os respectivos contratos de financiamento, observadas as demais disposições e limites previstos neste CONTRATO.

## CLÁUSULA 12 – SERVIÇO PÚBLICO ADEQUADO

- 12.1 A CONCESSIONÁRIA, durante todo o prazo da CONCESSÃO, a partir da DATA DE ASSUNÇÃO, deverá prestar os SERVIÇOS de acordo com o disposto neste CONTRATO, visando ao pleno e satisfatório atendimento dos USUÁRIOS.

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



- 12.2 Para os efeitos do que estabelece o item 12.1 anterior e sem prejuízo do disposto no REGULAMENTO, serviço adequado é o que tem condições efetivas de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade e cortesia na sua prestação e modicidade das TARIFAS cobradas dos USUÁRIOS.
- 12.3 Ainda para os fins previstos no item 12.2 anterior, considera-se:
- a) regularidade: a prestação dos SERVIÇOS nas condições estabelecidas neste CONTRATO, no REGULAMENTO e em outras normas técnicas em vigor;
  - b) continuidade: a prestação dos SERVIÇOS de modo contínuo, sem interrupções, exceto nas situações previstas neste CONTRATO, no REGULAMENTO e nas demais normas em vigor;
  - c) eficiência: a execução dos SERVIÇOS de acordo com as normas técnicas aplicáveis e em padrões satisfatórios estabelecidos no REGULAMENTO, que assegurem, qualitativa e quantitativamente, em caráter permanente, o cumprimento dos objetivos e das metas da CONCESSÃO;
  - d) segurança: a execução dos SERVIÇOS com a utilização de técnicas que visem à prevenção de danos aos USUÁRIOS, aos empregados da CONCESSIONÁRIA e às instalações do serviço, em condições de factibilidade econômica.
  - e) atualidade: modernidade das técnicas, dos equipamentos e das instalações, sua conservação e manutenção, de forma a garantir o atingimento dos Indicadores de Desempenho previstos no Anexo VIII, bem como a melhoria e expansão dos SERVIÇOS;
  - f) generalidade: universalidade do direito ao atendimento dos SERVIÇOS, em conformidade com os termos deste CONTRATO, do REGULAMENTO e demais normas aplicáveis;
  - g) cortesia na prestação dos serviços: tratamento aos USUÁRIOS com civilidade e urbanidade, assegurando o amplo acesso para a apresentação de reclamações;
  - h) modicidade das TARIFAS: a justa correlação entre os encargos da CONCESSÃO e as TARIFAS pecuniárias pagas pelos USUÁRIOS.

### **CLÁUSULA 13 – DAS TARIFAS E PREÇOS DOS SERVIÇOS COMPLEMENTARES**

- 13.1 Em conformidade com o disposto no CONTRATO, particularmente no REGULAMENTO e no Anexo I – Estrutura Tarifária, caberá à CONCESSIONÁRIA realizar a medição do consumo de água, bem como a emissão das faturas relativas aos SERVIÇOS.
- 13.2 Compete à CONCESSIONÁRIA a instalação de hidrômetros para medição do consumo de água proveniente de poços artesianos, cabendo-lhe, ainda, em relação a estes USUÁRIOS, promover a cobrança dos serviços de esgotamento sanitário na proporção de 100% do consumo de água medido, nos termos do presente CONTRATO e do REGULAMENTO.
- 13.3 As TARIFAS e a estrutura tarifária aplicável à CONCESSÃO são aquelas apresentadas em conformidade com o Anexo I – Estrutura Tarifária e Anexo III – Proposta Comercial do CONTRATO, que entram em vigor na DATA DE ASSUNÇÃO.
- 13.4 As TARIFAS e os preços dos SERVIÇOS COMPLEMENTARES serão preservados pelas regras de REAJUSTE e REVISÃO previstas na Lei Federal nº 8.987/95, na Lei Federal nº 11.445/07, e nas Leis Municipais aplicáveis, bem como pelas regras previstas neste CONTRATO e Anexo XI - Critérios para Reajuste e Revisão de Tarifas, com a finalidade de assegurar às PARTES, durante todo o prazo da CONCESSÃO, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



## **CLÁUSULA 14 – AUMENTOS TARIFÁRIOS VINCULADOS A INVESTIMENTOS**

- 14.1 Conforme autorizado no EDITAL, a LICITANTE VENCEDORA considerou na sua proposta os seguintes aumentos reais tarifários, os quais poderão ser exigidos pela CONCESSIONÁRIA e deverão ser aplicados conforme as condições abaixo estabelecidas:
- a) 12,0% (doze por cento) sobre as TARIFAS vigentes por ocasião da entrada em operação da Estação de Tratamento de Água prevista no TERMO DE REFERÊNCIA; e
  - b) 8% (oito por cento) sobre as TARIFAS vigentes por ocasião da entrada em operação da Estação de Tratamento de Esgoto prevista no TERMO DE REFERÊNCIA.
- 14.2 A CONCESSIONÁRIA notificará a AGÊNCIA REGULADORA acerca da entrada em operação da respectiva estação, a qual, por sua vez, terá até 10 (dez) dias úteis, contados da data do recebimento da notificação para confirmar o evento em questão.
- 14.3 Havendo o reconhecimento pela AGÊNCIA REGULADORA de que a estação se encontra em condições adequadas de operação ou decorrido o prazo estabelecido em 14.2 sem manifestação da AGÊNCIA REGULADORA, a CONCESSIONÁRIA comunicará aos USUÁRIOS as novas TARIFAS, majoradas conforme a aplicação dos percentuais estabelecidos em 14.1 acima, devendo tal comunicação ser realizada mediante publicação em jornal de grande circulação no âmbito da ÁREA DE CONCESSÃO, observada uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data da entrada em vigor das novas TARIFAS.
- 14.4 Na hipótese em que a AGÊNCIA REGULADORA aponte a ausência de condições adequadas para operação da respectiva estação, a CONCESSIONÁRIA poderá sanar os problemas detectados e iniciar novamente o procedimento previsto em 14.2.
- 14.5 Se houver divergência insuperável entre a AGÊNCIA REGULADORA e a CONCESSIONÁRIA acerca das condições de operação da estação, a CONCESSIONÁRIA poderá recorrer à Mediação Técnica conforme prevista neste CONTRATO.
- 14.5.1 Na hipótese de recurso à Mediação Técnica, caso a decisão seja favorável à CONCESSIONÁRIA, os efeitos do atraso na aplicação do aumento tarifário serão compensados a fim de manter o equilíbrio econômico-financeiro da CONCESSÃO.
- 14.6 A fim de evitar mais de uma alteração no valor das TARIFAS em período inferior a 12 (doze) meses, e desde que a AGÊNCIA REGULADORA esteja de acordo, a CONCESSIONÁRIA poderá optar por postergar o aumento tarifário para a próxima data de REAJUSTE, caso em que os efeitos financeiros dessa postergação deverão ser compensados, com o objetivo de manter intacto o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.
- 14.7 Caso a CONCESSIONÁRIA, ao longo do período da CONCESSÃO, venha a ser favorecida por algum incentivo ou benefício fiscal instituído por qualquer esfera de Governo, inclusive, mas não se limitando a, o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura – REIDI, deverá compartilhar com os USUÁRIOS os ganhos econômicos daí advindos, refletindo, preferencialmente, nas TARIFAS.

## **CLÁUSULA 15– FONTES DE RECEITA**

- 15.1 A CONCESSIONÁRIA terá direito a receber, pela prestação dos SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO, a TARIFA conforme disposto no CONTRATO.

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



- 15.2 A CONCESSIONÁRIA terá, igualmente, direito de auferir a receita decorrente dos SERVIÇOS COMPLEMENTARES prestados aos USUÁRIOS.
- 15.3 Os valores relativos aos SERVIÇOS COMPLEMENTARES são os constantes do Anexo I – Estrutura Tarifária deste CONTRATO e serão reajustados nos mesmos percentuais e na mesma ocasião do REAJUSTE das TARIFAS, para o fim de manter-se inalterado o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.
- 15.4 A CONCESSIONÁRIA poderá, a partir da DATA DE ASSUNÇÃO e mediante prévia aprovação do CONCEDENTE, auferir RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS, desde que não acarretem prejuízo à normal prestação dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO, observado o disposto no artigo 11 da Lei Federal nº 8.987/95, ressalvados os SERVIÇOS COMPLEMENTARES, já autorizados neste CONTRATO e no EDITAL.
- 15.5 Todas as receitas auferidas pela CONCESSIONÁRIA deverão ser registradas nos termos estabelecidos nas normas da AGÊNCIA REGULADORA e na legislação vigente, devendo todas as informações inerentes à CONCESSÃO ser disponibilizadas ao CONCEDENTE, à AGÊNCIA REGULADORA e aos demais órgãos de fiscalização.

#### **CLÁUSULA 16 – SISTEMA DE COBRANÇA**

- 16.1 As TARIFAS serão cobradas dos USUÁRIOS que se localizem na ÁREA DE CONCESSÃO.
- 16.2 A cobrança das TARIFAS aplicáveis aos volumes de água e de esgoto sanitário dar-se-á com base nos Anexos I – Estrutura Tarifária e Anexo III – Proposta Comercial deste CONTRATO, de forma a possibilitar a devida remuneração do capital investido, tendo em vista o previsto no PLANO DE NEGÓCIO contemplado na PROPOSTA COMERCIAL da LICITANTE VENCEDORA, bem como a recuperação de todos os custos necessários à prestação dos SERVIÇOS, particularmente os custos de investimento, operação e manutenção, observados, ainda, os termos do REGULAMENTO.
- 16.3 Serão também lançados nas contas de consumo dos USUÁRIOS, quando for o caso, os valores correspondentes às multas e aos SERVIÇOS COMPLEMENTARES eventualmente executados, de acordo com o estabelecido no REGULAMENTO e neste CONTRATO.
- 16.4 As contas de consumo dos USUÁRIOS devem veicular as informações exigidas pelas normas da AGÊNCIA REGULADORA.
- 16.5 A CONCESSIONÁRIA, na forma da lei aplicável, poderá incluir na fatura dos SERVIÇOS valores relacionados a outros serviços públicos prestados aos USUÁRIOS, desde que com a concordância destes.

#### **CLÁUSULA 17 – EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO**

- 17.1 Constitui condição fundamental do regime jurídico da CONCESSÃO, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro deste CONTRATO.
- 17.2 É pressuposto básico da equação econômico-financeira que regula as relações entre CONCEDENTE e CONCESSIONÁRIA o permanente equilíbrio entre os encargos da CONCESSIONÁRIA e as receitas da CONCESSÃO, conforme refletida no PLANO DE NEGÓCIO da CONCESSIONÁRIA.
- 17.3 Caberá a recomposição do equilíbrio-econômico financeiro para efetivação da Cláusula 29 – Alocação de Riscos deste CONTRATO e do Anexo X – Matriz de Riscos, ou quando houver alteração do escopo do CONTRATO e seus Anexos, desde que se verifique para a CONCESSIONÁRIA a modificação dos custos ou das receitas, para mais ou para menos, tendo em vista o previsto no PLANO DE NEGÓCIO.

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



- 17.4 A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro tem o objetivo de neutralizar o impacto positivo ou negativo, sobre o fluxo de caixa da CONCESSÃO, do evento cujo risco de ocorrência não tenha sido integralmente alocado à CONCESSIONÁRIA.
- 17.5 Utilizar-se-á, para apuração do valor devido a título de reequilíbrio, a planilha constante do PLANO DE NEGÓCIO da CONCESSIONÁRIA, tendo em vista a manutenção da Taxa Interna de Retorno do Projeto e das demais premissas financeiras da PROPOSTA da CONCESSIONÁRIA.
- 17.6 A PARTE interessada deverá encaminhar à AGÊNCIA REGULADORA, no âmbito de REVISÃO ordinária ou extraordinária, o respectivo requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro.
- 17.6.1 O referido requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro deverá conter todas as informações e dados necessários para sua análise, acompanhado de PLANO DE NEGÓCIO atualizado para refletir o pleito, bem como de “relatório técnico” ou “laudo pericial” que demonstre, inequivocamente, o impacto ou a repercussão dos eventos sobre os principais componentes de custos e receitas da CONCESSIONÁRIA, observada a alocação de riscos prevista na Cláusula 29 – Alocação de Riscos e no Anexo X – Matriz de Riscos.
- 17.7 A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro se dará preferencialmente mediante alteração das TARIFAS e/ou dos preços dos SERVIÇOS COMPLEMENTARES, sem prejuízo da possibilidade de, se houver acordo entre CONCEDENTE e CONCESSIONÁRIA, aplicar-se qualquer outro meio legal e juridicamente possível, de forma complementar ou alternativa, tais como:
- a) alteração dos prazos para o cumprimento das metas da CONCESSÃO;
  - b) supressão ou aumento de encargos para a CONCESSIONÁRIA;
  - c) compensação financeira;
  - d) alteração do prazo da CONCESSÃO;
  - e) combinação das alternativas referidas nas alíneas “a” a “d”; e
  - f) outras alternativas admitidas legalmente.
- 17.8 A AGÊNCIA REGULADORA terá o prazo de até 60 (sessenta) dias corridos, contados da data em que houver recebido o requerimento de reequilíbrio, para se pronunciar a respeito.
- 17.8.1 Recebido o requerimento, em até 05 (cinco) dias, a AGÊNCIA REGULADORA deverá abrir vistas à PARTE adversa para que esta se manifeste sobre o pleito apresentado pela PARTE interessada; a ausência de manifestação não obstará o prosseguimento da análise pela AGÊNCIA REGULADORA.
- 17.9 O prazo a que se refere o item 17.8 poderá ser suspenso uma única vez, caso a AGÊNCIA REGULADORA solicite, à PARTE interessada no reequilíbrio, a apresentação de informações adicionais, voltando a contagem dos dias restantes a fluir a partir do cumprimento dessa exigência.
- 17.10 Aprovado o requerimento apresentado pela PARTE interessada ou outra forma de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro prevista no item 17.7, a AGÊNCIA REGULADORA notificará formalmente as PARTES a respeito, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data de sua decisão.
- 17.11 Na hipótese a AGÊNCIA REGULADORA não concordar, total ou parcialmente, com o requerimento apresentado pela PARTE interessada no reequilíbrio, deverá notificar ambas as PARTES, fundamentadamente, dentro do prazo aludido no item 17.8 acima, acerca das razões de sua inconformidade, fixando, se for o caso, os novos valores de TARIFAS e de preços de SERVIÇOS COMPLEMENTARES a serem

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



praticados e/ou a forma alternativa de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.

- 17.12 Caso qualquer das PARTES permaneça inconformada com a decisão final da AGÊNCIA REGULADORA, poderá se valer da Mediação Técnica, para discutir a divergência, sendo a CONCESSIONÁRIA autorizada a implementar desde logo os novos valores de TARIFAS e preços de SERVIÇOS COMPLEMENTARES aprovados pela AGÊNCIA REGULADORA.
- 17.13 No prazo máximo de 10 (dez) dias corridos contados do recebimento da notificação a que se refere o item 17.10 ou 17.11, sem prejuízo do disposto no item 17.12, as PARTES deverão celebrar o respectivo Termo Aditivo ao CONTRATO, ao qual será anexado a versão atualizada do PLANO DE NEGÓCIO, com a interveniência-anuência da AGÊNCIA REGULADORA, cujo extrato deverá ser publicado pelo CONCEDENTE na imprensa oficial.
- 17.14 Em qualquer caso, havendo alteração nos valores das TARIFAS e/ou dos preços dos SERVIÇOS COMPLEMENTARES, a CONCESSIONÁRIA dará ampla divulgação aos USUÁRIOS acerca dos novos valores, mediante publicação em jornal de grande circulação no âmbito da ÁREA DE CONCESSÃO, observada uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias anteriores à data da sua entrada em vigor.

## CLÁUSULA 18 – REAJUSTE

- 18.1 Os valores das TARIFAS e dos preços dos SERVIÇOS COMPLEMENTARES serão reajustados a cada ciclo de 12 (doze) meses, a contar da DATA BASE, utilizando-se a fórmula seguinte:

$$IR=[P1(IMOi/IMOO) + P2(IEEi/IEEO) + P3(IPCAi/IPCAo) + P4(INCCi/INCCo)] * Fe$$

Onde:

P1 = 0,26 (zero vírgula vinte e seis)  
P2 = 0,07 (zero vírgula zero sete)  
P3 = 0,32 (zero vírgula trinta e dois) e  
P4 = 0,35 (zero vírgula trinta e cinco)

IMOi – é o Índice de reajuste da Mão de Obra, ICC – Índice de Mão de Obra – coluna 56 conforme divulgado pela Fundação Getúlio Vargas para o MÊS DE REFERÊNCIA;

IMOO – é o Índice de reajuste da Mão de Obra, ICC – Índice de Mão de Obra – coluna 56, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas para o mês da DATA BASE;

IEEi – é o valor da energia elétrica praticado pela companhia distribuidora local (CELESC) no MÊS DE REFERÊNCIA, conforme TABELA 1 – TARIFAS DE APLICAÇÃO E BASE ECONÔMICA PARA O GRUPO B, Sub-Grupo B3 Convencional (TSUD + TE em R\$/MWh) estabelecido a partir de Resolução Homologatória publicada pela ANEEL.

IEEO – é o valor da energia elétrica praticado pela companhia distribuidora local (CELESC) no MÊS da DATA BASE conforme TABELA 1 – TARIFAS DE APLICAÇÃO E BASE ECONÔMICA PARA O GRUPO B, Sub-Grupo B3 Convencional (TSUD + TE em R\$/MWh), estabelecido a partir de Resolução Homologatória publicada pela ANEEL.

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



IPCAi – é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE para o MÊS DE REFERÊNCIA;

IPCAo – é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE para o mês da DATA BASE;

INCCi – é o Índice Nacional de Custos da Construção divulgado pela Fundação Getúlio Vargas;

INCCo - é o Índice Nacional de Custos da Construção divulgado pela Fundação Getúlio Vargas para o mês da DATA BASE.

Fe – é o Fator de Eficiência, conforme definido na Cláusula 1ª deste CONTRATO, que será calculado de acordo com os critérios constantes do Anexo XI.

18.2 Considerar-se-á, para aplicação do primeiro REAJUSTE, a variação acumulada a partir do mês da DATA BASE até o primeiro MÊS DE REFERÊNCIA após a DATA DE ASSUNÇÃO, considerando um ciclo de 12 (doze) meses.

1.1.1. Para os REAJUSTES seguintes, será considerada a variação acumulada nos 12 (doze) meses subsequentes, e assim sucessivamente.

18.3 O cálculo do REAJUSTE será elaborado pela CONCESSIONÁRIA, em até 5 (cinco) dias úteis contados da última publicação oficial mensal relativa aos índices referidos na fórmula constante do item 18.1.

18.3.1 Ao final do prazo referido no item 18.3, a CONCESSIONÁRIA deverá encaminhar à AGÊNCIA REGULADORA a memória de cálculo de aplicação do REAJUSTE.

18.4 A AGÊNCIA REGULADORA terá o prazo de até 10 (dez), a contar do recebimento da memória de cálculo realizada pela CONCESSIONÁRIA, para manifestação sobre o REAJUSTE.

18.4.1 No prazo referido no item 18.4, a AGÊNCIA REGULADORA deverá apontar eventuais erros materiais da memória de cálculo apresentada, sendo inadmissível qualquer outro motivo para obstar o REAJUSTE.

18.4.2 O prazo a que alude o item 18.4 poderá ser suspenso uma única vez, caso a AGÊNCIA REGULADORA determine a apresentação pela CONCESSIONÁRIA de informações adicionais sobre a memória de cálculo, reiniciando-se a contagem do prazo na data em que a CONCESSIONÁRIA cumprir a referida determinação.

18.4.3 Havendo o apontamento de erro material, a AGÊNCIA REGULADORA deverá indicar o percentual incontroverso de REAJUSTE que poderá ser aplicado pela CONCESSIONÁRIA, após a divulgação conforme disposto em 18.5 abaixo.

18.4.4 Se discordar da alegação de erro material, a CONCESSIONÁRIA poderá solicitar a reconsideração da glosa realizada pela AGÊNCIA REGULADORA, e, não havendo reconsideração por parte da AGÊNCIA REGULADORA, ser-lhe-á permitido recorrer à Mediação Técnica prevista no CONTRATO.

18.4.5 Verificada a correção da memória de cálculo do REAJUSTE, a AGÊNCIA REGULADORA deverá homologá-lo, notificando formalmente a CONCESSIONÁRIA a respeito em até 5 (cinco) dias, autorizando a cobrança da TARIFA reajustada no prazo indicado.

18.4.6 Não havendo manifestação da AGÊNCIA REGULADORA no prazo aludido em 18.4 acima, a CONCESSIONÁRIA procederá à divulgação dos novos valores de TARIFAS e de preços dos SERVIÇOS COMPLEMENTARES, conforme disposto em 18.5 abaixo.

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



- 18.5 Em qualquer caso, a CONCESSIONÁRIA dará ampla divulgação aos USUÁRIOS dos novos valores das TARIFAS e dos preços dos SERVIÇOS COMPLEMENTARES, mediante publicação em jornal de grande circulação na ÁREA DE CONCESSÃO, observada uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias anteriores à data da entrada em vigor dos novos valores.

## **CLÁUSULA 19 – REVISÕES ORDINÁRIAS E EXTRAORDINÁRIAS**

- 19.1 A cada 4 (quatro) anos, a contar do mês da DATA BASE, inclusive, promover-se-á REVISÃO ordinária para assegurar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da CONCESSÃO conforme a Cláusula 17, tendo em vista o PLANO DE NEGÓCIO e a alocação de riscos prevista na Cláusula 29 e no Anexo X – Matriz de Riscos, objetivando, ainda, a distribuição de parte dos ganhos de produtividade com os USUÁRIOS e a reavaliação das condições de mercado. A PARTE interessada deverá encaminhar à AGÊNCIA REGULADORA, com até 120 (cento e vinte) dias de antecedência do encerramento do MÊS DE REFERÊNCIA, o requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro, observado o procedimento previsto na Cláusula 17.
- 19.1.1 O cálculo do FATOR Fe considerará o atendimento dos Indicadores de Desempenho, o que resultará na manutenção ou redução do percentual que será aplicado ao REAJUSTE, nos termos da fórmula paramétrica prevista no item 18.1.
- 19.2 A qualquer tempo, as PARTES estarão autorizadas a requerer a REVISÃO extraordinária para assegurar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da CONCESSÃO conforme a Cláusula 17, tendo em vista o PLANO DE NEGÓCIO e a alocação de riscos prevista na Cláusula 29 e no Anexo X – Matriz de Riscos.
- 19.3 Determinado evento ou fato que tenha dado origem à REVISÃO para atingir a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO não poderá ser novamente invocado para fim de ulteriores REVISÕES.
- 19.4 Sempre que se efetivar a REVISÃO, considerar-se-á restabelecido o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, ressalvada a hipótese de recomposição parcial por acordo entre as PARTES, de forma que os valores não compensados deverão ser objeto de novo procedimento de REVISÃO extraordinária ou serem incluídos na REVISÃO ordinária seguinte.

## **CLÁUSULA 20 – NOVOS INVESTIMENTOS**

- 20.1 Será permitida a alteração do CONTRATO, por acordo entre as PARTES, para o acréscimo de novos investimentos não previstos originariamente no PLANO DE NEGÓCIOS, desde que atendido o interesse público e observados os princípios da economicidade e eficiência.
- 20.2 Havendo interesse do CONCEDENTE em que a CONCESSIONÁRIA faça investimentos não previstos originariamente no PLANO DE NEGÓCIO, o CONCEDENTE solicitará à CONCESSIONÁRIA a elaboração de estudos para a implantação do novo investimento, abrangendo, necessariamente, planilha orçamentária e memorial descritivo (incluindo as características técnicas e o prazo de execução), assim como uma nova versão do PLANO DE NEGÓCIO, abrangendo o referido investimento.
- 20.3 Se, independentemente de provocação pelo CONCEDENTE, a CONCESSIONÁRIA vier a verificar a necessidade do novo investimento não previsto originariamente, esta deverá comunicar o CONCEDENTE, subsidiando-o com uma análise preliminar sobre a conveniência de executar o investimento, incluindo planilha

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



- orçamentária e memorial descritivo, caso em que o CONCEDENTE poderá autorizar a CONCESSIONÁRIA a realizar os estudos, nos termos do item 20.2 acima.
- 20.4 Os estudos a que se refere o item 20.2 deverão ser encaminhados ao CONCEDENTE e à AGÊNCIA REGULADORA no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contados da sua solicitação ou autorização oficial, para fins de análise técnica e econômico-financeira.
- 20.4.1 A AGÊNCIA REGULADORA e o CONCEDENTE deverão analisar os referidos estudos no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir de seu recebimento.
- 20.5 Havendo interesse em prosseguir com a execução dos investimentos não previstos originariamente no PLANO DE NEGÓCIO, as PARTES deverão celebrar o respectivo Termo Aditivo ao CONTRATO, atualizando o PLANO DE NEGÓCIO para contemplar esse novo investimento e procedendo às medidas de reequilíbrio econômico-financeiro que se fizerem necessárias.
- 20.6 Caso necessário, a AGÊNCIA REGULADORA e o CONCEDENTE poderão solicitar à CONCESSIONÁRIA, de forma objetiva e motivada, informações adicionais e/ou alterações nos estudos técnicos e econômico-financeiros, devendo fazê-lo no prazo previsto no item 20.4.1, cabendo à CONCESSIONÁRIA providenciar o que lhe for solicitado em prazo razoável.
- 20.7 Em nenhuma hipótese a CONCESSIONÁRIA será obrigada a executar investimentos não previstos originariamente no PLANO DE NEGÓCIO se não houver acordo sobre o impacto do novo investimento no PLANO DE NEGÓCIO e as medidas de reequilíbrio econômico-financeiro.

## **CLÁUSULA 21 – DIREITOS E DEVERES DOS USUÁRIOS**

21.1. Todos os USUÁRIOS situados nas áreas atendidas pela CONCESSIONÁRIA têm o direito de acesso às redes públicas de fornecimento de água potável e a sistemas de coleta de esgotos, nos termos e prazos definidos no presente CONTRATO.

21.1.1. A pedido do titular do imóvel ou seu representante, e às suas expensas, os ramais prediais de água serão implantados pela CONCESSIONÁRIA, desde que haja disponibilidade técnica da rede distribuidora e satisfeitas as exigências estabelecidas em normas e instruções regulamentares.

21.1.2. Toda edificação permanente urbana será obrigatoriamente conectada às redes públicas de esgotamento sanitário disponíveis, estando sujeita ao pagamento de tarifas decorrentes da conexão ou da disponibilidade para uso desses serviços. Transcorridos 30 (trinta) dias contados a partir da notificação enviada pela CONCESSIONÁRIA, sem que tenha sido implementada, pelo notificado, a conexão física da edificação a que se refere o item 21.1.2 anterior, sem prejuízo das sanções legais e contratuais aplicáveis, será cobrada fatura de acordo com cada categoria, conforme disposto no Anexo I – Estrutura Tarifária deste CONTRATO.

21.1. Constituem direitos e deveres dos USUÁRIOS, sem prejuízo do disposto na legislação aplicável, neste CONTRATO e no REGULAMENTO:

- 1) receber os SERVIÇOS em condições adequadas, de acordo com o previsto neste CONTRATO e, em contrapartida, pagar a respectiva TARIFA;
- 2) receber do CONCEDENTE e da CONCESSIONÁRIA as informações necessárias para a defesa dos interesses individuais ou coletivos;

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



- 3) levar ao conhecimento da CONCESSIONÁRIA as irregularidades das quais venham a ter conhecimento, referentes à CONCESSÃO;
  - 4) comunicar ao CONCEDENTE os atos ilícitos ou irregulares porventura praticados pela CONCESSIONÁRIA ou seus prepostos na execução do CONTRATO;
  - 5) utilizar os SERVIÇOS de forma racional e parcimoniosa, evitando os desperdícios e colaborando com a preservação dos recursos naturais;
  - 6) quando solicitado, prestar as informações necessárias para que o serviço possa-lhe ser prestado de forma adequada e racional, responsabilizando-se pela incorreção ou omissão;
  - 7) contribuir para a permanência das boas condições do SISTEMA e dos bens públicos, por intermédio dos quais lhes é prestado os SERVIÇOS;
  - 8) quando for constatada a inviabilidade técnica do USUÁRIO de se conectar ao sistema, após verificação feita pela CONCESSIONÁRIA, e desde que admitido por lei ou por outro instrumento de regulação, o USUÁRIO estará autorizado a manter sistema próprio de esgotamento sanitário que atenda integralmente a todas às normas aplicáveis, sendo plenamente responsável pelo referido sistema;
  - 9) manter-se adimplente no pagamento da TARIFA cobrada pelo fornecimento de água e pela prestação dos SERVIÇOS, nos termos do EDITAL, deste CONTRATO e do REGULAMENTO, sob pena de interrupção da prestação do serviço de abastecimento de água, após prévia comunicação ao USUÁRIO;
  - 10) pagar os valores cobrados pelos SERVIÇOS COMPLEMENTARES prestados pela CONCESSIONÁRIA, bem como pagar as penalidades legais em caso de inadimplemento;
  - 11) permitir a instalação de hidrômetro quando previamente notificado pela CONCESSIONÁRIA a respeito;
  - 12) cumprir o REGULAMENTO e demais legislação aplicável, inclusive a relativa a despejos industriais;
  - 13) receber da CONCESSIONÁRIA as informações necessárias à utilização dos SERVIÇOS;
  - 14) ter sob sua guarda e em bom estado os comprovantes de pagamento de débitos, os quais deverão ser apresentados para fins de conferência e comprovação de pagamento, quando solicitados, pelo prazo de até 1 (um) ano;
  - 15) franquear acesso aos hidrômetros, e/ou outros equipamentos destinados ao mesmo fim, conservando-os limpos, em locais acessíveis, seguros e asseados;
  - 16) observar e cumprir as normas emitidas pelas autoridades competentes.
- 20.8 A falta de pagamento dos valores devidos pelos USUÁRIOS, na data de seu vencimento, acarretará a incidência de encargos de mora e demais sanções cabíveis, na forma prevista nos atos de regulação, deste CONTRATO e no REGULAMENTO.

## **CLÁUSULA 22 – DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO PODER CONCEDENTE**

- 22.1 Sem prejuízo de suas demais obrigações, incumbe ao CONCEDENTE:
- 1) cumprir e fazer cumprir, com o auxílio da AGÊNCIA REGULADORA, as disposições legais, regulamentares e contratuais pertinentes à CONCESSÃO, zelando pela boa qualidade dos SERVIÇOS;
  - 2) impor aos USUÁRIOS a obrigação de se conectar ao SISTEMA, assim que for tecnicamente possível;
  - 3) intervir na CONCESSÃO e retomar a operação dos serviços delegados, por indicação da AGÊNCIA REGULADORA, nos casos e nas condições previstos neste EDITAL e no CONTRATO;

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



- 4) alterar unilateralmente o CONTRATO, desde que seja mantido o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, nos termos nele previstos;
- 5) extinguir a CONCESSÃO nos casos previstos em lei e no CONTRATO, observados os princípios do devido processo legal e ampla defesa;
- 6) emitir declaração de utilidade pública, inclusive em caráter de urgência, e promover desapropriação ou instituição de servidão administrativa, estabelecer limitações administrativas e autorizar ocupações temporárias de todos os bens imóveis para assegurar a realização e a conservação de serviços e obras vinculados à CONCESSÃO, observado o disposto no CONTRATO, arcando com os respectivos custos;
- 7) obter e disponibilizar à CONCESSIONÁRIA todas as autorizações de acesso e de uso de áreas públicas, bem como todas as declarações de utilidade pública relativas a desapropriações e/ou servidões administrativas necessárias à implantação de redes e/ou execução de outras obras abrangidas pelo CONTRATO, arcando com os respectivos custos;
- 8) obter e disponibilizar, no prazo de 90 (noventa) dias a contar data de assinatura do CONTRATO, (a) a outorga para captação de água, (b) a licença prévia para captação, adução e tratamento de água a fim de obter a independência em relação ao CONTRATO DE FORNECIMENTO, (c) todas as autorizações de acesso e de uso de áreas públicas fora do território do CONCEDENTE, bem como (d) todas as declarações de utilidade pública relativas a desapropriações e/ou servidões administrativas em áreas fora do seu território necessárias à implantação de redes e/ou execução de outras obras abrangidas pelo CONTRATO, arcando com o respectivo custo;
- 9) responsabilizar-se também pela realocação de pessoas e/ou bens, bem como de entulhos e outros resíduos, com o objetivo de disponibilizar à CONCESSIONÁRIA o SISTEMA EXISTENTE em plenas condições de acessibilidade para a adequada prestação dos SERVIÇOS, bem como arcar com os custos daí advindos;
- 10) estimular o aumento da qualidade, produtividade, preservação do meio ambiente e conservação;
- 11) assegurar à CONCESSIONÁRIA a plena utilização dos bens afetos à CONCESSÃO em face de qualquer instância do Poder Público, de quaisquer de suas esferas;
- 12) pagar à CONCESSIONÁRIA as indenizações previstas na legislação aplicável e no CONTRATO, quando devidas, decorrentes da extinção da CONCESSÃO.
- 13) obter, dentro dos prazos estimados, as Licenças Ambientais Prévias;
- 14) transferir à CONCESSIONÁRIA Licenças Prévias necessárias para a prestação dos SERVIÇOS e apoiá-la na obtenção das respectivas licenças de instalação e operação;
- 15) colaborar com a CONCESSIONÁRIA nos procedimentos para obtenção dos financiamentos e/ou das garantias;
- 16) pagar mensalmente ao Município de Itajaí os valores referentes à compra de água enquanto perdurar tal obrigação, conforme Contrato 133/2013 e seus aditivos.
- 17) pagar anualmente ao locatário, valor correspondente a locação de imóvel para uso da captação de água bruta.

22.2 O CONCEDENTE responderá, integral e exclusivamente, por quaisquer questões relativas a atos ou fatos anteriores à DATA DE ASSUNÇÃO, ainda que verificados após a referida data, pelos quais não poderá ser imputada qualquer responsabilidade à CONCESSIONÁRIA.

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



- 22.3 Constitui-se direito do CONCEDENTE exigir da CONCESSIONÁRIA, por intermédio da AGÊNCIA REGULADORA, o cumprimento das obrigações previstas no presente CONTRATO e no REGULAMENTO, bem como aqueles previstos na legislação pertinente.
- 22.4 O CONCEDENTE tem o direito de acompanhar o andamento do presente CONTRATO, podendo solicitar à CONCESSIONÁRIA, por intermédio da AGÊNCIA REGULADORA, quaisquer informações a respeito da CONCESSÃO.

### **CLÁUSULA 23 – DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA AGÊNCIA REGULADORA**

- 23.1 Na qualidade de entidade fiscalizadora e reguladora da PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, incumbe à Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento – ARIS as competências previstas no presente CONTRATO e as que lhe foram previstas no Protocolo de Intenções de criação da ARIS, ratificado pela Lei Municipal nº 2342/2010.

### **CLÁUSULA 24 – DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA**

- 24.1 Sem prejuízo do cumprimento dos encargos estabelecidos no EDITAL, neste CONTRATO e, em conformidade com a legislação aplicável à espécie, incumbe à CONCESSIONÁRIA respeitar e fazer valer os termos do EDITAL, deste CONTRATO e do REGULAMENTO, devendo atender as metas e objetivos da CONCESSÃO.
- 24.2 Além das demais obrigações constantes do REGULAMENTO, deste CONTRATO e do EDITAL, são direitos e deveres da CONCESSIONÁRIA:
- 1) prestar os SERVIÇOS de modo adequado, na forma prevista neste EDITAL, no CONTRATO, no REGULAMENTO e nas demais disposições técnicas aplicáveis, respeitados os padrões de qualidade definidos na Portaria nº 2.914/2011, do Ministério da Saúde, e demais normas regulamentares que a complementarem ou sucederem;
  - 2) executar reparos e obras que tenham por objetivo garantir a adequada prestação e universalização dos SERVIÇOS;
  - 3) apresentar, até o 12º mês após a DATA DE ASSUNÇÃO, o cronograma de investimentos, definido por bairro ou por bacia.
  - 4) realizar os investimentos para expansão e universalização dos SERVIÇOS após a disponibilização, pelo CONCEDENTE, das autorizações de acesso e de uso de áreas públicas dentro e fora do seu território ;
  - 5) receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos USUÁRIOS, que serão cientificados, em até 30 (trinta) dias úteis, das providências tomadas;
  - 6) garantir aos USUÁRIOS o acesso e publicidade das informações sobre o serviço prestado e a qualidade da sua prestação, bem como sobre os estudos, decisões e instrumentos de regulação e fiscalização e, ainda, acerca de seus direitos e deveres;
  - 7) fornecer à AGÊNCIA REGULADORA, na forma e prazos fixados em instrumento de regulação pertinente, toda e qualquer informação disponível relativa aos SERVIÇOS, bem como qualquer modificação ou interferência causada por si ou por terceiros;
  - 8) informar os USUÁRIOS e a AGÊNCIA REGULADORA a respeito das interrupções programadas dos SERVIÇOS e seu restabelecimento, obedecendo as condições e prazos que forem fixados por ato administrativo exarado pela AGÊNCIA REGULADORA sendo, que, para tanto, a CONCESSIONÁRIA deverá:

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



- a) divulgar com antecedência mínima de 24 horas, através dos meios de comunicação disponíveis, as interrupções programadas de seus serviços que possam afetar o abastecimento de água;
  - b) em situação de emergência, divulgar a interrupção do fornecimento de água imediatamente, através dos meios de comunicação disponíveis, respeitando-se a disponibilidade dos meios de comunicação, depois de identificada a área de abrangência da emergência; e
  - c) no caso de interrupção do serviço com duração superior a dezoito horas, prover fornecimento de emergência aos USUÁRIOS que prestem serviços essenciais à população, a saber, hospitais e escolas;
- 9) no caso de inadimplência no pagamento das TARIFAS e/ou dos preços dos SERVIÇOS COMPLEMENTARES, notificar o USUÁRIO desta situação, informando-lhe que, caso não seja regularizado o pagamento, os SERVIÇOS poderão ser suspensos 30 (trinta) dias após a referida notificação;
  - 10) acatar as recomendações de agentes de fiscalização da AGÊNCIA REGULADORA;
  - 11) cumprir e fazer cumprir as disposições do EDITAL, deste CONTRATO, do REGULAMENTO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO e demais normas aplicáveis;
  - 12) manter em dia o inventário e o registro dos bens afetos e os não afetos à CONCESSÃO;
  - 13) manter à disposição da AGÊNCIA REGULADORA os documentos, projetos, registros contábeis e demais informações técnicas, operacionais e financeiras relativas à CONCESSÃO;
  - 14) permitir à AGÊNCIA REGULADORA o seu livre acesso, em qualquer época, às obras, aos equipamentos e às instalações vinculadas à CONCESSÃO;
  - 15) zelar pela integridade dos bens afetos ou não afetos à CONCESSÃO, mediante a contratação dos respectivos seguros;
  - 16) captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à prestação dos SERVIÇOS;
  - 17) manter sistemas de monitoramento dos efluentes lançados pela própria CONCESSIONÁRIA nos corpos d'água;
  - 18) sempre que for possível e/ou necessário, informar os USUÁRIOS sobre as condições imprescindíveis para melhor fruição dos SERVIÇOS, inclusive no que se refere a questões de saúde e uso de equipamentos;
  - 19) comunicar à AGÊNCIA REGULADORA e/ou ao CONCEDENTE, e aos órgãos ambientais competentes a respeito de ação ou omissão que venha a ser de seu conhecimento, que provoque contaminação dos recursos hídricos ou que prejudique a prestação dos SERVIÇOS ou ações a ele vinculadas, para que tais autoridades diligenciem as providências competentes;
  - 20) colaborar com as autoridades públicas, nos casos de emergência ou calamidade, que envolverem os SERVIÇOS;
  - 21) efetuar a medição do consumo de água e, com base no consumo apurado, emitir as faturas, discriminando o valor referente ao pagamento devido pelo consumo de água e de esgoto.
  - 22) acordar com as entidades públicas competentes o uso comum do solo e do subsolo quando necessário para a prestação dos SERVIÇOS e para a construção e exploração das obras necessárias;
  - 23) recomendar ao CONCEDENTE a necessidade de declaração de utilidade ou necessidade pública, arguição de urgência e todos os atos administrativos necessários às desapropriações e instituição de servidões;
  - 24) em caso de inadimplemento do USUÁRIO no pagamento das faturas, efetuar a interrupção da prestação do serviço de abastecimento de água e, uma vez

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



adimplida a obrigação por parte do USUÁRIO, promover o restabelecimento da prestação dos serviços interrompidos;

- 25) ter facultado acesso aos medidores de consumo de água ou de esgotos, e outros equipamentos envolvidos na prestação dos SERVIÇOS;
- 26) efetuar a cobrança de multa, juros e atualização monetária dos USUÁRIOS, em caso de inadimplemento no pagamento das TARIFAS e outras formas de remuneração devidas, de acordo com o abaixo estabelecido:
  - I - Multa de 2% (dois por cento);
  - II - Juros de mora de 1% (um por cento) ao mês;
  - III - Correção monetária com base na variação do IPCA/IBGE;
- 27) ter o CONTRATO revisto, com vistas a garantir a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro nos termos previstos em seu PLANO DE NEGÓCIO;
- 28) publicar, anualmente, as suas demonstrações financeiras;
- 29) recolher a taxa de regulação a ser destinada à AGÊNCIA REGULADORA; e
- 30) Pagar a outorga ao CONCEDENTE, conforma Cláusula 28 do presente CONTRATO.

24.3 A CONCESSIONÁRIA deverá se empenhar para evitar transtornos aos seus USUÁRIOS e à população em geral, na operação dos SERVIÇOS, devendo imediatamente após o término das obras ou serviços necessários ou, se possível, quando da execução destes, criar condições para a pronta abertura total ou parcial do trânsito aos veículos e pedestres nas áreas atingidas, num prazo máximo de até 3 (três) dias após a conclusão dos serviços.

24.3.1 Os locais acima referidos, uma vez abertos ao trânsito de veículos e pedestres, devem estar em perfeitas e adequadas condições de uso, respeitadas as posturas e normas do MUNICÍPIO.

24.4 A CONCESSIONÁRIA deverá cooperar com os programas criados pelo CONCEDENTE ou por outro ente público, para melhorar e ampliar os SERVIÇOS.

## **CLÁUSULA 25 – FASE PRÉ-OPERACIONAL E ASSUNÇÃO DA OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA PELA CONCESSIONÁRIA**

25.1 Na data de assinatura do CONTRATO terá início a FASE PRÉ-OPERACIONAL, em que o CONCEDENTE permanecerá responsável pela prestação dos SERVIÇOS, cabendo à CONCESSIONÁRIA acompanhar a sua prestação, conforme abaixo previsto.

25.1.1 A FASE PRÉ-OPERACIONAL se estenderá por um período de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogada por igual período, mediante solicitação fundamentada da CONCESSIONÁRIA.

25.2 Durante a FASE PRÉ-OPERACIONAL, caberá ao CONCEDENTE:

- a) a prestação e a gestão dos SERVIÇOS;
- b) a responsabilidade exclusiva por todo e qualquer custo decorrente da prestação dos SERVIÇOS;
- c) a responsabilidade exclusiva pela medição do consumo de água e esgoto, a emissão das contas e o recebimento da receita decorrente;
- d) a responsabilidade exclusiva pelas compras, entradas e saídas de materiais, sejam físicas ou contábeis, relativos aos serviços objeto deste contrato;
- e) manter o quadro de pessoal na mesma situação da carga de trabalho vigente até a DATA DE ASSUNÇÃO;
- f) prover todo o suporte administrativo e operacional necessário à implementação das orientações da CONCESSIONÁRIA;
- g) manter todos os bens móveis, inclusive as linhas telefônicas, à disposição da CONCESSIONÁRIA;

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



- h) permitir o amplo acesso pelos funcionários da CONCESSIONÁRIA a todos os documentos, materiais, bens, equipamentos, “softwares”, contratos com terceiros e demais informações referentes à prestação dos SERVIÇOS;
- i) obter todas as licenças e autorizações de acesso e de uso de áreas públicas fora do seu território, conforme previsto na cláusula 29.4.2;
- j) fornecer à CONCESSIONÁRIA a base cadastral de clientes e a base técnica dos SERVIÇOS e SISTEMA em formato digital;
- k) zelar pela segurança dos BENS INTEGRANTES DA CONCESSÃO e elaborar, com apoio da CONCESSIONÁRIA, o inventário dos bens que compõem o SISTEMA EXISTENTE, a ser transferido à CONCESSIONÁRIA na DATA DE ASSUNÇÃO por meio da assinatura do Anexo VI - Termo de Transferência do SISTEMA EXISTENTE.

25.3 Durante a FASE PRÉ-OPERACIONAL, caberá à CONCESSIONÁRIA:

- a) indicar uma equipe técnica composta por, no mínimo, 05 funcionários, para acompanhar a prestação e a gestão dos SERVIÇOS pelo CONCEDENTE;
- b) respeitar os horários e determinações do CONCEDENTE;
- c) solicitar todas as informações e documentos julgados necessários e que não tenham sido disponibilizados pelo CONCEDENTE;
- d) contribuir para a manutenção das condições dos BENS INTEGRANTES DA CONCESSÃO; e
- e) auxiliar o CONCEDENTE na elaboração do inventário dos bens que compõem o SISTEMA EXISTENTE, a ser transferido à CONCESSIONÁRIA na DATA DE ASSUNÇÃO por meio da assinatura do Anexo VI - Termo de Transferência do SISTEMA EXISTENTE.

25.4 As receitas oriundas das contas de consumo emitidas durante a FASE PRÉ-OPERACIONAL serão, na sua totalidade, do CONCEDENTE, cabendo-lhe, por conseguinte, exclusivamente, a responsabilidade pela emissão, cobrança e recebimento.

25.4.1 As receitas originárias da prestação dos SERVIÇOS a que tem direito o CONCEDENTE, até o dia anterior à DATA DE ASSUNÇÃO, e aquelas a que terá direito ao recebimento a CONCESSIONÁRIA a partir dessa data, terão o seu *quantum* apurado por meio de cálculo com base *pro-rata temporis* aplicado sobre o total de cada fatura, observando-se que:

- a) o CONCEDENTE fará jus ao recebimento das receitas originárias da prestação dos SERVIÇOS verificadas até o dia imediatamente anterior à DATA DE ASSUNÇÃO;
- b) a CONCESSIONÁRIA fará jus ao recebimento das receitas originárias da prestação dos SERVIÇOS verificadas a partir da DATA DE ASSUNÇÃO, inclusive;
- c) para apuração das receitas do CONCEDENTE, serão contados os dias entre a data da última medição, exclusive, e a DATA DE ASSUNÇÃO, exclusive, multiplicando-se (i) o número de dias obtido pelo (ii) resultado da divisão do valor total de cada fatura pelo número total de dias do ciclo da medição em referência;
- d) para apuração das receitas da CONCESSIONÁRIA, serão contados os dias a partir da DATA DE ASSUNÇÃO, inclusive, até a data do término do período a que se refira a medição, inclusive, multiplicando-se (i) o número de dias obtido pelo (ii) resultado da divisão do valor total de cada fatura pelo número total de dias do ciclo da medição em referência;
- e) as faturas relativas ao SERVIÇOS prestados nesse período de transição serão emitidas pela CONCESSIONÁRIA, especificando a receita do CONCEDENTE e a da CONCESSIONÁRIA, para fins de crédito bancário e prestação de contas.

25.4.2 Ao término da CONCESSÃO, serão consideradas as mesmas regras estabelecidas em 25.4.1, invertendo-se a posição da CONCESSIONÁRIA, para efeito de apuração do crédito a que esta terá direito, dado que, nesse momento

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



futuro, a CONCESSIONÁRIA estará a devolver os SERVIÇOS ao CONCEDENTE ou a realizar sua transferência para terceiro.

25.5 Cumpridas, pelas PARTES, todas as obrigações que lhe cabem na da FASE PRÉ-OPERACIONAL, o CONCEDENTE deverá expedir a ORDEM DE SERVIÇO, a fim de formalizar a autorização para assunção dos SERVIÇOS pela CONCESSIONÁRIA.

25.5.1 Caso o inventário de bens reversíveis elaborado pela CONCESSIONÁRIA apresente uma diferença superior a 10% (dez por cento) em relação à RELAÇÃO DE BENS DO SISTEMA EXISTENTE indicada no EDITAL, a FASE PRÉ-OPERACIONAL ficará suspensa até que haja um consenso entre as PARTES.

25.6 A CONCESSIONÁRIA, a partir da DATA DE ASSUNÇÃO, deverá prestar os SERVIÇOS de forma adequada, comprometendo-se a empregar todos os recursos necessários para atender esse objetivo e tornando-se, até a extinção da CONCESSÃO, a única responsável pela operação e conservação dos BENS INTEGRANTES DA CONCESSÃO, tidos como necessários e vinculados à execução dos SERVIÇOS na ÁREA DE CONCESSÃO.

25.7 O CONCEDENTE será responsável pelo fornecimento de água no atacado à CONCESSIONÁRIA, proveniente do Município de Itajaí, conforme o CONTRATO DE FORNECIMENTO, até o limite de 16.051.360.000 m<sup>3</sup> nos primeiros 2 (dois) anos da CONCESSÃO, sendo 7.891.689.000 m<sup>3</sup> para o primeiro ano e 8.159.670.000 m<sup>3</sup>, para o segundo ano da CONCESSÃO.

25.7.1 Caso a CONCESSIONÁRIA demande o recebimento de volume de água superior ao compromisso do CONCEDENTE nos termos do item 25.7, a CONCESSIONÁRIA arcará integralmente com o consumo excedente que o CONCEDENTE tenha que pagar ao fornecedor de água no atacado.

25.7.2 Se, após 2 (dois) anos da CONCESSÃO, ainda não houver sido alcançada a independência do sistema de captação de água por meio da entrada em plena operação da Estação de Tratamento de Água, conforme previsto no Anexo IV - TERMO DE REFERÊNCIA:

- a) O CONCEDENTE deverá manter vigente o CONTRATO DE FORNECIMENTO, garantindo, portanto, a disponibilidade de água tratada para a CONCESSIONÁRIA; nessa hipótese, a CONCESSIONÁRIA assumirá os custos com a aquisição da água tratada, sendo que eventuais impactos nos custos, despesas, receitas e investimentos previstos na PROPOSTA COMERCIAL da LICITANTE VENCEDORA, inclusive os relativos à aquisição da água tratada, decorrentes do atraso no início da operação da Estação de Tratamento de Água deverão ser objeto de reequilíbrio econômico-financeiro.
- b) Caso o atraso decorra de ação ou omissão culposa da CONCESSIONÁRIA, esta assumirá integralmente a responsabilidade pela manutenção do CONTRATO DE FORNECIMENTO, bem como o custo de aquisição da água tratada.

## CLÁUSULA 26 – SERVIÇOS

26.1 Os critérios indicadores, fórmulas e parâmetros definidores da qualidade dos SERVIÇOS constam do REGULAMENTO, do Anexo VIII – Indicadores de Desempenho, e das demais normas aplicáveis, inclusive sanitárias, além das demais condições estabelecidas neste CONTRATO.

26.2 No caso de existirem objeções em relação aos serviços realizados pela CONCESSIONÁRIA, esta será informada pela AGÊNCIA REGULADORA,

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



fundamentadamente, sobre as observações e motivos das objeções, abrindo-se prazo para cumprimento das exigências pela CONCESSIONÁRIA, após lhe ter sido assegurado amplo direito de defesa e ao contraditório nos moldes deste CONTRATO.

## CLÁUSULA 27 – INVESTIMENTOS E OBRAS

- 27.1 A CONCESSIONÁRIA deverá utilizar materiais cuja qualidade seja compatível com as normas editadas pelos órgãos técnicos especializados e, ainda, cumprir todas as especificações e normas técnicas brasileiras que assegurem integral solidez e segurança à obra, tanto na sua fase de construção, quanto na de operação, em particular às normas NBR 9648, NBR 9649, NB 568, NB 569, NB 570 – todas da ABNT, bem como a Resolução nº 357, do CONAMA, complementada pela Resolução nº 397, também do CONAMA e a Legislação Ambiental Estadual e Municipal vigente.
- 27.2 A CONCESSIONÁRIA deverá encaminhar ao CONCEDENTE toda a documentação relacionada às obras, inclusive os projetos básico e executivo, após sua conclusão.

## CLÁUSULA 28 – DO VALOR DA OUTORGA

- 28.1 A presente CONCESSÃO pressupõe o pagamento, pela CONCESSIONÁRIA ao CONCEDENTE, do VALOR DE OUTORGA no total de:

- a) R\$ 26.322.221,65, (Vinte e seis milhões, trezentos e vinte e dois mil, duzentos e vinte e um reais e sessenta e cinco centavos), em oito parcelas trimestrais a seguir definidas:

Nº da Parcela	Valor	Vencimento
1ª Parcela	R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais)	Na data de assinatura do CONTRATO
2ª Parcela	R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais)	Na DATA DE ASSUNÇÃO
3ª Parcela	R\$ 3.553.701,77	DA + 3 meses
4ª Parcela	R\$ 3.553.701,77	DA + 6 meses
5ª Parcela	R\$ 3.553.701,77	DA + 9 meses
6ª Parcela	R\$ 3.553.701,77	DA + 12 meses
7ª Parcela	R\$ 3.553.701,77	DA + 15 meses
8ª Parcela	R\$ 3.553.701,77	DA + 18 meses

- b) R\$ 4.964.400,00 (quatro milhões, novecentos e sessenta e quatro mil e quatrocentos reais), em 35 parcelas anuais de R\$ 141.840,00 (cento e quarenta e um mil, oitocentos e quarenta reais), valor correspondente a 15 (quinze) salários mínimos para a locação de área no município de Itajaí para a instalação da infraestrutura de Captação de Água Bruta no Rio Itajaí-Mirim pelo período de 35 (trinta e cinco) anos.

- 28.2 As parcelas do VALOR DA OUTORGA serão pagas por meio de transferência bancária para a conta corrente vinculada ao Fundo Municipal de Saneamento Ambiental, que deverá ser aberta até a DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO.
- 28.3 As parcelas do VALOR DE OUTORGA serão atualizadas no primeiro MÊS DE REFERÊNCIA após a DATA DE ASSUNÇÃO, e assim sucessivamente, pelo mesmo índice aplicável ao REAJUSTE, de maneira que o valor de cada parcela referida no

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



item 28.1 reflita a aplicação da correção monetária no período, até que todas as parcelas tenham sido integralmente pagas.

28.4 Na hipótese de o CONCEDENTE não cumprir o disposto no item 25.2.i, a CONCESSIONÁRIA poderá optar por assumir a operação do SISTEMA, hipótese na qual (i) será emitida a ORDEM DE SERVIÇO independentemente do pagamento da segunda parcela da outorga; e (ii) o pagamento da segunda parcela da outorga e das demais subseqüentes ficará suspenso até o cumprimento de referida obrigação.

28.4.1 Cumprida a obrigação do item 25.2.i, a CONCESSIONÁRIA deverá pagar em parcela única o quinhão da outorga até então suspenso por força do item 28.4.

## CLÁUSULA 29 – ALOCAÇÃO DE RISCOS

29. Sem prejuízo da alocação de riscos estabelecida em outras disposições deste CONTRATO e em seu Anexo X, as PARTES pactuam o seguinte:

### 29.1 Risco de disponibilidade dos recursos financeiros próprios e de terceiros:

29.1.1 A CONCESSIONÁRIA é responsável pela obtenção dos recursos financeiros necessários à prestação dos serviços públicos objeto da CONCESSÃO.

29.1.2 Eventuais atrasos na obtenção dos recursos financeiros não ensejarão direito a reequilíbrio econômico-financeiro, nem afastarão a aplicação das penalidades cabíveis em caso de não cumprimento das obrigações contratuais da CONCESSIONÁRIA.

### 29.2 Risco de execução das obras:

29.2.1 A execução, manutenção e conformidade das obras necessárias à prestação dos SERVIÇOS, nos termos do presente CONTRATO, incluindo os custos de mão-de-obra, de aluguel de máquinas e equipamentos, e de outros insumos, serão de inteira responsabilidade da CONCESSIONÁRIA e, portanto, não gerarão direito a reequilíbrio econômico-financeiro, exceto se a variação de custos for relevante e decorrer de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR ou FATOS IMPREVISTOS.

29.2.2 Será objeto de reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO quaisquer alterações impostas pela CONCEDENTE ou entidades governamentais que impliquem alteração das PROPOSTAS.

### 29.3 Risco de inadequação na prestação dos SERVIÇOS:

29.3.1 A CONCESSIONÁRIA é responsável pela prestação dos SERVIÇOS em conformidade com o disposto no presente CONTRATO e, em especial, no Anexo VIII – Indicadores de Desempenho.

29.3.2 Eventual inadequação na prestação dos SERVIÇOS resultará em aplicação de penalidades dos termos da Cláusula 35 – Sanções Administrativas.

### 29.4 Risco de não obtenção das outorgas, licenças e autorizações necessárias à realização das obras e à prestação dos SERVIÇOS:

29.4.1 Aplica-se para esse risco o tratamento disciplinado na Cláusula 48 do CONTRATO, inclusive quanto às hipóteses ensejadoras de reequilíbrio econômico-financeiro.

29.4.2 O CONCEDENTE é responsável pela obtenção da outorga para captação de água e de todas as licenças e autorizações de acesso e de uso de áreas públicas fora do seu território na forma e nos prazos previstos no presente CONTRATO, em especial o disposto no item 22.1., subitem 8. Caso não sejam obtidas tais licenças, outorga e autorizações no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de assinatura do CONTRATO, o este deverá ser objeto de REVISÃO extraordinária visando a garantir seu equilíbrio econômico-financeiro

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



e será, ainda, facultada à CONCESSIONÁRIA, utilizar-se da prerrogativa da Cláusula 41 – Rescisão.

**29.5 Risco relativo a passivos ambientais:**

- 29.5.1 Aplica-se para esse risco o tratamento disciplinado na Cláusula 48 do CONTRATO, inclusive quanto às hipóteses ensejadoras de reequilíbrio econômico-financeiro.

**29.6 Risco de descobertas arqueológicas:**

- 29.6.1 A CONCESSIONÁRIA será responsável por observar as restrições impostas em razão de descobertas arqueológicas na área da CONCESSÃO, comunicando ao CONCEDENTE sempre que, por força de descoberta arqueológica, alguma obra ou parcela dos SERVIÇOS venha a ser afetada, eximindo-se de executá-los até que o órgão competente aprove a realização da obra ou a prestação da parcela dos SERVIÇOS.
- 29.6.2 Eventuais atrasos na execução das obras em vista das exigências do órgão competente relativas às descobertas arqueológicas, bem como os custos adicionais incorridos para o atendimento dessas exigências e/ou a perda de receitas correspondente, serão objeto de reequilíbrio econômico-financeiro.

**29.7 Risco de modificação das especificações dos SERVIÇOS:**

- 29.7.1 Na hipótese do CONCEDENTE, ou qualquer outra entidade pública ou privada a que os SERVIÇOS estejam ou venham a estar submetidos, determinar modificações nas especificações técnicas da prestação dos SERVIÇOS, ou exigir Indicadores de Desempenho mais rigorosos para prestação e manutenção dos SERVIÇOS, em relação ao previsto no CONTRATO e seus Anexos, que acarretem encargos adicionais para a CONCESSIONÁRIA, as modificações financeiras e de cronograma decorrentes de tais alterações serão objeto de reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.

**29.8 Risco de decisão judicial ou arbitral que impeça ou suspenda a execução das obras e/ou a prestação dos SERVIÇOS, ou que imponha novas especificações para a prestação dos SERVIÇOS:**

- 29.8.1 Na hipótese de decisão judicial ou arbitral que impeça ou suspenda a execução das obras e/ou a prestação dos SERVIÇOS pela CONCESSIONÁRIA, ou que imponha novas especificações para a prestação dos SERVIÇOS, o CONCEDENTE será responsável pelo atraso e eventual sobrecusto, por meio do procedimento de reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, salvo nos casos de responsabilidade exclusiva da CONCESSIONÁRIA.

**29.9 Risco de comoções sociais ou protestos públicos:**

- 29.9.1 Na ocorrência de comoções sociais ou protestos públicos que causem aumento de custos, perda de receitas, ou atrasem o cronograma de realização das obras e/ou a prestação dos SERVIÇOS, o risco será de responsabilidade do CONCEDENTE, ensejando à CONCESSIONÁRIA o direito de reequilíbrio econômico-financeiro.

**29.10 Risco de greve dos trabalhadores da CONCESSIONÁRIA, e/ou de seus subcontratados:**

- 29.10.1 A ocorrência de greves dos trabalhadores da CONCESSIONÁRIA e/ou de seus subcontratados que impeçam a prestação dos SERVIÇOS, ou que causem atrasos e aumento de custos das obras, será de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, exceto se a greve for considerada ilegal por decisão judicial, caso em que a CONCESSIONÁRIA terá direito ao reequilíbrio econômico-financeiro.

**29.11 Risco de alteração ou criação de novos encargos tributários:**

- 29.11.1 O CONCEDENTE é responsável pelos impactos que a alteração ou criação de novos encargos tributários causarem ao PLANO DE NEGÓCIOS da

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



CONCESSIONÁRIA, com exceção do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

29.11.2 Na hipótese de o Poder Público alterar ou criar novos tributos, encargos legais ou isenções não existentes na data de publicação do EDITAL, de maneira a aumentar ou reduzir os custos da CONCESSIONÁRIA, tal modificação será objeto de reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, com exceção do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

**29.12 Risco de Alteração Legislativa ou Regulatória:**

29.12.1 Na ocorrência de alterações legislativas ou regulatórias após a publicação do EDITAL, no âmbito de qualquer ente federativo, que afetem diretamente os encargos e custos para a realização das obras e/ou prestação dos SERVIÇOS pela CONCESSIONÁRIA, tal alteração legislativa ou regulatória será objeto de reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.

**29.13 Risco de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR ou FATOS IMPREVISTOS:**

29.13.1 Na ocorrência de eventos de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR ou FATOS IMPREVISTOS que causem perdas ou danos aos ativos da CONCESSIONÁRIA, perda de receitas, atrasos na realização das obras e/ou descontinuidade da prestação dos SERVIÇOS, tal ocorrência será de responsabilidade do CONCEDENTE e objeto de reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.

**29.14 Risco de remanejamento de interferências:**

29.14.1 O CONCEDENTE é responsável pela execução e custeio dos remanejamentos de interferências necessários à execução das obras e/ou à prestação dos SERVIÇOS; caso a CONCESSIONÁRIA o faça, após autorização do CONCEDENTE, ser-lhe-á assegurado o correspondente direito ao reequilíbrio econômico-financeiro.

**29.15 Riscos relativos a desapropriações, servidões administrativas, acesso a áreas públicas e desocupação de áreas invadidas**

29.15.1 Aplica-se para esses riscos o tratamento disciplinado nas Cláusulas 9 e 33 do CONTRATO, inclusive quanto às hipóteses ensejadoras de reequilíbrio econômico-financeiro.

**29.16 Risco de alteração unilateral das obrigações contratuais pelo CONCEDENTE:**

29.16.1 Quaisquer alterações unilaterais determinadas pelo CONCEDENTE em relação às obrigações da CONCESSIONÁRIA previstas neste CONTRATO serão consideradas como risco alocado ao CONCEDENTE, cabendo-lhe promover a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.

29.16.2 A supressão de investimentos ou a inclusão de novos investimentos, bem como a alteração do escopo e/ou da ÁREA DE CONCESSÃO, dependerão de concordância da CONCESSIONÁRIA e estarão sujeitas ao correspondente reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.

**29.17 Risco de discrepância entre as informações contidas no EDITAL e aquelas verificadas por ocasião da avaliação conjunta do SISTEMA EXISTENTE para efeito de sua transferência à CONCESSIONÁRIA:**

29.17.1 Durante a FASE PRÉ-OPERACIONAL, as PARTES deverão avaliar em conjunto as condições dos bens que compõem o SISTEMA EXISTENTE, para efeito de preparação do Termo de Transferência do SISTEMA EXISTENTE, ratificando, retificando ou complementando as informações contidas no EDITAL.

29.17.2 Em caso de discrepâncias entre as informações constantes no EDITAL e as condições em que o SISTEMA EXISTENTE seja efetivamente encontrado, particularmente em vista de vícios ocultos no SISTEMA, que impliquem custos

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



extraordinários para a recuperação do SISTEMA EXISTENTE, a CONCESSIONÁRIA fará jus ao reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.

**29.18 Risco de responsabilidade excedente às coberturas securitárias exigidas no CONTRATO.**

29.18.1 A CONCESSIONÁRIA está obrigada a contratar o pacote de seguros previsto na Cláusula 30, observadas as exigências mínimas de limites de coberturas e endossos.

29.18.2 Caso a CONCESSIONÁRIA seja obrigada a responder perante terceiros, para pagar indenizações que ultrapassem os limites de cobertura dos seguros, terá direito a reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO para recompor o custo adicional não previsto, exceto na hipótese em que a indenização incorrida decorra de dolo da CONCESSIONÁRIA, por ação ou omissão.

29.18.3 A CONCEDENTE poderá requerer e a AGÊNCIA REGULADORA poderá determinar que a CONCESSIONÁRIA contrate limites de cobertura e endossos adicionais aos exigidos obrigatoriamente por lei ou pelo CONTRATO, assegurando-se, nesse caso, o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro para compensar o aumento no custo dos prêmios dos seguros.

**29.19 Risco de indisponibilidade de água tratada em virtude de interrupção no fornecimento de água no atacado pelo Município de Itajaí.**

29.19.1 A CONCESSIONÁRIA não é responsável pela indisponibilidade da água tratada em virtude do descumprimento pelo Município de Navegantes do CONTRATO DE FORNECIMENTO.

29.19.2 Eventuais sanções aplicadas à CONCESSIONÁRIA deverão ter seus efeitos indenizados pelo CONCEDENTE e/ou serão objeto de reequilíbrio econômico-financeiro.

**29.20 Risco de alteração do Plano Municipal de Saneamento Básico com efeitos sobre as receitas e/ou custos da CONCESSIONÁRIA**

29.20.1 O PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO é parte integrante do presente CONTRATO, de maneira que suas eventuais alterações, que causem perda de receitas e/ou aumentos de custos, serão objeto de reequilíbrio econômico-financeiro.

**29.21 Risco de expansão urbana desordenada, em desconformidade com o planejamento urbano e/ou com o cronograma de investimentos da CONCESSÃO**

29.21.1 A expansão da mancha urbana em desacordo com o previsto no planejamento municipal e/ou com o planejamento dos investimentos da presente CONCESSÃO, que implique custos adicionais não previstos e/ou perda de receitas, será objeto de reequilíbrio econômico-financeiro.

29.21.2 As alterações no Plano Diretor Municipal, que impliquem incremento de custos não previstos e/ou perda de receitas, serão objeto de reequilíbrio econômico-financeiro.

**29.22 Risco de sobrecustos ou atrasos na execução das obras em virtude da presença de populações indígenas, quilombolas ou outros povos e comunidades tradicionais**

29.22.1 A CONCESSIONÁRIA será responsável por observar as restrições impostas em razão da presença de populações indígenas, quilombos ou outros povos e comunidades tradicionais existentes na ÁREA DE CONCESSÃO, comunicando ao CONCEDENTE sempre que, por força desses fatos, alguma obra ou parcela dos SERVIÇOS venha a ser afetada, eximindo-se de executá-los até que o órgão competente aprove a realização da obra ou a prestação da parcela do SERVIÇOS ou determine solução alternativa, conforme o caso.

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



29.22.2 O CONCEDENTE será responsável por eventuais atrasos e custos adicionais não previstos na execução das obras, decorrentes de exigências do órgão competente relativas à presença de populações indígenas, quilombos ou outros povos e comunidades tradicionais, caso em que a CONCESSIONÁRIA terá direito ao reequilíbrio econômico-financeiro.

### CLÁUSULA 30 – SEGUROS

- 30.1 A CONCESSIONÁRIA, durante o prazo da CONCESSÃO deverá manter a efetiva cobertura dos riscos inerentes à execução das atividades relacionadas à CONCESSÃO, bem como daqueles previstos no CONTRATO, nos termos e condições aprovados pelo CONCEDENTE, através de contratos a serem negociados pela CONCESSIONÁRIA, observadas as disposições abaixo.
- 30.2 Além dos seguros obrigatórios por lei, a CONCESSIONÁRIA obriga-se a contratar os seguintes seguros:
- a) Seguro de todos os riscos de construção (Riscos de Engenharia);
  - b) Seguro de maquinaria e equipamento de obra; e
  - c) Seguros de responsabilidade civil (“Liability Insurance”), cobrindo a CONCESSIONÁRIA e o CONCEDENTE pelos montantes que possam vir a ser responsabilizados a título de perdas e danos, indenizações, custas processuais, honorários advocatícios e outros encargos, em relação à morte ou lesão de pessoas e danos a bens resultantes do desenvolvimento das atividades previstas no CONTRATO. O limite de cobertura do seguro de responsabilidade civil não será inferior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).
- 30.3 A CONCESSIONÁRIA deverá, anteriormente ao início das obras, apresentar as apólices de seguros acima relacionadas, que deverão ser compatíveis com a cobertura dos riscos inerentes.
- 30.4 A CONCESSIONÁRIA poderá alterar coberturas e franquias, bem como outras condições das apólices contratadas a fim de adequá-las às fases de desenvolvimento dos SERVIÇOS objeto da presente CONCESSÃO, sendo certo que o CONCEDENTE deverá ser comunicado no caso de referidas alterações.
- 30.5 O CONCEDENTE deverá ser indicado como cossegurado nas apólices dos seguros referidas nesta Cláusula, devendo o cancelamento, suspensão ou substituição de tais apólices ser previamente comunicado ao CONCEDENTE.
- 30.6 O descumprimento, pela CONCESSIONÁRIA, da obrigação de contratar ou manter as apólices de seguro de que trata esta Cláusula, poderá ensejar a aplicação das sanções previstas neste CONTRATO por parte da CONCEDENTE.
- 30.7 A CONCESSIONÁRIA deverá comprovar à CONCEDENTE, quando esta assim solicitar, no prazo de 15 (quinze) dias contados do recebimento da referida solicitação, que as apólices de seguro previstas neste CONTRATO estão em plena vigência e que os respectivos prêmios vencidos encontram-se pagos.
- 30.8 A CONCESSIONÁRIA poderá dar início à execução das obras, desde que atendidas as disposições do CONTRATO, especialmente no que se refere à contratação dos seguros necessários.

### CLÁUSULA 31 – GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

- 31.1 Em garantia do bom cumprimento das obrigações assumidas no CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA, antes da data de assunção dos serviços, prestou a garantia de cumprimento das obrigações contratuais, no valor de R\$ XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX(XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX),

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



- correspondente a 5% (cinco por cento) do valor dos INVESTIMENTOS, conforme o estipulado no art. 56 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.
- 31.2 A GARANTIA deverá ser mantida pela CONCESSIONÁRIA até a data de extinção deste CONTRATO, por meio de renovações periódicas.
- 31.3 A GARANTIA será proporcionalmente reduzida à razão de 1/35 (um trinta e cinco avos), a cada ano de concessão, até o décimo quinto ano, quando então deverá ser mantido o saldo restante até o final da concessão. Neste caso, o valor da garantia será corrigido utilizando-se os mesmos critérios de REAJUSTE da TARIFA.
- 31.4 O recurso à GARANTIA será efetuado por meio de comunicação escrita dirigida pelo CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA.
- 31.5 A GARANTIA não poderá conter qualquer tipo de ressalva ou condição que possa dificultar ou impedir sua execução ou que possa deixar dúvidas quanto à sua firmeza.
- 31.6 Todas as despesas decorrentes da prestação da GARANTIA correrão por conta da CONCESSIONÁRIA.
- 31.7 Qualquer modificação nos termos e nas condições da GARANTIA deverá ser previamente aprovada pelo CONCEDENTE.
- 31.8 A CONCESSIONÁRIA deverá reajustar o valor estabelecido no item 31.1 desta Cláusula, no mesmo período e forma em que se der o REAJUSTE das TARIFAS, complementando a GARANTIA, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da vigência do REAJUSTE das TARIFAS.
- 31.9 A GARANTIA, prestada pela CONCESSIONÁRIA, somente será liberada ou restituída após 30 (trinta) dias contados da data de extinção do CONTRATO.
- 31.10 A GARANTIA poderá ser executada pelo CONCEDENTE a qualquer momento, observadas as condições previstas no CONTRATO.
- 31.11 O depósito da GARANTIA é condição para a assinatura do CONTRATO.

## **CLÁUSULA 32 – FISCALIZAÇÃO E REGULAÇÃO**

- 32.1 Para exercício da fiscalização, a CONCESSIONÁRIA obriga-se a manter cadastro atualizado, conferindo livre acesso, por parte do CONCEDENTE e da AGÊNCIA REGULADORA, ao SISTEMA e a todos os dados, livros, registros e documentos relacionados à CONCESSÃO, prestando, a respeito destes, os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela AGÊNCIA REGULADORA estabelecida de comum acordo.
- 32.2 AGÊNCIA REGULADORA poderá realizar, na presença dos representantes da CONCESSIONÁRIA, ou requerer que esta realize, às suas custas, observadas as condições do REGULAMENTO, ensaios ou testes que possibilitem a verificação das condições de adequação do funcionamento do SISTEMA, mediante programa específico a ser estabelecido de comum acordo.
- 32.3 AGÊNCIA REGULADORA poderá, às suas custas, realizar auditorias técnicas no SISTEMA, ou indicar terceiro para fazê-lo, sempre na presença dos representantes da CONCESSIONÁRIA.
- 32.4 A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar relatórios técnicos, operacionais e financeiros com a finalidade de demonstrar a execução das obras e serviços previstos no TERMO DE REFERÊNCIA.
- 32.5 O conteúdo e a forma de apresentação dos relatórios previstos no item 32.4 anterior serão estabelecidos em ato administrativo a ser exarado pela AGÊNCIA REGULADORA.
- 32.6 O responsável pela fiscalização anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a CONCESSÃO, determinando à CONCESSIONÁRIA a

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



- regularização das faltas ou defeitos verificados e emitindo os autos de infração, quando for o caso, nos termos previstos neste CONTRATO.
- 32.7 A fiscalização da CONCESSÃO não poderá obstruir ou prejudicar a exploração normal da CONCESSÃO pela CONCESSIONÁRIA.
- 32.8 A CONCESSIONÁRIA deverá informar eventuais atrasos ou discrepâncias entre a execução dos serviços e o cronograma da CONCESSÃO vigente, de forma detalhada, e identificar as providências que estiverem sendo adotadas para corrigir esses fatos.
- 32.9 As decisões e providências da AGÊNCIA REGULADORA deverão ser tomadas por agente legitimado, sob pena de nulidade.
- 32.10 As determinações que vierem a ser emitidas no âmbito dos poderes de fiscalização deverão ser aplicadas e vincularão a CONCESSIONÁRIA, logo após encerrado o procedimento descrito na Cláusula 35 deste CONTRATO, sem prejuízo do recurso ao mecanismo de solução de divergências previsto na Cláusula 54 deste CONTRATO.
- 32.11 O processo de fiscalização e de penalização obedecerá as normas previstas no CONTRATO e editadas pela AGÊNCIA REGULADORA, sempre assegurando-se o contraditório e a ampla defesa, bem com as obrigações e os direitos das Partes.
- 32.12 Caberá ao CONCEDENTE, através de atuação direta ou indireta mediante contratação, a fiscalização das obras inerentes a ampliação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, bem como as ações relativas a operação, manutenção e monitoramento dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário no município de Navegantes, de forma a garantir a qualidade da infraestrutura implementada.

### **CLÁUSULA 33 – DESAPROPRIAÇÕES, SERVIDÕES ADMINISTRATIVAS E OUTRAS PROVIDÊNCIAS PARA LIBERAÇÃO DE ÁREAS**

- 33.1 Caberá ao CONCEDENTE declarar de utilidade pública e promover desapropriações, mediante pagamento de indenização, instituir servidões administrativas, propor limitações administrativas e permitir à CONCESSIONÁRIA a ocupação provisória de bens imóveis necessários à execução e conservação de obras e serviços vinculados à CONCESSÃO.
- 33.2 Os ônus decorrentes das desapropriações, servidões administrativas, autorizações para acesso e uso de áreas públicas, ou quaisquer atos assemelhados com o fim de viabilizar o acesso pela CONCESSIONÁRIA a bens, áreas e imóveis necessários à prestação dos SERVIÇOS, seja por meio judicial ou amigavelmente, correrão à custa do CONCEDENTE.
- 33.3 O disposto no item 33.2 anterior aplica-se também à autorização para ocupação provisória de bens imóveis, bem assim para o estabelecimento de limitações administrativas de caráter geral para o uso de bens imóveis necessários à prestação dos SERVIÇOS.
- 33.4 Compete à CONCESSIONÁRIA indicar, de forma justificada, com 45 (quarenta e cinco) dias de antecedência, as áreas que deverão ser declaradas de utilidade pública para fins de desapropriação ou instituídas como servidões administrativas, no âmbito dos bens imóveis necessários à execução e conservação dos serviços e obras vinculados à CONCESSÃO, para que o CONCEDENTE promova ou obtenha as respectivas declarações de utilidade pública, bem como adote os procedimentos necessários.
- 33.5 Poderá o CONCEDENTE, depois de emitidas as declarações de utilidade pública, solicitar à CONCESSIONÁRIA que esta assuma a responsabilidade pela

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



promoção da desapropriação e/ou servidão administrativa, incluídos os ônus econômicos decorrentes.

33.5.1 A CONCESSIONÁRIA poderá ou não aceitar à solicitação prevista no item 33.5, a seu exclusivo critério, sendo vedada a imposição de penalidades à CONCESSIONÁRIA pela negativa à referida solicitação.

33.5.2 A aceitação da solicitação prevista no item 33.5 acima gera à CONCESSIONÁRIA direito ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, para compensar os custos adicionais não previstos em seu PLANO DE NEGÓCIO.

33.6 O previsto no item 33.5 e seus subitens não implica alteração da alocação de riscos prevista neste CONTRATO, inclusive, mas não se limitando a, quanto ao disposto na Cláusula 28.

33.7 A locação de área fora dos limites do município de Navegantes, será de responsabilidade da CONCEDENTE quanto aos procedimentos administrativos e legais, correndo por conta da CONCESSIONÁRIA o pagamento dos valores anuais, conforme previsto no item 28.1.b).

#### **CLÁUSULA 34 – CONTRATOS DA CONCESSIONÁRIA COM TERCEIROS**

34.1 Sem prejuízo das responsabilidades e dos riscos previstos neste CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA poderá contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares aos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO, bem como a implantação de projetos associados e a execução dos SERVIÇOS COMPLEMENTARES, desde que não ultrapassem o prazo da CONCESSÃO.

34.2 Os contratos de que trata esta Cláusula serão regidos pelo Direito Privado e, no que se refere aos seus empregados, pela legislação trabalhista.

34.3 A execução das atividades contratadas com terceiros impõe o cumprimento das normas regulamentares da CONCESSÃO.

34.4 Ainda que o CONCEDENTE tenha conhecimento prévio dos termos de qualquer contrato firmado entre a CONCESSIONÁRIA e terceiros, a mesma não poderá pleitear ou reivindicar do CONCEDENTE qualquer alteração no cumprimento de suas obrigações, ressarcimento de prejuízos ou perda de benefícios.

#### **CLÁUSULA 35 – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

35.1 A falta de cumprimento, por parte da CONCESSIONÁRIA, de qualquer cláusula ou condição deste CONTRATO e demais normas técnicas pertinentes, sem prejuízo do disposto nas demais cláusulas do CONTRATO, poderá ensejar a aplicação, das seguintes penalidades, isolada ou cumulativamente, nos termos da legislação aplicável:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

35.2 A gradação das sanções observará a seguinte escala:

- a) infração leve: quando decorrer de condutas involuntárias ou escusáveis da CONCESSIONÁRIA e da qual ela não se beneficie;

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



- b) infração de média gravidade: quando decorrer de conduta inescusável, mas que não traga para a CONCESSIONÁRIA proveito econômico;
- c) infração grave: quando constatada a presença de, pelo menos, um dos seguintes elementos:
  - 1) ter a CONCESSIONÁRIA agido de má-fé;
  - 2) da infração decorrer proveito econômico para a CONCESSIONÁRIA;
  - 3) a CONCESSIONÁRIA for reincidente na infração, em relação ao mesmo usuário.

35.3 A penalidade de advertência imporá à CONCESSIONÁRIA o dever de cumprir, no prazo estabelecido, as obrigações contratuais em que esteja inadimplente, e será aplicada quando a CONCESSIONÁRIA:

- a) não permitir o ingresso dos servidores da AGÊNCIA REGULADORA para o exercício da fiscalização na forma prevista neste CONTRATO;
- b) não facilitar ou impedir o acesso dos servidores da AGÊNCIA REGULADORA aos livros, documentação contábil e demais informações correlatas à prestação dos SERVIÇOS;
- c) deixar de prestar, em prazo razoável, as informações solicitadas pela AGÊNCIA REGULADORA ou aquelas a que esteja obrigada a prestar independentemente de solicitação;
- d) descumprir qualquer uma das obrigações assumidas neste CONTRATO e que não se encontrem previstas neste instrumento como hipótese ensejadora de aplicação de multa; ser negligente, imprudente ou agir com imperícia no cumprimento das mesmas.

35.4 Sem prejuízo das demais hipóteses ensejadoras da aplicação de advertência prevista nesta Cláusula, nas infrações classificadas como leves, quando da sua primeira ocorrência, a pena de multa será substituída por pena de advertência da CONCESSIONÁRIA, que será comunicada formalmente da sanção.

35.5 Sem prejuízo das demais sanções de multa ou parâmetros para tais sanções estabelecidos na regulamentação, a CONCESSIONÁRIA se sujeitará às seguintes sanções pecuniárias:

- a) por atraso no início da prestação dos SERVIÇOS após a emissão da ORDEM DE SERVIÇO, multa, por infração, de até 0,3% (três décimos por cento) das TARIFAS arrecadas no mês de ocorrência da infração;
- b) por descumprimento do REGULAMENTO, multa, por infração, de até 0,1% (um décimo por cento) das TARIFAS arrecadas no mês de ocorrência da infração;
- c) por irregularidade na prestação dos SERVIÇOS, multa, por infração, de até 0,1% (um décimo por cento) das TARIFAS arrecadas no mês de ocorrência da infração;
- d) por atraso na contratação ou renovação da GARANTIA, multa diária de até 0,01% (um centésimo por cento) das TARIFAS arrecadas no mês de ocorrência da infração;
- e) descumprimento do disposto no TERMO DE REFERÊNCIA, multa, por infração, de até 0,2% (dois décimos por cento) das TARIFAS arrecadas no mês de ocorrência da infração;
- f) por atraso na obtenção das licenças, autorizações ou similares, por culpa comprovada da CONCESSIONÁRIA, para a execução dos SERVIÇOS, multa, por dia de atraso, de até 0,01% (um centésimo por cento) do valor das TARIFAS arrecadas no mês de ocorrência da infração;
- g) por atraso, por culpa comprovada da concessionária, na contratação ou renovação dos SEGUROS, multa, por dia de atraso, de até 0,01% (um centésimo por cento) do valor das TARIFAS arrecadas no mês de ocorrência da infração;
- h) por impedir ou obstar a fiscalização pela AGÊNCIA REGULADORA, multa, por infração, de até 0,01% (um centésimo por cento) do valor das TARIFAS arrecadas no mês de ocorrência da infração;

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



- i) pela suspensão injustificada dos SERVIÇOS, por infração, multa de até 0,01% (um centésimo por cento) do valor das TARIFAS arrecadadas no mês de ocorrência da infração;
  - j) por descumprimento dos demais encargos da CONCESSIONÁRIA, não abrangidos nas alíneas anteriores, sujeitará a CONCESSIONÁRIA a multa, por infração, correspondente a até 0,001% (um milésimo por cento) do valor das TARIFAS arrecadadas no mês de ocorrência da infração;
- 35.6 As multas previstas nesta Cláusula serão aplicadas sem prejuízo da caracterização das hipóteses de intervenção ou declaração de caducidade previstas no CONTRATO.
- 35.7 A aplicação de multas à CONCESSIONÁRIA não a isenta do dever de ressarcir os danos que eventualmente tenham sido causados.
- 35.8 O processo de aplicação de penalidades, inclusive da moratória, tem início com a lavratura do auto de infração pela AGÊNCIA REGULADORA, que tipificará a infração cometida, para fins de aplicação da respectiva penalidade.
- 35.9 O auto de infração deverá indicar com precisão a falta cometida e a norma violada, e será lavrado em 2 (duas) vias, através de notificação entregue à CONCESSIONÁRIA sob protocolo.
- 35.10 A prática de múltiplas infrações pela CONCESSIONÁRIA poderá ser apurada em um mesmo auto de infração.
- 35.11 A CONCESSIONÁRIA sofrerá penalidade atribuída em consonância com a natureza da infração.
- 35.12 No prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da notificação da penalidade, a CONCESSIONÁRIA poderá apresentar sua defesa, que será apreciada pela AGÊNCIA REGULADORA, sendo vedada qualquer anotação nos registros da CONCESSIONÁRIA enquanto não houver a decisão final sobre a procedência da autuação.
- 35.13 A decisão proferida pela AGÊNCIA REGULADORA será devidamente fundamentada.
- 35.14 A CONCESSIONÁRIA será formalmente notificada da decisão proferida em face da defesa apresentada, cabendo a interposição de recurso ao órgão colegiado da AGÊNCIA REGULADORA no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da notificação, cuja decisão deverá obedecer às condições previstas no item 35.12 anterior.
- 35.15 Mantido o auto de infração, a CONCESSIONÁRIA será notificada a respeito, devendo a penalidade ser imposta em observância ao seguinte:
- a) no caso de advertência, será anotada nos registros da CONCESSIONÁRIA junto à AGÊNCIA REGULADORA;
  - b) em caso de multa pecuniária, a CONCESSIONÁRIA deverá efetuar o pagamento dentro do prazo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento da notificação da decisão, sendo que o não pagamento, no prazo estipulado, ensejará a possibilidade de utilização da GARANTIA.
- 35.16 O simples pagamento da multa não eximirá a CONCESSIONÁRIA da obrigação de sanar a falha ou irregularidade a que deu origem.
- 35.17 A aplicação das penalidades previstas neste CONTRATO e a sua execução não prejudicam a aplicação das penas cominadas, para o mesmo fato, pela legislação aplicável.
- 35.18 A AGÊNCIA REGULADORA não poderá penalizar a CONCESSIONÁRIA em mais de 2% (dois por cento) de seu faturamento mensal médio verificado no exercício financeiro imediatamente anterior, considerando a soma de todas as multas aplicadas em um mesmo mês, a fim de não comprometer a qualidade da prestação dos SERVIÇOS.

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



## **CLÁUSULA 36 – INTERVENÇÃO E CAUSAS DE EXTINÇÃO DA CONCESSÃO**

- 36.1 O CONCEDENTE poderá, sem prejuízo das penalidades cabíveis, em caráter excepcional, intervir na CONCESSÃO para assegurar a adequação na prestação dos serviços, bem como o fiel cumprimento pela CONCESSIONÁRIA das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes nos casos em que considerar que tais descumprimentos afetem substancialmente a capacidade da CONCESSIONÁRIA na execução dos serviços previstos neste CONTRATO.
- 36.1.1 A intervenção somente poderá ser decretada por indicação expressa e tecnicamente fundamentada da AGÊNCIA REGULADORA, conforme as normas de regulação específicas.
- 36.1.2 A intervenção será determinada pelo CONCEDENTE mediante a edição de decreto específico que designará o interventor, o prazo de duração, os objetivos e os limites da medida.
- 36.1.3 No prazo de 30 (trinta) dias contados da decretação da intervenção, o CONCEDENTE deverá instaurar o competente procedimento administrativo para comprovar as causas determinantes da medida e apurar responsabilidades, assegurando à CONCESSIONÁRIA o direito ao contraditório e à ampla defesa.
- 36.1.4 O procedimento administrativo deverá ser concluído no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de considerar-se inválida a intervenção.
- 36.1.5 Será declarada nula a intervenção se ficar comprovado que não foram observados os pressupostos legais e regulamentares para sua decretação, devendo o serviço e os bens vinculados à CONCESSÃO retornar imediatamente à CONCESSIONÁRIA, sem prejuízo da prestação de contas por parte do interventor e da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO para indenização porventura cabível.
- 36.1.6 O interventor deverá observar o pagamento dos financiamentos contraídos para cumprir obrigações de investimento previstas no CONTRATO.
- 36.1.7 Se as receitas da CONCESSÃO não forem suficientes para cobrir as despesas necessárias à continuidade do serviço concedido, a CONCEDENTE poderá executar a Garantia de Execução Contratual para obter os recursos faltantes.
- 36.1.8 Como resultado da intervenção poderá ser extinta a CONCESSÃO.
- 36.1.9 Cessada a intervenção, se não for extinta a CONCESSÃO, a administração do serviço será devolvida à CONCESSIONÁRIA, devidamente precedida da prestação de contas pelo interventor, que responderá pelos atos praticados durante sua gestão.
- 36.2 Extingue-se a CONCESSÃO por:
- a) advento do termo contratual;
  - b) encampação;
  - c) caducidade;
  - d) rescisão;
  - e) anulação da CONCESSÃO, e
  - f) falência ou extinção da CONCESSIONÁRIA.
- 36.2.1 Extinta a CONCESSÃO, opera-se, de pleno direito, a reversão dos bens afetos aos SERVIÇOS, bem como as prerrogativas conferidas à CONCESSIONÁRIA, pagando-se à mesma a respectiva indenização pela parcela financeiramente ainda não amortizada, relativamente aos bens incorporados à CONCESSÃO, nos termos deste CONTRATO.

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



- 36.2.2 Os bens afetos à CONCESSÃO serão revertidos ao CONCEDENTE livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos, inclusive sociais e trabalhistas.
- 36.2.3 Revertidos os bens afetos à CONCESSÃO, haverá a imediata assunção dos SERVIÇOS pelo CONCEDENTE.
- 36.2.4 Extinta a CONCESSÃO, não resultará ao CONCEDENTE qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros, ou com empregados da CONCESSIONÁRIA.
- 36.2.5 Ocorrendo a extinção da CONCESSÃO, o CONCEDENTE poderá, a seu exclusivo critério, assumir os contratos celebrados pela CONCESSIONÁRIA, desde que necessários à continuidade dos serviços públicos, incluindo-se os contratos de financiamento para execução de obras ou serviços.

#### **CLÁUSULA 37 – ADVENTO DO TERMO CONTRATUAL**

- 37.1 O advento do termo final do CONTRATO implica na extinção da CONCESSÃO de pleno direito.
- 37.2 O CONCEDENTE, antecipando-se à extinção da CONCESSÃO, procederá aos levantamentos e avaliações necessários à determinação do montante da indenização eventualmente devida à CONCESSIONÁRIA, nos termos dos itens seguintes.

#### **CLÁUSULA 38 – CRITÉRIOS PARA O CÁLCULO DE INDENIZAÇÃO**

- 38.1 A indenização devida pelo CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA, no caso de ocorrência de extinção com base do advento do termo contratual, englobará os investimentos realizados com base nas PROPOSTAS apresentadas pela LICITANTE VENCEDORA que ainda não tenham sido financeiramente amortizados até a data de retomada dos SERVIÇOS pelo CONCEDENTE, corrigidos nos mesmos termos do REAJUSTE, desde a data do investimento até a data do pagamento da indenização.
- 38.2 A indenização a que se refere esta Cláusula será paga previamente à assunção dos SERVIÇOS pelo CONCEDENTE.
  - 38.2.1 Enquanto não houver o pagamento da indenização a que se refere o item 38.2, a CONCESSIONÁRIA continuará a prestar diretamente os SERVIÇOS, auferindo, inclusive, todas as TARIFAS e RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS.

#### **CLÁUSULA 39 – ENCAMPAÇÃO**

- 39.1 A encampação é a retomada dos serviços pelo CONCEDENTE, durante o prazo da CONCESSÃO, por motivo de interesse público, precedida de lei autorizativa específica.
- 39.2 O CONCEDENTE, previamente à encampação da CONCESSÃO, procederá aos levantamentos e avaliações necessários à determinação do montante da indenização eventualmente devida à CONCESSIONÁRIA, nos termos dos itens seguintes.
- 39.3 Caso a CONCESSÃO venha a ser extinta por encampação, a indenização devida à CONCESSIONÁRIA deverá ser paga previamente à reversão dos bens e à assunção dos serviços pelo CONCEDENTE, nos termos do artigo 37 da Lei Federal nº 8.987/95, e incluirá:
  - a) os investimentos realizados pela CONCESSIONÁRIA que ainda não estiverem financeiramente amortizados, devidamente corrigidos monetariamente nos mesmos moldes aplicáveis ao REAJUSTE; e

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



- b) danos emergentes e os lucros cessantes calculados por empresa independente de consultoria especializada em avaliação de empresas e investimentos.
- 39.3.1 A empresa de consultoria especializada em avaliação de empresas e investimentos será paga pela CONCESSIONÁRIA e escolhida pelo CONCEDENTE, no prazo de 10 (dez) dias, contados da notificação de uma PARTE à outra, a partir de lista tríplice apresentada pela CONCESSIONÁRIA.
- 39.4 Equipara-se à encampação a desapropriação das ações da CONCESSIONÁRIA pelo CONCEDENTE, aplicando-se, neste caso, as disposições constantes desta Cláusula.

#### **CLÁUSULA 40 – CADUCIDADE**

- 40.1 A inexecução total ou de parcela relevante do CONTRATO autorizará o CONCEDENTE a proceder à declaração de caducidade da CONCESSÃO, independentemente da aplicação das sanções contratuais, respeitadas as disposições deste CONTRATO e especialmente desta Cláusula.
- 40.2 A caducidade da CONCESSÃO, por ação ou omissão da CONCESSIONÁRIA, poderá ser declarada nas hipóteses previstas no art. 38, § 1º, da Lei Federal nº 8.987/95.
- 40.3 A declaração de caducidade da CONCESSÃO deverá ser precedida da verificação da efetiva inadimplência da CONCESSIONÁRIA em processo administrativo específico da AGÊNCIA REGULADORA, assegurando-se à CONCESSIONÁRIA o direito de ampla defesa e contraditório.
- 40.4 Não será instaurado processo administrativo de inadimplência antes de a CONCESSIONÁRIA ter sido previamente comunicada a respeito das infrações contratuais praticadas, devendo ser-lhe concedido prazo razoável para corrigir as falhas e transgressões apontadas, observadas as condições previstas neste CONTRATO.
- 40.5 Instaurado o processo administrativo, uma vez comprovada à inadimplência, a caducidade será declarada mediante Decreto editado pelo Prefeito Municipal, pagando-se a respectiva indenização.
- 40.6 No caso da extinção do CONTRATO por caducidade, a CONCESSIONÁRIA fará jus ao recebimento da devida indenização, de acordo com as disposições e o procedimento previsto na Cláusula 38 – Critérios para o Cálculo da Indenização deste CONTRATO.
- 40.7 Da indenização prevista no item 40.6 anterior será descontado o montante das multas contratuais e dos danos causados pela CONCESSIONÁRIA.
- 40.8 A indenização a que se refere o item 40.6 será devidamente corrigida monetariamente, nos mesmos moldes aplicáveis ao REAJUSTE, desde a data do investimento até a data do pagamento integral do valor devido à CONCESSIONÁRIA. Será paga mensalmente, até que haja sua plena quitação, com no mínimo 20% (vinte por cento) dos valores recebidos pelo CONCEDENTE ou por outra empresa que esteja prestando os SERVIÇOS no MUNICÍPIO.
- 40.9 O CONCEDENTE deverá adotar todos os atos necessários para que a parcela de que trata o item 40.8, referente aos valores recebidos, pelo CONCEDENTE ou por terceiro, pela prestação dos SERVIÇOS, seja automaticamente repassada à CONCESSIONÁRIA, através de conta centralizadora e especial em instituição bancária de sua livre escolha.
- 40.10 O CONCEDENTE priorizará o pagamento da indenização de que trata este item em única vez, com recursos obtidos na licitação que vier a ser realizada para contratação da nova sociedade concessionária, nos termos do artigo 45 da Lei nº 8.987/95.

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



## **CLÁUSULA 41– RESCISÃO**

- 41.1 A CONCESSIONÁRIA poderá rescindir o CONTRATO no caso de descumprimento das normas contratuais pela outra PARTE, bem como na ocorrência de redução do escopo dos SERVIÇOS por parte do CONCEDENTE.
- 41.2 Na hipótese de rescisão do CONTRATO, nos termos desta Cláusula, a indenização será calculada de acordo com as disposições e o procedimento previsto na Cláusula 38 – Critérios para o Cálculo da Indenização deste CONTRATO.
- 41.3 A indenização a que se refere o item 41.2 anterior, devidamente corrigida monetariamente nos mesmos moldes aplicáveis ao REAJUSTE, desde a data do investimento até a data do pagamento integral do valor devido à CONCESSIONÁRIA, será paga mensalmente, até que haja sua plena quitação, com no mínimo 20% (vinte por cento) dos valores recebidos pelo CONCEDENTE ou por outra empresa que esteja prestando os SERVIÇOS no MUNICÍPIO.
- 41.4 O CONCEDENTE deverá adotar todos os atos necessários para que a parcela de que trata o item 41.3 anterior, referente aos valores recebidos, pelo CONCEDENTE ou por terceiro, pela prestação dos SERVIÇOS, seja automaticamente repassada à CONCESSIONÁRIA, através de conta centralizadora e especial em instituição bancária de sua livre escolha.
- 41.5 O CONCEDENTE priorizará o pagamento da indenização de que trata este item em única vez, com recursos obtidos na licitação que vier a ser realizada para contratação da nova sociedade concessionária, nos termos do artigo 45 da Lei nº 8.987/95.

## **CLÁUSULA 42 – ANULAÇÃO DA CONCESSÃO**

- 42.1 Em caso de anulação da CONCESSÃO por eventuais ilegalidades verificadas no EDITAL e nos seus Anexos, na LICITAÇÃO e/ou no CONTRATO será devida indenização pelo CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA, calculada de acordo com as disposições e o procedimento previsto na Cláusula 38 – Critérios para o Cálculo da Indenização deste CONTRATO.
- 42.2 A indenização a que se refere o item 42.1, devidamente corrigida monetariamente nos mesmos moldes aplicáveis ao REAJUSTE, desde a data do investimento até a data do pagamento integral do valor devido à CONCESSIONÁRIA será paga mensalmente, até que haja sua plena quitação, com no mínimo 20% (vinte por cento) dos valores recebidos pelo CONCEDENTE ou por outra empresa que esteja prestando dos SERVIÇOS.
- 42.3 O CONCEDENTE deverá adotar todos os atos necessários para que a parcela de que trata o item 42.2 anterior, referente aos valores recebidos, pelo CONCEDENTE ou por terceiro, pela prestação dos SERVIÇOS, seja automaticamente repassada à CONCESSIONÁRIA, através de conta centralizadora e especial em instituição bancária de sua livre escolha.
- 42.4 O CONCEDENTE priorizará o pagamento da indenização de que trata este item em única vez, com recursos obtidos na licitação que vier a ser realizada para contratação da nova sociedade concessionária, nos termos do artigo 45 da Lei nº 8.987/95.

## **CLÁUSULA 43 – FALÊNCIA OU EXTINÇÃO DA CONCESSIONÁRIA**

- 43.1 A CONCESSÃO poderá ser extinta na ocorrência de decretação de falência da CONCESSIONÁRIA ou de extinção da CONCESSIONÁRIA.

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



- 43.2 Neste caso, a indenização devida pelo CONCEDENTE será calculada de acordo com as disposições e o procedimento previsto na Cláusula 38 – Critérios para o Cálculo de Indenização deste CONTRATO.
- 43.3 A indenização a que se refere o item 43.2 será paga mensalmente à massa falida, devidamente corrigida monetariamente nos mesmos moldes aplicáveis ao REAJUSTE, desde a data do investimento até a data do pagamento integral do valor devido à CONCESSIONÁRIA, até que haja sua plena quitação, com no mínimo 20% (vinte por cento) dos valores recebidos pelo CONCEDENTE ou por outra empresa que esteja prestando os dos SERVIÇOS.
- 43.4 O CONCEDENTE deverá adotar todos os atos necessários para que a parcela de que trata o item 43.3, referente aos valores recebidos, pelo CONCEDENTE ou por terceiro, pela prestação dos SERVIÇOS, seja automaticamente repassada à massa falida, através de conta centralizadora e especial em instituição bancária de sua livre escolha.
- 43.5 O CONCEDENTE priorizará o pagamento da indenização de que trata este item em única vez, com recursos obtidos na licitação que vier a ser realizada para contratação da nova sociedade concessionária, nos termos do artigo 45 da Lei nº 8.987/95.
- 43.6 Na hipótese de dissolução ou liquidação da CONCESSIONÁRIA, não poderá ser procedida a partilha do respectivo patrimônio social sem que o CONCEDENTE ateste, mediante auto de vistoria, o estado em que se encontram os bens afetos à CONCESSÃO que serão revertidos livres de ônus; ou sem que se efetue o pagamento das quantias devidas ao CONCEDENTE, a título de indenização ou a qualquer outro título.

#### **CLÁUSULA 44 – REVERSÃO DOS BENS QUE INTEGRAM A CONCESSÃO**

- 44.1 Na extinção da CONCESSÃO, todos os bens a ela afetos, recebidos, construídos ou adquiridos pela CONCESSIONÁRIA e integrados diretamente à CONCESSÃO, reverterão automaticamente ao CONCEDENTE nas condições estabelecidas neste CONTRATO.
- 44.2 Para os fins previstos no item 44.1 anterior, obriga-se a CONCESSIONÁRIA a entregar os bens ali referidos inteiramente livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos, devendo estar em condições normais de operacionalidade, utilização e manutenção, sem prejuízo do normal desgaste resultante do seu uso.
- 44.3 Na extinção da CONCESSÃO será promovida uma vistoria prévia dos bens afetos à CONCESSÃO, para os efeitos previstos neste CONTRATO, e lavrado um “Termo de Reversão dos Bens”, com indicação detalhada do seu estado de conservação.
- 44.4 O “Termo de Reversão de Bens”, referido no item 44.3 anterior será apresentado à AGÊNCIA REGULADORA, que deverá manifestar-se no prazo máximo de 15 (quinze) dias. Transcorrido este prazo sem que haja manifestação da AGÊNCIA REGULADORA, o “Termo de Reversão de Bens” reputar-se-á aceito.
- 44.5 Caso os bens afetos à CONCESSÃO, quando de sua devolução, não se encontrem em condições adequadas, observado o disposto nesta Cláusula, a CONCESSIONÁRIA indenizará o CONCEDENTE, conferindo-se os direitos de ampla defesa e contraditório à CONCESSIONÁRIA no processo de apuração pela AGÊNCIA REGULADORA do montante devido.
- 44.6 O CONCEDENTE poderá reter ou executar a GARANTIA, a seu exclusivo critério, caso se conclua, no processo administrativo a que se refere o item 44.5, que os bens afetos à CONCESSÃO encontram-se deteriorados em seu uso e em sua conservação, acima do desgaste natural de funcionamento.

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



- 44.7 Caso o montante da GARANTIA seja insuficiente para o cumprimento da obrigação prevista no item 44.5 anterior, o CONCEDENTE poderá descontar seus créditos do valor da indenização devida à CONCESSIONÁRIA, por força da extinção da CONCESSÃO.

#### **CLÁUSULA 45 – CAUSAS JUSTIFICADORAS DA INEXECUÇÃO**

- 45.1 No caso de inexecução total ou parcial deste CONTRATO, decorrente diretamente de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR ou FATOS IMPREVISTOS que retardem ou impeçam o cumprimento deste CONTRATO, devidamente justificados e aceitos pela CONCEDENTE, ficará a CONCESSIONÁRIA exonerada de responsabilidade pelo atraso no cumprimento do cronograma de obras e serviços e das demais obrigações oriundas do CONTRATO.
- 45.2 Afora as hipóteses previstas em lei, no REGULAMENTO e no CONTRATO, não se caracteriza, ainda, como descontinuidade do serviço, a sua interrupção pela CONCESSIONÁRIA nas seguintes hipóteses:
- a) quando houver necessidade de efetuar reparos, modificações ou melhoria de qualquer natureza no SISTEMA;
  - b) caso haja comprometimento da segurança de instalações ou de pessoas;
  - c) por inadimplemento do USUÁRIO e/ou do PODER CONCEDENTE, após comunicação por escrito nesse sentido; ou
- 45.3 A ocorrência do evento previsto em “a” do item 45.2 desta Cláusula deverá ser imediatamente comunicada pela CONCESSIONÁRIA à AGÊNCIA REGULADORA, ao CONCEDENTE e aos USUÁRIOS, informando as medidas que estiverem sendo adotadas para reduzir ou superar os impactos deles decorrentes.
- 45.3.1 Cabe à CONCESSIONÁRIA, nessa hipótese, adotar as providências cabíveis no sentido de reduzir a descontinuidade do serviço ao prazo mínimo necessário, sujeito à fiscalização da AGÊNCIA REGULADORA.
- 45.4 No caso das alíneas “c” do item 45.3 acima, a interrupção do serviço deverá ser efetuada pela CONCESSIONÁRIA, após prévio aviso enviado ao USUÁRIO, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data prevista para referida interrupção.
- 45.5 Ocorrendo quaisquer dos fatos mencionados no item 45.1, proceder-se-á ao reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, salvo se o evento for de tal relevância que impossibilite o prosseguimento da execução contratual, conforme análise técnica e econômico-financeira, caso em que as PARTES tomarão as medidas para a extinção amigável da CONCESSÃO.
- 45.5.1 As PARTES acordarão acerca do pagamento da indenização devida à CONCESSIONÁRIA, em até 15 (quinze) dias contados da data da extinção.
- 45.5.2 Se as PARTES não chegarem a um acordo no prazo referido acima, para fins de pagamento da indenização devida pelo CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA, aplicar-se-á o disposto na Cláusula 39 deste CONTRATO.

#### **CLÁUSULA 46 – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS PELA CONCESSIONÁRIA**

- 46.1 A CONCESSIONÁRIA prestará contas anualmente, ao CONCEDENTE e à AGÊNCIA REGULADORA, da gestão dos SERVIÇOS, mediante apresentação de:
- I - relatórios, expedidos na forma a ser estabelecida pela AGÊNCIA REGULADORA e segundo as prescrições legais e regulamentares específicas, relativos:
    - a) à execução dos estudos, projetos e obras previstos no Plano Municipal de Saneamento Básico;

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



- b) ao Desempenho Operacional da CONCESSÃO que contenha informações específicas sobre os níveis de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na prestação dos SERVIÇOS e modicidade das TARIFAS; e
  - c) ao registro e inventário dos bens afetos à CONCESSÃO.
- II - demonstrações financeiras da CONCESSIONÁRIA na forma estabelecida na Lei Federal nº 6.404/64, publicadas em jornal de grande circulação e cópia da ata a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as mesmas.

#### **CLÁUSULA 47 – CESSÃO, ONERAÇÃO E ALIENAÇÃO**

- 47.1 É vedado à CONCESSIONÁRIA, sob pena de declaração de caducidade da CONCESSÃO, ceder, alienar ou de qualquer modo onerar, no todo ou em parte, os bens afetos à CONCESSÃO, ou realizar qualquer negócio jurídico que vise a atingir idênticos objetivos, sendo nulo qualquer ato praticado em violação ao disposto nesta Cláusula, salvo se houver expressa anuência do CONCEDENTE, particularmente para a estruturação das garantias que se façam necessárias à obtenção dos financiamentos destinados à CONCESSÃO, a exemplo do previsto nos artigos 28 e 28-A da Lei nº 8.987/95.

#### **CLÁUSULA 48 – LICENÇAS, PASSIVO E PROTEÇÃO AMBIENTAL**

- 48.1 **Proteção ambiental.** A CONCESSIONÁRIA obriga-se a cumprir o disposto na legislação vigente relativamente às normas de proteção ambiental, devendo apresentar todos os relatórios exigidos pela legislação vigente.
- 48.1.1 O CONCEDENTE poderá exigir que a CONCESSIONÁRIA, no curso do período da CONCESSÃO, adote programas e implemente medidas preventivas e/ou corretivas do meio ambiente, inclusive por intermédio de novas obras e serviços não previstos originariamente, observado o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.
- 48.1.2 A CONCESSIONÁRIA deverá se submeter a todas as medidas adotadas pelas autoridades com poder de fiscalização de meio ambiente no âmbito das respectivas competências, observando-se sempre o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO e suas cláusulas e condições.
- 48.2 **Licenciamento ambiental e outorga de uso de recursos hídricos.** A CONCESSIONÁRIA e o CONCEDENTE são responsáveis pela obtenção das licenças ambientais necessárias à execução do objeto do presente CONTRATO, observado o disposto nesta Cláusula.
- 48.2.1 Quanto às licenças de natureza ambiental necessárias a execução de obras e prestação dos SERVIÇOS dentro ou fora do território do CONCEDENTE:
- a) o CONCEDENTE será o único responsável pela obtenção das licenças prévias de natureza ambiental, inclusive em relação aos custos de eventuais compensações ambientais, cabendo à CONCESSIONÁRIA apoiá-lo no que for possível quanto a informações e documentos; e
  - b) a CONCESSIONÁRIA será a única responsável pela obtenção das licenças de instalação e de operação, inclusive em relação aos custos de eventuais compensações ambientais, tendo o CONCEDENTE, por sua vez, a obrigação de contribuir com todos os documentos, informações e providências necessárias ao seu alcance para o licenciamento.

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



- 48.2.2 O CONCEDENTE será o único responsável pela obtenção da outorga de uso de recursos hídricos, tanto para captação e quanto para lançamento de efluentes nos corpos hídricos.
- 48.2.3 O CONCEDENTE deverá obter as licenças ou outorgas sob sua responsabilidade com a antecedência necessária para evitar o comprometimento do cronograma de investimentos previsto no PLANO DE NEGÓCIO.
- 48.2.4 Eventuais atrasos no cumprimento das obrigações do CONCEDENTE, que incrementem os custos da CONCESSIONÁRIA em vista da necessidade de comprimir os prazos de execução das obras e/ou gerem perda de receitas para a CONCESSIONÁRIA por impossibilidade de prestação dos SERVIÇOS, ensejarão o reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.
- 48.2.5 A CONCESSIONÁRIA terá direito, ainda, à revisão dos prazos máximos originalmente estabelecidos para a execução das obras, bem como das metas de atendimento e níveis de desempenho, se demonstrar que, em razão do atraso na obtenção das licenças ou das outorgas de responsabilidade do CONCEDENTE, tenha se tornado inviável o cumprimento do CONTRATO conforme inicialmente pactuado.
- 48.2.6 A CONCESSIONÁRIA não poderá opor ao CONCEDENTE, por conta da não obtenção tempestiva das licenças ambientais de instalação e/ou de operação de sua responsabilidade, quaisquer exceções ou meios de defesa como causa justificadora do descumprimento das metas e objetivos da CONCESSÃO.
- 48.2.7 O CONCEDENTE deverá, entretanto, deferir prorrogação de prazos para a realização de metas e objetivos da CONCESSÃO quando, embora a CONCESSIONÁRIA comprove o cumprimento de todos os requisitos para obtenção da licença, não a tenha obtido por razões alheias a sua vontade.
- 48.2.8 A CONCESSIONÁRIA não responderá ou será de qualquer forma penalizada pelo atraso exclusivamente imputável aos entes licenciadores ou terceiros responsáveis pela emissão de licenças ambientais ou de documentos imprescindíveis ao licenciamento, uma vez que a CONCESSIONÁRIA tenha, por si, tomado todas as providências necessárias para tanto, gerando, ainda, este fato, para a CONCESSIONÁRIA, o direito de pleitear o reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.
- 48.3 **Passivo e dano ambiental.** O CONCEDENTE será o único responsável pelo passivo ambiental originado previamente à DATA DE ASSUNÇÃO, devendo manter a CONCESSIONÁRIA isenta de qualquer responsabilidade, quando:
- a) originado de atos ou fatos ocorridos anteriormente à DATA DE ASSUNÇÃO, contrários à legislação ambiental, inclusive, pelo lançamento de efluentes sem tratamento ou tratamento inadequado; ou
  - b) ainda que posterior à DATA DE ASSUNÇÃO, precise ser solucionado, em vista de determinação de autoridade ambiental e/ou de outros órgãos de fiscalização ou do Poder Judiciário, em prazos ou condições diferentes daqueles fixados para esta CONCESSÃO, nos termos previstos no CONTRATO e seus Anexos.
- 48.3.1 Na hipótese prevista na alínea “b” do item 48.3 anterior, a CONCESSIONÁRIA, concomitantemente à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, poderá adaptar o cronograma de investimentos, nos termos de deliberação da autoridade competente.
- 48.3.2 No caso de impossibilidade de cumprimento da determinação da autoridade competente ou se a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro se revelar excessivamente onerosa para o CONCEDENTE e/ou USUÁRIOS, as

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



PARTES acordarão acerca da extinção da CONCESSÃO, aplicando-se o disposto na Cláusula 45.

- 48.3.3 No caso de a CONCESSIONÁRIA vir a responder judicialmente por passivo ambiental que não seja de sua responsabilidade, deverá a CONCESSIONÁRIA denunciar à lide o CONCEDENTE ou terceiros responsáveis pelo dano causado.
- 48.3.4 A CONCEDENTE se obriga, no prazo de 30 (trinta) dias do recebimento de notificação da CONCESSIONÁRIA nesse sentido, a ressarcir a CONCESSIONÁRIA na eventualidade de lhe ser imposta qualquer sanção ou determinação com consequência pecuniária decorrente de decisão judicial, bem como decorrente de decisão administrativa da qual não caiba mais recurso ou meio de defesa, que desconsidere o cronograma de investimentos e/ou as metas previstos no CONTRATO e em seus Anexos ou, ainda, a responsabilidade do CONCEDENTE pelo passivo ambiental nos termos do item 48.3 acima.
- 48.3.5 Na falta de ressarcimento à CONCESSIONÁRIA, nos termos deste item, aplicar-se-á, de imediato, o disposto na Cláusula 17, devendo a CONCEDENTE proceder à readequação do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.
- 48.3.6 O disposto nos itens anteriores não isentará a CONCESSIONÁRIA DE responsabilidade nas hipóteses em que houver atuado de forma dolosa ou com culpa grave, e, assim, tenha causado a ocorrência do dano ambiental, caso em que deverá repará-lo integralmente.

#### CLÁUSULA 49 – COMUNICAÇÕES

- 49.1 As comunicações realizadas em decorrência deste CONTRATO serão efetuadas por escrito e remetidas sob protocolo.
- 49.2 Consideram-se, para efeitos de remessa das comunicações, na forma desta Cláusula, os seguintes endereços:

CONCEDENTE: MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

Endereço: Prefeitura Municipal de Navegantes. Rua João Emílio, 100, Centro, Navegantes, Santa Catarina. Cep: 88.370-446.

CONCESSIONÁRIA: [---];

Endereço: [-----]

- 49.3 Qualquer das PARTES acima poderá modificar o endereço, mediante simples comunicação por escrito à outra.
- 49.4 O CONCEDENTE dará ciência de suas decisões mediante notificação à CONCESSIONÁRIA e a terceiros, além de publicar suas decisões e despachos na imprensa oficial.

#### CLÁUSULA 50 – PRAZOS

- 50.1 Os prazos estabelecidos em dias, neste CONTRATO, contar-se-ão em dias corridos, salvo se estiver expressamente feita referência a dias úteis, excluindo-se o primeiro dia e contando-se o último.

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



## **CLÁUSULA 51 – EXERCÍCIO DE DIREITOS**

- 51.1 A tolerância de uma das PARTES, no que tange ao não cumprimento, pela outra PARTE, de qualquer das disposições ora pactuadas, será considerada mera liberalidade, não constituindo renúncia ao respectivo direito, nem impedimento ao seu exercício posterior, nem constituirá novação contratual.

## **CLÁUSULA 52 – INVALIDADE PARCIAL**

- 52.1 Se qualquer disposição ou Cláusula deste CONTRATO for declarada ilegal ou inválida por um juízo de jurisdição competente, este CONTRATO deverá continuar em pleno vigor e efeito sem a citada disposição.
- 52.2 No caso da declaração alterar substancialmente os benefícios econômicos deste CONTRATO para qualquer das PARTES, CONCEDENTE e CONCESSIONÁRIA deverão negociar, de boa fé, um ajuste equitativo para tal disposição.

## **CLÁUSULA 53 – PUBLICAÇÃO E REGISTRO DO CONTRATO**

- 53.1 Dentro dos 20 (vinte) dias que se seguirem à assinatura do CONTRATO, o CONCEDENTE providenciará a publicação do extrato do CONTRATO na imprensa oficial, que será registrado e arquivado com o CONCEDENTE e com a CONCESSIONÁRIA.

## **CLÁUSULA 54 – DA MEDIAÇÃO TÉCNICA**

- 54.1 As Partes reconhecem que determinadas controvérsias resultantes deste CONTRATO poderão ser resolvidas por Mediação Técnica, em especial as matérias relacionadas a assuntos eminentemente técnicos, de engenharia, contábeis, econômicos e financeiros, inclusive relacionados aos Indicadores de Desempenho.
- 54.2 Mediante notificação de uma Parte à outra, as Partes deverão, no prazo de 15 (quinze) dias contados da entrega da notificação, instaurar a Mediação Técnica mediante a nomeação, por cada Parte, de um perito. Os peritos indicados pelas Partes nomearão um terceiro perito no prazo de até 10 (dez) dias. Os três peritos, em conjunto, serão responsáveis pelo exame da matéria controvertida.
- 54.3 Os peritos deverão possuir renomada qualificação técnica, com especialidade na área técnica objeto da disputa e livre de qualquer relação com as Partes que possa comprometer sua independência e isenção.
- 54.4 As despesas com os honorários dos membros da Mediação Técnica serão rateadas pelas Partes. Os peritos serão remunerados por hora trabalhada, devendo emitir a correspondente nota de débito quando da conclusão do procedimento de Mediação Técnica.
- 54.5 A Mediação Técnica será responsável por tomar todas as medidas necessárias ao seu convencimento, incluindo, mas não se limitando a, (i) análise de todos os documentos relativos à divergência, devendo diligenciar a coleta de eventuais documentos não entregues pelas Partes e (ii) realização de audiências para que todos os envolvidos possam se pronunciar sobre a questão.
- 54.6 Nenhuma questão será decidida pela Mediação Técnica sem que todas as Partes envolvidas na controvérsia sejam ouvidas, respeitando-se a ampla defesa e o contraditório.
- 54.7 A Mediação Técnica decidirá sobre a questão posta em exame por maioria de votos de seus membros, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da apresentação da controvérsia pela Parte interessada, devendo notificar as Partes por escrito da sua decisão.

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



54.8 A decisão da Mediação Técnica não faz coisa julgada entre as Partes e não as vincula, podendo a controvérsia ser submetida ao Judiciário caso haja divergência quanto à aceitação do laudo ou nomeação do perito por uma ou ambas as Partes.

#### **CLÁUSULA 55 – FORO**

55.1 Para fins de solução de controvérsia relativas ao presente CONTRATO, será competente o foro da comarca do Município de Navegantes, renunciando as partes a todo e qualquer outro por mais privilegiado ou especial que seja.

E, por se acharem justas e contratadas, assinam as partes o presente Contrato, em 03 (três) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Navegantes, xx de xxxxxxx de 2016.

---

MUNICÍPIO DE NAVEGANTES – PODER CONCEDENTE

---

LICITANTE VENCEDORA XXXXX – CONCESSIONÁRIA

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



**ANEXO II**  
**ESTRUTURA TARIFÁRIA**  
**TARIFA REFERENCIAL**

CATEGORIA (S)	CÓDIGOS	FAIXA DE CONSUMO (m³/econ)	TARIFAS	
			ÁGUA R\$/m³	ESGOTO R\$/m³
01- RESIDENCIAL NORMAL (R)	R	1 1 a 10	3,530	3,530
	R	2 11 a 25	6,560	6,560
	R	3 26 a 999999	8,961	8,961
02- SOCIAL (S)	S	1 1 a 10	1,767	1,767
	S	2 11 a 25	3,278	3,278
	S	3 26 a 999999	8,942	8,942
03- COMERCIAL (C)	C	1 0 a 10	5,489	5,489
	C	2 11 a 999999	8,616	8,616
04- INDUSTRIAL (I)	I	1 0 a 10	5,489	5,489
	I	2 11 a 999999	8,616	8,616
05 – PÚBLICA ESPECIAL (PE)	PE	1 1 a 10	3,246	3,246
	PE	2 11 a 999999	6,249	6,249
06 – PÚBLICA NORMAL (P)	P	1 1 a 10	5,489	5,489
	P	2 11 a 9999	8,616	8,616

**Tabela 2 – Preços públicos dos SERVIÇOS COMPLEMENTARES**

TABELA DE PREÇOS DE SERVIÇOS	
Descrição dos Serviços	Preço (R\$)
3101 - LA CONS. CAV. DANIF	40,66
3357 - LA INST. RES DN 1/2" E 3/4" LOC. S/ASF.	116,67
3922 - LA RELIG/CORTE CAV.	37,17
1023 - TAXA ENTREGA ENDEREÇO ALTERNATIVO	2,01
3705 - LA SUBST. HIDR. AFERICAÇÃO DN 1/2" E 3/4" P.U.	42,30
3926 - REATIVAÇÃO	112,79
3305 - LA INST. N. RES. DN 1/2" E 3/4" LOC. C/ASF.	165,73
3307 - LA INST. N. RES. DN 1/2" E 3/4" LOC. S/ASF.	159,74
3818 - LA VER IRREGULARIDADE	5,97
4511 - LE DECLARAÇÃO VIABILIDADE DE LIG. ESGOTO	20,92
3509 - LA REDIMENSIONAMENTO DN RP P.U.	154,97

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



TABELA DE PREÇOS DE SERVIÇOS	
Descrição dos Serviços	Preço (R\$)
1053 - AC COBR INF. CONSUMO ESTIMADO	242,79
1057 - AC COBR. INF. VIOLACAO LACRE LIG. CORTADA (CAV)	52,90
3923 - LA RELIG/CORTE CAV. (Acerto de Cadastro)	31,51
3925 - LA RELIG/CORTE RP (Acerto de Cadastro)	91,42
3337 - LA INST. DN 2" LOC. S/ASF. MAT. USU.	406,85
3358 - LIGAÇÃO TEMPORARIA	122,40
3340 - LA INST. DN 3" LOC S/ ASFALTO MAT. USU	1.620,42
3317 - LA INST.DN. 1" LOC S/ ASFALTO	225,43
3327 - LA INST.DN 1" LOC C/ ASFALTO	230,22
3339 - LA INST. DN 2" LOC. C/ ASF	431,50
3345 - LA INST. DN 3" LOC. C/ ASF	1.682,07
3360 - LA INST. RESIDENCIAL BAIXA RENDA DN. 1/2	57,21
1250 - DISTRIBUIÇÃO DE AGUA P/ METRO CÚBICO	12,32
3905 - LA ANALISE DE AGUA	376,90
1058 - AC COBR.INF HIDROMETRO INVERTIDO CN	110,94
3751 - LA SUBST. HIDR. DANIF. DN 1/2" E 3/4" CAP 3M3/H	232,52
1055 - AC COBR. INF. SANCAO REGULAMENTAR	95,08
3709 - LA SUBST. HIDR. INVERTIDO GC*	181,39
3707 - LA SUBST. HIDR. INVERTIDO CN	181,39
3285 - LA DESLOC. RP DN 2" LOC. C/ASF. MAT. USU.	181,39
3287 - LA DESLOC. RP DN 2" LOC. S/ASF. MAT. USU.	181,39
3233 - LA DESLOC. CAV. DN 2" MAT. USU.	89,80
3966 - LA RELIG. RP. CORTE LIGACAO BY-PASS OU CLANDESTINA	304,71
3981 - LA VENDA TUBO P/METRO	12,11
3954 - LA RELIG. CAV. CORTE VIOLADO	91,56
3958 - LA RELIG. CAV. CORTE SANCAO REGULAMENTAR	162,55
1021 - AC EMISSAO 2 VIA EXTRAVIO	1,75
1024 - AC TAXA ENTREGA AVISO DÉBITO	4,03
3355 - LA INST. RES. DN 1/2" E 3/4" LOC. C/ASF.	175,77
3251 - LA DESLOC. RP DN 1/2" E 3/4" LOC. C/ASF.	163,78
3253 - LA DESLOC. RP DN 1/2" E 3/4" LOC. S/ASF.	158,49
3306 - LA INST. CAV.	111,82
3201 - LA DESLOC. CAV. DN 1/2" E 3/4"	59,86
3924 - LA RELIG/CORTE RP	91,56
3110 - LA CONS. CAV. DANIF.	40,66
Novos Serviços Ligação Esgoto:	
LE INST. 2,0M REDE PVC DN 100MM LOC. S/ASF.	436,85
LE INST. 2,0M REDE PVC DN 100MM LOC. C/ASF.	623,32
LE INST. 6,0M REDE PVC DN 100MM LOC. S/ASF.	1.415,61
LE INST. 6,0M REDE PVC DN 100MM LOC. C/ASF.	2.360,01
LE INST. 12,0M REDE PVC DN 100MM LOC. S/ASF.	2.701,82

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



TABELA DE PREÇOS DE SERVIÇOS	
Descrição dos Serviços	Preço (R\$)
LE INST. 12,0M REDE PVC DN 100MM LOC. C/ASF.	4.204,26
LE DESLOC. 2,0M REDE PVC DN 100MM LOC. S/ASF.	563,44
LE DESLOC. 2,0M REDE PVC DN 100MM LOC. C/ASF.	749,90
LE DESLOC. 6,0M REDE PVC DN 100MM LOC. S/ASF.	1.542,19
LE DESLOC. 6,0M REDE PVC DN 100MM LOC. C/ASF.	2.486,58
LE DESLOC. 12,0M REDE PVC DN 100MM LOC. S/ASF.	2.828,40
LE DESLOC. 12,0M REDE PVC DN 100MM LOC. C/ASF.	4.330,84
LE PARECER TÉCNICO DE PROJETO LOTEAMENTO	605,54
LE RECEBIMENTO ESGOTO DOMÉSTICO CAMINHÃO LIMPA FOSSA (M3)	33,28
LE LIMPEZA CAIXA DE INSP. - IMÓVEL C/ 01 ECONOMIA	154,04
LE LIMPEZA CAIXA DE INSP. - IMÓVEL C/ 02 OU MAIS ECONOMIAS	231,06

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**

Rua João Emílio nº 100 – Fone: (47) 3342 9500  
Centro – 88.370-446 – Navegantes – SC



### ANEXO III

#### INFORMAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA

As LICITANTES deverão elaborar a PROPOSTA TÉCNICA conforme cada um dos tópicos descritos a seguir. A COMISSÃO DE LICITAÇÃO atribuirá notas segundo os critérios abaixo:

- NT(i) = 0: quando o tópico não for apresentado;
- NT(i) = 2,5: quando a apresentação do tópico abordar, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) dos quesitos mínimos exigidos no tópico;
- NT(i) = 5: quando a apresentação do tópico abordar, pelo menos, 80% (oitenta por cento) dos quesitos mínimos exigidos;
- NT(i) = 7,5: quando a apresentação do tópico abordar, pelo menos, 90% (noventa por cento) dos quesitos mínimos exigidos;
- NT(i) = 10: quando o tópico for apresentado de maneira a atender a todos os quesitos exigidos.

Para efeito de julgamento, as PROPOSTAS TÉCNICAS serão analisadas e comparadas tópico a tópico, mediante a atribuição de uma pontuação da qual resultará a classificação das LICITANTES, obedecendo a pontuação de 0 a 100.

Serão desclassificadas as propostas que:

- a) não atendam às exigências deste EDITAL;
- b) apresentem informações estranhas à PROPOSTA TÉCNICA, tais como preços e valores financeiros;
  - ✓ Obtiverem pontuação inferior a 50 pontos;
  - ✓ Obtiverem nota zero na somatória dos quesitos de qualquer das PARTES

A condição de pontuação mínima de 50 pontos, está relacionada a garantia da qualidade técnica da futura Concessionária.

A Proposta Técnica deverá ser o mais objetiva possível, condizente as particularidades locais.

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



**PARTE 1 – DIAGNÓSTICO OPERACIONAL DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA - 10 pontos**

Os tópicos e respectivos quesitos mínimos a serem avaliados são:

1a) *Manancial/ Qualidade da Água – peso (p1a) = 0,20:*

- Relação, Localização e Descrição dos Mananciais;
- Diagnóstico dos Aspectos Ambientais;
- Diagnóstico dos Aspectos Socioeconômicos;
- Descrição de Parâmetros Qualitativos da Água Bruta.
- Apresentação de Parâmetros Quantitativos de Disponibilidade Hídrica

1b) *Captação e Adução de Água Bruta – peso (p1b) = 0,20:*

- Relação, Localização e Descrição Física das Unidades Existentes;
- Abordagem de Aspectos Operacionais;
- Abordagem de Aspectos de Manutenção;
- Relação de Problemas Críticos;
- Diagnóstico dos Aspectos Relativos à Segurança do Trabalho e à Proteção ao Meio Ambiente;

1c) *Estação de Tratamento de Água, Estação Elevatória e Adução de Água Tratada – peso (p1c) = 0,20:*

- Relação, Localização e Descrição Física das Unidades Existentes;
- Abordagem de Aspectos Operacionais;
- Abordagem de Aspectos de Manutenção;
- Relação de Problemas Críticos;
- Diagnóstico dos Aspectos Relativos à Segurança do Trabalho e a à Proteção ao Meio Ambiente

1d) *Reservação, Redes de Distribuição e Ligações Prediais e Hidrometração – peso (p1d) = 0,40:*

- Relação e Descrição Física das Unidades Existentes;
- Localização das Unidades Existentes;
- Abordagem de Aspectos Operacionais;
- Abordagem de Aspectos de Manutenção;
- Relação de Problemas Críticos.

As LICITANTES serão avaliadas em função do atendimento aos quesitos destacados em cada tópico. Os problemas críticos deverão ser distinguidos entre aqueles que demandam soluções imediatas e de curto prazo (até 5 anos), daqueles que podem ter a sua solução em médio prazo (entre 6 e 10 anos) ou longo prazo (superior a 10 anos).

A nota da parte 1 (P1) será o resultado da seguinte fórmula:

$$P1 = (NT1a \times p1a) + (NT1b \times p1b) + (NT1c \times p1c) + (NT1d \times p1d)$$

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



**PARTE 2 – DIAGNÓSTICO DAS CONDIÇÕES DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO – 10 pontos**

Os tópicos e respectivos quesitos mínimos a serem avaliados são:

2a) Esgotamento Sanitário – peso (p2a) = 1,00:

- Relação, Delimitação e Descrição das Bacias de Esgotamento Existentes;
- Descrição das soluções existentes para tratamento de esgotos sanitários;
- Diagnóstico dos Aspectos Ambientais;
- Diagnóstico dos Aspectos Socioeconômicos.
- Relação de Problemas Críticos.

As LICITANTES serão avaliadas em função do atendimento aos quesitos destacados em cada tópico. Os problemas críticos deverão ser distinguidos entre aqueles que demandam soluções imediatas e de curto prazo (até 5 anos), daqueles que podem ter a sua solução em médio prazo (entre 6 e 10 anos) ou longo prazo (superior a 10 anos).

A nota da parte 2 (P2) será o resultado da seguinte fórmula:

$$P2 = (NT2a \times p2a)$$

**PARTE 3 – PROPOSIÇÕES PARA O SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA – 10-pontos**

As LICITANTES deverão apresentar um plano de trabalho com o planejamento de todas as obras necessárias para o sistema de abastecimento de água, conforme projeção populacional e parâmetros estabelecidos no Termo de Referência, Anexo V, deste Edital.

O Plano de Trabalho deverá descrever e quantificar as ações e obras necessárias, justificando-as em função dos objetivos e metas a serem alcançados.

Além do descritivo, deverão ser apresentados desenhos das unidades propostas.

Os tópicos e respectivos quesitos mínimos a serem avaliados são:

3a) Manancial / Qualidade da Água - peso (p3a) = 0,20:

- identificação dos mananciais que serão utilizados para abastecimento público de água;
- avaliação dos aspectos ambientais;
- descrição de parâmetros qualitativos da água bruta;
- apresentação de parâmetros quantitativos de disponibilidade hídrica.

3b) Captação e Adução de Água Bruta – peso (p3b) = 0,20:

- proposição de soluções para os problemas críticos existentes;
- apresentação dos critérios de dimensionamento;
- descrição da localização das unidades a serem implantadas;
- descrição física das unidades a serem implantadas.

3c) Estação de Tratamento de Água, Estação Elevatória e Adução de Água Tratada – peso (p3c) = 0,20:

- proposição de soluções para os problemas críticos existentes;
- apresentação dos critérios de dimensionamento;
- descrição da localização das unidades a serem implantadas;
- descrição física das unidades a serem implantadas.

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



3d) Reservação, Redes de Distribuição, Ligações Prediais, Hidrometração – peso (p3d) = 0,20:

- proposição de soluções para os problemas críticos existentes;
- apresentação dos critérios de dimensionamento;
- descrição da localização das unidades a serem implantadas;
- descrição física das unidades a serem implantadas.

3e) Cronograma Físico das Obras Propostas para o Sistema de Abastecimento de Água – peso (p3e) = 0,20:

- relação de todas as soluções e obras propostas para o sistema de abastecimento de água com a previsão do início da sua implantação, término das obras e início da operação;
- apresentação dos predecessores de cada uma das atividades propostas;
- indicação do caminho crítico de implantação do programa.

As LICITANTES serão avaliadas em função do atendimento aos quesitos destacados em cada tópico.

A nota da parte 3 (P3) será o resultado da seguinte fórmula:

$$P3 = (NT3a \times p3a) + (NT3b \times p3b) + (NT3c \times p3c) + (NT3d \times p3d) + (NT3e \times p3e)$$

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



**PARTE 4 – PROPOSIÇÕES PARA O SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO – 10 pontos**

As LICITANTES deverão apresentar um plano de trabalho com o planejamento de todas as obras necessárias para o sistema de esgotamento sanitário, conforme projeção populacional e parâmetros estabelecidos no Plano de Saneamento, Anexo IV, deste Edital.

O Plano de Trabalho deverá descrever e quantificar as ações e obras necessárias, justificando-as em função dos objetivos e metas a serem alcançados.

Além do descritivo, deverão ser apresentados desenhos das unidades propostas.

Os tópicos e respectivos quesitos mínimos a serem avaliados são:

4a) Bacias de Contribuição e Esgotamento – peso (p4a) = 0,20:

- identificação, delimitação e descrição das bacias de esgotamento propostas;
- apresentação das estratégias de implementação do sistema de esgotos;
- definição dos sistemas de esgotamento sanitário propostos.

4b) Redes Coletoras e Ligações Prediais – peso (p4b) = 0,20:

- proposição de soluções para os problemas críticos existentes;
- apresentação dos critérios de dimensionamento;
- descrição física das unidades a serem implantadas.

4c) Estação de Tratamento de Esgoto e Estação Elevatória de Esgoto – peso (p4c) = 0,20:

- proposição de soluções para os problemas críticos existentes;
- apresentação dos critérios de dimensionamento;
- descrição da localização das unidades a serem implantadas;
- descrição física das unidades a serem implantadas.

4d) Sistema de Afastamento de Esgoto: coletor-tronco, interceptor e emissário, Corpo Receptor, destinação Final – peso (p4d) = 0,20:

- proposição de soluções para os problemas críticos existentes;
- apresentação dos critérios de dimensionamento;
- descrição da localização das unidades a serem implantadas;
- descrição física das unidades a serem implantadas;
- descrição dos corpos receptores que serão utilizados para o lançamento de efluentes tratados;
- avaliação dos aspectos ambientais;
- avaliação dos aspectos sócio-econômicos.

4e) Cronograma Físico das Obras Propostas para o Sistema de Esgotamento Sanitário – peso (p4e) = 0,20:

- relação de todas as soluções e obras propostas para o sistema de esgotamento sanitário com a previsão do início da sua implantação, término das obras e início da operação;
- apresentação dos predecessores de cada uma das atividades propostas; indicação do caminho crítico de implantação do programa.

As LICITANTES serão avaliadas em função do atendimento aos quesitos destacados em cada tópico.

A nota da parte 4 (P4) será o resultado da seguinte fórmula:

$$P4 = (NT4a \times p4a) + (NT4b \times p4b) + (NT4c \times p4c) + (NT4d \times p4d) + (NT4e \times p4e)$$

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



PARTE 5 – PROGRAMA DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO – 20 pontos

As LICITANTES deverão apresentar as principais atividades a serem realizadas pela CONCESSIONÁRIA no âmbito do Programa de Administração, Operação, Manutenção, Gestão Comercial e Educação Ambiental do SISTEMA, por meio de apresentação de metodologia de realização e monitoramento dos serviços.

Os tópicos e respectivos quesitos mínimos a serem avaliados são:

5a) Administração – peso (p5a) = 0,40:

- descrição das atividades e cargos;
- organograma previsto para os respectivos setores;
- número de funcionários para cada cargo e setor ao longo de todo o período de concessão.

5b) Operação e Manutenção do Sistema de Abastecimento de Água (operação, manutenção, equipe, máquinas, equipamentos, etc...) – peso (p5b) = 0,40:

Deverão ser apresentados procedimentos para:

- captação de água bruta no manancial escolhido;
- otimização energética da Estação Elevatória de Água Bruta;
- controle quantitativo da produção de água tratada;
- monitoramento da qualidade da água bruta;
- tratamento de água;
- controle da qualidade da água tratada;
- atualização das informações cadastrais;
- redução e o controle do índice de perdas de água;
- controle de redução do consumo de energia elétrica no sistema;
- manutenção corretiva das tubulações;
- manutenção preventiva das tubulações;
- monitoramento e manutenção dos equipamentos eletromecânicos;
- manutenção civil de unidades localizadas;
- sistema de gestão de segurança do trabalho;
- sistema de gestão de controle da qualidade;
- sistema de gestão de planejamento e projetos de investimentos
- renovação dos ativos.

5c) Operação e Manutenção do Sistema de Esgotamento Sanitário (operação, manutenção, equipe, máquinas, equipamentos, etc...) – peso (p5c) = 0,40:

Deverão ser apresentados procedimentos para:

- controle de ligações indevidas;
- atualização das informações cadastrais;
- operação dos coletores-tronco, interceptores e emissários;
- operação das Estações Elevatórias de Esgotos;
- redução e controle do custo de energia elétrica no sistema de esgotamento sanitário;
- tratamento de esgotos com seu respectivo controle de qualidade;
- manutenção corretiva das tubulações;
- manutenção preventiva das tubulações;
- monitoramento e manutenção dos equipamentos eletromecânicos nas Estações Elevatórias de Esgotos;

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



- monitoramento e manutenção dos equipamentos eletromecânicos nas Estações de Tratamento de Esgotos;
- manutenção civil de unidades localizadas;
- sistema de gestão de planejamento e projetos de investimentos;
- renovação dos ativos.

5d) Gestão Comercial (estrutura, cadastro, micromedição, cobrança, relacionamento com os usuários, fraudes, etc...) – peso (p6d) = 0,40:

Deverão ser apresentados procedimentos para:

- gerenciamento do Cadastro Comercial;
- sistema de leitura, emissão e entrega de contas;
- análise de consumo;
- controle de cobranças;
- atividades de corte e religação;
- atendimento aos clientes.

Deverá ser descrito as funcionalidades do aplicativo (software) que será utilizado para a Gestão Comercial

5e) Programa de Educação Ambiental – peso (p6e) = 0,40:

- deverão ser apresentados as ações de educação ambiental que serão adotadas e respectivos objetivos;
- estrutura prevista para desenvolvimento de tais ações.

As LICITANTES serão avaliadas em função do atendimento aos quesitos destacados em cada tópico e com ênfase na compatibilidade com as necessidades reais do SISTEMA e na coerência com os demais tópicos da PROPOSTA TÉCNICA.

A nota da parte 5 (P5) será o resultado da seguinte fórmula:

$$P5 = (NT5a \times p5a) + (NT5b \times p5b) + (NT5c \times p5c) + (NT5d \times p5d) + (NT5e \times p5e)$$

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



**PARTE 6 – EXPERIÊNCIA DA LICITANTE EM OPERAÇÃO E GESTÃO DE SISTEMA DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO –20 pontos**

As LICITANTES deverão apresentar neste item suas experiências na prestação de serviço público de abastecimento de água e esgotamento sanitário através de atestados emitidos em nome da LICITANTE ou em nome de empresas controladas pela LICITANTE, devidamente comprovadas por meio de documentos oficiais, tais como contrato social, estatuto social, balanço patrimonial:

6a) Experiência da licitante em operação simultânea de sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário em cidades com população mínima de 30.000 (trinta mil) habitantes, em um único contrato:

A LICITANTE será pontuada pela coerência dos dados apresentados, de acordo com os seguintes critérios:

- 1) Receberá nota (N6a) = 0 e peso (p6a) = 0,120 se não apresentar nenhuma experiência;
- 2) Receberá nota (N6a) = 5 e peso (p6a) = 0,120 se apresentar experiência em um contrato;
- 3) Receberá nota (N6a) = 10 e peso (p6a) = 0,120 pontos se apresentar experiência em mais de um contrato.

6b) Certificação concedida por organismos de certificação e ou acreditação de qualidade em processos de tratamento de água e tratamento de esgotos;

A LICITANTE será pontuada pela coerência dos dados apresentados, de acordo com os seguintes critérios:

- 1) Receberá nota (N6b) = 0 e peso (p6b) = 0,80 se não apresentar nenhuma certificação;
- 2) Receberá nota (N6b) = 5 e peso (p6b) = 0,80 se apresentar uma certificação;
- 3) Receberá nota (N6b) = 10 e peso (p6b) = 0,80 se apresentar mais de uma certificação.

A nota da parte 6 (P6) será o resultado da seguinte fórmula:

$$P6 = (NT6a \times p6a) + (NT6b \times p6b)$$

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



PARTE 7 – EXPERIÊNCIA DA EQUIPE TÉCNICA EM OPERAÇÃO DE SISTEMA DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO – 20 pontos

As LICITANTES deverão demonstrar a experiência dos membros da Equipe Técnica em serviços compatíveis com o objeto da licitação através de atestado técnico acompanhado da respectiva certidão de acervo técnico do CREA:

Os profissionais relacionados, que apresentarão CAT para pontuação, deverão possuir vínculo empregatício com a licitante (estar em seu quadro permanente, ou relação de emprego ou na qualidade de sócio) ou com empresas controladas pela LICITANTE, devidamente comprovadas por meio de documentos oficiais, tais como contrato social, estatuto social, balanço patrimonial:

As exigências de avaliação para comprovação das experiências são:

7a) Engenheiro civil ou sanitarista, detentor de Certidão de Acervo Técnico - CAT em operação de sistemas de abastecimento de água e sistemas de esgotamento sanitário com população mínima de 30.000 (trinta mil) habitantes.

A LICITANTE será pontuada pela coerência dos dados apresentados, de acordo com os seguintes critérios:

- 1) Receberá nota (N7a) = 0 e peso (p7a) = 0,80 se não apresentar nenhuma experiência;
- 2) Receberá nota (N7a) = 5 e peso (p7a) = 0,80 se apresentar experiência mínima de até 3 anos;
- 3) Receberá nota (N7a) = 10 e peso (p7a) = 0,80 se apresentar experiência acima de 3 anos.

7b) Engenheiro mecânico, detentor de Certidão de Acervo Técnico - CAT em manutenção hidráulica de sistemas de abastecimento de água e sistemas de esgotamento sanitário com população mínima de 30.000 (trinta mil) habitantes.

A LICITANTE será pontuada pela coerência dos dados apresentados, de acordo com os seguintes critérios:

- 1) Receberá nota (N7b) = 0 e peso (p7b) = 0,60 se não apresentar nenhuma experiência;
- 2) Receberá nota (N7b) = 50 e peso (p7b) = 0,60 se apresentar experiência mínima de até 3 anos;
- 3) Receberá nota (N7b) = 10 e peso (p7b) = 0,60 se apresentar experiência acima de 3 anos.

7c) Engenheiro químico, químico ou eng. sanitarista, detentor de Certidão de Acervo Técnico - CAT para monitoramento de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário com população mínima de 30.000 (trinta mil) habitantes.

A LICITANTE será pontuada pela coerência dos dados apresentados, de acordo com os seguintes critérios:

- 1) Receberá nota (N7c) = 0 e peso (p7c) = 0,60 se não apresentar nenhuma experiência;  
**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



2) Receberá nota (N7c) = 5 e peso (p7c) = 0,60 se apresentar experiência mínima de até 3 anos;

3) Receberá nota (N7c) = 10 e peso (p7c) = 0,60 se apresentar experiência acima de 3 anos.

A nota da parte 7 (P7) será o resultado da seguinte fórmula:

$$P7 = (NT7a \times p7a) + (NT7b \times p7b) + (NT7c \times p7c)$$

### **CÁLCULO DA NOTA TÉCNICA (NT) – MÁXIMO DE 100 (CEM) PONTOS**

$$NT = P1 + P2 + P3 + P4 + P5 + P6 + P7$$

Sendo:

P1 = Nota da Parte 1;  
P2 = Nota da Parte 2;  
P3 = Nota da Parte 3;  
P4 = Nota da Parte 4;  
P5 = Nota da Parte 5;  
P6 = Nota da Parte 6;  
P7 = Nota da Parte 7;

A Nota Técnica (NT) será calculada pela somatória da pontuação de cada quesito das PARTES 1, 2, 3, 4, 5, 6 E 7. A nota máxima é 100 pontos.

Serão desclassificadas as LICITANTES cujas PROPOSTAS TÉCNICAS:

- ✓ Apresentarem preços relativos à Proposta Comercial;
- ✓ Estejam em desacordo com as condições prescritas no EDITAL e em seus Anexos;
- ✓ Obtiverem nota zero na somatória dos quesitos de qualquer das PARTES.

A PROPOSTA TÉCNICA da LICITANTE VENCEDORA integrará o CONTRATO, objeto desta LICITAÇÃO.

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



#### ANEXO IV

### INFORMAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL

A PROPOSTA COMERCIAL será composta de duas partes, a saber:

a. Carta de Apresentação da proposta (MODELO A) indicando o valor do FATOR K, cujo valor máximo é de 1,000, a ser aplicado sobre os valores das tarifas de água e esgoto constantes da Tabela 1 e sobre os preços públicos dos SERVIÇOS COMPLEMENTARES constantes da Tabela 2, e a validade da proposta;

b. Plano de Negócios da LICITANTE (MODELO B), apresentado conforme detalhamento a seguir, para fins de verificação da adequação entre a PROPOSTA TÉCNICA e a PROPOSTA COMERCIAL, bem como permitir a verificação da viabilidade do projeto proposto pela LICITANTE.

O correto preenchimento de todos os itens previstos nesta PROPOSTA COMERCIAL, bem como a sua adequação com as informações apresentadas na PROPOSTA TÉCNICA são condições para aceitação da mesma, ficando desclassificada a PROPOSTA que deixar de apresentar qualquer informação ou apresentá-la de forma inadequada.

As licitantes deverão considerar ainda o seguinte:

1. Pagamento do valor a ser recolhido a título de regulação e fiscalização dos serviços, correspondente, a R\$ 0,10 (dez centavos por habitante) por mês multiplicado pelo Número de habitantes baseado nos dados divulgados pelo IBGE.

O julgamento da PROPOSTA COMERCIAL, para fins de classificação, será feito mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$NC = 100 \times [ ( 1 - MP ) / ( 1 - P ) ]$$

Onde:

**NC** = Nota atribuída à Proposta Comercial de cada LICITANTE;

**MP** = Maior percentual de desconto ofertado entre as LICITANTES. Expresso em percentagem (%) com quatro casas decimais;

**P** = Percentual de desconto ofertado na proposta em avaliação, expresso em percentagem (%), com quatro casas decimais.

Caso todas as LICITANTES ofertem o mesmo percentual de desconto, considerando-se as quatro casas decimais, a todas será atribuída uma Nota Comercial de 100 (cem) pontos.

\*\*\*\*\*

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



**MODELO A - Carta de Apresentação da Proposta**

**À**

**Comissão Municipal de Licitações do Município de Navegantes**

**Concorrência Pública nº 186/2015 PMN.**

**Processo nº 186/2015 PMN.**

Para a realização dos serviços objeto do presente EDITAL a (nome da LICITANTE) apresenta um valor percentual de desconto (P) de X,XXXX%, definido no item XX do EDITAL, a ser aplicado aos valores das TARIFAS de água e esgoto constantes da Tabela 1 e aos preços dos SERVIÇOS COMPLEMENTARES relacionados na Tabela 2.

Informamos que a validade de nossa proposta é de 60 (sessenta dias) a contar da apresentação da mesma.

Declara, ainda, expressamente que:

- a) concorda com as condições estabelecidas no Edital e nos seus respectivos anexos;
- b) tem pleno conhecimento do local e das condições de execução dos serviços, e, neste sentido, utilizará as equipes técnica e administrativa e os equipamentos indicados em sua Proposta (bem assim eventuais outros necessários) para a perfeita execução do escopo do Contrato;
- c) na execução dos serviços observará, rigorosamente, as especificações das normas brasileiras, bem como as recomendações e instruções do Poder Concedente.

[inserir data]

---

[inserir nome da empresa]

[inserir nome do representante legal]

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



**Tabela 1 - TARIFA REFERENCIAL**

CATEGORIA (S)	CÓDIGOS	FAIXA DE CONSUMO (m³/econ)		TARIFAS	
				ÁGUA R\$/m³	ESGOTO R\$/m³
01- RESIDENCIAL NORMAL (R)	R	1	1 a 10	3,530	3,530
	R	2	11 a 25	6,560	6,560
	R	3	26 a 999999	8,961	8,961
02- SOCIAL (S)	S	1	1 a 10	1,767	1,767
	S	2	11 a 25	3,278	3,278
	S	3	26 a 999999	8,942	8,942
03- COMERCIAL (C)	C	1	0 a 10	5,489	5,489
	C	2	11 a 999999	8,616	8,616
04- INDUSTRIAL (I)	I	1	0 a 10	5,489	5,489
	I	2	11 a 999999	8,616	8,616
05 – PÚBLICA ESPECIAL (PE)	PE	1	1 a 10	3,246	3,246
	PE	2	11 a 999999	6,249	6,249
06 – PÚBLICA NORMAL (P)	P	1	1 a 10	5,489	5,489
	P	2	11 a 9999	8,616	8,616

**Tabela 2 – Preços públicos dos SERVIÇOS COMPLEMENTARES**

TABELA DE PREÇOS DE SERVIÇOS	
Descrição dos Serviços	Preço (R\$)
3101 - LA CONS. CAV. DANIF	40,66
3357 - LA INST. RES DN 1/2" E 3/4" LOC. S/ASF.	116,67
3922 - LA RELIG/CORTE CAV.	37,17
1023 - TAXA ENTREGA ENDEREÇO ALTERNATIVO	2,01
3705 - LA SUBST. HIDR. AFERICAÇÃO DN 1/2" E 3/4" P.U.	42,30
3926 - REATIVAÇÃO	112,79
3305 - LA INST. N. RES. DN 1/2" E 3/4" LOC. C/ASF.	165,73
3307 - LA INST. N. RES. DN 1/2" E 3/4" LOC. S/ASF.	159,74
3818 - LA VER IRREGULARIDADE	5,97
4511 - LE DECLARAÇÃO VIABILIDADE DE LIG. ESGOTO	20,92
3509 - LA REDIMENSIONAMENTO DN RP P.U.	154,97
1053 - AC COBR INF. CONSUMO ESTIMADO	242,79
1057 - AC COBR. INF. VIOLACAO LACRE LIG. CORTADA (CAV)	52,90

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



TABELA DE PREÇOS DE SERVIÇOS	
Descrição dos Serviços	Preço (R\$)
3923 - LA RELIG/CORTE CAV. (Acerto de Cadastro)	31,51
3925 - LA RELIG/CORTE RP (Acerto de Cadastro)	91,42
3337 - LA INST. DN 2" LOC. S/ASF. MAT. USU.	406,85
3358 - LIGAÇÃO TEMPORARIA	122,40
3340 - LA INST. DN 3" LOC S/ ASFALTO MAT. USU	1.620,42
3317 - LA INST.DN. 1" LOC S/ ASFALTO	225,43
3327 - LA INST.DN 1" LOC C/ ASFALTO	230,22
3339 - LA INST. DN 2" LOC. C/ ASF	431,50
3345 - LA INST. DN 3" LOC. C/ ASF	1.682,07
3360 - LA INST. RESIDENCIAL BAIXA RENDA DN. 1/2	57,21
1250 - DISTRIBUIÇÃO DE AGUA P/ METRO CÚBICO	12,32
3905 - LA ANALISE DE AGUA	376,90
1058 - AC COBR.INF HIDROMETRO INVERTIDO CN	110,94
3751 - LA SUBST. HIDR. DANIF. DN 1/2" E 3/4" CAP 3M3/H	232,52
1055 - AC COBR. INF. SANCAO REGULAMENTAR	95,08
3709 - LA SUBST. HIDR. INVERTIDO GC*	181,39
3707 - LA SUBST. HIDR. INVERTIDO CN	181,39
3285 - LA DESLOC. RP DN 2" LOC. C/ASF. MAT. USU.	181,39
3287 - LA DESLOC. RP DN 2" LOC. S/ASF. MAT. USU.	181,39
3233 - LA DESLOC. CAV. DN 2" MAT. USU.	89,80
3966 - LA RELIG. RP. CORTE LIGACAO BY-PASS OU CLANDESTINA	304,71
3981 - LA VENDA TUBO P/METRO	12,11
3954 - LA RELIG. CAV. CORTE VIOLADO	91,56
3958 - LA RELIG. CAV. CORTE SANCAO REGULAMENTAR	162,55
1021 - AC EMISSAO 2 VIA EXTRAVIO	1,75
1024 - AC TAXA ENTREGA AVISO DÉBITO	4,03
3355 - LA INST. RES. DN 1/2" E 3/4" LOC. C/ASF.	175,77
3251 - LA DESLOC. RP DN 1/2" E 3/4" LOC. C/ASF.	163,78
3253 - LA DESLOC. RP DN 1/2" E 3/4" LOC. S/ASF.	158,49
3306 - LA INST. CAV.	111,82
3201 - LA DESLOC. CAV. DN 1/2" E 3/4"	59,86
3924 - LA RELIG/CORTE RP	91,56
3110 - LA CONS. CAV. DANIF.	40,66
Novos Serviços Ligação Esgoto:	
LE INST. 2,0M REDE PVC DN 100MM LOC. S/ASF.	436,85
LE INST. 2,0M REDE PVC DN 100MM LOC. C/ASF.	623,32
LE INST. 6,0M REDE PVC DN 100MM LOC. S/ASF.	1.415,61
LE INST. 6,0M REDE PVC DN 100MM LOC. C/ASF.	2.360,01
LE INST. 12,0M REDE PVC DN 100MM LOC. S/ASF.	2.701,82
LE INST. 12,0M REDE PVC DN 100MM LOC. C/ASF.	4.204,26
LE DESLOC. 2,0M REDE PVC DN 100MM LOC. S/ASF.	563,44

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



TABELA DE PREÇOS DE SERVIÇOS	
Descrição dos Serviços	Preço (R\$)
LE DESLOC. 2,0M REDE PVC DN 100MM LOC. C/ASF.	749,90
LE DESLOC. 6,0M REDE PVC DN 100MM LOC. S/ASF.	1.542,19
LE DESLOC. 6,0M REDE PVC DN 100MM LOC. C/ASF.	2.486,58
LE DESLOC. 12,0M REDE PVC DN 100MM LOC. S/ASF.	2.828,40
LE DESLOC. 12,0M REDE PVC DN 100MM LOC. C/ASF.	4.330,84
LE PARECER TÉCNICO DE PROJETO LOTEAMENTO	605,54
LE RECEBIMENTO ESGOTO DOMÉSTICO CAMINHÃO LIMPA FOSSA (M3)	33,28
LE LIMPEZA CAIXA DE INSP. - IMÓVEL C/ 01 ECONOMIA	154,04
LE LIMPEZA CAIXA DE INSP. - IMÓVEL C/ 02 OU MAIS ECONOMIAS	231,06

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**

Rua João Emílio nº 100 – Fone: (47) 3342 9500  
Centro – 88.370-446 – Navegantes – SC



## MODELO B - DETALHAMENTO DO PLANO DE NEGÓCIO

### 1. APRESENTAÇÃO

A LICITANTE deverá apresentar sua PROPOSTA COMERCIAL contendo, além do percentual de desconto (P), o seu Plano de Negócios, de modo a evidenciar o planejamento econômico-financeiro decorrente de sua visão sobre os modos concretos pelos quais pretende cumprir os compromissos contratuais na hipótese de vencer a LICITAÇÃO. O planejamento econômico-financeiro deverá ser plenamente compatível com o planejamento físico que lhe corresponde, este por sua vez referido ao apresentado na PROPOSTA TÉCNICA da LICITANTE.

Dessa forma, o Plano de Negócios, expresso pela apresentação de tabelas, deverá ser apresentado conforme segue:

#### Q1 – Evolução da População.

Nesse quadro a LICITANTE deverá informar as projeções de população, para área urbana bem como da população flutuante prevista para o município de Navegantes. Deverá ser adotado os valores constantes do Plano Municipal de Saneamento Básico.

#### Q2– Evolução do Nível de Atendimento e da População Atendida.

Nesse quadro a LICITANTE deverá informar as metas de % de atendimento de Abastecimento de Água, Coleta de Esgoto e Tratamento de Esgoto que irá atingir durante o prazo de **CONCESSÃO**.

A LICITANTE deverá atingir a universalização dos serviços de saneamento conforme definido no PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO.

#### Q3 – Evolução do Volume Produzido, Faturado, Índice de Perdas de Água e Volumes Coletado e Tratado de Esgoto

Nesse quadro a LICITANTE deverá informar os volumes estimados anuais e as perdas durante o prazo de **CONCESSÃO**. Entende-se:

- **Volume Produzido:** O volume total anual de água tratada, incluindo as lavagens de filtros e decantadores e perdas deste sistema;
- **Volume Medido:** O volume total anual de água medido no hidrômetro; e
- **Volume Faturado:** O volume total de água anual faturado para os **USUÁRIOS**.
- **Perdas:** Porcentagem de perdas no sistema de abastecimento de água (perdas físicas e não físicas).

#### Q4 – Evolução das Vazões de Água e Esgoto e Reservação de Água

Nesse quadro, a LICITANTE deverá estimar as vazões de água e esgoto, para as diferentes condições de operação, (Média, Dia de Maior Consumo e Hora de Maior Consumo), incluindo a infiltração no caso do sistema de esgotamento sanitário, durante o prazo da **CONCESSÃO**.

Deverão ser apontados, os volumes requeridos de reservação, com base nas recomendações técnicas, neste caso equivalente a 1/3 do volume, para a vazão do dia de maior consumo).

#### Q5 – Evolução do número de Economias de Água e Esgoto

Nesse quadro, a LICITANTE deverá estimar a quantidade média anual de economias necessária para o atendimento durante o prazo da **CONCESSÃO**.

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



#### **Q6 – Evolução do número de Ligações de Água e Esgoto**

Nesse quadro, a **LICITANTE** deverá estimar a quantidade média anual de ligações necessária para o atendimento durante o prazo da **CONCESSÃO**.

#### **Q7 – Evolução da Extensão de Redes de Água e Esgoto**

Nesse quadro, a **LICITANTE** deverá estimar a quantidade média anual de extensão de rede de água e esgoto necessária para o atendimento durante o prazo da **CONCESSÃO**.

#### **Q8 – Recursos Humanos – Evolução do n. de Empregados e Salários**

Nesse quadro a **LICITANTE** deverá informar os recursos que serão alocados durante o prazo da **CONCESSÃO**.

Em cada item deverá ser informado a quantidade média mensal e respectivo valor anual.

#### **Q9 – Composição do Faturamento**

Nesse quadro a **LICITANTE** deverá informar o faturamento anual de Água, Esgoto e Serviços Complementares com base no volume faturado do quadro **Q2 – Evolução do Volume Produzido, Faturado e Índice de Perdas de Água** e na estrutura tarifária durante o prazo da **CONCESSÃO**.

#### **Q10– Composição de Custeio**

Nesse quadro a **LICITANTE** deverá informar todos os custos anuais para a operação e despesas com a SPE durante o prazo da **CONCESSÃO**.

A **LICITANTE**, deverá fazer uso de planilhas auxiliares, para comprovar a base de informações que resultará na composição do custeio.

#### **Q11 – Cronograma Físico-Financeiro de Investimentos**

Neste quadro a **LICITANTE**, deverá apresentar o resumo dos investimentos previstos e respectivo cronograma, necessários para o sistema de abastecimento de água e esgoto para o cumprimento das metas e indicadores definidos.

a) Apresentação dos Investimentos, por segmento, **Resumo dos Investimentos** considerando:

- Sistema de Abastecimento de Água
- Sistema de Esgotamento Sanitário e
- Estudos e Projetos

b) Apresentação do Detalhamento dos Investimentos, considerando:

- Implementação e Melhorias nos Sistemas Atuais
  - Melhorias no Sistema de Água
  - Implementação do Sistema de Esgoto
- Expansão dos Serviços Atuais
  - Expansão dos Serviços de Água
- Renovação Periódica das Instalações

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



- Renovação Periódica dos Serviços de Água

A **LICITANTE**, deverá fazer uso de planilhas auxiliares, para comprovar a base de informações que resultará na composição dos investimentos.

## **Q12 – DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO**

Nesse quadro a **LICITANTE** deverá consolidar todas as informações dos quadros anteriores, experiência da **LICITANTE** e com os dados informados no **EDITAL** em valores correntes (sem inflação).

## **Q13 – FLUXO DE CAIXA DO PROJETO**

Nesse quadro a **LICITANTE** deverá calcular o fluxo de caixa do projeto, em valores correntes (sem inflação), dos valores econômicos informados no **quadro Q12 – Demonstrativo de Resultado do Projeto**, com a apresentação da TIR de Projeto e o VPL.

O modelo dos quadros Q1 a Q13, são apresentados no Anexo IV – Quadros Proposta Comercial Excel.

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**

Rua João Emílio nº 100 – Fone: (47) 3342 9500  
Centro – 88.370-446 – Navegantes – SC



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 186/2015.

PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO

QUADRO 1 - EVOLUÇÃO DAS PROJEÇÕES DE POPULAÇÃO

ANO		POPULAÇÃO TOTAL DO MUNICÍPIO (HAB)	POPULAÇÃO URBANA TOTAL (HAB)	POPULAÇÃO FLUTUANTE TOTAL (HAB)	POPULAÇÃO FIXA + FLUTUANTE TOTAL (HAB)	POPULAÇÃO URBANA (Hab)
2016	1					
2017	2					
2018	3					
2019	4					
2020	5					
2021	6					
2022	7					
2023	8					
2024	9					
2025	10					
2026	11					
2027	12					
2028	13					
2029	14					
2030	15					
2031	16					
2032	17					
2033	18					
2034	19					
2035	20					
2036	21					
2037	22					
2038	23					
2039	24					
2040	25					
2041	26					
2042	27					
2043	28					
2044	29					
2045	30					
2046	31					
2047	32					
2048	33					
2049	34					
2050	35					

“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”

Rua João Emílio nº 100 – Fone: (47) 3342 9500  
Centro – 88.370-446 – Navegantes – SC



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 186/2015.

PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO

QUADRO 2 - EVOLUÇÃO DO NÍVEL DE ATENDIMENTO E DA POPULAÇÃO ATENDIDA

Ano	POPULAÇÃO URBANA (HAB)	NÍVEL DE ATENDIMENTO DE ÁGUA (%)	POPULAÇÃO ATENDIDA POR SERVIÇOS DE ÁGUA (Hab)	NÍVEL DE ATENDIMENTO DE ESGOTO (%)	NÍVEL DE TRATAMENTO DE ESGOTO (%)	POPULAÇÃO ATENDIDA POR SERVIÇOS DE ESGOTO COLETADO (HAB)	POPULAÇÃO ATENDIDA POR SERVIÇOS DE ESGOTO TRATADO (HAB)
1							
2							
3							
4							
5							
6							
7							
8							
9							
10							
11							
12							
13							
14							
15							
16							
17							
18							
19							
20							
21							
22							
23							
24							
25							
26							
27							
28							
29							
30							
31							
32							
33							
34							
35							

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**

Rua João Emílio nº 100 – Fone: (47) 3342 9500  
Centro – 88.370-446 – Navegantes – SC



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 186/2015.

PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO

QUADRO 3 - EVOLUÇÃO DO VOLUME COMPRADO, PRODUZIDO, CONSUMIDO, MICROMEDIDO, FATURADO E ÍNDICE DE PERDAS

ANO	VOLUME COMPRADO x 1000 (M³)	VOLUME PRODUZIDO x 1000 (M³)	VOLUME CONSUMIDO x 1000 (M³)	VOLUME MICROMEDIDO x 1000 (M³)	VOLUME FATURADO ÁGUA x 1000 (M³)	METAS DE REDUÇÃO DE PERDAS (%)	VOLUME COLETADO DE ESGOTO (M³)	VOLUME FATURADO ESGOTO x 1000 (M³)
1								
2								
3								
4								
5								
6								
7								
8								
9								
10								
11								
12								
13								
14								
15								
16								
17								
18								
19								
20								
21								
22								
23								
24								
25								
26								
27								
28								
29								
30								
31								
32								
33								
34								
35								
Total								

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**

Rua João Emílio nº 100 – Fone: (47) 3342 9500  
Centro – 88.370-446 – Navegantes – SC



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 186/2015.

PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO

QUADRO 4 - VAZÕES E VOLUMES DE ÁGUA E ESGOTO

ANO	Q MÉDIO DIÁRIO ÁGUA (l/s)	Q dia> CONSUMO ÁGUA (l/s)	Q hora> CONSUMO ÁGUA (l/s)	PERCENTUAL DE RESERVAÇÃO (%)	VOLUME RESERVAÇÃO (M³)	Q MÉDIO DIÁRIO ESGOTO PRODUZIDO (l/s)	Q dia> PRODUÇÃO ESGOTO (l/s)	Q hora> PRODUÇÃO ESGOTO (l/s)
1								
2								
3								
4								
5								
6								
7								
8								
9								
10								
11								
12								
13								
14								
15								
16								
17								
18								
19								
20								
21								
22								
23								
24								
25								
26								
27								
28								
29								
30								
31								
32								
33								
34								
35								

“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”

Rua João Emílio nº 100 – Fone: (47) 3342 9500  
Centro – 88.370-446 – Navegantes – SC



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



**PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 186/2015.

PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO

**QUADRO 5 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ECONOMIAS TOTAIS DE ÁGUA E DE ESGOTO**

ANO	Nº TOTAL DE ECONOMIAS DE ÁGUA	Nº TOTAL DE ECONOMIAS DE ESGOTO
1		
2		
3		
4		
5		
6		
7		
8		
9		
10		
11		
12		
13		
14		
15		
16		
17		
18		
19		
20		
21		
22		
23		
24		
25		
26		
27		
28		
29		
30		
31		
32		
33		
34		
35		

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**

Rua João Emílio nº 100 – Fone: (47) 3342 9500  
Centro – 88.370-446 – Navegantes – SC



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



**PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 186/2015.

PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO

**QUADRO 6 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE LIGAÇÕES TOTAIS DE ÁGUA E DE ESGOTO**

Ano	Nº TOTAL DE LIGAÇÕES DE ÁGUA	Nº TOTAL DE LIGAÇÕES DE ESGOTO
1		
2		
3		
4		
5		
6		
7		
8		
9		
10		
11		
12		
13		
14		
15		
16		
17		
18		
19		
20		
21		
22		
23		
24		
25		
26		
27		
28		
29		
30		
31		
32		
33		
34		
35		

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**

Rua João Emílio nº 100 – Fone: (47) 3342 9500  
Centro – 88.370-446 – Navegantes – SC



**PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 186/2015.

PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO

**QUADRO 7 - EVOLUÇÃO DAS EXTENSÕES TOTAIS DE REDES ÁGUA E DE ESGOTO**

Ano	EXTENSÃO TOTAL DE REDES DE ÁGUA	EXTENÇÃO TOTAL DE DE REDES DE ESGOTO
1		
2		
3		
4		
5		
6		
7		
8		
9		
10		
11		
12		
13		
14		
15		
16		
17		
18		
19		
20		
21		
22		
23		
24		
25		
26		
27		
28		
29		
30		
31		
32		
33		
34		
35		

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 186/2015.

PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO

QUADRO 8 - RECURSOS HUMANOS - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE EMPREGADOS E SALÁRIOS

ANO	ÁGUA E ESGOTO			NÚMERO DE EMPREGADOS ADM. E COMERCIAL	SALÁRIO MÉDIO ANUAL DA ADM. E COMERCIAL COM ENCARGOS E BENEFÍCIOS	DESPESAS COM PESSOAL ADM. E COMERCIAL	NÚMERO TOTAL DE EMPREGADOS	TOTAL DE DESPESAS COM PESSOAL (SALÁRIOS, ENCARGOS SOCIAIS E BENEFÍCIOS)
	NÚMERO EMPREGADOS OPERACIONAIS	SALÁRIO MÉDIO ANUAL OPERACIONAL COM ENCARGOS E BENEFÍCIOS	CUSTO COM PESSOAL OPERACIONAL					
1								
2								
3								
4								
5								
6								
7								
8								
9								
10								
11								
12								
13								
14								
15								
16								
17								
18								
19								
20								
21								
22								
23								
24								
25								
26								
27								
28								
29								
30								
31								
32								
33								
34								
35								

“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”

Rua João Emílio nº 100 – Fone: (47) 3342 9500  
Centro – 88.370-446 – Navegantes – SC



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



**PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 186/2015.

PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO

**QUADRO 9 - COMPOSIÇÃO DO FATURAMENTO**

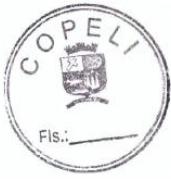
FATURAMENTO TOTAL DE ÁGUA	FATURAMENTO TOTAL DE ÁGUA (R\$)	FATURAMENTO TOTAL DE ESGOTO (R\$)	FATURAMENTO TOTAL A/E (R\$)	FATURAMENTO DE SERVIÇOS COMPLEMENTARES (R\$)	FATURAMENTO TOTAL ANUAL (R\$)
1					
2					
3					
4					
5					
6					
7					
8					
9					
10					
11					
12					
13					
14					
15					
16					
17					
18					
19					
20					
21					
22					
23					
24					
25					
26					
27					
28					
29					
30					
31					
32					
33					
34					
35					
Total					

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**

Rua João Emílio nº 100 – Fone: (47) 3342 9500  
Centro – 88.370-446 – Navegantes – SC



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 198/2015.  
PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO

QUADRO 10 - COMPOSIÇÃO DO CUSTEIO

ANO	PESSOAL OPERACIONAL	ENERGIA ELÉTRICA	PRODUTOS QUÍMICOS	TRANSPORTE E DISPOSIÇÃO DE LODO	COMPRA DE ÁGUA	VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS PARA OPERAÇÃO	MATERIAIS DE MANUTENÇÃO	MONITORAMENTO AMBIENTAL	GESTÃO COMERCIAL	TOTAL DO CUSTO OPERACIONAL	PESSOAL ADM. E COMERCIAL	VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS ADMINISTRATIVOS	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	SEGUROS E GARANTIAS	TOTAL DE DESPESAS OPERACIONAIS
1															
2															
3															
4															
5															
6															
7															
8															
9															
10															
11															
12															
13															
14															
15															
16															
17															
18															
19															
20															
21															
22															
23															
24															
25															
26															
27															
28															
29															
30															
31															
32															
33															
34															
35															
Total															

“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”

Rua João Emílio nº 100 – Fone: (47) 3342 9500  
Centro – 88.370-446 – Navegantes – SC



**QUADRO 11 -  
CRONOGRAMA FÍSICO-  
FINANCEIRO DE  
INVESTIMENTOS**

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO DE INVESTIMENTOS	Total	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35
INVESTIMENTO ANUAL TOTAL																																				
1. SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA																																				
2. SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO																																				
3. ESTUDOS E PROJETOS																																				

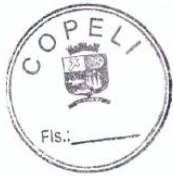
CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO DE INVESTIMENTOS																																				
1. IMPLEMENTAÇÃO E MELHORIAS DOS SISTEMAS ATUAIS																																				
1.1 MELHORIAS NO SISTEMA DE ÁGUA																																				
1.1.1 Captação e Elevatória AB																																				
1.1.2 Adutora AB - 11,5 Km																																				
1.1.3 ETA - 500 Litros/segundo																																				
1.1.4 Reservação - 12.500 m³																																				
1.1.5 Automação e Telemetria																																				
1.2 IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO																																				
1.2.1 ETE - 500 Litros/segundo																																				
1.2.2 Sistemas de Coleta e Transporte (Elevatórias e Rede)																																				
1.2.3 Sistemas de Afastamento (Emissário) - Extensão 4 Km																																				
1.2.4 Ligações de Esgoto																																				

2. Expansão dos Serviços Atuais																																				
2.1 Expansão dos Serviços de Água																																				
2.1.1 ETA																																				
2.1.2 Reservação																																				
2.1.3 Rede de Distribuição																																				
2.1.4 Ligação Completa (Sem HDs)																																				
2.1.5 Hidrômetros -																																				

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**

[illegible]

Rua João Emílio nº 100 – Fone: (47) 3342 9500  
Centro – 88.370-446 – Navegantes – SC



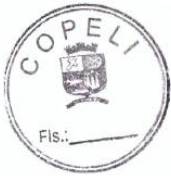
PREFEITURA  
MUNICIPAL DE  
NAVEGANTES  
CONCORRÊNCIA  
PÚBLICA Nº  
186/2015.

PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS  
DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E  
ESGOTAMENTO SANITÁRIO

QUADRO 12 - DEMONSTRATIVO DO  
RESULTADO DO EXERCÍCIO (VALORES EM R\$  
'000)

CONTAS	Total	Ano 01	Ano 02	Ano 03	Ano 04	Ano 05	Ano 06	Ano 07	Ano 08	Ano 09	Ano 10	Ano 11	Ano 12	Ano 13	Ano 14	Ano 15	Ano 16	Ano 17	Ano 18	Ano 19	Ano 20	Ano 21	Ano 22	Ano 23	Ano 24	Ano 25	Ano 26	Ano 27	Ano 28	Ano 29
<b>1. RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>																														
1.1. Receita Tarifas de Água																														
1.2. Receita Tarifas de Esgoto																														
1.3. Receita Serviços Complementares																														
<b>2. DEDUÇÕES</b>																														
2.1. Encargos PIS - PASEP																														
2.2. Encargos COFINS																														
2.3. Encargos ISS																														
<b>3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>																														
<b>4. CUSTO DE EXPLORAÇÃO</b>																														
4.1. Pessoal																														
4.2. Energia Elétrica																														
4.3. Produtos Químicos																														
4.4. Transporte e Disposição de Lodo																														
4.5. Compra de Água																														
4.6. Locação de Imóvel																														
4.7. Veículos e Equipamentos																														
4.8. Materiais de Manutenção																														
4.9. Monitoramento Ambiental																														
4.10. Gestão Comercial																														
<b>5. LUCRO BRUTO</b>																														
<b>6. DESPESAS OPERACIONAIS DA SPE</b>																														
6.1. Pessoal da Administração e Comercial																														
6.2. Veículos e Equipamentos																														
6.3. Administrativas																														
6.3. Seguros e Garantias																														
<b>7. VALOR DE FISCALIZAÇÃO</b>																														
<b>8. RESULTADO OPERACIONAL</b>																														
<b>9. DEPRECIAÇÃO</b>																														
<b>10. RESULTADO ANTES DO IR E CSLL</b>																														
<b>11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>																														
11.1. Imposto de Renda																														
11.2. Contribuição Social sobre Lucro Líquido																														
<b>12. RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>																														

“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
NAVEGANTES

CONCORRÊNCIA  
PÚBLICA Nº  
186/2015.

PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE  
ABASTECIMENTO DE ÁGUA E  
ESGOTAMENTO SANITÁRIO

QUADRO 13 - FLUXO DE CAIXA  
DO PROJETO (VALORES EM R\$  
'000)

CONTAS	Total	Ano 01	Ano 02	Ano 03	Ano 04	Ano 05	Ano 06	Ano 07	Ano 08	Ano 09	Ano 10	Ano 11	Ano 12	Ano 13	Ano 14	Ano 15	Ano 16	Ano 17	Ano 18	Ano 19	Ano 20	Ano 21	Ano 22	Ano 23	Ano 24	Ano 25	Ano 26	Ano 27	Ano 28	Ano 29	Ano 30
<b>1. ENTRADAS</b>																															
1.1 RECEITA OPERACIONAL BRUTA																															
1.1.1 Receita Tarifas de Água																															
1.1.2. Receita Tarifas de Esgoto																															
1.1.3. Receita Serviços Complementares																															
<b>2. SAIDAS</b>																															
2.1. SAIDAS OPERACIONAIS																															
2.1.1. Custos de Exploração																															
2.1.2. Despesas Operacionais de SPE																															
2.1.3. Deduções																															
2.1.5. Valor de Regulação e Outorga																															
<b>2.2. INVESTIMENTOS</b>																															
2.2.1. Sistema de Abastecimento de Água																															
2.2.2. Sistema de Esgotamento Sanitário																															
2.2.4. Estudos e Projetos																															
<b>2.3. DESEMBOLSOS SOBRE O LUCRO</b>																															
2.3.1. Imposto de Renda																															
2.3.2. Contribuição Social sobre Lucro Líquido																															
<b>3. SALDO DO CAIXA</b>																															
<b>4. TIR</b>																															
<b>5. VPL</b>																															

“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”

Rua João Emílio nº 100 – Fone: (47) 3342 9500  
Centro – 88.370-446 – Navegantes – SC



## ANEXO V - TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. APRESENTAÇÃO

Este documento estabelece os elementos básicos para elaboração da Proposta Técnica e Comercial para licitação, na modalidade de “Concorrência”, para concessão dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Município de Navegantes, os quais compreendem:

- As atividades de operação, controle, manutenção, execução de obras de infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação, adução, tratamento, condução, reservação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;
- As atividades de operação, controle, manutenção, e execução de obras da infraestruturas e instalações necessárias ao esgotamento sanitário, desde as ligações prediais, coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários até o seu lançamento final no meio ambiente;
- O controle ambiental das atividades de destinação final adequada de resíduos sólidos gerados nas atividades e serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário e
- A gestão dos sistemas organizacionais relacionados as atividades e serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário e
- A comercialização dos produtos e serviços relacionados ao abastecimento de água e esgotamento sanitário e
- O atendimento aos usuários em padrões de qualidade;
- O atendimento aos Indicadores de Desempenho e metas, visando a Universalização dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário.

### 2. JUSTIFICATIVA DO PROJETO

O atendimento às necessidades de saneamento básico no município de Navegantes, compreendem metas da administração municipal, a fim de atender as exigências legais, quanto a Universalização dos serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário.

O histórico recente, estabeleceu uma dissociação administrativa dos serviços de água e esgoto na região, especialmente decorrente da municipalização dos serviços públicos de água e esgoto por parte do município de Itajaí, com a instituição do SEMASA.

A partir desta condição, Navegantes apresentou-se inviável a uma continuidade de Gestão por parte da Companhia Estadual de Saneamento Básico – CASAN, restando assim, como solução a municipalização dos serviços de água e esgoto, os quais são atualmente prestados diretamente pela Prefeitura Municipal de Navegantes, através de sua Secretaria Municipal de Saneamento – SESAN.

O quadro decorrente destas mudanças resultou em condições insustentáveis para fazer jus às demandas dos serviços, sendo observada as seguintes características:

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



- Precariedade da infraestrutura dos serviços de abastecimento de água do município;
- Dependência do município de Itajaí/SC para o fornecimento de água tratada para abastecimento de Navegantes/SC;
- Alto custo de aquisição de água tratada junto a SEMASA – Serviço Municipal de Água, Saneamento Básico e Infraestrutura, Itajaí/SC;
- Elevado índice de perdas apresentado pelo sistema de abastecimento do município;
- Falta de capacidade de investimento por parte do município de Navegantes/SC;
- Indisponibilidade de recursos financeiros estaduais e federais para a implementação de projetos de adequação dos serviços de abastecimento de água.

O município de Navegantes, tentou nos últimos anos, a busca de recursos não onerosos junto ao governo federal para implementação de melhorias e ampliação da infraestrutura de saneamento, especialmente para abastecimento de água e esgotamento sanitário, porém sem sucesso.

Em outra linha, observamos que diante as limitações da capacidade de endividamento do município de Navegantes associada aos expressivos investimentos necessários para a Universalização dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, não há condições de financiamento próprio.

Assim, diante a existência de modelos institucionais consolidados para soluções de saneamento, foram avaliadas alternativas para soluções definitivas para os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, conforme quadro que segue:

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



CARACTERÍSTICAS	MODELOS PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS					
	Prefeitura Municipal - Secretaria	Autarquia Municipal	Companhia Mista	Concessão Plena	PPP Parceria Público-privada	Locação de Ativos
Necessidade de Investimentos expressivos para Universalização	+	+	++	+++	++	++
Indisponibilidade de recursos a fundo perdido (não onerosos)	+	+	++	+++	++	+++
Obtenção de Recursos de Financiamento – Linhas de Crédito	+	+	++	++	++	++
Planejamento dos Serviços (PMSB)	+++	+++	+++	+++	+++	+++
Operação e Manutenção dos Serviços	+	+	++	+++	++	++
Fiscalização e Regulação dos Serviços	+	++	++	+++	++	++
Total de Pontos	8	9	13	17	13	14

Legenda:

+++ Muito favorável  
++ Favorável  
+ Pouco favorável

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**

Rua João Emílio nº 100 – Fone: (47) 3342 9500  
Centro – 88.370-446 – Navegantes – SC



Diante do exposto, o indicativo de solução para os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário de Navegantes, apresenta-se mais favoravelmente viável a partir da contratação na forma de concessão plena.

### **3. INFORMAÇÕES PRELIMINARES**

A base de informações técnicas para elaboração da proposta é o Plano Municipal de Saneamento Básico - Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do município de Navegantes aprovado pela Lei Complementar 243 de 09 de junho de 2015, constante do Anexo IX do presente Edital.

Neste documento, cujo objetivo foi o de estabelecer as ações para “universalização” dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, são apresentadas informações gerais das estruturas existentes e condições operacionais, bem como os estudos e projeções para ampliação dos índices de cobertura e da melhoria de desempenho dos serviços prestados.

Cada licitante deverá considerar em suas propostas todas as ações que julgar necessárias para promover atendimento dos indicadores e metas estabelecidas, valendo-se das informações constantes neste documento, da visita técnica e outras informações que julgar pertinentes.

### **4. PROJEÇÕES POPULACIONAIS**

Segundo dados estimativos do IBGE, divulgados em setembro/2015, a população total do Município de Navegantes é de 72.722 habitantes, o que confere validade às estimativas previstas, para o que foi denominado “Ano 1” da Concessão.

O Plano Municipal de Saneamento Básico apresenta estudos de projeções populacionais para o período dos próximos 35 anos.

O quadro que segue, apresenta a evolução populacional que deverá ser admitida para a elaboração das Propostas Técnica e Comercial.

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



**Quadro 1 – Evolução das Projeções de População**

EVOLUÇÃO DAS PROJEÇÕES DE POPULAÇÃO				
ANO	POPULAÇÃO URBANA TOTAL (HAB)	POPULAÇÃO FLUTUANTE TOTAL (HAB)	POPULAÇÃO FIXA + FLUTUANTE TOTAL (HAB)	POPULAÇÃO URBANA (Hab)
1	70.813	50.864	121.677	121.677
2	73.638	52.816	126.454	126.454
3	76.501	54.794	131.295	131.295
4	79.094	56.586	135.680	135.680
5	81.695	58.385	140.080	140.080
6	84.300	60.186	144.486	144.486
7	86.904	61.986	148.890	148.890
8	89.502	63.782	153.284	153.284
9	92.087	65.570	157.657	157.657
10	94.655	67.346	162.001	162.001
11	97.200	69.106	166.306	166.306
12	99.717	70.846	170.563	170.563
13	102.199	72.563	174.762	174.762
14	104.691	74.287	178.978	178.978
15	107.192	76.017	183.209	183.209
16	109.699	77.752	187.451	187.451
17	112.210	79.488	191.698	191.698
18	114.722	81.226	195.948	195.948
19	117.233	82.964	200.197	200.197
20	119.740	84.699	204.439	204.439
21	122.242	86.429	208.671	208.671
22	124.734	88.154	212.888	212.888
23	127.215	89.870	217.085	217.085
24	129.681	91.577	221.258	221.258
25	132.131	93.273	225.404	225.404
26	134.560	94.954	229.514	229.514
27	136.967	96.621	233.588	233.588
28	139.349	98.270	237.619	237.619
29	141.702	99.899	241.601	241.601
30	144.025	101.507	245.532	245.532
31	146.313	103.093	249.406	249.406
32	148.564	104.652	253.216	253.216
33	150.776	106.185	256.961	256.961
34	153.005	107.755	260.760	260.760
35	155.268	109.348	264.616	264.616

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**

Rua João Emílio nº 100 – Fone: (47) 3342 9500  
Centro – 88.370-446 – Navegantes – SC



## 5. CARACTERÍSTICAS DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO

As características dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário do município de navegantes estão apresentadas no Plano Municipal de Saneamento Básico, cabendo à proponente a obtenção de informações e dados adicionais que julgar necessário para elaboração da sua proposta.

## 6. ÁREA DA CONCESSÃO

Área de Concessão é o limite territorial urbano do Município de Navegantes, Estado de Santa Catarina, conforme o Plano Diretor do Município bem como os Bairros Areias e Escalvândia, limitados a sua extensão urbana existente nesta data.

## 7. DA SOLUÇÃO TÉCNICA

As alterações do Plano Municipal de Saneamento Básico para os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, estão associadas a revisão das soluções técnicas e das metas de atendimento para a universalização dos serviços no município de Navegantes.

As alterações para o sistema de abastecimento de água, compreendem essencialmente modificações no conceito da captação de água bruta, passando a ser indicada junto ao Rio Itajaí Mirim, próximo a captação de água bruta do sistema de Itajaí.

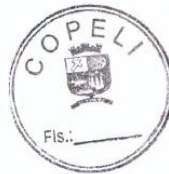
A base para esta alternativa está amparada nas condições de outorga de uso da água, hoje disponibilizada para o município de Itajaí, a qual contempla conjuntamente a demanda para atendimento do município de Navegantes. Ou seja, trata-se aqui, de um desmembramento da outorga existente, de forma a garantir ao município de Navegantes, sua parcela de água bruta para atendimento às suas demandas.

Ponto relevante é que com esta alternativa, a adutora de água bruta terá sua extensão reduzida, passando de 25,5 Km originalmente proposta na revisão para 11,5 Km.

Outro aspecto relevante compreende a alteração do modelo de distribuição de água, hoje muito dependente das unidades de pressurização. No novo conceito, a ETA - Estação Tratamento de Água ficará em área elevada, com a execução de reservação contígua que permitirá o abastecimento por gravidade de maior parte da cidade. Esta condição proporcionará uma redução nos custos com energia elétrica, refletindo menores custos para a prestação dos serviços.

A alternativa contemplada para abastecimento de água apresenta as seguintes características:

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



- Sistema de abastecimento de água:
  - Captação no Rio Itajaí Mirim, próximo a captação da SEMASA – Serviço Municipal de Água, Saneamento Básico e Infraestrutura, Itajaí/SC;
  - Adutora de água bruta com extensão de 11,5 km posicionada ao longo do canal retificado desde a captação até passar a barragem de contenção da intrusão salina já existente, seguindo deste ponto pelo leito do canal retificado, cruzando o Rio Itajaí até chegar nos limites do município de Navegantes para em seguida estender-se por vias existentes até a chegada na ETA – Estação de Tratamento de Água.
  - Construção de ETA – Estação de Tratamento de Água, perfazendo uma vazão final de 500 L/s;
  - Abastecimento por gravidade a partir da ETA – Estação de Tratamento de Água;
  - Implantação de 12.500 m<sup>3</sup> de reservação e
  - Implantação de 45 km de rede de distribuição.

As figuras anexo, apresenta a localização da captação, o traçado da adutora de água bruta até o Rio Itajaí açu.

## 8. CRITÉRIOS TÉCNICOS E COMERCIAIS

Os critérios técnicos para elaboração das Propostas Técnica e Comercial deverão ser coerentes com os elementos constantes do Plano Municipal de Saneamento Básico de Navegantes, constante do Anexo IX do presente Edital e critérios técnicos e comerciais a seguir destacados:

### 8.1. Da Implantação do Sistema de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Município de Navegantes

#### 8.1.1. São condições básicas para elaboração das Propostas Técnica e Comercial:

- Admissão de compra de água tratada junto a SEMASA de Itajaí, por prazo de 24 (vinte e quatro) meses, com base no Contrato de Fornecimento de Água conforme Anexo XII do presente Edital, devendo ser considerada a atualização de preços para pagamento.
- No prazo de 24 (vinte e quatro) meses deverá ser implantada a infraestrutura para captação, adução, tratamento, reservação e distribuição de água tratada, para abastecimento público e respectiva sessão da aquisição de água junto a SEMASA.
- Para o período de aquisição de água junto a SEMASA, deverão ser efetivados pagamentos quadrimestrais, antecipados, à Prefeitura Municipal de Navegantes, correspondente ao volume de água tratada previsto para o período, para que seja garantida à SEMASA, as devidas receitas mensais dos valores correspondentes a água fornecida, conforme previsto no Contrato de Fornecimento de Água – Anexo XII do Edital. Valor previsto para Ano 1 = R\$ 1,80/m<sup>3</sup> (Um real e oitenta centavos por metro cúbico).

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



8.1.2. Os parâmetros de engenharia admitidos para o dimensionamento compreendem:

- Consumo médio efetivo per capita mínimo (excluída as perdas) = 95 L/habitante.dia
- Índice de Perdas = 57% (cinquenta e sete por cento)
- Coeficiente para dia de maior consumo  $K_1 = 1,2$
- Coeficiente para hora de maior consumo  $K_2 = 1,5$
- Coeficiente de retorno (esgotos sanitários) =  $K_3 = 0,80$

8.1.3. Critério de Universalização:

Conforme a Lei 11.445/2007:

*Universalização dos Serviços = “ampliação progressiva do acesso de todos os domicílios ocupados ao saneamento básico.”*

Assim, para fins deste Edital, são consideradas metas para atendimento, as quais caracterizam a “Universalização” dos serviços no âmbito da área de abrangência da Concessão:

- a) Atendimento com serviços de abastecimento de água de 99% (noventa e nove por cento) da população urbana do município e dos Bairros Areias e Escalvândia, até o ano 5 (cinco) da Concessão.
- b) Atendimento com serviços de esgotamento sanitário de 90% (noventa por cento) da população urbana do município e dos Bairros Areias e Escalvândia, até o ano 12 (doze) da Concessão.

8.1.4. Atendimento às demandas dos serviços:

São considerados critérios para os investimentos da Concessionária em redes e ligações:

ATÉ atingir as metas de “Universalização” com serviços de abastecimento de água de 99% (noventa e nove por cento) e de esgotamento sanitário 90% (noventa por cento) da população urbana do município e dos Bairros Areias e Escalvândia:

- Investimento pela Concessionária: 70% (setenta por cento)
- Investimento pelos Empreendedores Privados 30% (trinta por cento)

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



APÓS atingir as metas de “Universalização” com serviços de abastecimento de água de 99% (noventa e nove por cento) e de esgotamento sanitário 90% (noventa por cento) da população urbana do município e dos Bairros Areias e Escalvândia:

- Investimento pela Concessionária: 30% (trinta por cento)
- Investimento pelos Empreendedores Privados 70% (setenta por cento)

Os valores indicados são referenciais, para fins de critério de elaboração das Propostas, não havendo qualquer obrigação vinculada a Empreendedores Privados ou a Concessionária.

8.1.5. Fase pré-operacional e assunção da operação e manutenção do sistema pela concessionária:

Na data de assinatura do CONTRATO terá início a FASE PRÉ-OPERACIONAL, em que o CONCEDENTE permanecerá responsável pela prestação dos SERVIÇOS, cabendo à CONCESSIONÁRIA acompanhar a sua prestação, conforme abaixo previsto.

A FASE PRÉ-OPERACIONAL se estenderá por um período de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogada por igual período, mediante solicitação fundamentada da CONCESSIONÁRIA.

Durante a FASE PRÉ-OPERACIONAL, caberá ao CONCEDENTE:

- l) a prestação e a gestão dos SERVIÇOS;
- m) a responsabilidade exclusiva por todo e qualquer custo decorrente da prestação dos SERVIÇOS;
- n) a responsabilidade exclusiva pela medição do consumo de água e esgoto, a emissão das contas e o recebimento da receita decorrente;
- o) a responsabilidade exclusiva pelas compras, entradas e saídas de materiais, sejam físicas ou contábeis, relativos aos serviços objeto deste contrato;
- p) manter o quadro de pessoal na mesma situação da carga de trabalho vigente até a DATA DE ASSUNÇÃO;
- q) prover todo o suporte administrativo e operacional necessário à implementação das orientações da CONCESSIONÁRIA;
- r) manter todos os bens móveis, inclusive as linhas telefônicas, à disposição da CONCESSIONÁRIA;
- s) permitir o amplo acesso pelos funcionários da CONCESSIONÁRIA a todos os documentos, materiais, bens, equipamentos, “softwares”, contratos com terceiros e demais informações referentes à prestação dos SERVIÇOS;
- t) obter todas as licenças e autorizações de acesso e de uso de áreas públicas fora do seu território, conforme previsto na cláusula 29.4.2;
- u) fornecer à CONCESSIONÁRIA a base cadastral de clientes e a base técnica dos SERVIÇOS e SISTEMA em formato digital;

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



- v) zelar pela segurança dos BENS INTEGRANTES DA CONCESSÃO e elaborar, com apoio da CONCESSIONÁRIA, o inventário dos bens que compõem o SISTEMA EXISTENTE, a ser transferido à CONCESSIONÁRIA na DATA DE ASSUNÇÃO por meio da assinatura do Anexo VI - Termo de Transferência do SISTEMA EXISTENTE.

Durante a FASE PRÉ-OPERACIONAL, caberá à CONCESSIONÁRIA:

- f) indicar uma equipe técnica composta por, no mínimo, 05 funcionários, para acompanhar a prestação e a gestão dos SERVIÇOS pelo CONCEDENTE;
- g) respeitar os horários e determinações do CONCEDENTE;
- h) solicitar todas as informações e documentos julgados necessários e que não tenham sido disponibilizados pelo CONCEDENTE;
- i) contribuir para a manutenção das condições dos BENS INTEGRANTES DA CONCESSÃO; e
- j) auxiliar o CONCEDENTE na elaboração do inventário dos bens que compõem o SISTEMA EXISTENTE, a ser transferido à CONCESSIONÁRIA na DATA DE ASSUNÇÃO por meio da assinatura do Anexo VI - Termo de Transferência do SISTEMA EXISTENTE.

As receitas oriundas das contas de consumo emitidas durante a FASE PRÉ-OPERACIONAL serão, na sua totalidade, do CONCEDENTE, cabendo-lhe, por conseguinte, exclusivamente, a responsabilidade pela emissão, cobrança e recebimento.

As receitas originárias da prestação dos SERVIÇOS a que tem direito o CONCEDENTE, até o dia anterior à DATA DE ASSUNÇÃO, e aquelas a que terá direito ao recebimento a CONCESSIONÁRIA a partir dessa data, terão o seu *quantum* apurado por meio de cálculo com base *pro-rata temporis* aplicado sobre o total de cada fatura, observando-se que:

O CONCEDENTE fará jus ao recebimento das receitas originárias da prestação dos SERVIÇOS verificadas até o dia imediatamente anterior à DATA DE ASSUNÇÃO;

A CONCESSIONÁRIA fará jus ao recebimento das receitas originárias da prestação dos SERVIÇOS verificadas a partir da DATA DE ASSUNÇÃO, inclusive;

Para apuração das receitas do CONCEDENTE, serão contados os dias entre a data da última medição, exclusive, e a DATA DE ASSUNÇÃO, exclusive, multiplicando-se (i) o número de dias obtido pelo (ii) resultado da divisão do valor total de cada fatura pelo número total de dias do ciclo da medição em referência;

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



Para apuração das receitas da CONCESSIONÁRIA, serão contados os dias a partir da DATA DE ASSUNÇÃO, inclusive, até a data do término do período a que se refira a medição, inclusive, multiplicando-se (i) o número de dias obtido pelo (ii) resultado da divisão do valor total de cada fatura pelo número total de dias do ciclo da medição em referência;

As faturas relativas ao SERVIÇOS prestados nesse período de transição serão emitidas pela CONCESSIONÁRIA, especificando a receita do CONCEDENTE e a da CONCESSIONÁRIA, para fins de crédito bancário e prestação de contas.

Ao término da CONCESSÃO, serão consideradas as mesmas regras estabelecidas neste Termo, invertendo-se a posição da CONCESSIONÁRIA, para efeito de apuração do crédito a que esta terá direito, dado que, nesse momento futuro, a CONCESSIONÁRIA estará a devolver os SERVIÇOS ao CONCEDENTE ou a realizar sua transferência para terceiro.

Cumpridas, pelas PARTES, todas as obrigações que lhe cabem na da FASE PRÉ-OPERACIONAL, o CONCEDENTE deverá expedir a ORDEM DE SERVIÇO, a fim de formalizar a autorização para assunção dos SERVIÇOS pela CONCESSIONÁRIA.

Caso o inventário de bens reversíveis elaborado pela CONCESSIONÁRIA apresente uma diferença superior a 10% (dez por cento) em relação à RELAÇÃO DE BENS DO SISTEMA EXISTENTE indicada no EDITAL, a FASE PRÉ-OPERACIONAL ficará suspensa até que haja um consenso entre as PARTES.

A CONCESSIONÁRIA, a partir da DATA DE ASSUNÇÃO, deverá prestar os SERVIÇOS de forma adequada, comprometendo-se a empregar todos os recursos necessários para atender esse objetivo e tornando-se, até a extinção da CONCESSÃO, a única responsável pela operação e conservação dos BENS INTEGRANTES DA CONCESSÃO, tidos como necessários e vinculados à execução dos SERVIÇOS na ÁREA DE CONCESSÃO.

O CONCEDENTE será responsável pelo fornecimento de água no atacado à CONCESSIONÁRIA, proveniente do Município de Itajaí, conforme o CONTRATO DE FORNECIMENTO, até o limite de 16.051.360.000 m<sup>3</sup> nos primeiros 2 (dois) anos da CONCESSÃO, sendo 7.891.689.000 m<sup>3</sup> para o primeiro ano e 8.159.670.000 m<sup>3</sup>, para o segundo ano da CONCESSÃO.

Caso a CONCESSIONÁRIA demande o recebimento de volume de água superior ao compromisso do CONCEDENTE nos termos do item 25.7, a CONCESSIONÁRIA arcará integralmente com o consumo excedente que o CONCEDENTE tenha que pagar ao fornecedor de água no atacado.

Se, após 2 (dois) anos da CONCESSÃO, ainda não houver sido alcançada a independência do sistema de captação de água por meio da entrada em plena operação da Estação de Tratamento de Água, conforme previsto no Anexo IV - TERMO DE REFERÊNCIA:

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



O CONCEDENTE deverá manter vigente o CONTRATO DE FORNECIMENTO, garantindo, portanto, a disponibilidade de água tratada para a CONCESSIONÁRIA; nessa hipótese, a CONCESSIONÁRIA assumirá os custos com a aquisição da água tratada, sendo que eventuais impactos nos custos, despesas, receitas e investimentos previstos na PROPOSTA COMERCIAL da LICITANTE VENCEDORA, inclusive os relativos à aquisição da água tratada, decorrentes do atraso no início da operação da Estação de Tratamento de Água deverão ser objeto de reequilíbrio econômico-financeiro.

Caso o atraso decorra de ação ou omissão culposa da CONCESSIONÁRIA, esta assumirá integralmente a responsabilidade pela manutenção do CONTRATO DE FORNECIMENTO, bem como o custo de aquisição da água tratada.

## 9. DO PLANEJAMENTO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Para fins de planejamento econômico-financeiro, foram admitidos:

9.1.A Relação de cobrança entre água e esgoto admitida é de 1:1, ou seja, para as ligações que dispõe dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, o valor cobrado para atendimento aos serviços esgotamento sanitário será IGUAL, ao valor cobrado para os serviços de abastecimento de água, conforme definido na estrutura tarifária constante do ANEXO II – Estrutura Tarifária e Serviços Complementares para a Prestação de Serviços de Abastecimento de Água Esgotamento Sanitário;

9.2.Incrementos reais às tarifas de água e esgoto, compreendendo:

9.2.1. Incremento real de 12% (doze por cento) na tarifa de água e esgoto, a ser aplicado na data do reajuste tarifário anual posterior a entrada em operação do Sistema de captação e tratamento de água próprio do município de Navegantes e;

9.2.2. Incremento real de 8% (oito por cento) na tarifa de água e esgoto, a ser aplicado na data do reajuste tarifário anual posterior a entrada em operação do Sistema de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos esgotos sanitários, para um percentual mínimo de 30% (trinta por cento) da população urbana.

O Anexo XIV - Estudo de Viabilidade Técnica e Econômico-Financeira, apresenta o detalhamento dos estudos que demonstraram a viabilidade do projeto.

## 10. PROJEÇÕES DE DEMANDAS DE OBRAS E SERVIÇOS PARA OS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTO

As projeções de demandas para atendimento às metas de atendimento dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, são apresentadas nos quadros que seguem.

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



O estudo de Viabilidade Econômico-financeira constante do Anexo XIV é resultante das Projeções apresentadas nos quadros que seguem, cujos valores deverão ser respeitados para a elaboração das PROPOSTA TÉCNICA pelas Licitantes.

A alteração dos valores apresentados incorrerá na DESCLASSIFICAÇÃO, da PROPOSTA TÉCNICA

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**

Rua João Emílio nº 100 – Fone: (47) 3342 9500  
Centro – 88.370-446 – Navegantes – SC



**EVOLUÇÃO DO NÍVEL DE ATENDIMENTO E DA POPULAÇÃO ATENDIDA**

Ano	POPULAÇÃO URBANA (HAB)	NÍVEL DE ATENDIMENTO DE ÁGUA (%)	POPULAÇÃO ATENDIDA POR SERVIÇOS DE ÁGUA (Hab)	NÍVEL DE ATENDIMENTO DE ESGOTO (%)	NÍVEL DE TRATAMENTO DE ESGOTO (%)	POPULAÇÃO ATENDIDA POR SERVIÇOS DE ESGOTO COLETADO (HAB)	POPULAÇÃO ATENDIDA POR SERVIÇOS DE ESGOTO TRATADO (HAB)
1	121.677	89%	108.293				
2	126.454	90%	113.809				
3	131.295	93%	122.104				
4	135.680	96%	130.253	10%		13.568	
5	140.080	99%	138.679	20%		28.016	
6	144.486	99%	143.041	30%	100%	43.346	43.346
7	148.890	99%	147.401	40%	100%	59.556	59.556
8	153.284	99%	151.751	50%	100%	76.642	76.642
9	157.657	99%	156.080	60%	100%	94.594	94.594
10	162.001	99%	160.381	70%	100%	113.401	113.401
11	166.306	99%	164.643	80%	100%	133.045	133.045
12	170.563	99%	168.857	90%	100%	153.507	153.507
13	174.762	99%	173.014	90%	100%	157.286	157.286
14	178.978	99%	177.188	90%	100%	161.080	161.080
15	183.209	99%	181.377	90%	100%	164.888	164.888
16	187.451	99%	185.576	90%	100%	168.706	168.706
17	191.698	99%	189.781	90%	100%	172.528	172.528
18	195.948	99%	193.989	90%	100%	176.353	176.353
19	200.197	99%	198.195	90%	100%	180.177	180.177
20	204.439	99%	202.395	90%	100%	183.995	183.995
21	208.671	99%	206.584	90%	100%	187.804	187.804
22	212.888	99%	210.759	90%	100%	191.599	191.599
23	217.085	99%	214.914	90%	100%	195.377	195.377
24	221.258	99%	219.045	90%	100%	199.132	199.132
25	225.404	99%	223.150	90%	100%	202.864	202.864
26	229.514	99%	227.219	90%	100%	206.563	206.563
27	233.588	99%	231.252	90%	100%	210.229	210.229
28	237.619	99%	235.243	90%	100%	213.857	213.857
29	241.601	99%	239.185	90%	100%	217.441	217.441
30	245.532	99%	243.077	90%	100%	220.979	220.979
31	249.406	99%	246.912	90%	100%	224.465	224.465
32	253.216	99%	250.684	90%	100%	227.894	227.894
33	256.961	99%	254.391	90%	100%	231.265	231.265
34	260.760	99%	258.152	90%	100%	234.684	234.684
35	264.616	99%	261.970	90%	100%	238.154	238.154



**EVOLUÇÃO DO VOLUME COMPRADO, PRODUZIDO, CONSUMIDO, MICROMEDIDO, FATURADO E ÍNDICE DE PERDAS**

ANO	VOLUME COMPRADO x 1000 (M³)	VOLUME PRODUZIDO x 1000 (M³)	VOLUME CONSUMIDO x 1000 (M³)	VOLUME MICROMEDIDO x 1000 (M³)	VOLUME FATURADO ÁGUA x 1000 (M³)	METAS DE REDUÇÃO DE PERDAS (%)	VOLUME COLETADO DE ESGOTO (M³)	VOLUME FATURADO ESGOTO x 1000 (M³)
1	7.221.237		3.755.043	3.755.043	4.130.548	48%		
2	7.417.882		4.154.014	4.154.014	4.569.415	44%		
3		7.671.556	4.679.649	4.679.649	5.147.614	39%		
4		7.679.905	4.991.939	4.991.939	5.491.132	35%	405.963	
5		7.592.686	5.314.880	5.314.880	5.846.368	30%	877.593	
6		7.613.961	5.482.052	5.482.052	6.030.257	28%	1.377.829	1.809.077
7		7.633.983	5.649.147	5.649.147	6.214.062	26%	1.919.805	2.485.625
8		7.652.452	5.815.863	5.815.863	6.397.450	24%	2.503.982	3.198.725
9		7.668.952	5.981.782	5.981.782	6.579.961	22%	3.130.658	3.947.976
10		7.683.252	6.146.601	6.146.601	6.761.262	20%	3.800.047	4.732.883
11		7.887.426	6.309.941	6.309.941	6.940.935	20%	4.512.197	5.552.748
12		8.089.323	6.471.459	6.471.459	7.118.605	20%	5.267.044	6.406.744
13		8.288.470	6.630.776	6.630.776	7.293.854	20%	5.389.541	6.564.468
14		8.488.423	6.790.739	6.790.739	7.469.812	20%	5.512.534	6.722.831
15		8.689.088	6.951.270	6.951.270	7.646.397	20%	5.635.964	6.881.757
16		8.890.274	7.112.219	7.112.219	7.823.441	20%	5.759.716	7.041.097
17		9.091.697	7.273.358	7.273.358	8.000.693	20%	5.883.613	7.200.624
18		9.293.263	7.434.610	7.434.610	8.178.071	20%	6.007.598	7.360.264
19		9.494.781	7.595.825	7.595.825	8.355.407	20%	6.131.553	7.519.866
20		9.695.967	7.756.773	7.756.773	8.532.451	20%	6.255.305	7.679.206
21		9.896.679	7.917.343	7.917.343	8.709.077	20%	6.378.764	7.838.169
22		10.096.679	8.077.343	8.077.343	8.885.078	20%	6.501.786	7.996.570
23		10.295.731	8.236.585	8.236.585	9.060.243	20%	6.624.225	8.154.219
24		10.493.645	8.394.916	8.394.916	9.234.407	20%	6.745.963	8.310.967
25		10.690.278	8.552.222	8.552.222	9.407.444	20%	6.866.914	8.466.700
26		10.885.204	8.708.163	8.708.163	9.578.979	20%	6.986.815	8.621.081
27		11.078.422	8.862.737	8.862.737	9.749.011	20%	7.105.665	8.774.110
28		11.269.601	9.015.681	9.015.681	9.917.249	20%	7.223.261	8.925.524
29		11.458.456	9.166.765	9.166.765	10.083.441	20%	7.339.427	9.075.097
30		11.644.892	9.315.914	9.315.914	10.247.505	20%	7.454.106	9.222.755
31		11.828.625	9.462.900	9.462.900	10.409.190	20%	7.567.122	9.368.271
32		12.009.323	9.607.458	9.607.458	10.568.204	20%	7.678.270	9.511.384
33		12.186.938	9.749.550	9.749.550	10.724.505	20%	7.787.523	9.652.055
34		12.367.113	9.893.691	9.893.691	10.883.060	20%	7.898.350	9.794.754
35		12.549.993	10.039.994	10.039.994	11.043.994	20%	8.010.841	9.939.594
Total	14.639.119	317.857.034	257.299.202	257.299.202	283.029.122		178.539.973	218.755.141

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



VAZÕES E VOLUMES DE ÁGUA E ESGOTO

ANO	Q MÉDIO DIÁRIO ÁGUA (l/s)	Q dia> CONSUMO ÁGUA (l/s)	Q hora> CONSUMO ÁGUA (l/s)	PERCENTUAL DE RESERVAÇÃO (%)	VOLUME RESERVAÇÃO (M³)	Q MÉDIO DIÁRIO ESGOTO PRODUZIDO (l/s)	Q dia> PRODUÇÃO ESGOTO (l/s)	Q hora> PRODUÇÃO ESGOTO (l/s)
1	228,98	274,78	412,17	15%	3.561			
2	235,22	282,26	423,40	20%	4.878			
3	243,26	291,92	437,87	33%	8.407			
4	243,53	292,23	438,35	33%	8.416			
5	240,76	288,92	433,37	33%	8.321			
6	241,44	289,72	434,59	33%	8.344	42,14	50,57	75,86
7	242,07	290,49	435,73	33%	8.366	57,90	69,48	104,22
8	242,66	291,19	436,78	33%	8.386	74,51	89,42	134,12
9	243,18	291,82	437,73	33%	8.404	91,97	110,36	165,54
10	243,63	292,36	438,54	33%	8.420	110,25	132,30	198,45
11	250,11	300,13	450,20	33%	8.644	129,35	155,22	232,83
12	256,51	307,81	461,72	33%	8.865	149,24	179,09	268,64
13	262,83	315,39	473,09	33%	9.083	152,92	183,50	275,25
14	269,17	323,00	484,50	33%	9.302	156,61	187,93	281,89
15	275,53	330,63	495,95	33%	9.522	160,31	192,37	288,55
16	281,91	338,29	507,44	33%	9.743	164,02	196,82	295,24
17	288,30	345,95	518,93	33%	9.964	167,74	201,28	301,92
18	294,69	353,62	530,44	33%	10.184	171,45	205,75	308,62
19	301,08	361,29	541,94	33%	10.405	175,17	210,21	315,31
20	307,46	368,95	553,42	33%	10.626	178,88	214,66	321,99
21	313,82	376,59	564,88	33%	10.846	182,59	219,10	328,66
22	320,16	384,20	576,29	33%	11.065	186,28	223,53	335,30
23	326,48	391,77	587,66	33%	11.283	189,95	227,94	341,91
24	332,75	399,30	598,95	33%	11.500	193,60	232,32	348,48
25	338,99	406,78	610,18	33%	11.715	197,23	236,67	355,01
26	345,17	414,20	621,30	33%	11.929	200,82	240,99	361,48
27	351,29	421,55	632,33	33%	12.141	204,39	245,27	367,90
28	357,36	428,83	643,24	33%	12.350	207,92	249,50	374,25
29	363,35	436,01	654,02	33%	12.557	211,40	253,68	380,52
30	369,26	443,11	664,66	33%	12.762	214,84	257,81	386,71
31	375,08	450,10	675,15	33%	12.963	218,23	261,88	392,81
32	380,81	456,98	685,46	33%	13.161	221,56	265,88	398,82
33	386,45	463,73	695,60	33%	13.356	224,84	269,81	404,71
34	392,16	470,59	705,89	33%	13.553	228,17	273,80	410,70
35	397,96	477,55	716,32	33%	13.750	231,54	277,85	416,77



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



**EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ECONOMIAS TOTAIS DE ÁGUA E DE ESGOTO**

ANO	Nº TOTAL DE ECONOMIAS DE ÁGUA	Nº TOTAL DE ECONOMIAS DE ESGOTO
1	30.403	
2	31.952	
3	34.281	
4	36.568	3.809
5	38.934	7.865
6	40.159	12.169
7	41.383	16.720
8	42.604	21.517
9	43.819	26.557
10	45.027	31.837
11	46.223	37.352
12	47.407	43.097
13	48.574	44.158
14	49.745	45.223
15	50.921	46.292
16	52.100	47.364
17	53.281	48.437
18	54.462	49.511
19	55.643	50.585
20	56.822	51.656
21	57.998	52.726
22	59.170	53.791
23	60.337	54.852
24	61.497	55.906
25	62.649	56.954
26	63.791	57.992
27	64.924	59.022
28	66.044	60.040
29	67.151	61.046
30	68.244	62.040
31	69.320	63.018
32	70.379	63.981
33	71.420	64.927
34	72.476	65.887
35	73.548	66.862

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**

Rua João Emílio nº 100 – Fone: (47) 3342 9500  
Centro – 88.370-446 – Navegantes – SC



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



**EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE LIGAÇÕES TOTAIS DE ÁGUA E DE ESGOTO**

Ano	Nº TOTAL DE LIGAÇÕES DE ÁGUA	Nº TOTAL DE LIGAÇÕES DE ESGOTO
1	24.018	
2	25.242	
3	27.082	
4	28.889	3.009
5	30.758	6.214
6	31.725	9.614
7	32.692	13.209
8	33.657	16.999
9	34.617	20.980
10	35.571	25.151
11	36.516	29.508
12	37.451	34.047
13	38.373	34.885
14	39.299	35.726
15	40.228	36.571
16	41.159	37.418
17	42.092	38.265
18	43.025	39.114
19	43.958	39.962
20	44.889	40.809
21	45.819	41.653
22	46.745	42.495
23	47.666	43.333
24	48.582	44.166
25	49.493	44.993
26	50.395	45.814
27	51.290	46.627
28	52.175	47.432
29	53.049	48.227
30	53.912	49.011
31	54.763	49.785
32	55.600	50.545
33	56.422	51.293
34	57.256	52.051
35	58.103	52.821

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**

Rua João Emílio nº 100 – Fone: (47) 3342 9500  
Centro – 88.370-446 – Navegantes – SC



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



**EVOLUÇÃO DA EXTENSÃO DE REDE**

Ano	REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	REDE COLETORA DE ESGOTO
1	193.438	
2	197.484	
3	203.569	
4	209.545	20.955
5	215.726	43.145
6	218.925	65.678
7	222.123	88.849
8	225.313	112.657
9	228.489	137.093
10	231.643	162.150
11	234.769	187.815
12	237.860	214.074
13	240.909	216.818
14	243.970	219.573
15	247.043	222.338
16	250.123	225.111
17	253.207	227.886
18	256.293	230.664
19	259.378	233.440
20	262.458	236.212
21	265.531	238.978
22	268.593	241.734
23	271.641	244.477
24	274.671	247.204
25	277.681	249.913
26	280.666	252.599
27	283.624	255.262
28	286.551	257.896
29	289.443	260.498
30	292.297	263.067
31	295.110	265.599
32	297.876	268.089
33	300.596	270.536
34	303.354	273.019
35	306.154	275.539

Rua João Emilio nº 100 – Fone: (47) 3342-9500  
Centro – 88.370-446 – Navegantes – SC



## 11. INDICADORES DE DESEMPENHO E DE QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Os quadros que seguem apresentam os Indicadores de Desempenho, para a Prestação dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário no Município de Navegantes.

1. INDICADORES PARA O SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA					
Item	Descrição	Indicador	Definição	Regra de Cálculo	Código IWA
1.1.	ICPA - Índice de Cobertura Populacional do Abastecimento de Água	cobertura populacional (%)	(população atendida pelo prestador de serviços de água/população total) x 100%	IQS3=F1/E5 x 100%	QS3
				IQS3 é o indicador de desempenho da cobertura populacional do abastecimento de água, em porcentagem	
				E5 - é a população total, em habitantes(*)	
				F1 - é população atendida com abastecimentos de água, em número de habitantes (**)	
(*) A população total é obtida a partir da estimativa do IBGE.					
(**) A população atendida é obtida pelo produto do número de economias residenciais ativas pelo IMO - Índice Médio de Ocupação calculado. O IMC é obtido pela expressão número total de habitantes dividido pelo número de domicílios ocupados e de ocupação ocasional)					
1.2.	ICA - Índice de Continuidade do Abastecimento	continuidade do abastecimento (%)	[número de horas em que o sistema está pressurizado durante o período de avaliação/(24 x período de avaliação)] * 100%	IQS12 = (H2 / H1 x 24)*100%	QS12
				IQS12 é o indicador de desempenho de continuidade do abastecimento, em porcentagem	
				H1 -é o período de avaliação, em dias	
				H2 - é o tempo no qual o sistema está pressurizado, em horas	
1.3.	IPA - Índice de Perdas de Água na Distribuição	perda de água no sistema de abastecimento de água (%)	Volume de água perdida no sistema de distribuição	IPA = VD - (VC / VD) * 100%	
				IPA é o índice de Perdas de água na distribuição	
				VD é o Volume disponibilizado de água, em m³, verificado a partir de macromedição, para um período de 1 mês.	
				VC é o Volume de água consumido em m³, pela população, verificado a partir da Micromedicação, para o período de 1 mês.	
1.4.	IQA - Índice de Qualidade da Água	qualidade da água fornecida (%)	(número total de testes de água tratada em conformidade com as normas ou legislação aplicáveis durante o período de avaliação/número total de testes de água tratada realizados durante o período de avaliação) x 100%	IQS18 = (D62+D63+D64+D65)/D51 X 100%	QS18
				IQS18 é o indicador de desemoenho da qualidade da água fornecida, em porcentagem	
				D51 - é o número de testes de qualidade da água realizado	
				D62 - é o numero de testes em conformidade com os parâmetros organoléticos	
				D63 - é o numero de testes em conformidade com os parâmetros microbiológicos	
				D64 - é o numero de testes em conformidade com os parâmetros físico - químicos	
D65 - é o numero de testes em conformidade com os parâmetros radioatividade					
1.5.	IDLA - Índice do Prazo para o Estabelecimento de Novos Serviços (Novas Ligações de Água)	eficiência na disponibilização de novas ligações prediais de água (dias)	tempo total gasto para disponibilizar novas ligações prediais durante o período de avaliação/número de novas ligações prediais instaladas durante o período de avaliação	IQS23 = F9 / F10	QS23
				IQS23 - indicador de desempenho de eficiência da nova ligação predial, em dias	
				F9 -é o tempo de instalação de novas ligações prediais, em dias	
				F10 - é o número de novas ligações prediais disponibilizadas	

IWA - International Water Association

“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”

Rua João Emílio nº 100 – Fone: (47) 3342 9500  
Centro – 88.370-446 – Navegantes – SC



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



2. INDICADORES PARA O SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO					
Item	Descrição	Indicador	Definição	Regra de Cálculo	Código IWA
2.1.	ICPE - Cobertura e Disponibilidade dos Serviços de Esgoto	população que possui ligação ao sistema de esgoto (%)	(população atendida pelo prestador de serviços de esgoto ligada à rede/população total) x 100%	IwQS1 = WE4/WE1 x 100%	QS1
				IwQS1 é o indicador de desempenho da população ligada à rede de esgoto, em porcentagem	
				WE1 é a população total, em número de habitantes (*)	
				WE4 - é população ligada à rede de esgotos, em número de habitantes (**)	
(*) A população total é obtida a partir da estimativa do IBGE.					
(**) A população atendida é obtida pelo produto do número de economias residenciais ativas pelo IMO - Índice Médio de Ocupação calculado. O IMC é obtido pela expressão número total de habitantes dividido pelo número de domicílios ocupados e de ocupação ocasional)					
2.2.	IISE - Índice de Interrupção dos Serviços de Coleta e Transporte de Esgoto	interrupção dos serviços de coleta e transporte de esgoto (%)	(soma, para o período de avaliação, do número de imóveis afetados por cada interrupção dos serviços, multiplicada pela respectiva duração, em horas)/(número de imóveis ligados aos sistemas na data de referência x 24 x período de avaliação em dias) x 100%	IwQS15 = (WF7 / (WC28 x 24 x WH1) x 100%	wQS15
				IwQS15 - é o indicador de desempenho de interrupção dos serviços de coleta e transporte de esgoto, em porcentagem	
				WC28 - é o número de imóveis ligados aos sistemas	
				WF7 - é soma, para o período de avaliação, do número de imóveis afetados por cada interrupção dos serviços, multiplicada pela respectiva duração, em horas	
2.3.	IDER - Índice de Desobstrução de Redes (Prestação dos serviços em situações normais e de emergência)	entupimentos nas redes de esgoto (nº/100 km de rede de esgoto/ano)	média do número de entupimentos que ocorrem por 100km de rede de esgoto, durante o período de avaliação	WH1 - é o período de avaliação em dias	wOp34
				[número de entupimentos nas redes de esgoto que ocorrem durante o período de avaliação x 365/ período de avaliação (em dias) x comprimento total da rede de esgoto na data de referência (em km)] x 100	
				entupimentos nas redes de esgoto (nº/100 km de rede de esgoto/ano)	
				número de entupimentos nas redes de esgoto que ocorrem durante o período de avaliação	
2.4.	IDLE - Índice do Prazo para o Estabelecimento de Novos Seviços (Novas Ligações de Esgoto)	eficiência na disponibilização de novas ligações prediais de esgoto (dias)	tempo total gasto para disponibilizar novas ligações prediais durante o período de avaliação/número de novas ligações prediais instaladas durante o período de avaliação	período de avaliação (em dias)	QS23
				comprimento total da rede de esgoto na data de referência (em km)	
				IQS23 = F9 / F10	
				IQS23 - indicador de desempenho de eficiência da nova ligação predial, em dias	
2.5.	IQE - Índice de Tratamento de Esgoto	conformidade com as autorizações de tratamento e destinação final das ETE (%)	porcentagem da população equivalente (se aplicável) servida por estações de tratamento de esgoto de estão em conformidade com as autorizações de lançamentos aplicáveis	F9 - é o tempode instalação de novas ligações prediais, em dias	PH6
				F10 - é o número de novas ligações prediais disponibilizadas	
				[população equivalente que é atendida por estações de tratamento de esgoto que estão em conformidade com as normas aplicáveis (número)/população equivalente atendida por estações de tratamento de esgoto gerenciadas pelo prestador de serviços (número)] * 100	
				conformidade com as autorizações de destinação final das ETE (%)	
Número de população equivalente que é atendida por estações de tratamento de esgoto que estação em conformidade com as normas aplicáveis					
Número de populações equivalente atendida por estações de tratamento de esgoto gerenciadas pelo prestador de serviço					

IWA - International Water Association

IWA - International Water Association

“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”

Rua João Emílio nº 100 – Fone: (47) 3342 9500  
Centro – 88.370-446 – Navegantes – SC



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



3. INDICADORES PARA AVALIAÇÃO DO ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS					
Item	Descrição	Indicador	Definição	Regra de Cálculo	Código IWA
3.1.	Índice de Reclamações e Solitações Resolvidas a Tempo	reclamações e solicitações resolvidas a tempo (%)	porcentagem do número total de reclamações e solicitações dos usuários que foram resolvidas no prazo notificado ao usuário	$\frac{\text{[reclamações e solicitações em um período de avaliação que foram resolvidas no prazo notificado ao usuário (número)]}}{\text{reclamações e solicitações feitas no período de avaliação (número)}} \times 100\%$	
3.2.	Índice de Comunicações Telefônicas Respondidas a Tempo por Pessoal Qualificado	comunicações telefônicas respondidas a tempo (%)	porcentagem do número total de comunicações telefônicas dos usuários que foram tratadas por uma pessoa qualificada para lidar com a questão que originou o contato dentro do tempo especificado	$\frac{\text{[comunicações telefônicas dos usuários em um período de avaliação, que foram tratadas por uma pessoa qualificada para lidar com a questão que originou o contato dentro do prazo máximo estabelecido em um compromisso de serviço local (número)]}}{\text{contatos telefônicos de usuários feitos no período de avaliação(número)}} \times 100\%$	
3.3.	Índice de Reclamações e Consultas referentes a Exatidão do Faturamento	reclamações e consultas referentes ao contrato de serviços (número de ocorrências/usuário/ano)	(número de reclamações e consultas referentes ao contrato de serviços durante o período de avaliação x 365)/(período de avaliação em dias x número de usuários cadastrados)	$IQS32 = \frac{F20 \times 365}{H1 \times E10}$ <p>IwQS32 - é o indicador de desempenho de reclamações e consultas referente ao faturamento, em número/usuário/ano</p> <p>E10 - é o número de usuários cadastrados</p> <p>F20 - é o número de reclamações e consultas referentes ao faturamento</p> <p>H1 - é o período de avaliação, em dias</p>	QS32
3.4.	Respostas às Reclamações de Faturamento	solução das reclamações de faturamento dentro do prazo (%)	porcentagem do número total de reclamações de faturamento que são resolvidas dentro do prazo especificado em um contrato de serviços	$\frac{\text{[reclamações de faturamento feitas em um período de avaliação, que foram resolvidas dentro do tempo especificado para o usuário em um contrato de serviços local(número)]}}{\text{reclamações de faturamento feitas no período de avaliação(número)}} \times 100\%$	
3.5.	Pessoal alocado para o serviço de atendimento ao usuário	desempenho de pessoal alocado ao serviço de atendimento ao usuário (%)	(número equivalente de empregados dedicados em tempo integral ao faturamento e baixa das faturas pagas, ao controle, ao atendimento ao usuário e às atividades gerenciais correlacionadas/ número equivalente de empregados dedicados em tempo integral ao prestados de serviços) x 100%	$IPE6 = \frac{B5}{B1} \times 100\%$ <p>IPE6 - é o indicadores desempenho de pessoal alocado ao serviço de atendimento ao usuário, em porcentagem</p> <p>B1 - é o número total de pessoas</p> <p>B5 - é o numero total alocado ao serviço de atendimento ao usuário</p>	Pe6

- METAS DE ATENDIMENTO

Os quadros que seguem apresentam as Metas de Atendimento aos Indicadores de Desempenho para a Prestação dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário no Município de Navegantes.

“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”

Rua João Emílio nº 100 – Fone: (47) 3342 9500  
Centro – 88.370-446 – Navegantes – SC



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



Metas de Desempenho - Sistema de Abastecimento de Água

ANO	INDICADOR				
	ICPA	ICA	IPA	IQA	IDLA
	Índice de Cobertura Populacional do Abastecimento de Água	Índice de Continuidade de Abastecimento de Água	Índice de Perdas na Distribuição de Água	Índice de Qualidade de Água	Índice de Eficiência na Disponibilidade de Novas Ligações
1	88%	80%	48%	80%	10 dias
2	90%	90%	44%	90%	10 dias
3	93%	100%	39%	100%	5 dias
4	96%	100%	35%	100%	5 dias
5	99%	100%	30%	100%	5 dias
6	99%	100%	28%	100%	5 dias
7	99%	100%	26%	100%	5 dias
8	99%	100%	24%	100%	5 dias
9	99%	100%	22%	100%	5 dias
10	99%	100%	20%	100%	5 dias
11	99%	100%	20%	100%	5 dias
12	99%	100%	20%	100%	5 dias
13	99%	100%	20%	100%	5 dias
14	99%	100%	20%	100%	5 dias
15	99%	100%	20%	100%	5 dias
16	99%	100%	20%	100%	5 dias
17	99%	100%	20%	100%	5 dias
18	99%	100%	20%	100%	5 dias
19	99%	100%	20%	100%	5 dias
20	99%	100%	20%	100%	5 dias
21	99%	100%	20%	100%	5 dias
22	99%	100%	20%	100%	5 dias
23	99%	100%	20%	100%	5 dias
24	99%	100%	20%	100%	5 dias
25	99%	100%	20%	100%	5 dias
26	99%	100%	20%	100%	5 dias
27	99%	100%	20%	100%	5 dias
28	99%	100%	20%	100%	5 dias
29	99%	100%	20%	100%	5 dias
30	99%	100%	20%	100%	5 dias
31	99%	100%	20%	100%	5 dias
32	99%	100%	20%	100%	5 dias
33	99%	100%	20%	100%	5 dias
34	99%	100%	20%	100%	5 dias
35	99%	100%	20%	100%	5 dias

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**

Rua João Emílio nº 100 – Fone: (47) 3342 9500  
Centro – 88.370-446 – Navegantes – SC



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



Metas de Desempenho - Sistema de Esgotamento Sanitário

ANO	INDICADOR				
	ICPE	IISE	IDER	IDLE	IQE
	Índice de Cobertura Populacional do Sistema de Esgotamento Sanitário	Índice de Interrupção dos Serviços de Coleta e Transporte de Esgoto	Índice de Desobstrução de Redes	Índice de Eficiência na Disponibilidade de Novas Ligações	Índice de Qualidade de Esgoto
1					
2					
3					
4					
5					
6	30%	5%	< 500	5 dias	95%
7	40%	5%	< 500	5 dias	95%
8	50%	5%	< 500	5 dias	95%
9	60%	5%	< 500	5 dias	95%
10	70%	5%	< 500	5 dias	95%
11	80%	5%	< 500	5 dias	95%
12	90%	5%	< 500	5 dias	95%
13	90%	5%	< 500	5 dias	95%
14	90%	5%	< 500	5 dias	95%
15	90%	5%	< 500	5 dias	95%
16	90%	5%	< 500	5 dias	95%
17	90%	5%	< 500	5 dias	95%
18	90%	5%	< 500	5 dias	95%
19	90%	5%	< 500	5 dias	95%
20	90%	5%	< 500	5 dias	95%
21	90%	5%	< 500	5 dias	95%
22	90%	5%	< 500	5 dias	95%
23	90%	5%	< 500	5 dias	95%
24	90%	5%	< 500	5 dias	95%
25	90%	5%	< 500	5 dias	95%
26	90%	5%	< 500	5 dias	95%
27	90%	5%	< 500	5 dias	95%
28	90%	5%	< 500	5 dias	95%
29	90%	5%	< 500	5 dias	95%
30	90%	5%	< 500	5 dias	95%
31	90%	5%	< 500	5 dias	95%
32	90%	5%	< 500	5 dias	95%
33	90%	5%	< 500	5 dias	95%
34	90%	5%	< 500	5 dias	95%
35	90%	5%	< 500	5 dias	95%

“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”

Rua João Emílio nº 100 – Fone: (47) 3342 9500  
Centro – 88.370-446 – Navegantes – SC



Metas de Desempenho - Gestão dos Serviços					
ANO	INDICADOR				
	IRRRT	IRTT	IRF	ISRF	IPGC
	Índice de Reclamações Solicitadas Resolvidas a Tempo	Índice de Comunicações Telefônicas Respondidas a Tempo por Pessoal Qualificado	Índice de Reclamações sobre Faturamento	Índice de Solução das Reclamações de Faturamento Dentro do Prazo	Índice de Pessoal Alocado nos Serviços de Gestão Comercial
1	80%	80%	> 0,97	80%	15%
2	90%	90%	> 0,60	90%	15%
3	100%	100%	> 0,36	100%	15%
4	100%	100%	> 0,36	100%	15%
5	100%	100%	> 0,36	100%	15%
6	100%	100%	> 0,36	100%	15%
7	100%	100%	> 0,36	100%	15%
8	100%	100%	> 0,36	100%	15%
9	100%	100%	> 0,36	100%	15%
10	100%	100%	> 0,36	100%	15%
11	100%	100%	> 0,36	100%	15%
12	100%	100%	> 0,36	100%	15%
13	100%	100%	> 0,36	100%	15%
14	100%	100%	> 0,36	100%	15%
15	100%	100%	> 0,36	100%	15%
16	100%	100%	> 0,36	100%	15%
17	100%	100%	> 0,36	100%	15%
18	100%	100%	> 0,36	100%	15%
19	100%	100%	> 0,36	100%	15%
20	100%	100%	> 0,36	100%	15%
21	100%	100%	> 0,36	100%	15%
22	100%	100%	> 0,36	100%	15%
23	100%	100%	> 0,36	100%	15%
24	100%	100%	> 0,36	100%	15%
25	100%	100%	> 0,36	100%	15%
26	100%	100%	> 0,36	100%	15%
27	100%	100%	> 0,36	100%	15%
28	100%	100%	> 0,36	100%	15%
29	100%	100%	> 0,36	100%	15%
30	100%	100%	> 0,36	100%	15%
31	100%	100%	> 0,36	100%	15%
32	100%	100%	> 0,36	100%	15%
33	100%	100%	> 0,36	100%	15%
34	100%	100%	> 0,36	100%	15%
35	100%	100%	> 0,36	100%	15%

## 12. CONSIDERAÇÕES FINAIS

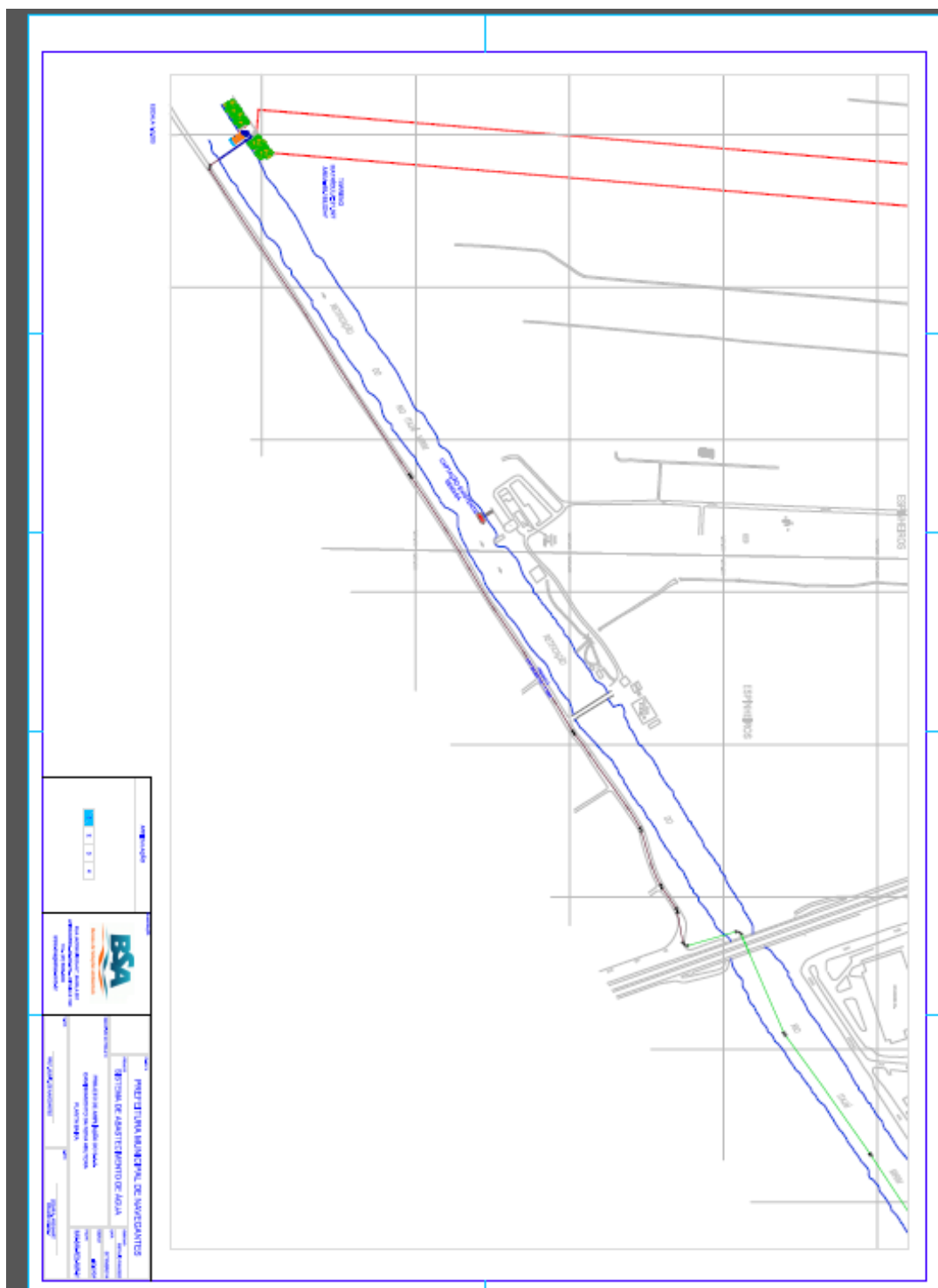
Informações adicionais deverão ser obtidas pela proponente por meio de visitas de campo e consultas junto a Prefeitura Municipal de Navegantes.

Para efeito da Proposta Técnica, as informações constantes deste Termo de Referência prevalecem sobre as informações constantes do Plano Municipal de Saneamento Básico de Navegantes, especialmente em razão da atualização de informações para o ano base – 2015 e as projeções a partir de 2016, tratado como ano 1 da Concessão

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



Anexo V – 1



**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**

Rua João Emílio nº 100 – Fone: (47) 3342 9500  
Centro – 88.370-446 – Navegantes – SC



Anexo V -2



**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**

Rua João Emílio nº 100 – Fone: (47) 3342 9500  
Centro – 88.370-446 – Navegantes – SC



Anexo V-3



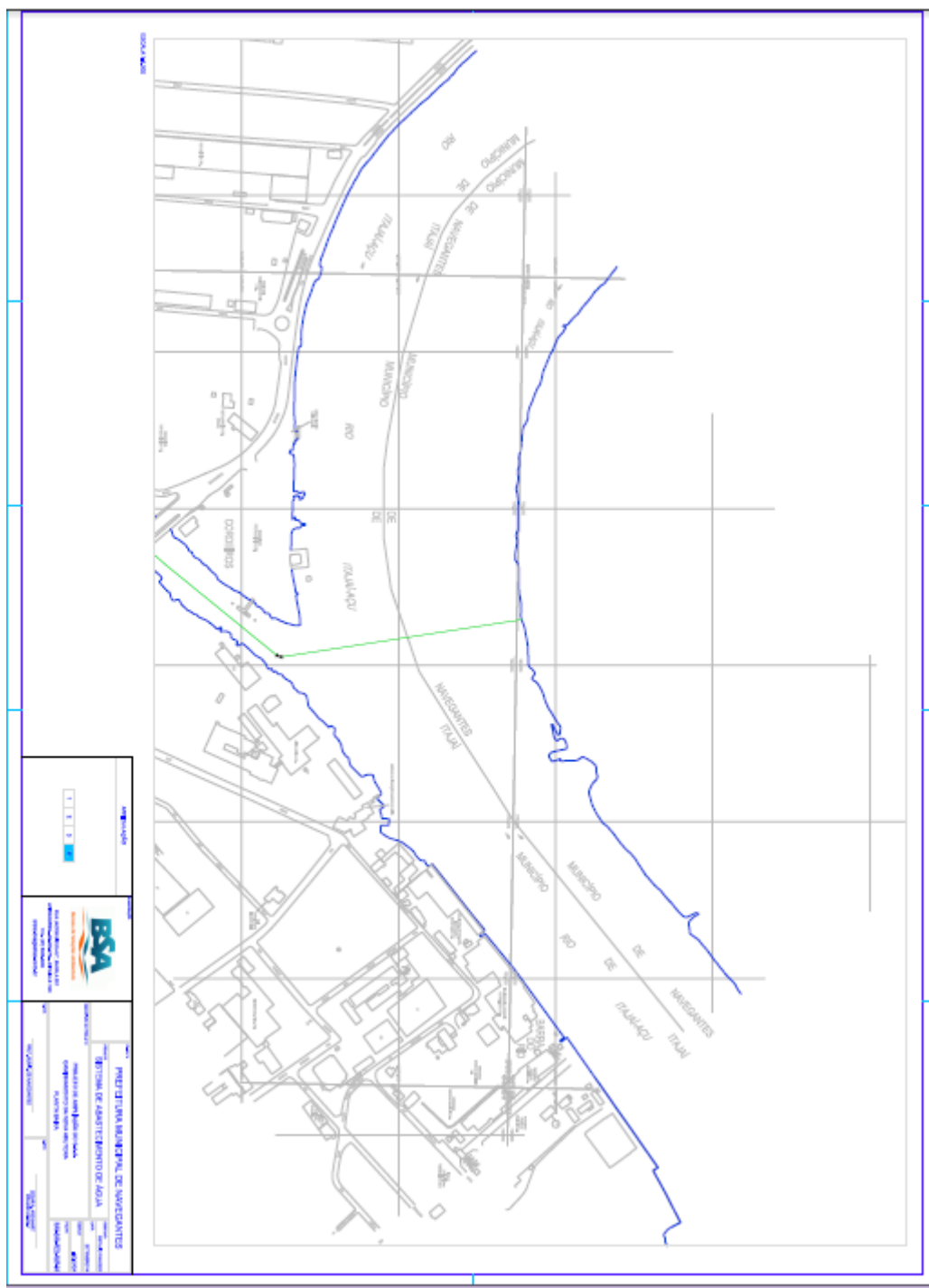
**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**

Rua João Emílio nº 100 – Fone: (47) 3342 9500  
Centro – 88.370-446 – Navegantes – SC



Anexo V-4

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50

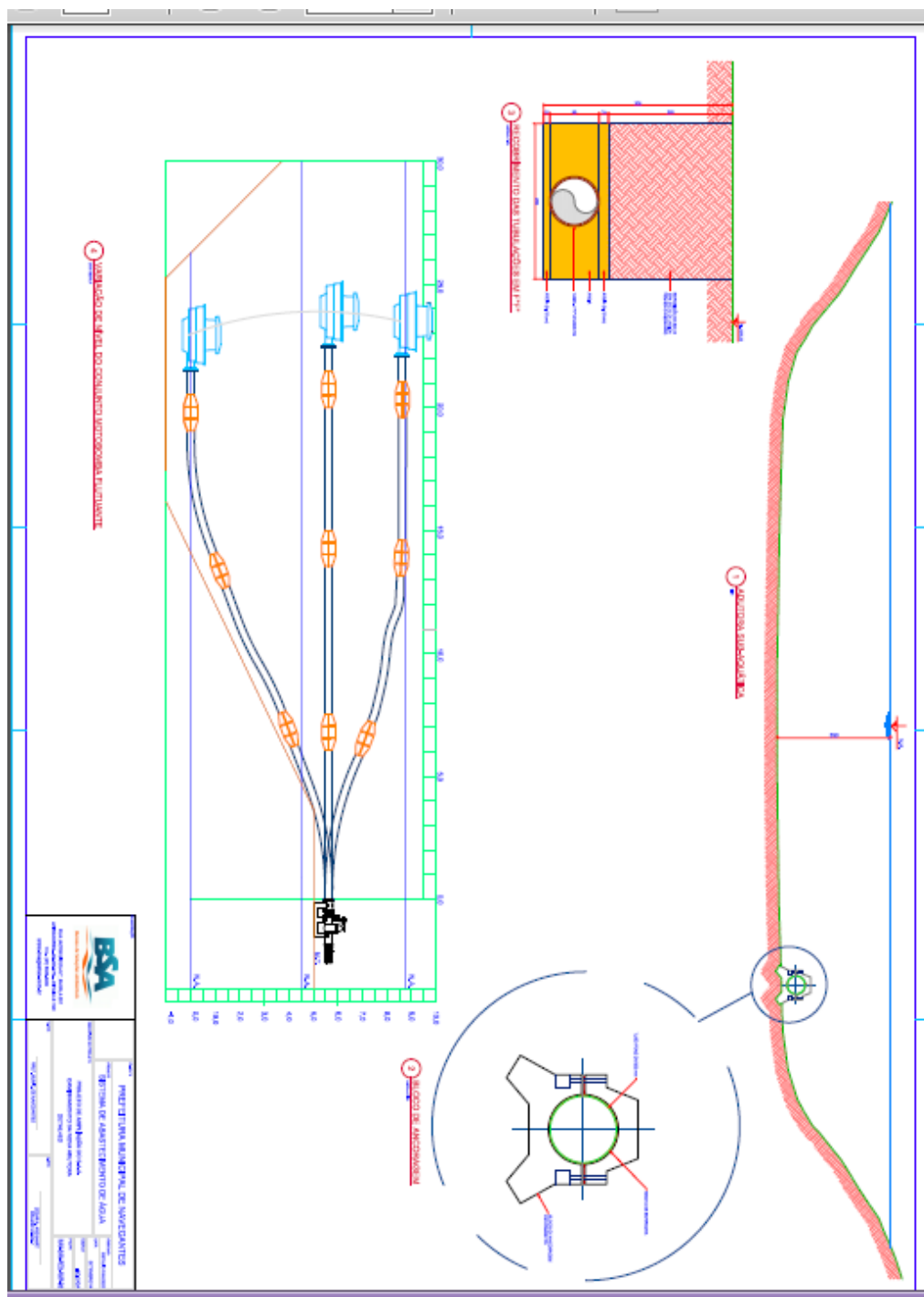


**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**

Rua João Emílio nº 100 – Fone: (47) 3342 9500  
Centro – 88.370-446 – Navegantes – SC



Anexo V-5

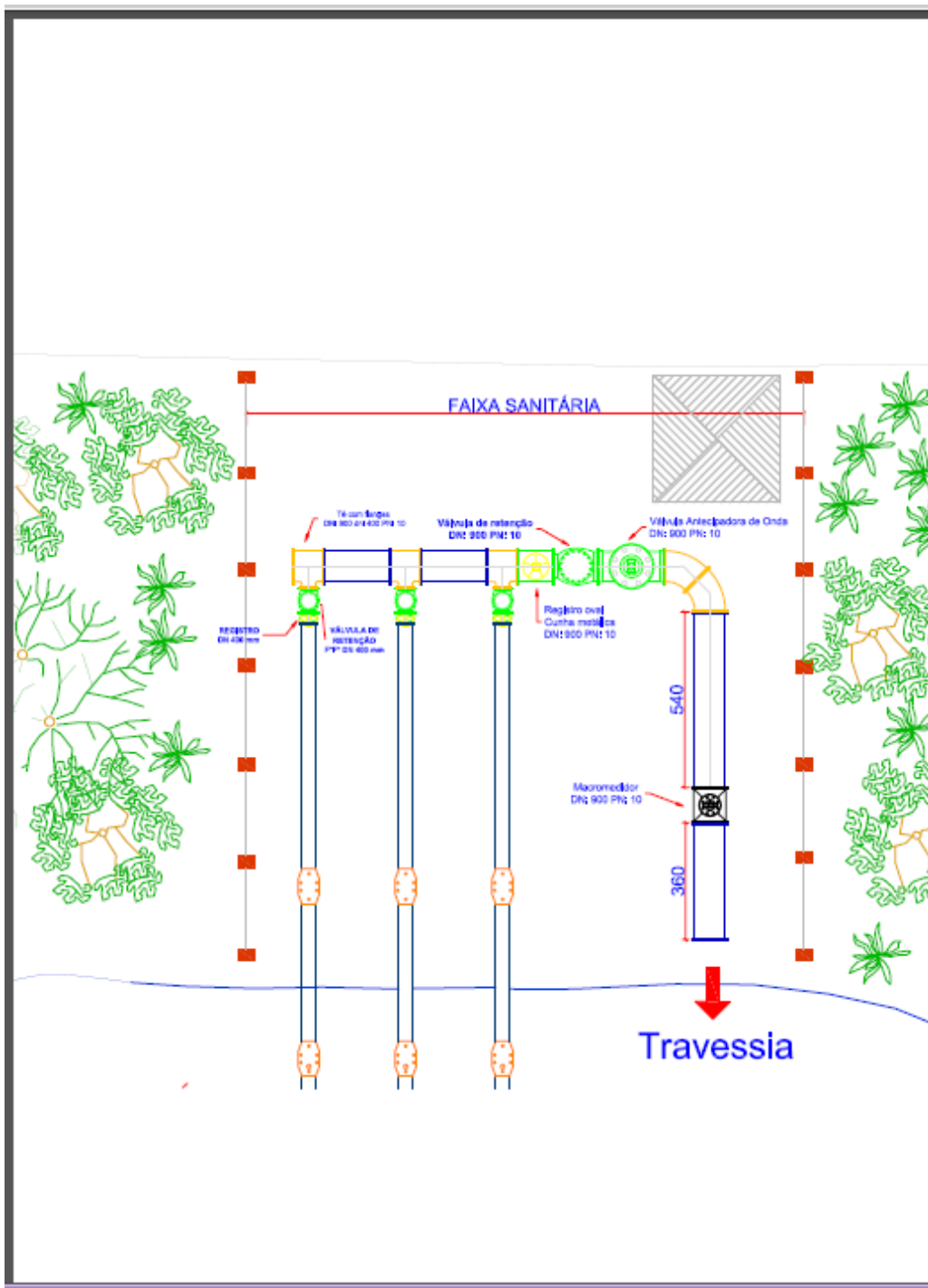


**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**

Rua João Emílio nº 100 – Fone: (47) 3342 9500  
Centro – 88.370-446 – Navegantes – SC



Anexo V-6



**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**

Rua João Emílio nº 100 – Fone: (47) 3342 9500  
Centro – 88.370-446 – Navegantes – SC



Anexo V-7

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50

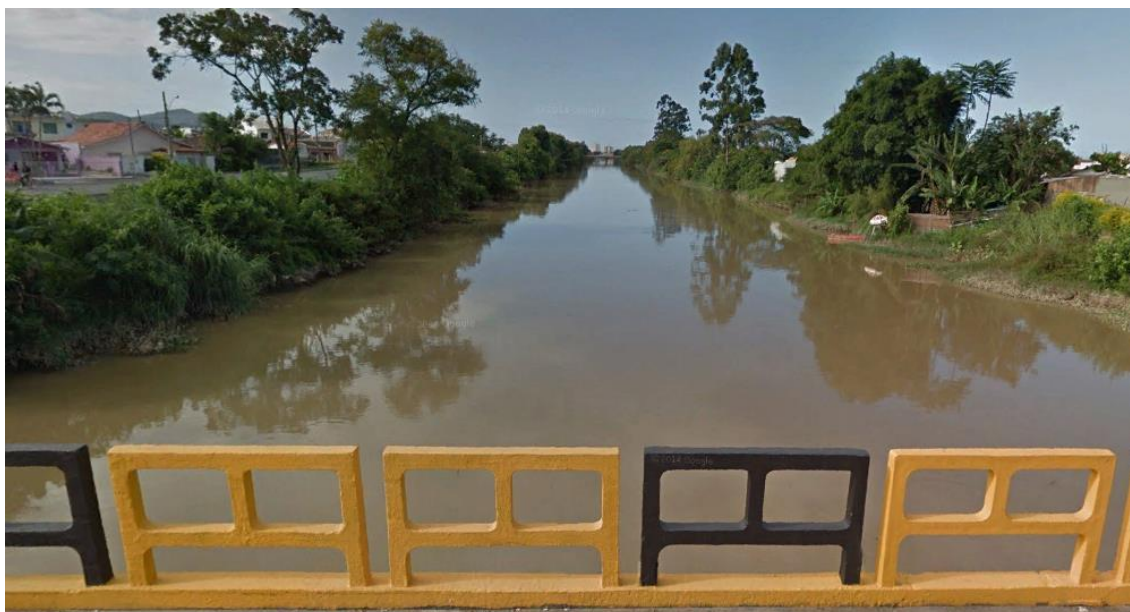


## Sistema de Captação e Adução de Água Bruta

**Foto 1: Manancial Rio Itajaí Mirim – Captação de Água Bruta da SEMASA - Itajaí**



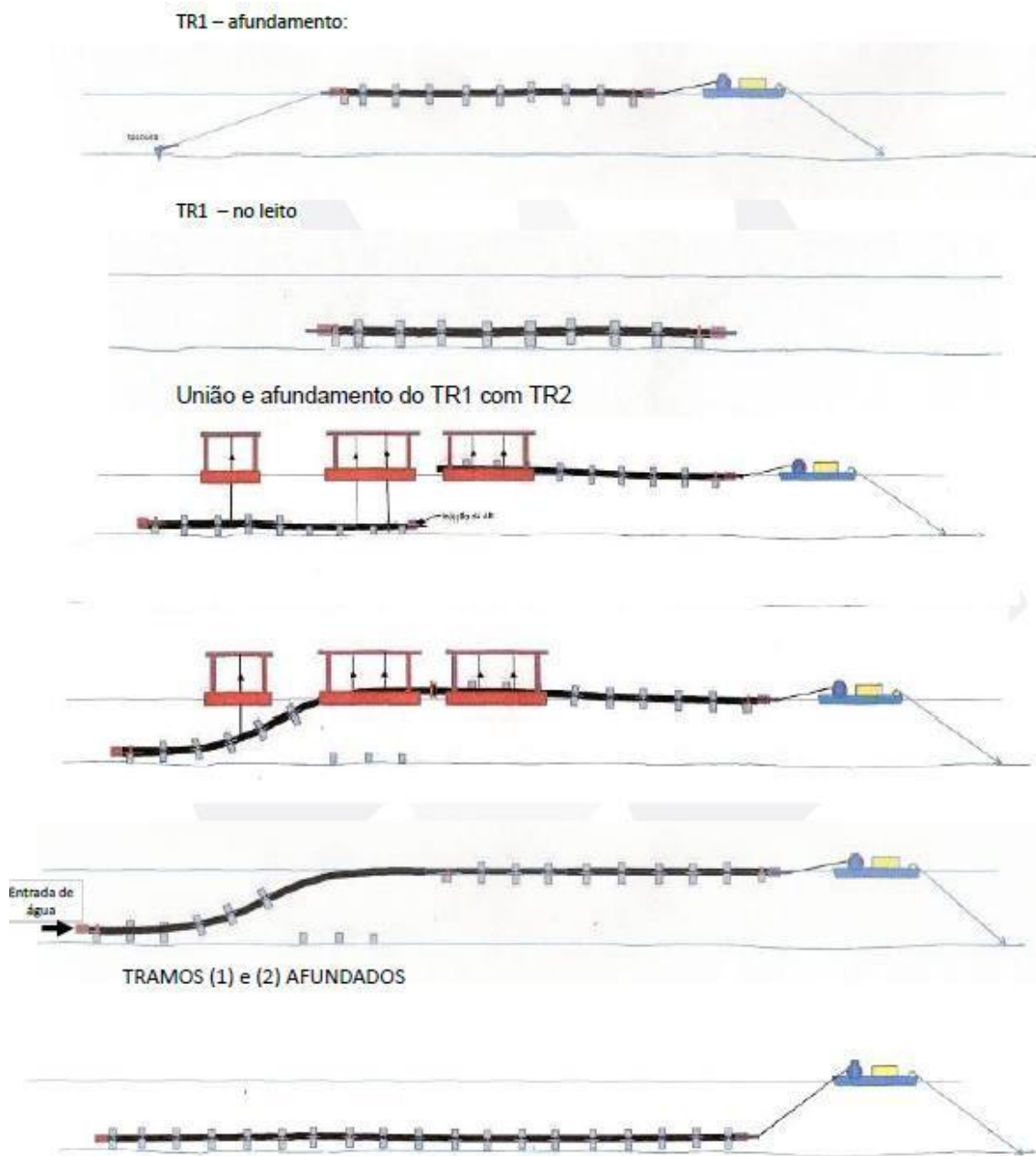
**Foto 2: Canal retificado – Rio Itajaí Mirim.**



**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**

Rua João Emílio nº 100 – Fone: (47) 3342 9500  
Centro – 88.370-446 – Navegantes – SC

**Figura 1: Modelo de execução de tubulação submersa em PEAD.**



Fonte: SK Tecnologia Subaquática.

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**

Rua João Emílio nº 100 – Fone: (47) 3342 9500  
Centro – 88.370-446 – Navegantes – SC



*Foto 3: Exemplo de estrutura para tubulação submersa em PEAD.*



Fonte: SK Tecnologia Subaquática.

*Foto 4: Exemplo de estrutura de ancoragem.*



Fonte: SK Tecnologia Subaquática

*Foto 5: Exemplo de procedimento de lançamento da rede submersa em PEAD.*



**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**

Rua João Emílio nº 100 – Fone: (47) 3342 9500  
Centro – 88.370-446 – Navegantes – SC



Fonte: SK Tecnologia Subaquática.

**Foto 6: Traçado de adutora submersa de água bruta ao longo do Rio Itajaí-Mirim.**



**Foto 7: Rio Itajaí Açú, na região travessia da adutora submersa de água bruta.**



**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**

Rua João Emílio nº 100 – Fone: (47) 3342 9500  
Centro – 88.370-446 – Navegantes – SC



**Foto 8: Traçado da adutora de água bruta no município de Navegantes.**



**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**

Rua João Emílio nº 100 – Fone: (47) 3342 9500  
Centro – 88.370-446 – Navegantes – SC



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CNPJ N° 83.102.855/0001-50



**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**

Rua João Emílio nº 100 – Fone: (47) 3342 9500  
Centro – 88.370-446 – Navegantes – SC



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CNPJ N° 83.102.855/0001-50



## **ANEXO VI**

Regulamento do serviço público de  
abastecimento de água e esgotamento  
sanitário do Município de Navegantes.

### **TÍTULO I - DO OBJETIVO**

Art. 1º - Este Regulamento destina-se a estabelecer as condições gerais a serem observadas na prestação e utilização dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário pelos prestadores de serviços regulados pela Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS e disciplinar o relacionamento entre estes e os usuários.

Parágrafo único. O Anexo Único faz parte integrante da presente norma de regulação.

Art. 2º - À Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS, pessoa jurídica de direito público, sob a forma de associação pública, dotada de independência decisória e autonomia administrativa, financeira e orçamentária; compete regular e fiscalizar o cumprimento deste Regulamento.

### **TÍTULO II - DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO**

#### **CAPÍTULO I - DAS REDES PÚBLICAS DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO**

Art. 3º - As redes de distribuição de água e de esgotamento sanitário e seus acessórios serão assentadas em logradouros públicos com greides definidos, após aprovação dos respectivos projetos pelo prestador de serviços, que executará e/ou fiscalizará as obras, sem prejuízo da fiscalização dos demais órgãos competentes.

§ 1º - As redes de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, cujo projeto contemple a travessia em terreno de propriedade particular, somente poderão ser assentadas após a devida regularização, na forma da legislação vigente.

§ 2º - Os prestadores de serviços deverão promover todas as medidas e ações necessárias para a imediata suspensão e solução dos vazamentos e/ou extravasamentos de água e esgoto nas redes públicas que impliquem em inadequadas condições sanitárias ou ambientais, observadas as especificidades técnicas e intempéries, que serão justificadas pelos prestadores e analisadas pela ARIS para fins de cumprimento da respectiva obrigação.

#### **SEÇÃO A - DAS COMPETÊNCIAS DO CONCESSIONÁRIO, DOS USUÁRIOS E DA ARIS**

Art. 4º - Compete ao prestador de serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário (concessionário) a execução das obras e instalações necessárias; a operação e manutenção dos

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



serviços de captação, transporte, tratamento, reservação e distribuição de água; o esgotamento, tratamento e disposição final dos esgotos sanitários, a medição dos consumos; o faturamento, a cobrança e a arrecadação de valores (gestão comercial); e o monitoramento operacional de seus serviços, nos termos deste Regulamento, observados os planos de saneamento e os contratos de prestação, concessão ou de programa de delegação dos serviços.

§ 1º - São obrigações do prestador de serviços de abastecimento de água (concessionário):

I - prestar os serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário adequados, na forma prevista neste edital, no contrato, no regulamento da prestação dos serviços e nas demais disposições técnicas aplicáveis, respeitados os padrões de qualidade definidos na Portaria nº 2.914/2011, do Ministério da Saúde, e demais normas regulamentares que a complementarem ou sucederem;

II - executar reparos e obras que tenham por objetivo garantir a adequada prestação e universalização dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.

III- estimular a formação de associações de usuários para defesa de interesses relativos ao serviço;

IV- receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários, que serão cientificados, em até 30 (trinta) dias úteis, das providências tomadas;

V - garantir aos usuários o acesso e publicidade das informações sobre o serviço prestado e a qualidade da sua prestação, bem como sobre os estudos, decisões e instrumentos de regulação e fiscalização e, ainda, acerca de seus direitos e deveres;

VI - fornecer ao concedente toda e qualquer informação disponível relativa ao serviço, bem como qualquer modificação ou interferência causada por si ou por terceiros;

VII - informar os usuários a respeito das interrupções programadas dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário e seu restabelecimento, obedecendo as condições e prazos que forem fixados por ato administrativo exarado pelo concedente;

VIII - acatar as recomendações de agentes de fiscalização do concedente;

IX - cumprir e fazer cumprir as disposições do edital, do contrato, deste regulamento e demais normas aplicáveis;

X - manter em dia o inventário e o registro dos bens afetos e os não afetos à concessão;

XI - manter à disposição do concedente os documentos, projetos, registros contábeis e demais informações técnicas, operacionais e financeiras relativas à concessão;

XII - permitir ao concedente o seu livre acesso, em qualquer época, às obras, aos equipamentos e às instalações vinculadas à concessão;

XIII - zelar pela integridade dos bens afetos ou não afetos à concessão, mediante a contratação dos respectivos seguros;

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**

Rua João Emílio nº 100 – Fone: (47) 3342 9500  
Centro – 88.370-446 – Navegantes – SC



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



- XIV - captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário;
- XV - manter sistemas de monitoramento dos efluentes lançados nos corpos d'água;
- XVI - sempre que for possível e/ou necessário, informar os usuários sobre as condições imprescindíveis para melhor fruição dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, inclusive no que se refere a questões de saúde e uso de equipamentos;
- XVII - comunicar ao concedente e aos órgãos ambientais competentes a respeito de ação ou omissão que venha a ser de seu conhecimento, que provoque contaminação dos recursos hídricos ou que prejudique a prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário ou ações a ele vinculadas, para que tais autoridades diligenciem as providências competentes;
- XVIII - colaborar com as autoridades públicas, nos casos de emergência ou calamidade, que envolverem os serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário;
- IX - efetuar a medição do consumo de água e, com base no consumo apurado, emitir as faturas, discriminando o valor referente ao pagamento devido pelo consumo de água e de esgoto.
- XX - acordar com as entidades públicas competentes o uso comum do solo e do subsolo quando necessário para a prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário e para a construção e exploração das obras necessárias;
- XXI - recomendar ao concedente a necessidade de declaração de utilidade ou necessidade pública, arguição de urgência e todos os atos administrativos necessários às desapropriações e instituição de servidões;
- XXII - em caso de inadimplemento do usuário no pagamento das faturas, efetuar a interrupção da prestação do serviço de abastecimento de água e, uma vez adimplida a obrigação por parte do usuário, promover o restabelecimento da prestação dos serviços interrompidos;
- XXIII - ter facultado acesso aos medidores de consumo de água ou de esgotos, e outros equipamentos envolvidos na prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário;
- XXIV - efetuar a cobrança de multa dos usuários, em caso de inadimplemento no pagamento das tarifas e outras formas de remuneração devidas;
- XXV - ter o contrato revisto, com vistas a garantir a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro;
- XXVI - publicar, anualmente, as suas demonstrações financeiras; e
- XXVII - arcar com os custos da AGÊNCIA REGULADORA - ARIS.
- § 2º São direitos e obrigações dos usuários:

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**

Rua João Emílio nº 100 – Fone: (47) 3342 9500  
Centro – 88.370-446 – Navegantes – SC



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



- I - receber os serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário em condições adequadas, de acordo com o previsto no edital e, em contrapartida, pagar a respectiva tarifa;
- II - receber do concedente e da concessionária as informações necessárias para a defesa de interesse e direto pessoal;
- III - levar ao conhecimento da concessionária as irregularidades das quais venham a ter conhecimento, referentes à concessão;
- IV - comunicar ao concedente os atos ilícitos ou irregulares porventura praticados pela concessionária ou seus prepostos na execução do contrato;
- V - utilizar os serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário de forma racional e parcimoniosa, evitando os desperdícios e colaborando com a preservação dos recursos naturais;
- VI - quando solicitado, prestar as informações necessárias para que o serviço possa-lhe ser prestado de forma adequada e racional, responsabilizando-se pela incorreção ou omissão;
- VII - contribuir para a permanência das boas condições do sistema e dos bens públicos, por intermédio dos quais lhes é prestado os serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário;
- VIII - conectarem-se às redes integrantes do sistema, assim que for tecnicamente possível ou, quando admitido por lei ou por outro instrumento de regulação, manter sistema próprio de esgotamento sanitário que atenda integralmente a todas às normas aplicáveis;
- IX - manter-se adimplente no pagamento da tarifa cobrada pelo fornecimento de água e pela prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, nos termos do edital, do contrato e deste regulamento da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, sob pena de interrupção da prestação do serviço de abastecimento de água, após prévia comunicação ao usuário;
- X - pagar os valores cobrados pelos serviços complementares prestados pela concessionária, bem como pagar as penalidades legais em caso de inadimplemento;
- XI - permitir a instalação de hidrômetro quando previamente notificado pela concessionária a respeito;
- XII - cumprir o regulamento da prestação dos serviços e demais legislação aplicável, inclusive a relativa a despejos industriais;
- XIII - receber da concessionária as informações necessárias à utilização dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário;
- XIV - ter sob sua guarda e em bom estado os comprovantes de pagamento de débitos, os quais deverão ser apresentados para fins de conferência e comprovação de pagamento, quando solicitados, pelo prazo de até 1 (um) ano;

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



XV - franquear acesso aos hidrômetros, e/ou outros equipamentos destinados ao mesmo fim, conservando-os limpos, em locais acessíveis, seguros e asseados;

XVI - observar e cumprir as normas emitidas pelas autoridades competentes.

§ 3º A Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), entidade de regulação, terá as seguintes competências:

I - A regulação dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário compreende atividades de regulação econômica e de regulação técnica.

II - As atividades de regulação econômica visarão primordialmente à fiscalização, análise e controle das tarifas e estruturas tarifárias aplicadas aos serviços, verificando se atendem às normas legais, regulamentares e pactuadas pertinentes e, em especial, à modicidade das tarifas e ao equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão e permissão, bem como ao aumento da competição no setor.

III - As atividades de regulação técnica visarão primordialmente à fiscalização, análise e controle dos padrões de qualidade dos serviços, verificando se atendem às normas legais, regulamentares e pactuadas pertinentes, e em especial, aos requisitos de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade e cortesia na sua prestação;

IV – Zelar pela qualidade dos serviços prestados, bem como pela modicidade das tarifas cobradas pelos mesmos;

V – Fazer cumprir as normas legais, regulamentares e pactuadas pertinentes aos serviços, e em especial, os contratos de concessão e permissão, instruindo os prestadores dos serviços quanto ao cumprimento de suas obrigações e prevenindo condutas violadoras de tais normas;

VI - Proteger os usuários contra práticas abusivas e monopolistas;

VII - Estimular a expansão e a modernização dos serviços, visando sua universalização e a melhoria dos padrões de qualidade, conforme estabelecido no Plano Municipal de Saneamento básico (PMSB);

VIII - Acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços, avaliando o cumprimento das metas e padrões estabelecidos, impondo medidas corretivas e sanções quando for o caso;

IX - Fixar normas e instruções para a melhoria da prestação dos serviços, redução dos seus custos, segurança de suas instalações e atendimento aos usuários, observados os limites estabelecidos na legislação e nos instrumentos de delegação;

X - Analisar e emitir parecer sobre propostas dos prestadores de serviço quanto aos ajustes e modificações nos termos de suas obrigações e quanto à prestação dos serviços, aprovando ou rejeitando o que estiver no limite de sua competência;

XI - Acompanhar o desempenho econômico-financeiro da execução dos serviços, procedendo a análise e aprovação das revisões e dos reajustes tarifários para a manutenção do equilíbrio da prestação dos serviços;

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



- XII - Atender as reclamações dos usuários, citando e solicitando informações e providências do prestador dos serviços, bem como acompanhando e comunicando as soluções adotadas;
- XIII - Mediar os conflitos de interesse entre o concessionário e o poder concedente e entre os usuários e o prestador dos serviços, adotando, no seu âmbito de competência, as decisões que julgar adequadas para a resolução desses conflitos;
- XIV - Acompanhar e auditar a manutenção das instalações e recursos operacionais dos sistemas de saneamento, assim como a incorporação de novos bens, para garantia das condições de reversão dos ativos ao poder público no termo dos instrumentos de delegação;
- XV - Acompanhar e opinar sobre as decisões do titular do serviço, relacionadas com alterações dos termos dos instrumentos de delegação, com a sua rescisão antecipada, com as rescisões por término do prazo de delegação ou com as prorrogações dos instrumentos de delegação;
- XVI - Prestar contas anualmente das suas atividades, incluindo demonstrações quanto à eficácia e efetividade de suas ações, seus custos e produtividade, ao Tribunal de Contas do Estado e à sociedade civil, em audiência pública específica;
- XVII - Apoiar na formulação da Política Estadual e Municipal de Saneamento, bem como em outras atividades relativas aos serviços de saneamento;
- XVIII - Viabilizar e manter serviço de atendimento ao usuário dos serviços públicos para receber reclamações e sugestões;
- XIX - Informar os usuários sobre as providências adotadas com relação às reclamações recebidas;
- XX - Efetuar pesquisas de opinião para detectar os níveis de satisfação da população com relação aos serviços de saneamento de que trata esta Lei;
- XXI - As sanções cabíveis serão aplicadas ao prestador do serviço por infração ao disposto em norma legal, regulamentar ou pactuada, apurada em procedimento administrativo, no qual se assegurará a ampla defesa e o contraditório.
- XXII - A entidade reguladora no exercício de suas atribuições obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, exercendo suas atividades de modo a assegurar a prestação adequada dos serviços, nos termos das normas legais, regulamentares e pactuadas pertinentes.
- XXIII - Analisar os custos e o desempenho econômico-financeiro relacionado com a prestação dos serviços para verificação da modicidade das tarifas e estruturas tarifárias e da razoabilidade de propostas apresentadas pelos prestadores dos serviços para revisão ou reajuste das mesmas;
- XXIV - Supervisionar o mercado com vistas a impedir práticas abusivas e de impedimento ao livre acesso aos serviços de saneamento básico;
- XXV - Elaborar normas regulamentares, no âmbito de sua competência, sobre regulação técnica e econômica dos serviços, visando especialmente à melhoria da prestação dos serviços, redução

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**

Rua João Emílio nº 100 – Fone: (47) 3342 9500  
Centro – 88.370-446 – Navegantes – SC



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



dos seus custos, segurança de suas instalações e atendimento aos usuários, observados os limites estabelecidos na legislação e nos instrumentos de delegação;

XXVI - Promover consultas ao titular dos serviços, prestadores do serviço e usuários sobre assuntos relativos aos serviços;

XXVII - Promover estudos visando o acréscimo de qualidade e eficiência dos serviços, elaborando relatórios de sua evolução;

XXVIII - Avaliar as instalações dos prestadores dos serviços, bem como a infraestrutura utilizada na prestação dos serviços, identificando eventuais problemas e estabelecendo as medidas corretivas necessárias;

XXIX - Promover a coordenação com órgãos e entidades públicos e privados no trato de assuntos relativos aos serviços;

XXX - Promover a eficiência dos serviços e estimular a expansão dos respectivos sistemas, visando o atendimento das necessidades emergentes;

XXXI - Prevenir potenciais conflitos entre o titular dos serviços, prestadores dos serviços e USUÁRIOS;

XXXII - Receber e julgar as reclamações dos usuários, citando e solicitando informações e providências do prestador dos serviços, bem como acompanhando e comunicando as soluções adotadas;

XXXIII - Fiscalizar a conservação das instalações e recursos operacionais dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, assim como a incorporação de novos bens, para garantir as condições de reversão dos ativos ao poder público nos termos das normas legais, regulamentares e pactuadas pertinentes;

XXXIV - Recomendar ao poder concedente a intervenção na concessão do serviço ou a sua extinção, nos casos previstos nas normas legais, regulamentares e pactuadas;

XXXV - Orientar o titular do serviço na preparação e execução dos procedimentos para delegação da prestação dos serviços, através de concessão e permissão, visando garantir a organicidade e compatibilidade daqueles processos com as normas e práticas adequadas de regulação;

XXXVI - Estabelecer o plano de contas para a prestação dos serviços e o sistema de informações da prestação dos serviços, inclusive editando as diretrizes para as informações periódicas e aquelas especiais relativas aos processos de revisão tarifária

XXXVII - O processo decisório da entidade reguladora obedecerá aos princípios do contraditório, da ampla defesa e da economia processual, nos termos dos procedimentos estabelecidos nas normas legais e regulamentares pertinentes.

XXXVIII - Compete à Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento – ARIS proferir decisão administrativa definitiva com relação às questões referentes aos serviços sob sua competência

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



regulatória, nos termos das normas legais e regulamentares pertinentes, inclusive das Resoluções emitidas por esta entidade.

XXXIX - A Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento – ARIS deve estabelecer o plano de contas e mecanismos de informação, auditoria e certificação, que representam conjunto de normas contábeis para o acompanhamento dos investimentos e receitas auferidas pela concessionária.

Art. 5º - O prestador de serviços é responsável pela prestação de serviços adequada a todos os usuários, satisfazendo as condições de regularidade, generalidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, modicidade das tarifas, universalização, cortesia na prestação do serviço e de transparência nas informações para a defesa de interesses individuais e coletivos.

§ 1º - Para os fins previstos no *caput* deste artigo, considera-se:

I - regularidade: a prestação dos serviços em padrões satisfatórios de quantidade e qualidade e demais condições estabelecidas no termo de delegação e em outras normas técnicas pertinentes;

II - continuidade: a manutenção, em caráter permanente e ininterrupto, da prestação dos serviços e de sua oferta à população;

III - eficiência: a execução dos serviços de acordo com as normas técnicas aplicáveis e em padrões satisfatórios estabelecidos no termo de delegação e nas normas técnicas pertinentes, ao menor custo possível, repassando-se ao usuário eventuais ganhos de produtividade e economia obtidos;

IV - segurança: a execução dos serviços sem causar prejuízos materiais ou pessoais a usuários e/ou terceiros, bem como a garantia de qualidade e continuidade do serviço prestado;

V - atualidade: modernidade das técnicas, dos equipamentos e das instalações, sua conservação e manutenção, com incorporação de inovações tecnológicas que assegurem a melhoria e expansão dos serviços na medida da necessidade dos usuários e visando cumprir plenamente com os objetivos e metas estabelecidas;

VI - generalidade: universalidade da prestação dos serviços, ou seja, serviços públicos de saneamento básico prestados a todas as categorias de usuários;

VII - cortesia na prestação dos serviços: tratamento aos usuários com civilidade e urbanidade, assegurando o amplo acesso para a apresentação de reclamações e solicitação de esclarecimentos e serviços;

VIII - modicidade: a justa correlação entre os encargos da delegação, a remuneração do prestador de serviços e a contraprestação pecuniária paga pelos usuários;

IX - universalização: ampliação contínua da rede até atender toda a coletividade de munícipes, nos termos e limites da delegação ou concessão dos serviços públicos e do Plano Municipal de Saneamento Básico;

X - transparência: aplicação de mecanismos para a mais ampla divulgação e informação dos pedidos e das reclamações realizadas pelos usuários, bem como das

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CNPJ N° 83.102.855/0001-50



tarifas, das suspensões e interrupções na prestação dos serviços e dos demais assuntos de interesse dos usuários, preferencialmente através da rede mundial de computadores (*internet*).

§ 2º - Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a suspensão do abastecimento efetuada por motivo de manutenção no sistema e nas situações elencadas no Título IX deste Regulamento.

Art. 6º - Na prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário o prestador de serviços assegurará aos usuários, entre outros, o direito de receber o ressarcimento dos danos que porventura lhe sejam causados em função do serviço concedido, exceto quando oriundos de culpa exclusiva do usuário, fato de terceiro, caso fortuito ou de força maior.

§ 1º - O ressarcimento, quando couber, deverá ser pago no prazo de até 60 (sessenta) dias, a contar da data da comprovação do dano, gerado por conduta da prestadora de serviço não albergada pelas causas excludentes constantes do caput do presente artigo.

§ 2º - O direito de reclamar pelos danos causados prescreve em 5 (cinco) anos, contados da ocorrência do fato gerador.

§ 3º - Os custos da comprovação dos danos serão de responsabilidade da prestadora de serviço, desde que oriundos de sua conduta.

## **SEÇÃO B - DAS OBRAS E DANOS NOS SISTEMAS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO**

Art. 7º - O prestador de serviços deverá, nas fases de elaboração dos projetos e execução das obras, obter todas as licenças que se fizerem necessárias, arcando inclusive com o pagamento dos custos correspondentes, bem como utilizar materiais cuja qualidade seja compatível com as normas editadas pelos órgãos técnicos especializados e, ainda, cumprir todas as especificações e normas técnicas que assegurem integral solidez e segurança a obra, tanto na sua fase de construção quanto na de operação.

Art. 8º - O PODER CONCEDENTE, após a aprovação das licenças, para a execução das obras e serviços, até a efetiva contratação dos mesmos, deverá concretizar as desapropriações e instituições de servidão, após a declaração de utilidade pública pelo mesmo, seja mediante processo administrativo ou por intermédio de ação judicial, arcando com o pagamento das indenizações correspondentes.

Parágrafo único. A presente norma não se aplica aos contratos de concessão ou de programa celebrados com o prestador dos serviços anteriormente a vigência deste Regulamento.

Art. 9º - O prestador de serviços deverá minimizar transtornos aos usuários e à população na fase de implantação de projetos, devendo, imediatamente após o término das obras, criar condições para a pronta abertura parcial ou total do trânsito de veículos e pedestres nas áreas atingidas, de

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



forma que os locais abertos ao trânsito estejam em adequadas condições de uso, respeitadas as posturas e normas de cada município.

Art. 10 - O prestador de serviços solicitará ao titular dos serviços autorização para implantação de redes públicas de abastecimento de água e esgotamento sanitário em logradouros, cujos greides não estejam definidos.

Parágrafo único - Na omissão ou recusa do titular dos serviços em fornecer o greide, conforme determinado no *caput* deste artigo, o prestador de serviços não assumirá o ônus de possíveis remoções e/ou remanejamentos quando, na definição do greide, as tubulações e instalações tornarem-se tecnicamente inadequadas.

Art. 11 - Não serão de responsabilidade do prestador de serviços as despesas referentes à remoção, recolocação ou modificação de tubulações e de instalações dos sistemas de água e de esgotamento sanitário, em decorrência das obras que forem executadas por empresas ou órgãos da Administração Pública direta e indireta, federais, estaduais e municipais.

§ 1º - No caso de obras executadas por particulares, as despesas de que trata este artigo serão custeadas pelos interessados e estarão sujeitas à anuência do prestador de serviços.

§ 2º - Os danos causados às tubulações e instalações de abastecimento de água e de esgotamento sanitário serão reparados pelo prestador de serviços, assegurado o direito de regresso contra o causador do dano, desde que provada a culpa ou dolo em processo administrativo.

## **SEÇÃO C - DAS AMPLIAÇÕES NOS SISTEMAS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO**

Art. 12 - As obras de ampliação dos sistemas públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário deverão atender as normas vigentes e estar em consonância com o Plano Municipal de Saneamento Básico.

Parágrafo único. A parte das despesas com as obras de ampliação dos sistemas públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, sem a devida comprovação de viabilidade econômica ou não concatenadas com os planos municipais ou regionais de saneamento, correrá por conta exclusiva do prestador dos serviços, salvo se previamente autorizado pela ARIS e pelo Município.

## **CAPÍTULO II - DOS PROJETOS E NOS SISTEMAS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO DOS CONDOMÍNIOS, CONJUNTOS HABITACIONAIS, LOTEAMENTOS, VILAS E OUTROS**

Art. 13 - Em loteamentos, condomínios, ruas particulares e outros empreendimentos similares, o prestador de serviços somente poderá assegurar o abastecimento de água e o esgotamento sanitário se, antecipadamente, por solicitação do interessado, analisar sua viabilidade.

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



Parágrafo único - Constatada a viabilidade, o prestador de serviços deverá fornecer as diretrizes para o sistema de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário do empreendimento.

Art. 14 - O prestador de serviços fornecerá a licença para a execução das obras e dos serviços, mediante solicitação do interessado e após aprovação do projeto pelo prestador de serviços, que será elaborado de acordo com as normas em vigor.

Art. 15 - As obras de que trata este capítulo serão custeadas pelo interessado e deverão ser por ele executadas, sob a fiscalização do prestador de serviços e demais órgãos competentes.

Parágrafo único - Quando as instalações se destinarem a servir outras áreas, além das pertencentes ao interessado, o custo dos serviços poderá ser rateado entre os empreendedores beneficiados.

Art. 16 - As ligações das tubulações de que trata este capítulo às redes públicas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário somente serão executadas pelo prestador de serviços, depois de totalmente concluídas e aceitas as obras relativas ao projeto aprovado, e, quando for o caso, efetivadas as cessões a título gratuito e pagas as despesas pelo interessado.

Parágrafo único - As obras de que trata este artigo terão seu recebimento definitivo após realização dos testes, avaliação do sistema em funcionamento, elaboração e aprovação do cadastro técnico e observadas as posturas municipais vigentes.

Art. 17- Os prédios de ruas particulares poderão ter serviços individuais de ramais prediais derivados dos ramais distribuidor e coletor, ligados ao sistema público do prestador de serviços.

Art. 18 - Para sistemas de condomínios horizontais e/ou verticais o prestador de serviços disponibilizará uma única ligação de água na testada do imóvel, ficando a critério do incorporador, construtor ou do condomínio a individualização do sistema hidráulico das unidades internas da edificação.

Parágrafo único - Os serviços de implantação, operação, manutenção e controle das unidades internas de medição do imóvel são de responsabilidade do condomínio.

Art. 19 - As edificações ou grupamento de edificações situadas internamente em cota:

I - superior ao nível piezométrico da rede pública de abastecimento de água deverão ser abastecidos por meio de reservatórios e estação elevatória individual ou coletiva;

II - inferior ao nível da rede pública de esgotamento sanitário deverão ser esgotados por meio de estação elevatória individual ou coletiva.

Parágrafo único - As estações elevatórias de que trata este artigo deverão ser construídas, operadas e mantidas pelos interessados.

Art. 20 - Sempre que for ampliado o condomínio, loteamento, conjunto habitacional ou agrupamento de edificações, as despesas decorrentes de melhoria ou expansão dos sistemas públicos de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário correrão por conta dos proprietários ou incorporador.

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



### **TÍTULO III - DOS PRODUTOS, SERVIÇOS, PREÇOS E PRAZOS**

#### **CAPÍTULO I - DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA**

Art. 21 - Os serviços de abastecimento de água para o imóvel são de responsabilidade do prestador de serviços até o cavalete, inclusive.

Art. 22 - O prestador de serviços fornecerá água potável na qualidade preconizada pelo padrão de potabilidade definido na legislação vigente e nas normas expedidas pelos órgãos públicos competentes.

Art. 23 - O fornecimento de água deverá ser realizado mantendo uma pressão dinâmica disponível mínima de 10 mca (dez metros de coluna de água) referida ao nível do eixo da via pública, em qualquer ponto da rede pública de abastecimento de água, sob condição de consumo não nulo.

§ 1º - A pressão estática máxima não poderá ultrapassar a 50 mca (cinquenta metros de coluna de água) referida ao nível do eixo da via pública, em qualquer ponto da rede pública de abastecimento de água, sob condição de consumo nulo.

§ 2º - O prestador de serviços será dispensado do cumprimento do requisito a que se refere o *caput* deste artigo, caso comprove que:

I - a baixa pressão ocorreu devido a obras de reparação, manutenção ou construções novas, desde que o prestador de serviços tenha dado o aviso prévio de 48 (quarenta e oito) horas aos usuários afetados;

II - a baixa pressão tenha sido ocasionada por fatos praticados ou atribuídos a terceiros ou por culpa exclusiva do usuário, não vinculados ao prestador de serviços.

#### **CAPÍTULO II - DOS SERVIÇOS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO**

Art. 24 - Os serviços de esgotamento sanitário do imóvel são de responsabilidade do prestador de serviços a partir da caixa de inspeção externa ou til de ligação, situada no passeio público ou testada do imóvel, até a rede pública coletora de esgotos sanitários, inclusive.

Parágrafo único. O prestador dos serviços observará os padrões de qualidade e eficiência estabelecidos em lei e nas normas expedidas pelos órgãos públicos competentes no que concerne ao esgotamento, tratamento e disposição final dos esgotos sanitários.

#### **CAPÍTULO III - DOS SERVIÇOS COMERCIAIS E OPERACIONAIS SEÇÃO A - DO ATENDIMENTO AO USUÁRIO**

Art. 25 - O prestador de serviços deverá atender às solicitações e reclamações das atividades de rotinas recebidas, de acordo com os prazos e condições estabelecidas na tabela de prestação de serviços, homologada pela ARIS.

Art. 26 - O prestador de serviços deverá dispor de estrutura de atendimento própria ou contratada com terceiros, adequada às necessidades de seu mercado, acessível a todos os seus usuários e

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



que possibilite, de forma integrada e organizada, o recebimento de suas contas e de suas solicitações e reclamações.

§ 1º - Por estrutura adequada entende-se aquela que, inclusive, possibilite ao usuário ser atendido em todas suas solicitações e reclamações, e ter acesso a todos os serviços disponíveis.

§ 2º - Nos locais em que as instituições prestadoras do serviço de arrecadação das faturas de água e esgoto não propiciarem atendimento adequado, o prestador de serviços deverá implantar estrutura própria para garantir a qualidade do atendimento.

§ 3º - O prestador de serviços deverá dispensar atendimento prioritário, por meio de serviços individualizados que assegurem tratamento diferenciado e atendimento imediato, a pessoas com deficiência, idosos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, gestantes, lactantes e as pessoas acompanhadas por crianças de colo, nos termos da Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, e suas atualizações.

Art. 27 - O prestador de serviços deverá dispor de sistema para atendimento aos usuários por telefone durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive sábados, domingos e feriados, devendo a reclamação apresentada ser convenientemente registrada e numerada em formulário próprio. § 1º - Os usuários terão à sua disposição, nos escritórios e locais de atendimento, em local de fácil visualização e acesso, exemplares deste Regulamento, do regulamento dos serviços públicos de água e esgotos sanitários do prestador de serviços e da tabela com os prazos e valores dos serviços cobráveis, para conhecimento ou consulta.

§ 2º - O prestador de serviços deverá manter em todos os postos de atendimento, em local de fácil visualização e acesso, livro próprio para possibilitar a manifestação por escrito dos usuários, devendo, para o caso de solicitações ou reclamações, observar o prazo de 15 (quinze) dias para resposta.

§ 3º - A ARIS poderá, justificadamente, atenuar os requisitos exigidos no presente artigo, a fim de compatibilizar com a estrutura do prestador de serviços e com as especificidades do Poder concedente.

Art. 28 - O prestador de serviços deverá comunicar ao usuário, por escrito ou por meio eletrônico, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre as providências adotadas quanto às solicitações e reclamações recebidas do mesmo.

Parágrafo único. O prestador de serviços deverá sempre informar o respectivo número do protocolo de atendimento quando da formulação da solicitação ou reclamação pelo usuário.

Art. 29 - O prestador de serviços deverá prestar todas as informações solicitadas pelo usuário referentes à prestação do serviço, inclusive quanto às tarifas em vigor, o número e a data da Resolução que as houver homologado, bem como sobre os critérios de faturamento.

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**

Rua João Emílio nº 100 – Fone: (47) 3342 9500  
Centro – 88.370-446 – Navegantes – SC



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



Art. 30 - O prestador de serviços deve possuir, em seus escritórios locais, empregados e equipamentos, em quantidade suficiente, necessários à adequada prestação dos serviços aos usuários.

Art. 31 - O prestador de serviços deverá prestar o atendimento ao público por meio de pessoal devidamente identificado, capacitado e atualizado.

Art. 32 - Os tempos de atendimento às reclamações apresentadas pelos usuários serão medidos, levando em conta o tempo transcorrido entre a notificação ao prestador de serviços e a regularização do serviço.

Parágrafo único - O prestador de serviços deverá manter os registros das solicitações dos usuários e dos documentos referentes ao tratamento das respectivas solicitações, que deverão ser disponibilizados à ARIS sempre que requisitado pela agência.

Art. 33 - O prestador de serviços deverá desenvolver, em caráter permanente, campanhas com vistas a informar ao usuário sobre os cuidados especiais para evitar o desperdício de água, a utilização da água tratada e o uso adequado das instalações sanitárias, divulgar seus direitos e deveres, bem como outras orientações que entender necessárias.

Parágrafo único - Todo o material deve ser encaminhado previamente à ARIS, para ciência e conhecimento do programa.

#### **SEÇÃO B - DOS SERVIÇOS DE RESTAURAÇÃO DE MUROS E PASSEIOS**

Art. 34 - Nos serviços executados nos sistemas públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, e nos ramais prediais de água ou esgoto, que impliquem na demolição total ou parcial de muros e/ou passeios, caberá ao prestador de serviços a responsabilidade pela imediata execução e recomposição, limitada exclusivamente aos locais onde houve intervenção de serviços, sendo mantida a compatibilidade com o muro e/ou passeio anterior.

#### **SEÇÃO C - DOS SERVIÇOS DE RECOMPOSIÇÃO DE PAVIMENTOS**

Art. 35 - Nos serviços de ampliação e manutenção dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário que impliquem na recomposição de pavimentos, caberá ao prestador de serviços a responsabilidade pela sua imediata execução e recomposição, devendo ser mantido o mesmo tipo de pavimento, à exceção daquelas localidades em que o instrumento de delegação contemplar esses reparos como obrigações do titular dos serviços.

Parágrafo único. Deverá o prestador dos serviços providenciar a adequada sinalização dos locais de serviço, comunicando, inclusive, os órgãos de trânsito competentes, a fim de resguardar a segurança do tráfego de veículos e pedestres.

#### **CAPÍTULO IV - DOS PREÇOS E PRAZOS DE SERVIÇOS**

Art. 36 - Os pedidos de vistoria e de ligação, quando se tratar de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário em rede pública, serão atendidos dentro dos seguintes prazos, ressalvado o disposto no artigo 37:

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



I - em área urbana:

- a) 5 (cinco) dias úteis para a vistoria, orientação das instalações de montagem do padrão e, se for o caso, aprovação das instalações;
- b) 10 (dez) dias úteis para a ligação, contados a partir da data de aprovação das instalações e do cumprimento das demais condições regulamentares;

II - em área rural:

- a) 05 (cinco) dias úteis para a vistoria, orientação das instalações de montagem do padrão e, se for o caso, aprovação das instalações;
- b) 10 (dez) dias úteis para a ligação, contados a partir da data de aprovação das instalações e do cumprimento das demais condições regulamentares.

§ 1º - A vistoria para atendimento da ligação deverá, no mínimo, verificar os dados cadastrais da unidade usuária e as instalações de responsabilidade do usuário em conformidade com o artigo 45, § 1º, inciso I, alíneas e, f e h.

§ 2º - Ocorrendo reprovação das instalações na vistoria, o prestador de serviços deverá informar ao interessado, por escrito, no prazo de 3 (três) dias úteis, o respectivo motivo e as providências corretivas necessárias.

§ 3º - Na hipótese do § 2º, após a adoção das providências corretivas, o interessado deve solicitar nova vistoria ao prestador de serviços, que deverá observar os prazos previstos no inciso I e II deste artigo.

§ 4º - Na hipótese de nova vistoria, nos termos do parágrafo anterior, caso as instalações sejam reprovadas por irregularidade que não tenha sido apontada anteriormente pelo prestador, caberão a ele as providências e as despesas decorrentes das medidas corretivas.

§ 5º - Caso os prazos previstos neste artigo não possam ser cumpridos por motivos alheios ao prestador, este deverá apresentar ao usuário, em até 3 (três) dias úteis da data do pedido de ligação, justificativa da demora e estimativa de prazo para o atendimento de seu pedido.

§ 6º - Considera-se motivo alheio ao prestador, dentre outros, a demora da expedição de autorizações e licenças imprescindíveis à realização das intervenções necessárias à ligação por parte dos entes públicos responsáveis pela gestão do uso do solo, vias públicas e organização do trânsito, desde que cumpridas todas as exigências legais pelo prestador.

Art. 37 - O prestador de serviços terá o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data do pedido de ligação, para elaborar os estudos, orçamentos, projetos e informar ao interessado, por escrito, o prazo para conclusão das obras nos sistemas públicos de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário destinadas ao seu atendimento, bem como a eventual necessidade de sua participação financeira, nos termos do artigo 48, quando:

I - inexistir rede pública de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário em frente ou na testada da unidade usuária a ser ligada;

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



II - a rede pública de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário necessitar alterações ou ampliações.

Art. 38 - Satisfeitas pelo interessado as condições estabelecidas na legislação vigente, o prestador de serviços terá o prazo máximo de 45 (quarenta e cinco dias) dias para iniciar as obras, desde que exista viabilidade técnica e financeira, e capacidade orçamentária para a realização do empreendimento.

Art. 39 - O prazo para atendimento em áreas que necessitem de execução de novas adutoras, subadutoras, coletores e interceptores, será estabelecido de comum acordo entre as partes.

Art. 40 - O prestador de serviços deverá estabelecer prazos para a execução de outros serviços solicitados ou disponibilizados, não definidos neste Regulamento.

§ 1º - Os prazos para a execução dos serviços referidos no *caput* deste artigo deverão constar da "Tabela de Preços e Prazos de Serviços", homologada pela ARIS e disponibilizada aos interessados de forma visível e acessível pelo prestador de serviços.

§ 2º - Os serviços, cuja natureza não permitam definir prazos na "Tabela de Preços e Prazos de Serviços", deverão ser acordados com o interessado quando da solicitação, observando-se as variáveis técnicas e econômicas para sua execução.

Art. 41 - Os prazos, para início e conclusão das obras e serviços a cargo do prestador de serviços, serão suspensos quando:

I - o usuário não apresentar as informações que lhe couber;

II - não for obtida licença, autorização ou aprovação do órgão competente;

III - não for outorgada servidão de passagem ou disponibilizada via de acesso necessária à execução dos trabalhos; e

IV - por razões de ordem técnica, acidentes, fenômenos naturais, caso fortuito ou força maior.

V - Houver irregularidades constatadas nas instalações de responsabilidade dos usuários § 1º - Havendo suspensão da contagem do prazo, o usuário deverá ser informado.

§ 2º - Os prazos continuarão a fluir logo após removido o impedimento.

#### **TÍTULO IV - DA LIGAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA E ESGOTO**

##### **CAPÍTULO I - DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA LIGAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA E ESGOTO**

Art. 42 - É de responsabilidade do usuário a adequação técnica, a manutenção e segurança das instalações internas da unidade usuária, situadas além do ponto de entrega e/ou de coleta.

Parágrafo único - O prestador de serviços não será responsável, ainda que tenha procedido à vistoria, por danos causados a pessoas ou bens decorrentes de defeitos nas instalações internas do usuário, ou de sua má utilização.

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



Art. 43 - O usuário será responsável, na qualidade de depositário a título gratuito, pela custódia do padrão de ligação de água e equipamentos de medição e outros dispositivos do prestador de serviços, de acordo com suas normas procedimentais.

Art. 44 - O usuário será responsável pelo pagamento das diferenças resultantes da aplicação de tarifas no período em que a unidade usuária esteve incorretamente classificada, não tendo direito à devolução de quaisquer diferenças eventualmente pagas a maior quando constatada, pelo prestador de serviços, a ocorrência dos seguintes fatos:

I - declaração falsa de informação referente à natureza da atividade desenvolvida na unidade usuária ou a finalidade real da utilização da água tratada; ou

II - omissão das alterações supervenientes na unidade usuária que importarem em reclassificação.

Art. 45 - Salvo as situações excepcionadas neste Regulamento, toda construção permanente urbana com condições de habitabilidade situada em via pública, beneficiada com redes públicas de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário deverá, obrigatoriamente, conectar-se à rede pública, de acordo com o disposto no art. 45 da Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, respeitadas as exigências técnicas do prestador de serviços.

§ 1º - Na hipótese do *caput* deste artigo, é dever do usuário, no prazo máximo de 30 (trinta) dias do aviso realizado pelo prestador de serviços ou qualquer órgão público competente, solicitar o fornecimento dos serviços ao prestador de serviços e providenciar, no prazo de 60 (sessenta) dias contados das adequações solicitadas pelo prestador de serviços, as medidas necessárias em suas instalações prediais para o abastecimento de água e a coleta de esgotos dentro das especificações técnicas do prestador de serviços.

§ 2º - Uma vez tomadas pelo usuário as medidas a que se referem o parágrafo anterior, é dever do prestador fornecer os serviços, salvo nas situações expressamente excepcionadas neste Regulamento.

§ 3º Deverá o prestador de serviços, caso não obedecidos os prazos do § 1º deste artigo, comunicar a omissão da pessoa física ou jurídica aos órgãos públicos responsáveis pela adoção das medidas coercitivas necessárias para a conexão à rede pública de água e esgoto, bem como pela responsabilização administrativa, civil e criminal.

§ 4º Deverá ainda o prestador de serviços, caso não obedecidos os prazos do § 1º deste artigo, iniciar a cobrança por disponibilidade dos serviços de coleta e tratamento de esgoto no prazo de 90 dias após o aviso ao usuário.

Art. 46 - O pedido de ligação de água e/ou de esgoto caracteriza-se por um ato do interessado, no qual ele solicita os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, assumindo a responsabilidade pelo pagamento das tarifas fixadas pela conexão e/ou pelo uso dos serviços, através de contrato firmado ou de contrato de adesão, conforme o caso.

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CNPJ N° 83.102.855/0001-50



§ 1º - Efetivado o pedido de ligação de água e/ou de esgoto ao prestador de serviços, este cientificará ao usuário quanto à:

I - obrigatoriedade de:

- a) apresentar a carteira de identidade, ou na ausência desta, outro documento de identificação equivalente com foto (Carteira Nacional de Habilitação, Carteira de Conselhos Profissionais) e o Cartão de Cadastro de Pessoa Física (CPF), quando pessoa física, ou o documento relativo ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), quando pessoa jurídica;
- b) apresentar, quando a unidade usuária não for classificada como baixa renda, um dos seguintes documentos comprobatórios da propriedade ou da posse do imóvel: escritura pública, matrícula do registro do imóvel, carnê do IPTU, contrato particular de compra e venda ou de locação;
- c) efetuar o pagamento mensal pelos serviços de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário, de acordo com as tarifas, sob pena de interrupção da prestação dos serviços nos termos deste Regulamento;
- d) observar, nas instalações hidráulicas e sanitárias da unidade usuária, as normas expedidas pelos órgãos oficiais pertinentes e as normas e padrões do prestador de serviços, postas à disposição do interessado, sob pena de interrupção da prestação dos serviços nos termos deste Regulamento;
- e) instalar em locais apropriados de livre acesso, caixas ou cubículos destinados à instalação de hidrômetros e outros aparelhos exigidos, conforme normas procedimentais do prestador de serviços;
- f) declarar o número de pontos de utilização da água na unidade usuária;
- g) celebrar os respectivos contratos de adesão ou de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário; e
- h) fornecer informações referentes à natureza da atividade desenvolvida na unidade usuária, a finalidade da utilização da água e comunicar eventuais alterações supervenientes.

II - eventual necessidade de:

- a) executar serviços nas redes públicas e/ou instalação de equipamentos do prestador de serviços ou do usuário, conforme a vazão disponível e a demanda a ser atendida;
- b) obter autorização dos órgãos competentes para a construção de adutoras e/ou interceptores quando forem destinados a uso exclusivo do interessado;
- c) apresentar licença emitida por órgão responsável pela preservação do meio ambiente, quando a unidade usuária localizar-se em área com restrições de ocupação;
- d) participar financeiramente das despesas relativas às instalações necessárias ao abastecimento de água e/ou coleta de esgoto, na forma das normas legais, regulamentares ou pactuadas;

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



e) tomar as providências necessárias à obtenção de eventuais benefícios estipulados pela legislação; e

f) aprovar, junto ao prestador de serviços, projeto de extensão de rede pública antes do início das obras, quando houver interesse do usuário na sua execução mediante a contratação de terceiro legalmente habilitado.

§ 2º - O prestador de serviços deverá encaminhar ao usuário cópia do contrato de adesão até a data de apresentação da primeira fatura.

§ 3º - As ligações podem ser temporárias ou definitivas.

Art. 47 - O prestador de serviços poderá condicionar a ligação, religação, alterações contratuais, aumento de vazão ou contratação de fornecimentos especiais à quitação de débitos anteriores do mesmo usuário decorrentes da prestação do serviço para o mesmo ou para outro imóvel na área delegada ao prestador.

§ 1º - O prestador de serviços não poderá condicionar a ligação de unidade usuária ao pagamento de débito:

I - que não seja decorrente de fato originado pela prestação do serviço público de abastecimento de água e de esgotamento sanitário;

II - não autorizado pelo usuário, salvo nos casos decorrentes do artigo 45, § 3º deste Regulamento;

III - pendente em nome de terceiros; ou

IV - cuja origem seja superior a 120 (cento e vinte) dias do pedido feito pelo usuário.

§ 2º - As vedações dos incisos II e III do parágrafo anterior não se aplicam nos casos de sucessão comercial e/ou hereditária

Art. 48 - Para que as ligações possam ser realizadas deverá o interessado, se aprovado o orçamento apresentado pelo prestador de serviços, efetuar previamente o pagamento das despesas decorrentes, no caso de:

I - serem superadas as distâncias previstas no *caput* do artigo 67; e

II - haver necessidade de readequação da rede pública.

§ 1º O pagamento previsto no caso do inciso II somente será aplicado se o investimento não estiver previsto no Plano de Saneamento Básico referente à delegação dos serviços.

§ 2º Quando os projetos ou serviços na rede pública forem executados pelo interessado, mediante a contratação de terceiro legalmente habilitado, o prestador de serviços exigirá o cumprimento de suas normas e padrões, postas à disposição do interessado, bem como das normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes.

Art. 49 - Cada unidade usuária dotada de ligação de água e/ou de esgoto será cadastrada pelo prestador de serviços, cabendo-lhe um só número de conta/inscrição.

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



Art. 50 - Efetivada a ligação de água e/ou de esgoto, o usuário será orientado sobre o disposto neste Regulamento, cuja aceitação ficará caracterizada por ocasião do recebimento do contrato de adesão.

Art. 51 - O usuário assegurará ao representante ou preposto do prestador de serviços o livre acesso ao padrão de ligação de água e a caixa de ligação de esgoto.

Art. 52 - As ligações de água ou de esgoto para unidades situadas em áreas com restrições para ocupação, somente serão liberadas mediante autorização expressa da autoridade municipal competente e/ou entidade do meio ambiente, ou por determinação judicial.

Art. 53 - As ligações de água e/ou de esgoto de chafariz, banheiros públicos, praças e jardins públicos serão efetuadas pelo prestador de serviços, mediante solicitação da entidade interessada e responsável pelo pagamento dos serviços prestados, após expressa autorização do órgão municipal competente.

Art. 54 - Lanchonetes, barracas, quiosques, trailers e outros, fixos ou ambulantes, somente terão acesso aos ramais prediais de água e esgoto, mediante a apresentação da licença de localização expedida pelo órgão municipal competente.

Art. 55 - O ponto de entrega de água deve situar-se na linha limite (testada) do terreno com o logradouro público, em local de fácil acesso que permita a colocação e leitura do hidrômetro.

§ 1º - Havendo uma ou mais propriedades entre a via pública e o imóvel em que se localiza a unidade usuária, o ponto de entrega situar-se-á no limite da via pública com a primeira propriedade intermediária.

~~§ 2º - Havendo conveniência técnica e observados os padrões do prestador de serviços, o ponto de entrega poderá situar-se dentro do imóvel em que se localizar a unidade usuária.~~

Art. 56 - Até o ponto de fornecimento de água e/ou de coleta de esgoto o prestador de serviços deverá adotar todas as providências com vistas a viabilizar a prestação dos serviços contratados, observadas as condições estabelecidas na legislação e regulamentos aplicáveis.

§ 1º - Incluem-se nestas providências a elaboração de projetos e execução de obras, bem como a sua participação financeira.

§ 2º - As obras de que trata o parágrafo anterior deste artigo, se pactuadas entre as partes, poderão ser executadas pelo interessado, mediante a contratação de firma habilitada, desde que não interfiram nas instalações do prestador de serviços.

§ 3º - No caso de a obra ser executada pelo interessado, o prestador de serviços fornecerá a licença para a sua execução, após aprovação do projeto que será elaborado de acordo com as suas normas e padrões.

§ 4º - O prestador deverá, ao analisar o projeto ou a obra, indicar tempestivamente:

I - todas alterações necessárias ao projeto apresentado, justificando-as; e

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



II - todas as adequações necessárias à obra, de acordo com o projeto por ele aprovado.

§ 5º - Caso haja outras alterações ou adequações que não tenham sido tempestivamente indicadas pelo prestador, este será responsável por sua execução.

§ 6º - As instalações resultantes das obras de que trata o § 1º deste artigo comporão o acervo da rede pública, sujeitando-se ao registro patrimonial, e poderão destinar-se também ao atendimento de outros usuários que possam ser beneficiados.

Art. 57 - A ligação de esgoto industrial exigirá do usuário a apresentação das licenças ambientais e outras autorizações emitidas pelos órgãos públicos e/ou entidades reguladoras.

## **CAPÍTULO II - DA LIGAÇÃO DE ÁGUA E ESGOTO SEÇÃO A - DAS LIGAÇÕES TEMPORÁRIAS**

Art. 58 - Consideram-se ligações temporárias as que se destinarem a canteiro de obras, obras em logradouros públicos, feiras, circos, exposições, parque de diversões, eventos e outros estabelecimentos de caráter temporário.

Art. 59 - No pedido de ligação temporária o interessado declarará o prazo desejado da ligação, bem como o consumo provável de água, que será posteriormente cobrado pelo consumo medido por hidrômetro.

§ 1º - As ligações temporárias terão duração máxima de 6 (seis) meses, e poderão ser prorrogadas a critério do prestador de serviços, mediante solicitação formal do usuário.

§ 2º - As despesas com instalação e retirada de rede e ramais de caráter temporário, bem como as relativas aos serviços de ligação e desligamento, correrão por conta do usuário.

§ 3º - O prestador de serviços poderá exigir, a título de garantia, o pagamento antecipado do abastecimento de água e/ou do esgotamento sanitário, declarados no ato da contratação, em até 3 (três) ciclos completos de faturamento.

§ 4º - Havendo a antecipação de pagamento, a forma de ressarcimento será acordada entre o prestador de serviços e o interessado.

§ 5º - Serão consideradas como despesas referidas no § 2º, os custos dos materiais aplicados e não reaproveitáveis e demais custos, tais como os de mão-de-obra para instalação, retirada da ligação e transporte.

Art. 60 - O interessado deverá juntar, ao pedido de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário, a planta ou croquis cotado das instalações temporárias.

Parágrafo único - Para ser efetuada sua ligação, deverá ainda o interessado:

I - preparar as instalações temporárias de acordo com a planta ou croquis mencionado no *caput* deste artigo;

II - efetuar o pagamento das despesas relativas aos respectivos orçamentos, conforme os §§ 2º e 3º do artigo anterior; e

III - apresentar a devida licença emitida pelo órgão municipal competente.

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



Art. 61 - As ligações temporárias de água serão hidrometradas, devendo o consumo ser cobrado pelo volume comprovado pelas medições realizadas.

Art. 62 - Em ligações temporárias para construção, quando for o caso, o ramal predial deverá ser dimensionado, de modo a ser aproveitado para a ligação definitiva, desde que esteja em bom estado de conservação.

§ 1º - Antes de efetuada a ligação definitiva, deverá ser procedida, a cargo do usuário, a desinfecção da instalação predial de água e a limpeza do reservatório, que deverá ser repetida a cada 6 (seis) meses, no mínimo.

§ 2º - Para fins de ligação definitiva, o proprietário deverá informar ao prestador de serviços a conclusão da construção e a categoria de usuário para efeito de enquadramento na estrutura tarifária correspondente.

### **SEÇÃO B - DAS LIGAÇÕES DEFINITIVAS**

Art. 63 - As ligações definitivas serão realizadas mediante a apresentação, quando necessário, da comprovação de que foram atendidas as exigências da legislação pertinente ao condomínio em edificações.

Parágrafo único - Nas ligações de água e/ou de esgoto efetuadas em estabelecimentos industriais e de serviços, que tenham água como insumo, deverá o usuário declarar a previsão mensal do consumo de água no início de seu fornecimento.

Art. 64 - Nos casos de reforma ou ampliação de prédio já ligado às redes públicas de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário, o prestador de serviços poderá, a seu critério, manter o mesmo ramal predial existente, desde que atenda adequadamente ao imóvel resultante da reforma ou ampliação, procedendo-se a devida alteração contratual.

Parágrafo único - O proprietário ou construtor deverá solicitar, antes de iniciada a obra, a regularização da ligação.

Art. 65 - Para que as ligações definitivas possam ser realizadas, o interessado deverá preparar as instalações de acordo com os padrões de serviços e efetuar o pagamento das despesas decorrentes de ligação e, nos casos especiais, apresentar autorização do órgão competente.

Art. 66 - Para atendimento a grandes consumidores, conforme critérios definidos pelo prestador de serviços e homologados pela ARIS, os projetos das instalações deverão:

- I - ser apresentados para aprovação antes do início das obras;
- II - conter projeto arquitetônico, memorial hidro sanitário, ambos aprovado pelo órgão de fiscalização municipal competente; bem como a viabilidade de abastecimento, aprovada pelo prestador de serviços;
- III - conter as assinaturas do proprietário, do autor do projeto e responsável pela execução da obra; e
- IV - informar a previsão de consumo mensal de água e vazão de esgoto.

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



Art. 67 - O prestador de serviços tomará a seu total e exclusivo encargo a execução dos ramais das ligações definitivas de água e/ou de esgoto até uma distância total de 20 (vinte) metros em área urbana ou de 40 (quarenta) metros em área rural, medidos desde o ponto de tomada na rede pública disponível no logradouro em que se localiza a propriedade a ser atendida, até a linha limite (testada) do terreno, de acordo com o disposto nas normas técnicas.

§ 1º - Ficará a cargo do usuário a aquisição e montagem do padrão de ligação de água, exceto o hidrômetro, conforme normas procedimentais do prestador de serviços.

§ 2º - Caso a distância seja maior, o prestador de serviços poderá cobrar do usuário parte dos custos decorrentes da extensão adicional de ramal e/ou de obra na rede pública, adotando critérios de cálculo estabelecidos pelo prestador de serviços e previamente homologados pela ARIS.

§ 3º - Em propriedades localizadas em terreno de esquina, existindo ou não sistema público disponível no logradouro frontal, as condições definidas no *caput* deste artigo deverão ser consideradas, caso exista rede pública disponível no logradouro adjacente.

§ 4º - Em casos especiais, mediante celebração de contrato com o usuário, o prestador de serviços poderá adotar outros critérios, observados os estudos de viabilidade técnica e econômica.

## **TÍTULO V - DA INSTALAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA E ESGOTO** **CAPÍTULO I - DA INSTALAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA**

Art. 68 - As instalações das unidades usuárias de água serão definidas e projetadas conforme normas do prestador de serviços, do INMETRO e da ABNT, sem prejuízo do que dispõem as posturas municipais vigentes.

Art. 69 - Todas as instalações de água a jusante do ponto de entrega serão efetuadas às expensas do usuário, bem como sua conservação, podendo o prestador de serviços fiscalizá-las quando achar conveniente.

Art. 70 - É vedado:

- I - a interconexão do alimentador predial de água com tubulações alimentadas por água não procedente da rede pública;
- II - a derivação de tubulações da instalação predial de água para suprir outro imóvel ou economia do mesmo imóvel que não faça parte de sua ligação;
- III - o uso de dispositivos intercalados no alimentador predial que prejudiquem o abastecimento público de água;

Art. 71 - Observada a pressão mínima pelo prestador, quando não for possível o abastecimento direto de prédios ligados à rede pública, o usuário se responsabilizará pela construção, operação e manutenção dos equipamentos necessários à viabilização do seu consumo de água, obedecidas as especificações técnicas do prestador de serviços.

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



Art. 72 - É vedado o emprego de bombas de sucção ligadas diretamente no alimentador predial de água, sob pena de sanções previstas neste Regulamento, sem prejuízo da responsabilização civil e criminal, conforme o caso.

## **CAPÍTULO II - DA INSTALAÇÃO PREDIAL DE ESGOTO**

Art. 73 - As instalações das unidades usuárias de esgoto serão definidas e projetadas conforme normas do prestador de serviços, do INMETRO e da ABNT, sem prejuízo do que dispõem as posturas municipais vigentes.

Parágrafo único - Os despejos a serem lançados na rede pública de esgotamento sanitário deverão atender aos requisitos das normas legais, regulamentares ou pactuadas pertinentes.

Art. 74 - Todas as instalações de esgoto a montante do ponto de coleta serão efetuadas às expensas do usuário, bem como sua conservação, podendo o prestador de serviços fiscalizá-las quando achar conveniente.

Art. 75 - É vedado:

- I - o despejo de águas pluviais nas instalações prediais de esgotos sanitários;
- II - a derivação de tubulações da instalação de esgoto para coleta de outro imóvel ou economia do mesmo imóvel que não faça parte de sua ligação; e
- III - o despejo na rede pública de esgotos provenientes de banheiros químicos de qualquer espécie.

Art. 76 - As obras e instalações necessárias ao esgotamento dos prédios ou parte de prédios situados abaixo do nível da via pública e dos que não puderem ser esgotados pela rede pública de esgotamento sanitário, em virtude das limitações impostas pelas características da construção, serão de responsabilidade do interessado, obedecidas as especificações técnicas do prestador de serviços.

## **CAPÍTULO III - DA MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES PEDIAIS DE ÁGUA E DE ESGOTOS**

Art. 77 - É responsabilidade do usuário a manutenção das instalações prediais de água e de esgotos assentadas na área interna da respectiva unidade usuária.

## **CAPÍTULO IV - DOS RAMAIS E COLETORES**

Art. 78 - Os ramais prediais serão assentados pelo prestador de serviços às suas expensas.

Art. 79 - Compete ao prestador de serviços, quando solicitado e justificado, fornecer ao interessado as informações acerca da rede pública de abastecimento de água e de esgotamento sanitário que sejam relevantes ao atendimento do usuário, em especial:

- I - máxima, mínima e média da pressão da rede pública de abastecimento de água;
- II - capacidade de vazão da rede pública de esgotamento sanitário, para atendimento ao usuário.

Art. 80 - O abastecimento de água e/ou coleta de esgoto deverá ser feito por um único ramal predial para cada unidade usuária e para cada serviço, mesmo abrangendo economias de categorias de usuários distintas.

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



Parágrafo único - Em imóveis com mais de uma categoria de economia, a instalação predial de água e/ou de esgoto de cada categoria poderá ser independente, bem como alimentada e/ou esgotada através de ramal predial privativo.

Art. 81 - Nas ligações já existentes, o prestador de serviços providenciará a individualização do ramal predial de que trata o artigo anterior, mediante o desmembramento definitivo das instalações do sistema de distribuição interno de abastecimento do imóvel, realizado pelo usuário.

Art. 82 - As economias com numeração própria ou as dependências isoladas poderão ser caracterizadas como unidades usuárias, devendo cada uma ter seu próprio ramal predial.

Art. 83 - As ligações rurais de água poderão ser executadas a partir de adutoras ou subadutoras quando as condições operacionais permitirem este tipo de ligação.

§ 1º - Toda interligação em adutoras ou subadutoras deverá ser feita mediante redes auxiliares onde o interessado deverá submeter o projeto ao prestador de serviços para verificar a viabilidade do atendimento.

§ 2º - O prestador de serviços poderá elaborar o projeto referido no parágrafo anterior, por solicitação do interessado, ficando as despesas do serviço por conta deste.

§ 3º - A pedido do usuário, o prestador de serviços poderá fornecer água bruta, mediante autorização do órgão gestor de recursos hídricos, quando a ligação estiver situada em trecho não atendido com água tratada, por meio de contrato específico, no qual será estabelecida a responsabilidade do usuário quanto aos riscos de utilização de água bruta.

#### **SEÇÃO A - DA MANUTENÇÃO DOS RAMAIS PREDIAIS E COLETORES PREDIAIS**

Art. 84 - A substituição do ramal predial será de responsabilidade do prestador de serviços, sendo realizada com ônus para o usuário, quando for por ele solicitada.

Art. 85 - Para a implantação de projeto que contemple a alternativa de sistemas condominiais de esgoto, deverá ser observado, no que couber, o disposto neste Regulamento.

§ 1º - A operação e manutenção dos sistemas condominiais de esgoto serão atribuições dos usuários, cada um assumindo a parcela do sistema situada em seu lote, sendo o prestador de serviços responsável única e exclusivamente pela operação do sistema público de esgotamento sanitário.

§ 2º - É facultado ao prestador de serviços, quando solicitado pelo usuário, prestar suporte técnico-operacional para solucionar eventuais problemas em sistemas condominiais de esgoto.

§ 3º - Os sistemas condominiais construídos sob as calçadas serão considerados, sob o aspecto de operação e manutenção, como pertencentes ao sistema público de esgotamento sanitário.

§ 4º - Caberá ao prestador de serviços instruir os usuários sobre o uso adequado e racional dos sistemas condominiais de esgoto.

Art. 86 - Havendo qualquer alteração no funcionamento do ramal predial de água e/ou coletor de esgoto, o usuário deverá solicitar ao prestador de serviços as correções necessárias.

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



Art. 87 - Os danos causados pela intervenção indevida do usuário nas redes públicas e/ou no ramal predial de água e/ou coletor de esgoto serão reparados pelo prestador de serviços, por conta do usuário, cabendo-lhe a penalidade prevista no artigo 135.

Art. 88 - A restauração de muros, passeios e revestimentos, decorrentes de serviços solicitados pelo usuário em particular, será de sua inteira responsabilidade.

## **CAPÍTULO V - DO HIDRÔMETRO**

Art. 89 - O prestador de serviços controlará o consumo de água utilizado através da leitura do hidrômetro e, em casos especiais, por meio do limitador de consumo.

§ 1º - Ao critério e às custas do interessado (prestador ou usuário), poderão ser instalados nas unidades usuárias medidores para o controle do volume de esgotos.

§ 2º - Todos os medidores, de água ou esgoto, serão verificados e devem ter sua produção certificada pelo INMETRO ou outra entidade pública por ele delegada.

§ 3º - Toda ligação predial de água deverá ser provida de um registro externo, localizado antes do hidrômetro, de manobra privativa do prestador de serviços.

Art. 90 - O prestador de serviços é obrigado a instalar hidrômetro nas unidades usuárias, exceto quando a instalação do hidrômetro não puder ser feita em razão de dificuldade transitória, ocasionada pelo usuário, limitado a um período máximo de 90 (noventa) dias, situação em que este deve providenciar as instalações de sua responsabilidade.

## **SEÇÃO A - DA PROTEÇÃO DO HIDRÔMETRO**

Art. 91 - Os hidrômetros, os limitadores de consumo e os registros de passagem serão instalados em caixas de proteção padronizadas, de acordo com as normas procedimentais do prestador de serviços.

§ 1º - Os aparelhos referidos neste artigo deverão ser devidamente lacrados e periodicamente inspecionados pelo prestador de serviços.

§ 2º - É facultado ao prestador de serviços, mediante aviso aos usuários, o direito de redimensionar e remanejar os hidrômetros das ligações, quando constatada a necessidade técnica de intervir neles.

§ 3º - Somente o prestador de serviços ou seu preposto poderá instalar, substituir ou remover o hidrômetro ou limitador de consumo, bem como indicar novos locais de instalação.

§ 4º - A substituição do hidrômetro deverá ser comunicada, por meio de correspondência específica, ao usuário, quando da execução desse serviço, com informações referentes às leituras do hidrômetro retirado e do instalado.

§ 5º - A substituição do hidrômetro, decorrente do desgaste normal de seus mecanismos, será executada pelo prestador de serviços, sempre que necessário, sem ônus para o usuário.

§ 6º - A substituição do hidrômetro, decorrente da violação de seus mecanismos, será executada pelo prestador de serviços, com ônus para o usuário, além das penalidades previstas.

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



§ 7º - A indisponibilidade de hidrômetro não poderá ser invocada pelo prestador de serviços para negar ou retardar a ligação e o início do abastecimento de água.

§ 8º - Sendo a alteração de hidrômetros uma decisão do prestador de serviços, os custos relativos às substituições previstas correrão por sua conta, salvo na situação constante do § 6º deste artigo.

Art. 92 - Os lacres instalados nos hidrômetros, caixas e cubículos poderão ser rompidos apenas por representante ou preposto do prestador de serviços, e deverão ter numeração específica, constante do cadastro de usuários, atualizado a cada alteração documentada de ação do prestador.

### **SEÇÃO B - DA VERIFICAÇÃO DO HIDRÔMETRO**

Art. 93 - A verificação periódica do hidrômetro instalado na unidade usuária deverá ser efetuada segundo critérios estabelecidos na legislação metrológica.

Art. 94 - O usuário poderá obter verificações dos instrumentos de medição por parte do prestador de serviços, devendo ser sem ônus para o usuário em até 1 (uma) verificação a cada 3 (três) anos, ou, independente do intervalo de tempo da verificação anterior, quando o resultado constatar erro nos instrumentos de medição.

§ 1º - O prestador de serviços deverá informar, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, a data fixada para a realização da verificação, de modo a possibilitar ao usuário o acompanhamento do serviço.

§ 2º - Quando não for possível a verificação no local da unidade usuária, o prestador de serviços deverá acondicionar o medidor em invólucro específico, a ser lacrado no ato de retirada para o transporte até o laboratório de teste, mediante entrega de comprovante desse procedimento ao usuário, devendo ainda informá-lo da data e do local fixados para a realização da aferição, para seu acompanhamento.

§ 3º - O prestador de serviços deverá encaminhar ao usuário o laudo técnico da verificação, informando, de forma compreensível e de fácil entendimento, as variações verificadas, os limites admissíveis, a conclusão final e esclarecendo quanto à possibilidade de solicitação de aferição junto ao órgão metrológico oficial.

§ 4º - Em caso de nova verificação junto a órgão metrológico oficial, os custos decorrentes serão arcados pelo usuário, caso o resultado aponte que o laudo técnico do prestador estava adequado às normas técnicas, ou pelo prestador de serviços, caso o resultado aponte irregularidades no laudo técnico por ele elaborado.

§ 5º - Na hipótese de desconformidade do hidrômetro com as normas técnicas, deverá ser observado o disposto no artigo 123, *caput* e inciso II, devendo ser apuradas e devolvidas as importâncias pagas irregularmente nos últimos 5 (cinco) anos anteriores à data da solicitação de verificação pelo usuário, com a apuração detalhada dos meses de consumo.

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



§ 6º - Serão considerados em funcionamento normal os hidrômetros que atenderem a legislação metrológica pertinente.

## **TÍTULO VI - DO CADASTRO COMERCIAL E DAS ECONOMIAS DOS IMÓVEIS**

Art. 95 - O prestador de serviços classificará a unidade usuária de acordo com a atividade nela exercida, ressalvadas as exceções previstas neste Regulamento.

Parágrafo único - O prestador de serviços deverá analisar todos os elementos de caracterização da unidade usuária objetivando a aplicação da tarifa mais vantajosa a que o usuário tiver direito, em especial quando a finalidade informada for residencial, caso em que a classificação será definida considerando as categorias de usuários: Residencial ou Baixa Renda.

Art. 96 - As categorias de usuários para as quais devem ser classificadas as economias atendidas com serviços de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário estão definidas na Estrutura Tarifária do Contrato.

Parágrafo único - A Estrutura Tarifária deverá garantir a aplicação de condições especiais aos usuários de baixa renda beneficiados por tarifa social.

Art. 97 - Quando houver reclassificação da unidade usuária, o prestador do serviço deve proceder aos ajustes necessários, bem como:

I - emitir comunicado específico ao usuário responsável, no prazo mínimo de 15 (quinze) dias antes da apresentação da fatura de água subsequente à reclassificação; e

II - quando for o caso, emitir comunicado ao usuário responsável, no prazo mínimo de 15 (quinze) dias antes da reclassificação, informando-o da necessidade de celebrar aditivo ao contrato de fornecimento de água e/ou esgotamento sanitário.

§ 1º - Nos casos em que a reclassificação da unidade usuária implicar novo enquadramento tarifário, o prestador de serviços deverá realizar os ajustes necessários e emitir comunicação específica, informando as alterações decorrentes, no prazo de 30 (trinta) dias, após a constatação da classificação incorreta e antes da apresentação da primeira fatura corrigida.

§ 2º - Em casos de erro de classificação da economia por culpa exclusiva do prestador de serviços, o usuário deverá ser ressarcido dos valores cobrados a maior, sendo vedado ao prestador cobrar-lhe a diferença referente a pagamentos a menor.

## **CAPÍTULO II - DO CADASTRO DAS ECONOMIAS**

Art. 98 - O prestador de serviços deverá organizar e manter atualizado o cadastro relativo às unidades usuárias, no qual conste, obrigatoriamente, quanto a cada uma delas, no mínimo, as seguintes informações:

I - identificação do usuário:

a) nome completo;

b) número e órgão expedidor da Carteira de Identidade, ou de outro documento de identificação ou número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ ou no Cadastro de

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



Pessoa Física - CPF;

II - número de conta da unidade usuária;

III - endereço da unidade usuária, incluindo o nome do município;

IV - número de economias por categorias de usuário;

V - data de início da prestação dos serviços de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário;

VI - histórico de leituras e de faturamento referentes aos últimos 60 (sessenta) ciclos consecutivos e completos;

VII - código referente à tarifa e/ou categoria de usuário aplicável; e

VIII - numeração dos lacres instalados e sua respectiva atualização.

Art. 99. Para efeito deste Regulamento, considera-se uma economia a unidade autônoma cadastrada para efeito de Faturamento e Comercialização, atendendo as seguintes características:

I - Cada casa com numeração própria;

II - Cada casa ainda que sem numeração própria e que conte com instalação individual de água;

III - Apartamento com ocupação residencial ou comercial, exceto os de hotéis, motéis, casas de saúde ou similares;

IV - Cada loja e Residência com a mesma numeração, com instalação de água em comum;

V - Cada loja, sobreloja ou sala, que conte com instalação de água individual;

VI - Cada grupo de 2 (duas) lojas, sobreloja, ou fração de duas, com instalação de água em comum;

VII - Cada grupo de 4 (quatro) salas ou fração de quatro, com instalação de água em comum;

VIII - Cada grupo de 6 (seis) quartos, ou fração de seis, em hotéis, motéis, pensões, casa de saúde ou similares, dotados de instalação própria de água;

IX - Cada grupo de 3 (três) apartamentos em hotéis, motéis ou casa de saúde, ou fração de grupo, dotados de instalação própria de água;

X - A edificação utilizada para fins Comerciais, Industriais ou Públicas, por uma só pessoa jurídica;

XI - O imóvel sem edificação ou em construção, dotado de instalação de água;

XII - Todo e qualquer imóvel de outro gênero não especificado, desde que com instalação própria para uso de água.

Parágrafo único - A unidade econômica não caracterizada nos incisos acima, para efeito da determinação do número de economias, adotará os critérios consoantes àquela que exercer atividade similar.

Art. 100 - Quando for exercida mais de uma atividade na mesma ligação, para efeito de classificação o prestador de serviços poderá enquadrá-la como categoria mista, sendo o consumo

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**

Rua João Emílio nº 100 – Fone: (47) 3342 9500  
Centro – 88.370-446 – Navegantes – SC



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



de água, o volume de esgoto e os respectivos faturamentos devidamente ponderados proporcionalmente à participação de cada uma.

Parágrafo único - Na hipótese prevista no *caput*, o usuário pode solicitar medição de água em separado, cabendo-lhe, neste caso, a responsabilidade pela adequação do ponto de entrega de água e do ponto de coleta de esgoto.

## **TÍTULO VII - DO FATURAMENTO E DA COBRANÇA**

### **CAPÍTULO I - DA DETERMINAÇÃO DO CONSUMO**

Art. 101 - Para a determinação do consumo de água, as ligações serão classificadas em:

I - medidas; ou

II - não medidas.

Art. 102 - Para as ligações medidas, o volume consumido será o apurado por leitura em hidrômetro, obtido pela diferença entre a leitura realizada e a anterior.

§ 1º - Não sendo possível a realização da leitura em determinado período, em decorrência de anormalidade no hidrômetro, impedimento comprovado de acesso ao mesmo, ou nos casos fortuitos e de força maior, a apuração do volume será feita com base na média aritmética dos consumos faturados nos últimos 6 (seis) meses.

§ 2º - O procedimento do parágrafo anterior somente poderá ser aplicado por 3 (três) ciclos consecutivos e completos de faturamento, devendo o prestador de serviços comunicar ao usuário, por escrito, a necessidade de desimpedir o acesso ao hidrômetro.

§ 3º - Em caso de falta ou imprecisão de dados para os cálculos, poderá ser adotado como base de cálculo os seguintes procedimentos:

I - o primeiro ciclo de faturamento ou fração deste projetado para 30 (trinta) dias, posterior à instalação do novo hidrômetro; ou

II - a adoção do consumo estimado, comunicando ao usuário, por escrito, a forma de cálculo a ser utilizada.

§ 4º - Após o terceiro ciclo consecutivo de faturamento efetuado pela média aritmética ou estimada, caso se verifiquem saldos positivos entre os valores medidos e faturados, o faturamento deverá ser efetuado com base no valor correspondente ao consumo mínimo, sem a possibilidade de promover futura compensação.

§ 5º - No caso do impedimento ser motivado pelo usuário, o faturamento continuará a ser realizado pela média, nos termos do § 1º deste artigo, até que o usuário promova a instalação da caixa de proteção ou cubículo, conforme regulamentação do prestador de serviço, quando então será promovido o ajuste de volumes e valores.

§ 6º - No faturamento subsequente à remoção do impedimento, efetuado até o terceiro ciclo consecutivo, deverão ser feitos os acertos relativos ao faturamento do período em que o hidrômetro não foi lido.

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



Art. 103 - O prestador de serviços efetuará as leituras, bem como os faturamentos, em intervalos de aproximadamente 30 (trinta) dias, observados o mínimo de 27 (vinte e sete) dias e o máximo de 33 (trinta e três) dias, de acordo com o calendário de leitura.

§ 1º - O faturamento inicial deverá corresponder a um período não inferior a 15 (quinze) dias nem superior a 47 (quarenta e sete) dias.

§ 2º - Havendo necessidade de remanejamento de rota, ou reprogramação do calendário, excepcionalmente, as leituras poderão ser realizadas em intervalos de no mínimo 15 (quinze) dias e no máximo 47 (quarenta e sete) dias, devendo o prestador de serviços comunicar por escrito aos usuários, com antecedência mínima de um ciclo completo de faturamento.

§ 3º - O prestador de serviços deverá informar na fatura a data prevista para a realização da próxima leitura.

§ 4º - Havendo concordância do usuário, o consumo final poderá ser estimado proporcionalmente ao número de dias decorridos do ciclo compreendido entre as datas de leitura e do pedido de desligamento, com base na média mensal dos últimos 6 (seis) ciclos de faturamento, respeitada a tarifa mínima da unidade.

§ 5º - O prestador de serviços deverá organizar e manter atualizado o calendário das respectivas datas fixadas para a leitura dos hidrômetros, apresentação e vencimento da fatura.

§ 6º - Qualquer modificação das datas fixadas para a leitura dos hidrômetros e para a apresentação da fatura deverá ser previamente comunicada ao usuário, por escrito, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias de antecedência em relação à data prevista para a modificação.

Art. 104 - As leituras e os faturamentos poderão ser efetuados em intervalos de até 3 (três) ciclos consecutivos, de acordo com o calendário próprio, nos seguintes casos:

I - em localidades com até 1.000 (mil) ligações;

II - em unidades com consumo de água médio mensal igual ou inferior a 10 (dez) metros cúbicos;  
e

III - para as faturas com valores inferiores ao mínimo estabelecido para o faturamento.

§ 1º - Quando for adotado intervalo plurimensal de leitura, o usuário poderá fornecer sua leitura mensal, respeitadas as datas fixadas pelo prestador de serviços.

§ 2º - A adoção de intervalo de leitura e/ou de faturamento plurimensal deve ser precedida de divulgação aos usuários, a fim de permitir o conhecimento do processo utilizado e os objetivos pretendidos com a medida.

Art. 105 - Para as ligações não medidas, o consumo de água será fixado por estimativa em função do consumo médio presumido, com base em atributos físicos do imóvel, o qual não poderá ser superior a 20m<sup>3</sup> (vinte metros cúbicos) por cada economia.

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**

Rua João Emílio nº 100 – Fone: (47) 3342 9500  
Centro – 88.370-446 – Navegantes – SC



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CNPJ N° 83.102.855/0001-50



Parágrafo único - O prestador notificará a autoridade competente quando identificar, em imóveis atendidos com rede pública de abastecimento de água, a existência de fonte individual de abastecimento em desacordo com a legislação pertinente.

Art. 106 - Em agrupamentos de imóveis ou em imóveis com mais de uma economia, dotados de um único medidor, o consumo de cada economia será apurado pelo quociente resultante da divisão entre o consumo medido e o número de economias.

Parágrafo único - Nas hipóteses previstas neste artigo, havendo também medições individualizadas, a diferença positiva ou negativa apurada entre o consumo global e o somatório dos consumos individuais será rateada entre as economias, sendo desprezadas as diferenças inferiores a 5% (cinco por cento).

#### **SEÇÃO A - DO AUMENTO DO VOLUME MEDIDO**

Art. 107 - Nos casos de alto consumo devido a vazamentos ocultos nas instalações internas do imóvel e mediante a eliminação comprovada da irregularidade pelo usuário, o prestador de serviços aplicará desconto sobre o consumo excedente.

§ 1º - No caso de vazamentos ocultos devidamente constatados pelo prestador de serviços, haverá o desconto de valor correspondente a até 70% (setenta por cento) do volume medido acima da média de consumo, limitado ao faturamento em que o prestador de serviços alertou o usuário sobre a ocorrência de alto consumo.

§ 2º - Fica estabelecido que poderão ser revisadas no máximo 02 (duas) faturas sequenciais dentro do período correspondente a 12 (doze) meses para as solicitações de usuários por motivo de volume excessivo de água fornecido ao imóvel, decorrente de vazamento de difícil identificação.

§ 3º - O prazo de reclamação do usuário é de até 60 (sessenta) dias após o vencimento da fatura.

§ 4º - Para obter o desconto referido no § 1º, o usuário deverá apresentar ao prestador de serviços, declaração de ocorrência do vazamento oculto e as providências tomadas para o reparo, junto aos documentos que comprovem sua realização, tais como nota fiscal de serviço ou materiais utilizados.

§ 5º - O prestador de serviços poderá realizar vistoria no imóvel para comprovação da ocorrência de vazamento oculto e do respectivo reparo.

§ 6º - Por ocasião da ocorrência de quaisquer vazamentos de água ocultos devidamente comprovados, a cobrança da tarifa de esgoto deverá ocorrer com base na média de consumo de água dos últimos 6 (seis) meses.

§ 7º - O usuário perderá o direito ao desconto, referido no §1º, se for comprovada a má fé ou negligência com a manutenção das instalações prediais sob sua responsabilidade.

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**

Rua João Emílio nº 100 – Fone: (47) 3342 9500  
Centro – 88.370-446 – Navegantes – SC



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



## **CAPÍTULO II - DA REMUNERAÇÃO**

Art. 108 - Os serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário serão remunerados sob a forma de tarifas e outros preços públicos, reajustáveis periodicamente, de acordo com Resolução tarifária específica, de modo que atenda à geração dos recursos necessários para realização dos investimentos, objetivando o cumprimento das metas e objetivos estabelecidos no Plano Municipal de Saneamento Básico, a recuperação dos custos incorridos na prestação do serviço em regime de eficiência e a remuneração adequada do capital investido pelo prestador dos serviços.

Art. 109 - É vedado ao prestador de serviços conceder isenção ou dispensa de pagamento das tarifas de água e esgoto, inclusive a entidades públicas federais, estaduais e municipais, salvo se previamente autorizado pela legislação do titular dos serviços, fato que deve ser ponderado na composição ou no reajustamento tarifário.

### **SEÇÃO A - DOS CONTRATOS DE ADESÃO E ESPECIAIS**

Art. 110 - A prestação dos serviços de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário caracteriza-se como negócio jurídico de natureza contratual, responsabilizando-se o usuário pelo pagamento correspondente à sua prestação e pelo cumprimento das demais obrigações pertinentes, bem como pelo direito a oferta dos serviços em condições adequadas, visando o pleno e satisfatório atendimento aos usuários.

Art. 111 - É condição de validade do contrato de adesão para prestação dos serviços de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário a homologação do respectivo modelo pela ARIS.

Art. 112 - O contrato de adesão de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário deverá conter, além das cláusulas essenciais aos contratos administrativos, outras que digam respeito a:

- I - identificação do ponto de entrega e/ou de coleta;
- II - previsão de volume de água fornecida e/ou volume de esgoto coletado;
- III - condições de revisão, para mais ou para menos, da demanda contratada, se houver;
- IV - data de início da prestação dos serviços de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário, e o prazo de vigência;
- V - critérios de rescisão; e
- VI - metas de continuidade, com vistas a proporcionar a melhoria da qualidade dos serviços, no caso de contratos específicos.

§ 1º - Quando o prestador de serviços tiver que fazer investimento específico, o contrato de adesão deve dispor sobre as condições, formas e prazos que assegurem o ressarcimento do ônus relativo ao referido investimento, bem como deverá elaborar cronograma para identificar a data provável do início do contrato.

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CNPJ N° 83.102.855/0001-50



§ 2º - O prazo de vigência do contrato de adesão de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário deverá ser estabelecido considerando as necessidades e os requisitos das partes.

Art. 113 - O encerramento da relação contratual entre o prestador de serviços e o usuário será efetuado segundo as seguintes características e condições:

I - por ação do usuário, mediante pedido de desligamento da unidade usuária, observado o cumprimento das obrigações previstas nos contratos de abastecimento, de uso do sistema e de adesão, somente nos seguintes casos:

- a) demolição da edificação ou fusão de ligações;
- b) interdição judicial ou administrativa da edificação, sem condições de habitabilidade ou uso;
- c) desapropriação de imóvel por interesse público.

II - por ação do prestador de serviços nos seguintes casos:

- a) interrupção da ligação por mais de 60 (sessenta) dias;
- b) desapropriação do imóvel;
- c) fusão de ramais prediais.

Art. 114 - É obrigatória a celebração de contrato de abastecimento de água e/ou contrato de esgotamento sanitário entre o prestador de serviços e o usuário responsável pela unidade usuária a ser atendida, nos seguintes casos:

I - para atendimento a grandes consumidores;

II - quando se tratar de abastecimento de água bruta em conformidade com outorga de órgão competente de recursos hídricos;

III - para atendimento às entidades integrantes da Administração Pública de qualquer esfera de governo e às reconhecidas como de utilidade pública;

IV - quando os despejos não domésticos, por suas características, não puderem ser lançados *in natura* na rede pública de esgotamento sanitário;

V - quando, para o abastecimento de água ou o esgotamento sanitário, o prestador de serviços tenha de fazer investimento específico, desde que fora ou intempestivo em relação ao plano de investimentos da concessão ou do plano de saneamento básico;

VI - quando o usuário tiver que participar financeiramente da realização de obras de extensão ou melhorias da rede pública de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário, para o atendimento de seu pedido de ligação.

Parágrafo único - A ARIS aprovará modelos de contratos previamente, como condição para sua validade.

### **CAPÍTULO III - DA FATURA DE ÁGUA E ESGOTO**

Art. 115 - As tarifas relativas ao abastecimento de água, esgotamento sanitário e a outros serviços realizados serão cobradas por meio de faturas emitidas pelo prestador de serviços e devidas pelo usuário, fixadas as datas de vencimento.

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



§ 1º - As faturas serão apresentadas ao usuário, em intervalos regulares, de acordo com o calendário de faturamento elaborado pelo prestador de serviços.

§ 2º - O prestador de serviços deverá orientar o usuário quanto ao calendário de leitura e entrega de fatura.

§ 3º - O prestador de serviços emitirá segunda via da fatura, sem ônus para o usuário, nos casos de problemas na emissão e no envio da via original ou incorreções no faturamento.

Art. 116 - A fatura mínima por economia corresponde ao volume mínimo de consumo de 10 m<sup>3</sup>.

Parágrafo único - Entende-se por economia a subdivisão de um imóvel, com atividades independentes, em um ou mais pontos de consumo de água; as economias são classificadas em “categorias de uso” de acordo com os critérios seguintes:

I - Social ou Baixa Renda:

a) economia com fim residencial, caracterizada como “baixa renda” pela CONCESSIONÁRIA em sua área de concessão, com a caracterização das unidades usuárias a serem enquadradas nesta categoria devendo ser submetida pela prestadora à prévia aprovação da ARIS.

II – Residencial:

- a) cada casa ou apartamento de uso exclusivamente residencial;
- b) cada casa ou apartamento de uso residencial, mas que abrigue pequena atividade comercial ou industrial exercida por pessoa residente.

Salvo o estabelecido na estrutura tarifária, enquadram-se nessa categoria:

Prédios Residenciais;

Construções Residenciais;

Entidades de classe (sindicatos, associações, etc.);

Associações Culturais, Recreativas, Esportivas;

Congregações Religiosas;

Organizações com fins filantrópicos (asilos, orfanatos, albergues) ou sem fins lucrativos;

Templos, igrejas;

Pequenas oficinas artesanais (sapateiro, relojoeiro, oficinas de bicicleta, rádio, televisão e outras).

III – Comercial:

- a) cada imóvel ou unidade individualizada de imóvel ocupada por pessoa física ou jurídica para exercício de atividade de compra, venda ou prestação de serviços;
- b) cada imóvel ou unidade individualizada de imóvel, não importa de que natureza ou finalidade, que não se enquadre nas categorias “residencial”, “industrial” ou “pública”.

Salvo o estabelecido na estrutura tarifária, enquadram-se nessa categoria:

- Construções Comerciais;
- Estabelecimentos comerciais (lojas, mercados, quitandas, barbearias, salões de beleza, laboratórios, padarias, açougues, confeitarias, estabelecimentos bancários e outros);

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CNPJ N° 83.102.855/0001-50



- Escritórios;
- Cemitérios particulares;
- Bares, restaurantes, hotéis e pensões;
- Cinemas e casas de diversão;
- Escolas Particulares;
- Hospitais Particulares;
- Posto de Gasolina SEM lavagem.

IV – Industrial:

a) cada imóvel ou unidade individualizada de imóvel ocupada para exercício de atividade classificada como industrial pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – FIBGE, ressalvado o disposto na alínea b, do inciso I, deste artigo.

Salvo o estabelecido na estrutura tarifária, enquadram-se nessa categoria:

- Construções industriais;
- Depósitos (materiais, produtos agrícolas e combustíveis);
- Postos de Gasolina com lavagem de automóvel feita através de água da Concessionária;
- Máquina para beneficiamento de cereais;
- Beneficiamento de madeira;
- Serrarias, Laminadoras;
- Fábricas de: sorvete, gelo, artefatos de cimento, tecidos, papel, conservas, bebidas, móveis, cerâmica, etc.;
- Indústrias metalúrgicas, matadouros, usinas siderúrgicas;
- Imóvel em construção ou de 1 ou 2 pavimentos, que tenham área construída igual ou superior a 600 m²; edificações com 3 ou mais pavimentos; conjuntos habitacionais; loteamentos e condomínios. Após a liberação do “Habite-se” o imóvel deverá ser reclassificado conforme a categoria de ocupação

V – Pública:

a) cada imóvel ou unidade individualizada de imóvel ocupada para exercício de atividade de entidade da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, de direito público;

b) cada imóvel ou unidade individualizada de imóvel ocupada por entidade privada sem fins lucrativos e reconhecida como de utilidade pública.

Salvo o estabelecido na estrutura tarifária, enquadram-se nessa categoria:

- Repartições públicas (federais, estaduais, municipais e autárquicas);
- Economias mistas (federais, estaduais e municipais);
- Escolas Públicas;
- Hospitais Públicos;

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**

Rua João Emílio nº 100 – Fone: (47) 3342 9500  
Centro – 88.370-446 – Navegantes – SC



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



- Jardins e cemitérios públicos;
- Quartéis.

Art. 117 - Quando houver alto consumo, o prestador alertará o usuário sobre o fato, instruindo-o para que verifique as instalações internas da unidade usuária e/ou evite desperdícios.

Art. 118 - A entrega da fatura deverá ser efetuada até a data fixada para sua apresentação, prioritariamente no endereço da unidade usuária.

Parágrafo único - Os prazos mínimos para vencimento das faturas, contados da data da respectiva apresentação, serão os seguintes:

I - 5 (cinco) dias úteis para todas as categorias de usuários, ressalvada a mencionada no inciso II;

II - 10 (dez) dias úteis para a categoria de usuário Público;

III - 1 (um) dia útil nos casos de desligamento a pedido do usuário, exceto para as unidades usuárias a que se refere o inciso anterior.

Art. 119 - A fatura deverá conter obrigatoriamente as seguintes informações:

I - nome do usuário;

II - número ou código de referência e classificação da unidade usuária;

III - endereço da unidade usuária;

IV - número do medidor e do lacre;

V - leituras anterior e atual do hidrômetro;

VI - data da leitura anterior e atual;

VII - data de apresentação e de vencimento da fatura;

VIII - consumo de água do mês correspondente à fatura;

IX - histórico do volume consumido nos últimos 6 (seis) meses e média atualizada;

X - valor total a pagar e data do vencimento da fatura;

XI - discriminação dos serviços prestados, com os respectivos valores;

XII - descrição dos tributos incidentes sobre o faturamento;

XIII - multa e mora por atraso de pagamento;

XIV - os números dos telefones e endereços eletrônicos das Ouvidorias do prestador de serviços e da ARIS;

XV - indicação da existência de parcelamento pactuado com a prestadora;

XVI - identificação de faturas vencidas e não pagas até a data;

XVII - qualidade da água fornecida, nos termos do Decreto federal n. 5.440/2005; e

XVIII - aviso sobre a constatação de alta de consumo.

Art. 120 - Além das informações relacionadas no artigo anterior, fica facultado ao prestador de serviços incluir na fatura outras informações julgadas pertinentes, campanhas de educação ambiental e sanitária, inclusive veiculação de propagandas comerciais, desde que não interfiram nas informações obrigatórias, vedadas, em qualquer hipótese, mensagens político-partidárias.

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



Art. 121 - Caso o prestador de serviços tenha faturado valores incorretos ou não efetuado qualquer faturamento, por motivo de sua responsabilidade, deverá observar os seguintes procedimentos:

I - faturamento a menor ou ausência de faturamento: não poderá efetuar cobrança complementar; e

II - faturamento a maior: providenciar a devolução ao usuário das quantias recebidas indevidamente, correspondentes ao período faturado incorretamente, observado o prazo de prescrição previsto na legislação.

Parágrafo único - No caso do inciso II, a devolução deverá ser efetuada em moeda corrente até o primeiro faturamento posterior à constatação da cobrança a maior, ou, por opção do usuário, por meio de compensação nas faturas subsequentes.

Art. 122 - Para o cálculo das diferenças a cobrar ou a devolver, as tarifas deverão ser aplicadas de acordo com os seguintes critérios:

I - quando houver diferenças a cobrar: tarifas em vigor no período correspondente às diferenças constatadas;

II - quando houver diferenças a devolver: tarifas em vigor no período correspondente às diferenças constatadas acrescidas de juros e correção monetária, conforme critérios definidos no artigo 129;

III - quando a tarifa for estruturada por faixas, a diferença a cobrar ou a devolver deve ser apurada mês a mês e o faturamento efetuado adicional ou subtrativamente aos já realizados mensalmente, no período considerado, levando em conta a tarifa relativa a cada faixa complementar.

Art. 123 - Nos casos em que houver diferença a cobrar ou a devolver, o prestador de serviços deverá informar ao usuário, por escrito, quanto:

I - à irregularidade constatada;

II - à memória descritiva dos cálculos do valor apurado, referente às diferenças de consumos de água;

III - aos elementos de apuração da irregularidade;

IV - aos critérios adotados na revisão dos faturamentos;

V - ao direito de recurso previsto nos §§ 1º e 3º deste artigo; e

VI - à tarifa utilizada.

§ 1º - Caso haja discordância em relação à cobrança ou respectivos valores, o usuário poderá apresentar recurso junto ao prestador de serviços, no prazo de 10 (dez) dias a partir da comunicação.

§ 2º - O prestador de serviços deliberará no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento do recurso, o qual, se indeferido, deverá ser comunicado ao usuário, por escrito, juntamente com a respectiva fatura, quando pertinente, a qual deverá referir-se exclusivamente ao ajuste do faturamento, com vencimento previsto para 3 (três) dias úteis.

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



§ 3º - Da decisão do prestador de serviços caberá recurso, no prazo de 10 (dez) dias, à ARIS, sendo recebido em seu efeito suspensivo, exceto por deliberação em contrário da Agência, nos termos do seu Regimento Interno.

§ 4º - Constatado o descumprimento dos procedimentos estabelecidos neste artigo ou, ainda, a improcedência ou incorreção do refaturamento, o prestador de serviços providenciará a devolução do indébito por valor igual ao dobro do que foi pago em excesso, salvo hipótese de engano justificável.

Art. 124 - Nos prédios ligados clandestinamente às redes públicas, as tarifas de água e/ou de esgoto serão devidas desde a data em que o prestador de serviços iniciou a operação no logradouro, onde está situado aquele prédio, ou a partir da data da expedição do alvará de construção, quando não puder ser verificada a época da ligação à rede pública, limitada ao período máximo de 36 (trinta e seis) meses.

Parágrafo único - O prestador de serviços poderá proceder às medidas judiciais cabíveis para a liquidação e cobrança do débito decorrente da situação descrita no *caput* deste artigo, podendo condicionar a ligação do serviço para a unidade usuária ao pagamento integral do débito, ressalvando-se quando o usuário comprovar efetivamente o tempo em que é o responsável pela unidade usuária, eximindo-se total ou parcialmente do débito.

Art. 125 - Nas edificações sujeitas à lei que dispõe sobre os condomínios em edificações e as incorporações imobiliárias, as tarifas poderão ser cobradas em conjunto para todas as economias.

Art. 126 - A fatura poderá ser cancelada ou alterada a pedido do interessado ou por iniciativa do prestador de serviços, nos seguintes casos:

- I - demolição;
- II - fusão de economias;
- III - incêndio;
- IV - interrupção da prestação dos serviços de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário; ou
- V - outras situações, conforme critérios propostos pelo prestador de serviços e aprovados pela ARIS.

Parágrafo único - O cancelamento ou alteração da fatura vigorará a partir da data do pedido do usuário ou, quando a iniciativa for do prestador de serviços, de sua anotação no cadastro do prestador de serviços, não tendo efeito retroativo.

Art. 127 - O prestador de serviços, desde que requerido, poderá cobrar dos usuários os seguintes serviços:

- I - ligação de unidade usuária;
- II - vistoria de unidade usuária;
- III - verificação de hidrômetro, exceto os casos previstos no artigo 94;

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



IV - religação de unidade usuária;

V - religação de urgência;

VI - emissão de segunda via de fatura, a pedido do usuário; e

VII - outros serviços disponibilizados pelo prestador de serviços, devidamente aprovados pela ARIS.

§ 1º - Não será cobrada a primeira vistoria realizada para pedido de serviço de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário.

§ 2º - A cobrança dos serviços previstos neste artigo é facultativa e só poderá ser feita em contrapartida ao serviço efetivamente realizado pelo prestador de serviços, dentro dos prazos estabelecidos.

§ 3º - A cobrança de qualquer serviço obrigará o prestador de serviços a implantá-lo em toda a sua área de concessão, para todos os usuários, ressalvado o serviço de religação de urgência.

§ 4º - Ao serviço relacionado no inciso IV, fica vedada ao prestador de serviços a cobrança de tal serviço após a purgação da mora por parte do usuário inadimplente enquadrado em regime especial de tarifa social ou de baixa renda, assim homologada pela ARIS.

§ 5º - O prestador de serviços deverá manter, por período mínimo de 60 (sessenta) meses, os registros do valor cobrado, do horário e data da solicitação e da execução dos serviços, exceto no caso de emissão de segunda via de fatura.

§ 6º - O prestador de serviços proporá "Tabela de Preços e Prazos de Serviços", a ser homologada pela ARIS e disponibilizada aos interessados, discriminando os serviços mencionados neste Regulamento e outros que julgar necessários.

#### **CAPÍTULO IV - DA COBRANÇA**

Art. 128 - O prestador de serviços deverá oferecer 6 (seis) datas de vencimento da fatura para escolha do usuário, distribuídas uniformemente em intervalos regulares ao longo do mês.

Art. 129 - As faturas não quitadas até a data do seu vencimento, bem como as devoluções mencionadas no inciso II do artigo 122, sofrerão acréscimo de juros de mora de até 0,033% (zero vírgula zero trinta e três por cento) por dia de atraso, sem prejuízo da aplicação de multa de 2% (dois por cento) e correção monetária conforme o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro índice previsto na legislação vigente.

§ 1º - O pagamento de uma fatura não implicará na quitação de eventuais débitos anteriores.

§ 2º - O prestador de serviços poderá efetuar a cobrança dos serviços na forma de duplicata especialmente emitida, sujeita esta a protesto e a execução.

Art. 130 - Após o pagamento da fatura, o usuário poderá reclamar a devolução dos valores considerados como indevidos.

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**

Rua João Emílio nº 100 – Fone: (47) 3342 9500  
Centro – 88.370-446 – Navegantes – SC



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



Art. 131 - O prestador de serviços deverá dispor de mecanismos de identificação de pagamento em duplicidade, impondo-se que as referidas devoluções ocorram obrigatoriamente até o próximo faturamento.

§ 1º - Os valores pagos em duplicidade pelos usuários, quando não houver solicitação em contrário, deverão ser devolvidos automaticamente nos faturamentos seguintes em forma de crédito.

§ 2º - Será considerado um erro não justificável a não efetivação da devolução a que se refere este artigo, ensejando o pagamento em dobro do valor recebido pelo prestador, além das correções a que se refere o artigo 129.

Art. 132 - O prestador de serviços poderá parcelar os débitos existentes, segundo critérios estabelecidos em normas internas.

Art. 133 - É condição para o parcelamento de débito a celebração de Termo de Acordo e Confissão de Dívida firmada pelo usuário.

#### **TÍTULO VIII - DAS INFRAÇÕES E IRREGULARIDADES CAPÍTULO I - DAS INFRAÇÕES**

Art. 134 - Constitui infração a prática decorrente da ação ou omissão do usuário, relativa a qualquer dos seguintes fatos:

I - Intervenção nas instalações dos Sistemas Públicos de Água e Esgotos que possam afetar a eficiência dos serviços;

II - Instalação hidráulica predial de água ligada à rede pública interligada com abastecimento de água alimentada por outras fontes;

III - Lançamento de despejos na rede pública de esgotamento sanitário que, por suas características, exijam tratamento prévio;

IV - Derivação do ramal predial antes do hidrômetro (by pass);

V - Danificação propositada, inversão ou supressão do hidrômetro;

VI - Ligação clandestina de água e esgoto;

VII - Instalação de bomba ou quaisquer dispositivos no ramal predial ou na rede de distribuição;

VIII - Lançamento de águas pluviais nas instalações ou coletores prediais de esgotos sanitários;

IX - Restabelecimento irregular do abastecimento de água em ligações cortadas no cavalete;

X - Restabelecimento irregular do abastecimento de água em ligações cortadas no ramal;

XI - Interligação de instalações prediais de água, entre imóveis distintos com débito;

XII - Impedimento voluntário à promoção da leitura do hidrômetro ou à execução de serviços de manutenção do cavalete e hidrômetro pela prestadora de serviços;

XIII - Desperdício de água em períodos oficiais de racionamento;

XIV - Violação do lacre da porta caixa ou cubículo de proteção do hidrômetro;

XV - Violação do lacre de proteção do cavalete e do hidrômetro;

XVI - Utilização indevida do hidrante instalado na área interna do imóvel;

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



- XVII - Ausência de caixa de gordura sifonada na instalação predial interna de esgotos;
- XVIII - Interligação de instalações prediais de água em imóveis distintos sem débito;
- XIX - Ausência de abrigo de proteção do cavalete e hidrômetro
- XX - Impedimento involuntário à promoção da leitura do hidrômetro ou à execução de serviços de manutenção do cavalete e hidrômetro pela prestadora de serviços;
- XXI - Instalação de aparelhos supressores de ar;
- XI - lacrar a tampa da caixa de inspeção de esgoto (CI).

Parágrafo único - É vedada a instalação de equipamento nas adjacências do hidrômetro, inclusive na instalação predial, que influencie nas condições metrológicas no equipamento, sem que o seja atendido o subitem 9.4 da Portaria Nº 246/2000 do INMETRO, que determina: "Qualquer dispositivo adicional, projetado para ser instalado adjunto ao hidrômetro, deve ser submetido à apreciação por parte do INMETRO, com vistas a verificar se o mesmo influencia o desempenho metrológico do medidor."

Art. 135 - Além de outras penalidades previstas neste Regulamento, o cometimento de qualquer infração enumerada no artigo anterior sujeitará o infrator ao pagamento de multa ao prestador de serviços, sem prejuízo da comunicação aos órgãos de fiscalização, para as providências administrativas, civis e penais cabíveis.

Parágrafo único - A multa será fixada em conformidade com os parâmetros propostos pelo prestador de serviços e aprovados pela ARIS, devendo, preferencialmente, ser revertida ao fundo municipal de saneamento.

Art. 136 - Verificado pelo prestador de serviços, através de inspeção, que, em razão de artifício ou de qualquer outro meio irregular ou, ainda, da prática de violação nos equipamentos e instalações de medição, tenham sido faturados volumes inferiores aos reais, ou na hipótese de não ter havido qualquer faturamento, este adotará os seguintes procedimentos:

I - lavratura de "Termo de Ocorrência de Irregularidade", numerado sequencialmente, em formulário próprio do prestador de serviços, com as seguintes informações:

- a) identificação do usuário;
- b) endereço da unidade usuária;
- c) número de conta da unidade usuária;
- d) atividade desenvolvida;
- e) tipo de medição;
- f) identificação e leitura do hidrômetro;
- g) selos e/ou lacres encontrados;
- h) descrição detalhada do tipo de irregularidade, de forma que a mesma fique perfeitamente caracterizada, com a inclusão de fotos e outros meios que possam auxiliar nesta identificação;
- i) assinatura do responsável pela unidade usuária, ou na sua ausência, do usuário presente e sua

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



respectiva identificação; e

j) identificação e assinatura do empregado ou preposto responsável do prestador de serviços;

II - entregar uma via do "Termo de Ocorrência de Irregularidade" ao usuário, que deve conter as informações que possibilite ao usuário solicitar perícia técnica bem como ingressar com recurso junto à ouvidoria ou órgão equivalente do prestador de serviços e à ARIS;

III - caso haja recusa no recebimento do "Termo de Ocorrência de Irregularidade", o fato será certificado no verso do documento, que será remetido posteriormente pelo correio ao responsável pela unidade usuária, mediante aviso de recebimento (AR);

IV - efetuar, quando pertinente, o registro da ocorrência junto à delegacia de polícia civil e requerer os serviços de perícia técnica do órgão responsável, vinculado à segurança pública ou do órgão metrológico oficial para a verificação do medidor;

V - proceder à revisão do faturamento com base nas diferenças entre os valores apurados por meio de um dos seguintes critérios e os efetivamente faturados:

a) aplicação de fator de correção, determinado a partir da avaliação técnica do erro de medição;

b) na impossibilidade do emprego do fator de correção, identificação do maior valor de consumo ocorrido em até 12 (doze) ciclos completos de faturamento de medição normal, imediatamente anteriores ao início da irregularidade; ou

c) no caso de inviabilidade de aplicação dos critérios previstos nas alíneas a e b, o valor do consumo será determinado através de estimativa com base nas instalações da unidade usuária e nas atividades nela desenvolvidas.

VI - efetuar, quando pertinente, na presença da autoridade policial ou agente designado, do consumidor ou de seu representante legal ou, na ausência destes dois últimos, de 2 (duas) testemunhas sem vínculo com o prestador de serviços, a retirada do hidrômetro, que deverá ser colocado em invólucro lacrado, devendo ser preservado nas mesmas condições encontradas até o encerramento do processo em questão ou até a lavratura de laudo pericial por órgão oficial.

Parágrafo único - Comprovado pelo prestador de serviços ou a partir de provas documentais fornecidas pelo novo usuário, que o início da irregularidade ocorreu em período não atribuível ao responsável pela unidade usuária, o atual usuário somente será responsável pelas diferenças de volumes de água e de esgoto excedentes apuradas no período sob sua responsabilidade, e sem aplicação de penalidade administrativa, exceto nos casos de sucessão comercial de má-fé e/ou hereditária.

Art. 137- Nos casos referidos no artigo anterior, após a interrupção dos serviços, se houver religação à revelia do prestador de serviços, deverão ser adotados os seguintes procedimentos:

I - se, após a eliminação da irregularidade, mas sem o pagamento das multas, verificarem-se diferenças de consumo e serviços, será aplicado sobre o valor líquido da primeira fatura emitida após a constatação da religação, o maior valor obtido entre os seguintes critérios:

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



- a) o valor equivalente ao serviço de religação de urgência;
- b) 20% (vinte por cento) do valor líquido da respectiva fatura.

II - se após 30 (trinta) dias o usuário não regularizar sua situação junto ao prestador de serviços, ou seja, o pagamento da multa, diferença de consumo e serviços, os valores serão incluídos na próxima fatura para o pagamento.

Parágrafo único - Sem prejuízo da suspensão dos serviços, aplicável em qualquer religação à revelia, os procedimentos referidos neste artigo não poderão ser empregados em faturamentos posteriores à data da constatação da irregularidade.

Art. 138 - É assegurado ao infrator o direito de recorrer ao prestador de serviços, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir do dia subsequente ao recebimento do auto de infração.

§ 1º - Da decisão cabe recurso à ARIS no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência da decisão do prestador de serviços.

§ 2º - Durante a apreciação do recurso pelo prestador ou pela ARIS, não haverá suspensão da prestação do serviço em função da matéria sob apreciação.

#### **TÍTULO IX - DA INTERRUÇÃO DOS SERVIÇOS CAPÍTULO I - DOS MOTIVOS E DA DIVULGAÇÃO NA INTERRUÇÃO NO FORNECIMENTO DE ÁGUA**

Art. 139 - O prestador de serviços assegurará o serviço de fornecimento de água de forma contínua, sem interrupções decorrentes de deficiência nos sistemas ou capacidade inadequada, garantindo sua disponibilidade durante as 24 (vinte e quatro) horas do dia.

Art. 140 - O prestador de serviços se obriga a divulgar com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, através dos meios de comunicação disponíveis, as interrupções programadas de seus serviços que possam afetar o abastecimento de água.

Parágrafo único - Em situação de emergência, a divulgação da interrupção do fornecimento de água será feita de imediato, após identificada a área de abrangência da emergência.

Art. 141- No caso de interrupção do serviço com duração superior a 18 (dezoito) horas, o prestador de serviços deverá prover fornecimento de emergência às unidades usuárias que prestem serviços essenciais à população.

Parágrafo único - O fornecimento de emergência, de que trata o *caput* deste artigo, deverá ser medido com o conhecimento do responsável pela unidade usuária, para cobrança por parte do prestador de serviços.

Art. 142 - O serviço de abastecimento de água poderá ser interrompido, a qualquer tempo, sem prejuízo de outras sanções, nos seguintes casos:

I - utilização de artifícios ou qualquer outro meio fraudulento ou, ainda, prática de violência nos equipamentos de medição e lacres, com intuito de provocar alterações nas condições de abastecimento ou de medição, bem como o descumprimento das normas que regem a prestação do serviço público de água;

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



- II - revenda ou abastecimento de água a terceiros;
- III - ligação clandestina ou religação à revelia;
- IV - deficiência técnica e/ou de segurança das instalações da unidade usuária que ofereça risco iminente de danos a pessoas ou bens;
- V - solicitação do usuário, nos limites deste Regulamento;
- VI - não ligação à rede pública de coleta e tratamento de esgoto sanitário, após a notificação pelo prestador de serviços e ultrapassado o prazo para a devida regularização.
- VII - negativa do usuário em permitir a instalação de dispositivo de leitura de água consumida, após ter sido previamente notificado a respeito; e
- VIII - manipulação indevida de qualquer tubulação, medidor ou outra instalação do prestador, por parte do usuário.

Parágrafo único. Deve o prestador de serviços, após a interrupção dos serviços, comunicar o usuário, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, dos motivos da interrupção dos serviços, informando quais as providências necessárias para o religamento do abastecimento de água, salvo na situação prevista no inciso V deste artigo;

Art. 143 - O prestador de serviços, mediante aviso prévio ao usuário, poderá interromper a prestação dos serviços de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário:

- I - por inadimplimento do usuário do pagamento das tarifas;
- II - por inobservância do disposto nos artigos 51 e 91, § 3º;
- III - quando não for solicitada a ligação definitiva, após concluída a obra atendida por ligação temporária.

§ 1º - O aviso prévio referido neste artigo deverá ser emitido com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

§ 1º - Para fins de aplicação do inciso I do presente artigo, não poderá ser procedida a interrupção da prestação dos serviços de abastecimento de água com fundamento no não pagamento de tarifas vencidas há mais de 120 (cento e vinte) dias.

§ 2º - É vedado ao prestador de serviços efetuar a interrupção dos serviços pelo impedimento de acesso ao hidrômetro do usuário que não tenha sido tempestivamente notificado acerca da dificuldade de efetivação da leitura.

§ 3º - O aviso prévio e as notificações formais devem ser escritos de forma compreensível e de fácil entendimento.

§ 4º - Ao efetuar a suspensão do abastecimento de água ou a cobrança pelo serviço de coleta de esgoto, o prestador de serviços deverá entregar aviso discriminando o motivo gerador da interrupção e, quando pertinente, indicação das faturas que caracterizaram a inadimplência.

§ 5º - Será considerada interrupção indevida aquela que não estiver amparada neste Regulamento.

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



§ 6º - Constatada que a suspensão do abastecimento de água e/ou a interrupção da coleta de esgoto foi indevida, o prestador de serviços ficará obrigado a efetuar a religação, no prazo máximo de 4 (quatro) horas, sem ônus para o usuário.

§ 7º - No caso de suspensão indevida do fornecimento, o prestador de serviços deverá creditar na fatura subsequente, a título de indenização ao usuário, o maior valor dentre:

- a) o dobro do valor estabelecido para o serviço de religação de urgência; ou
- b) 20% (vinte por cento) do valor líquido da última fatura emitida antes da suspensão indevida da unidade usuária.

Art. 144 - O usuário com débitos vencidos, resultantes da prestação do serviço, poderá ter seu nome registrado nas instituições de proteção ao crédito e cobrado judicialmente, após esgotadas as medidas administrativas para a cobrança.

Art. 145 - Havendo acordo de parcelamento dos débitos, o usuário poderá fazer a solicitação para ter seus serviços restabelecidos.

Art. 146 - A interrupção ou a restrição do fornecimento de água por inadimplência a estabelecimentos de saúde, a instituições educacionais e de internação coletiva de pessoas e a usuário residencial de baixa renda beneficiário de tarifa social deverá obedecer a prazos e critérios estabelecidos na legislação federal ou em norma específica.

Art. 147 - A interrupção ou a restrição da distribuição de água por inadimplência a usuário que preste serviço público ou essencial à população e cuja atividade sofra prejuízo, será comunicada com antecedência de 30 (trinta) dias à ARIS, para efeito de mediação quanto ao cumprimento do contrato.

Parágrafo único - Define-se como serviço essencial à população com vistas a comunicação prévia, aplicável à suspensão, as atividades desenvolvidas nas seguintes unidades usuárias:

- I - unidade operacional de processamento de gás liquefeito de petróleo e de combustíveis;
- II - unidade operacional de distribuição de gás canalizado;
- III - unidade hospitalar;
- IV - unidade operacional do serviço público de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos;
- V - unidades que tenham cadeias, penitenciárias ou similares.

Art. 148 - Fica vedada ao prestador de serviços a realização de interrupção da prestação dos serviços após as 12 (doze) horas das sextas-feiras ou na véspera de feriados nacionais, estaduais ou municipais.

Art. 149 - O prestador de serviços deverá comunicar imediatamente à ARIS todas as situações de emergências que possam resultar na interrupção dos sistemas e/ou causem transtornos à população, tais como: rompimento de adutoras, *by pass* (desvio) em ETEs, paralisação no bombeamento de esgotos, vazamentos de produtos perigosos e outros da mesma natureza.

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



## **CAPÍTULO II - DO RESTABELECIMENTO DOS SERVIÇOS**

Art. 150 - O procedimento de religação é caracterizado pelo restabelecimento dos serviços de abastecimento de água pelo prestador de serviços.

Art. 151 - Cessado o motivo da interrupção e/ou pagos os débitos, multas e acréscimos incidentes, o prestador de serviços restabelecerá o abastecimento de água e/ou o esgotamento sanitário no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas.

Art. 152 - Faculta-se ao prestador de serviços implantar procedimento de religação de urgência, caracterizado pelo prazo de 4 (quatro) horas entre o pedido de religação e o atendimento.

Parágrafo único - O prestador de serviços ao adotar a religação de urgência deverá:

I - informar ao usuário, o valor a ser cobrado e os prazos relativos às religações normais e de urgência; e

II - prestar o serviço a qualquer usuário, nas localidades onde o procedimento for adotado.

## **TÍTULO X- DA SUPRESSÃO DA LIGAÇÃO DE ÁGUA**

Art. 153 - Os ramais prediais de água poderão ser desligados das redes públicas respectivas:

I - por interesse do usuário, mediante pedido, observado o cumprimento das obrigações previstas em contratos, no regulamento do prestador de serviços e na legislação pertinente;

II - por ação do prestador de serviços nos seguintes casos:

a) corte da ligação por mais de 60 (sessenta) dias, nos casos previstos dos artigos 142 e 143;

b) desapropriação do imóvel;

c) fusão de ramais prediais; e

d) lançamento na rede pública de esgotamento sanitário de despejos que exijam tratamento prévio.

§ 1º - No caso de supressão do ramal predial de esgoto não residencial, por pedido do usuário, este deverá vir acompanhado da concordância dos órgãos de saúde pública e do meio ambiente.

§ 2º - Nos casos de desligamento de ramais onde haja a possibilidade de ser restabelecida a ligação, a unidade usuária deverá permanecer cadastrada no prestador de serviços.

§ 3º - O término da relação contratual entre o prestador de serviços e o usuário somente será efetivado após o desligamento definitivo dos ramais prediais de água e esgoto.

Art. 154 - Correrão por conta do usuário atingido com o desligamento da rede pública as despesas com a interrupção e com o restabelecimento dos serviços de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário.

## **TÍTULO XI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 155 - A requerimento do interessado, para efeito de concessão de "habite-se" pelo órgão municipal competente, será fornecida pelo prestador de serviços a declaração de que:

I - o imóvel é atendido, em caráter definitivo, pelo sistema público de abastecimento de água;

II - o imóvel não é atendido pelo sistema público de abastecimento de água;

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



III - o imóvel é atendido, em caráter definitivo, pelo sistema público de esgotamento sanitário;

IV - o imóvel não é atendido pelo sistema público de esgotamento sanitário.

Art. 156 - Os usuários ficam sujeitos à ação fiscalizadora do prestador de serviços, no sentido de se verificar a obediência do prescrito neste Regulamento, dentro dos limites da legislação e dos atos de delegação dos serviços.

Art. 157 - Os usuários, individualmente, ou por meio de associações, ou, ainda, de outras formas de participação previstas em lei, poderão, para defesa de seus interesses, solicitar informações e encaminhar sugestões, elogios, denúncias e reclamações ao prestador de serviços ou à ARIS, assim como poderão ser solicitados a cooperar na fiscalização dos prestadores de serviços.

Art. 158 - Prazos mais benéficos aos usuários, se previstos nos respectivos contratos de concessão e de programa, prevalecem sobre os estabelecidos neste Regulamento.

Art. 159 - O prestador de serviços deverá observar o princípio da isonomia em todas as decisões que lhe foram facultadas neste Regulamento, adotando procedimento único para toda a área de concessão outorgada.

Art. 160 - Devem os prestadores de serviço fornecer, dentro dos prazos estabelecidos pelos órgãos responsáveis, as informações junto ao Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), vinculado ao Ministério das Cidades e ao Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade de Água para Consumo Humano (SISÁGUA), vinculado ao Ministério da Saúde e aos órgãos estaduais e municipais de vigilância sanitária. .

§ 1º- Quando da prestação de informações ao SNIS e ao SISÁGUA, deverá o prestador de serviços encaminhar cópia dessas informações à ARIS.

§ 2º - Deverão os prestadores de serviços cumprir a obrigação prevista no *caput* do presente artigo a partir da publicação e vigência da presente Resolução, não se aplicando o prazo previsto no artigo 164.

Art. 161 - Cabe à ARIS resolver os casos omissos ou as dúvidas suscitadas na aplicação deste Regulamento, inclusive decidindo em segunda instância sobre as pendências entre o prestador de serviços e os usuários.

Parágrafo único - Na resolução desses casos, a ARIS poderá considerar o que dispuser o regulamento do prestador de serviços, desde que não contrário às normas reguladoras.

Art. 162 - A presente Resolução aplica-se, no que couber, à Administração Pública Direta e Indireta e às empresas privadas responsáveis, no todo ou em sua parte, pela prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Art. 163 - Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

Art. 164 - Este Regulamento entra em vigor na data da sua publicação no órgão de publicidade oficial do Município.

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**

Rua João Emílio nº 100 – Fone: (47) 3342 9500  
Centro – 88.370-446 – Navegantes – SC



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



Navegantes, xx de xxx de xxxxxx.

### **ANEXO ÚNICO - TERMINOLOGIA**

- I - adutora: canalização principal de um sistema de abastecimento de água situada, geralmente, entre a captação e a estação de tratamento, ou entre esta e os reservatórios de distribuição;
- II - verificação do hidrômetro: processo que visa conferir a regularidade do hidrômetro com os respectivos padrões, em relação aos limites estabelecidos pelas normas pertinentes;
- III - água bruta: água da forma como é encontrada na natureza, antes de receber qualquer tratamento;
- IV - água tratada: água submetida a tratamento prévio, através de processos físicos, químicos e/ou biológicos de tratamento, com a finalidade de torná-la apropriada ao consumo humano;
- V - alimentador predial: tubulação compreendida entre o ponto de entrega de água e a válvula de flutuador do reservatório predial;
- VI - alto consumo: consumo mensal da unidade usuária, cujo valor medido ultrapassa em 30% (trinta por cento), no mínimo, a média aritmética dos últimos seis meses com valores corretamente medidos;
- VII - caixa de ligação de esgoto: dispositivo padronizado ligado ao ramal predial de esgoto, situado, sempre que possível, no passeio público, que possibilite a coleta do esgoto, a inspeção e/ou a desobstrução do ramal predial, considerado o ponto de coleta de esgoto;
- VIII - cavalete: conjunto padronizado de tubulações e conexões, ligado ao ramal predial de água, destinado à instalação do hidrômetro, considerado o ponto de entrega da água no imóvel;
- IX - ciclo de faturamento: período entre uma leitura e outra do medidor, correspondente ao faturamento de determinada unidade usuária;
- X - coleta de esgoto: recolhimento do efluente líquido através de ligações à rede pública de esgotamento sanitário, assegurando o seu posterior tratamento e lançamento adequado, obedecendo à legislação ambiental;
- XI - coletor predial: tubulação de esgoto na área interna do lote até a caixa de ligação de esgoto;
- XII - consumo mínimo: faturamento do volume mínimo por economia em metros cúbicos mensais definido pela ARIS ou pelo titular dos serviços;
- XIII - contrato de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário: instrumento pelo qual o prestador de serviços e o usuário ajustam as características técnicas e as condições comerciais dos serviços;
- XIV - contrato de adesão: instrumento contratual padronizado para abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário, cujas cláusulas estão vinculadas às normas e regulamentos, não podendo seu conteúdo ser modificado pelo prestador de serviços ou pelo usuário;
- XV - corte da ligação: interrupção ou desligamento dos serviços pelo prestador de serviços por

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



meio de instalação de dispositivo supressor ou outro meio.

XVI - despejo não doméstico: efluente líquido decorrente do uso da água para fins industriais e serviços diversos;

XVII - economia: moradias, apartamentos, unidades comerciais, salas de escritório, indústrias, órgãos públicos e similares, existentes numa determinada edificação, que são atendidos pelos serviços de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário;

XVIII - estação elevatória: conjunto de tubulações, equipamentos e dispositivos destinados à elevação de água ou esgoto;

XIX - fatura: nota fiscal que apresenta a quantia total que deve ser paga pela prestação do serviço público de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário, referente a um período especificado, discriminando as parcelas correspondentes;

XX - fonte alternativa de abastecimento: suprimento de água a um imóvel não proveniente do sistema público de abastecimento de água;

XXI - hidrômetro: equipamento destinado a medir e registrar, contínua e cumulativamente, o volume de água fornecido a um imóvel;

XXII - imediata execução e recomposição: responsabilidade do prestador de serviços em iniciar e terminar, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a recomposição de muros, passeios e pavimentos deteriorados pela ampliação ou manutenção das redes públicas de água e esgoto, levando-se em consideração o fluxo de pedestres e veículos e os casos de obras e serviços continuados;

XXIII - inspeção: fiscalização da unidade usuária, posteriormente à ligação, com vistas a verificar sua adequação aos padrões técnicos e de segurança do prestador de serviços, o funcionamento do sistema de medição e a conformidade dos dados cadastrais;

XXIV - instalação predial de água: conjunto de tubulações, reservatórios, equipamentos, peças e dispositivos localizados a jusante do ponto de entrega de água e empregados para a distribuição de água na unidade usuária;

XXV - instalação predial de esgoto: conjunto de tubulações, equipamentos, peças e dispositivos localizados na área interna da unidade usuária, a montante do ponto de coleta de esgoto, empregados na coleta de esgotos;

XXVI - lacre: dispositivo destinado a caracterizar a integridade e inviolabilidade do hidrômetro, da ligação de água ou da interrupção do abastecimento;

XXVII - ligação: é a interligação do ponto de entrega de água ou de coleta de esgoto às instalações da unidade usuária;

XXVIII - limitador de consumo: dispositivo instalado no ramal predial, para restringir o volume fornecido de água;

XXIX - monitoramento operacional: acompanhamento e avaliação dos serviços mediante equipamentos e instalações pertencentes ao sistema de abastecimento de água e esgotamento

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



sanitário;

XXX - padrão de ligação de água: conjunto constituído pelo abrigo de proteção padronizado, cavalete, registro de esfera e dispositivos de controle ou de medição de consumo;

XXXI - plano de investimento: programação de investimentos do prestador nas infraestruturas e serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, integrante do contrato de concessão, contrato de programa ou de outros compromissos assumidos pelo prestador;

XXXII - ponto de entrega de água: é o ponto de conexão das instalações prediais do usuário (alimentador predial) com o padrão de ligação de água, caracterizando-se como o limite de responsabilidade do prestador de serviços de abastecimento de água;

XXXIII - ponto de coleta de esgoto: é o ponto de conexão das instalações prediais do usuário (ramal coletor) com a caixa de ligação de esgoto, caracterizando-se como o limite de responsabilidade do prestador de serviços de esgotamento sanitário;

XXXIV - ponto de utilização: extremidade localizada nas instalações internas da unidade usuária que fornece água para uso a que se destina;

XXXV - ramal predial de água: conjunto de tubulações e peças especiais situadas entre a rede pública de abastecimento de água e o padrão de ligação de água;

XXXVI - ramal predial de esgoto: conjunto de tubulações e peças especiais situadas entre a rede pública de esgotamento sanitário e o ponto de coleta de esgoto;

XXXVII - rede pública de abastecimento de água: conjunto de tubulações, peças e equipamentos que compõem o sistema público de abastecimento de água;

XXXVIII - rede pública de esgotamento sanitário: conjunto de tubulações, peças e equipamentos que interligam os pontos de coleta aos sistemas de tratamento, sendo parte integrante do sistema público de coleta de esgotos;

XXXIX - registro: peça destinada à interrupção do fluxo de água em tubulações;

XL - religação: procedimento efetuado pelo prestador de serviços que objetiva restabelecer o abastecimento de água para a unidade usuária;

XLI - reservatório: instalação destinada a armazenar água e assegurar a pressão suficiente ao abastecimento;

XLII - restabelecimento dos serviços: procedimento efetuado pelo prestador que objetiva retomar o fornecimento dos serviços, suspenso em decorrência de corte;

XLIII - sistema condominial de esgoto - sistema composto de redes e ramais multifamiliares, reunindo grupo de unidades usuárias, formando condomínios, nível de quadra urbana, como unidade de esgotamento;

XLIV - sistema público de abastecimento de água (SAA): conjunto de instalações e equipamentos utilizados nas atividades de captação, elevação, adução, tratamento, reservação e distribuição de água potável;

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



ESTADO DE SANTA CATARINA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**  
**CNPJ Nº 83.102.855/0001-50**



XLV - sistema público de esgotamento sanitário (SES): conjunto de instalações e equipamentos utilizados nas atividades de coleta, afastamento, tratamento e disposição final de esgotos sanitários;

XLVI - Supressão da ligação: interrupção ou desligamento definitivo dos serviços, por meio de retiradas das instalações entre o ponto de conexão e a rede pública, suspensão da emissão de faturas e exclusão do cadastro comercial;

XLVII - unidade usuária: economia ou conjunto de economias atendidos através de uma única ligação de água e/ou de esgoto;

XLVIII - usuário: pessoa física ou jurídica, ou comunhão de fato ou de direito, legalmente representada, que solicitar ao prestador do serviço o abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário, regido por contrato firmado ou de adesão, e assumir a responsabilidade pelo pagamento das faturas e pelas demais obrigações fixadas em normas legais, regulamentares ou contratuais;

e,

XLIX - vazamento oculto: vazamento de difícil percepção, cuja detecção na maioria das vezes é feita através de testes ou por técnicos especializados.

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**

Rua João Emílio nº 100 – Fone: (47) 3342 9500  
Centro – 88.370-446 – Navegantes – SC



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CNPJ N° 83.102.855/0001-50



**ANEXO  
VII**

**MODELOS DE DECLARAÇÕES**

**ANEXO VII-1**

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS  
(papel timbrado da concorrente)**

**À**

**Comissão Especial de Licitação do Município de Navegantes  
Concorrência Pública n.º 186/2015 PMN.  
Processo nº 186/2015 PMN.**

Prezado Senhores,

[inserir nome da empresa], [inserir qualificação completa], por meio de seu (sua) representante legal, Sr.(a) [inserir nome do representante], [inserir qualificação completa], **DECLARA**, para os fins previstos no Edital, que:

- a) não foi declarada inidônea por ato do Poder Público Federal, Estadual, Distrital ou Municipal;
- b) não se encontra sob processo de falência, concordada, recuperação judicial ou extrajudicial;
- c) os sócios ou acionistas eleitos para mandato de administração ou direção não se encontram impedidos de praticar atos da vida civil ou de licitar e contratar com a Administração Pública, nem estão sob restrição dos direitos decorrentes de sentença condenatória criminal transitada em julgado; e,
- c) não está impedida de transacionar com a Administração Pública (Direta ou Indireta).

Por ser verdade, firmamos a presente declaração, nos termos e sob as penas da Lei.

[inserir data]

---

[inserir nome da empresa]  
[inserir nome do representante legal]

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**

Rua João Emílio nº 100 – Fone: (47) 3342 9500  
Centro – 88.370-446 – Navegantes – SC



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CNPJ N° 83.102.855/0001-50



## ANEXO VII-2

### DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO REGULAR NO MINISTÉRIO DO TRABALHO (papel timbrado da concorrente)

À

**Comissão Especial de Licitação do Município de Navegantes**  
**Concorrência Pública n.º 186/2015 PMN.**  
**Processo n.º 186/2015 PMN.**

[inserir nome da empresa], [inserir qualificação completa], representada pelo(a) Sr.(a) [inserir nome], [inserir qualificação completa], **DECLARA**, para fins do quanto disposto no inciso V do artigo 27 da Lei Federal nº 8.666/93, acrescido pela Lei Federal nº 9.854/99, que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, não empregando menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

Declara, outrossim, que também não há em seu quadro de funcionários menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.

[Ressalva: no caso de a Concorrente empregar menor (a partir de quatorze anos), na condição de aprendiz, assinalar a ressalva, acima].

[inserir data]

---

[inserir nome da empresa]  
[inserir nome do representante legal]

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**

Rua João Emílio nº 100 – Fone: (47) 3342 9500  
Centro – 88.370-446 – Navegantes – SC



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



### ANEXO VII-3

#### MODELO DE CARTA DE FIANÇA BANCÁRIA (papel timbrado da concorrente)

À

**Comissão Especial de Licitação do Município de Navegantes**  
**Concorrência Pública n.º 186/2015 PMN.**  
**Processo nº 186/2015 PMN.**

Ref.: Carta de Fiança Bancária n.º [.]

Pela presente Carta de Fiança, o [inserir razão social da instituição financeira], com sede em [●], inscrito no CNPJ/MF sob o n.º [●] ("Banco Fiador"), por seus representantes legais abaixo assinados, declara constituir-se fiador solidário, sem benefício de ordem, com expressa renúncia ao quanto disposto nos artigos 827, 835, 837, 838 e 839 do Código Civil Brasileiro, da Concorrente [inserir razão social ou denominação da Concorrente e qualificação completa] ("Afiançada"), visando a garantir, em todos os seus termos, as obrigações da Afiançada decorrentes da apresentação de proposta no âmbito da Concorrência Pública n.º 186/2015 – Processo nº 186/2015.

O Banco Fiador obriga-se a pagar ao Município de Navegantes, o valor total de R\$ [inserir valor] ("Fiança"), caso a Afiançada descumpra quaisquer de suas obrigações no âmbito da Concorrência Pública n.º 186/2015 – Processo nº 186/2015, incluindo, mas não se limitando, à recusa em assinar o Contrato de Concessão e/ou o não atendimento das exigências para sua assinatura no prazo e condições fixados no instrumento convocatório. Obriga-se o Banco Fiador, igualmente e nos limites da Fiança, a pagar pelos prejuízos causados pela Afiançada ao Município de Navegantes, bem como pelas multas eventualmente aplicadas em desfavor daquela, conquanto estejam relacionadas ao descumprimento das obrigações decorrentes de sua participação na licitação.

Os pagamentos serão realizados pelo Banco Fiador ao Município de Navegantes no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas do envio de notificação escrita do Município de Navegantes, independentemente de interferência ou autorização da Afiançada, ou, ainda, de ordem judicial.

O Banco Fiador não poderá alegar nenhuma objeção ou oposição da Afiançada para esquivar-se do cumprimento da Fiança ora prestada.

Caso o Município de Navegantes necessite ingressar em juízo para pleitear o cumprimento da presente Fiança, o Banco Fiador responderá pelo pagamento das despesas e custas respectivas, incluindo dispêndios com honorários advocatícios.

A Fiança vigorará pelo prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação na licitação, sendo certo que poderá ser prorrogada por igual período, mediante solicitação escrita do Município de Navegantes nesse sentido.

Atestam os signatários que esta garantia não é gratuita e que está regularmente contabilizada, satisfazendo as formalidades exigíveis, em especial a legislação bancária e demais resoluções, instruções e circulares do Banco Central do Brasil, achando-se os signatários devidamente autorizados à prática deste ato.

[local], [●] de [●] de 2016.

[assinatura do responsável pela Instituição Financeira]  
[nome completo e cargo do responsável pela Instituição Financeira]  
[razão social da Instituição Financeira]

[testemunha]

[testemunha]

**"Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas"**

Rua João Emílio nº 100 – Fone: (47) 3342 9500  
Centro – 88.370-446 – Navegantes – SC



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CNPJ N° 83.102.855/0001-50



#### ANEXO VII-4

#### MODELO DE CREDENCIAL (papel timbrado da concorrente)

À  
**Comissão Especial de Licitação do Município de Navegantes**  
**Concorrência Pública n.º 186/2015 PMN.**  
**Processo nº 186/2015 PMN.**

[inserir nome da empresa], [inserir qualificação completa], representada pelo(a) Sr.(a) [inserir nome do representante], [inserir qualificação completa], **CREDENCIA**, para representá-la junto à Prefeitura Municipal de Navegantes na Concorrência Pública n.º 186/2015, Processo nº 186/2015, os(as) Srs.(as) [inserir nomes dos credenciados], [inserir qualificações completas], outorgando-lhes poderes para assinar todo e qualquer documento, apresentar e retirar propostas, prestar esclarecimentos, satisfazer exigências, ajustar condições, impugnar documentos, interpor e desistir de recursos, transigir, receber notificações, intimações e citações, concordar e discordar de atos e decisões da Comissão Municipal de Licitações do Município de Navegantes, enfim, para praticar todos os atos necessários à integral representação da Concorrente durante o processamento da referida licitação.

[inserir data]

---

[inserir nome da empresa]  
[inserir nome do representante legal]

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**

Rua João Emílio nº 100 – Fone: (47) 3342 9500  
Centro – 88.370-446 – Navegantes – SC



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CNPJ N° 83.102.855/0001-50



**ANEXO VII-5**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DA HABILITAÇÃO**  
(papel timbrado da concorrente)

**À**

**Comissão Especial de Licitação do Município de Navegantes**  
**Concorrência Pública n.º 186/2015 PMN.**  
**Processo nº 186/2015 PMN.**

[inserir nome da empresa], [inserir qualificação completa], representada pelo(a) Sr.(a) [inserir nome], [inserir qualificação completa], em atendimento ao disposto no item 83 do Edital, **DECLARA** que atende plenamente a todos os requisitos do Edital relativos à habilitação jurídica, fiscal, técnica e econômico-financeira.

[inserir data]

---

[inserir nome da empresa]  
[inserir nome do representante legal]

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**

Rua João Emílio nº 100 – Fone: (47) 3342 9500  
Centro – 88.370-446 – Navegantes – SC



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CNPJ N° 83.102.855/0001-50



**ANEXO VII-6**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA  
PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS  
(papel timbrado da concorrente)**

**À**  
**Comissão Especial de Licitação do Município de Navegantes**  
**Concorrência Pública n.º 186/2015 PMN.**  
**Processo nº 186/2015 PMN.**

[inserir nome da empresa], [inserir qualificação completa], representada pelo(a) Sr.(a) [inserir nome], [inserir qualificação completa], **DECLARA** que tomou conhecimento do local e todas as condições onde serão prestados os serviços objeto da presente Licitação.

[inserir data]

---

[inserir nome da empresa]  
[inserir nome do representante legal]

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**

Rua João Emílio nº 100 – Fone: (47) 3342 9500  
Centro – 88.370-446 – Navegantes – SC



## ANEXO VIII – RELAÇÃO DE BENS DO SISTEMA EXISTENTE

Item	Descrição	Unid	Qtde	Localização	Especificações	Idade (ano)	Estado de Conservação/Situação
1	Adutora de distribuição o 300 mm	m	2.350	Do Reservatório São Domingos até o Centro	PVC	Acima de 25 anos	Regular - Encrostamento ou fadiga do material (perda/ ruptura)
2	Adutora de distribuição o 250 mm	m	3.200	Entre Reservatório São Domingos e Reservatório Centro	PVC	Acima de 25 anos	Regular - Encrostamento ou fadiga do material (perda/ ruptura)
3	Adutora de distribuição o 200 mm	m	13.800	Do Reservatório São Domingos até o Gravatá e Centro da cidade	PVC	Acima de 25 anos	Regular - Encrostamento ou fadiga do material (perda/ ruptura)
4	Adutora de distribuição o 180 mm	m	2.500	ESTIMADO	PVC	Acima de 25 anos	Regular - Encrostamento ou fadiga do material (perda/ ruptura)
5	Adutora de distribuição o 150 mm	m	9.750	ESTIMADO	PVC	Acima de 25 anos	Regular - Encrostamento ou fadiga do material (perda/ ruptura)
6	Adutora de distribuição o 150 mm	m	4.700	Centro da cidade ESTIMADO	Ferro Fundido	Acima de 25 anos	Regular - Encrostamento ou fadiga do material (perda/ ruptura)
7	Linha de distribuição o 125/140 mm	m	3.250	ESTIMADO	PVC	Acima de 25 anos	Regular - Encrostamento ou fadiga do material (perda/ ruptura)
8	Linha de distribuição o 100 mm	m	14.480	ESTIMADO	PVC	Acima de 25 anos	Regular - Encrostamento ou fadiga do material

“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



							(perda/ ruptura)
9	Linha de distribuição 85 mm	m	2.150	ESTIMADO	PVC	Acima de 25 anos	Regular - Encrostamento ou fadiga do material (perda/ ruptura)
10	Linha de distribuição 75 mm	m	300	ESTIMADO	PVC	Acima de 25 anos	Regular - Encrostamento ou fadiga do material (perda/ ruptura)
11	Linha de distribuição 60 mm	m	185.000	ESTIMADO	PVC	Acima de 25 anos	Regular - Encrostamento ou fadiga do material (perda/ ruptura)
14	Linha de distribuição 50 mm	m	1.000	ESTIMADO	PVC	Acima de 25 anos	Regular - Encrostamento ou fadiga do material (perda/ ruptura)
15	Linha de distribuição 40 mm	m	500	ESTIMADO	PVC	Acima de 25 anos	Regular - Encrostamento ou fadiga do material (perda/ ruptura)
16	Linha de distribuição 32 mm	m	1.500	ESTIMADO	PVC	Acima de 25 anos	Regular - Encrostamento ou fadiga do material (perda/ ruptura)
Item	Descrição	Unid	Qtde	Localização	Especificações	Idade (ano)	Estado de Conservação/Situação
17	Reservatório apoiado 500 m³	UN	1	Bairro São Domingos, Rua José Francisco Laurindo Travessia 1	Em Concreto Armado	Acima de 25 anos	Bom Desativado
18	Reservatório apoiado 200 m³	UN	1	Bairro Meia Praia, Rua Helmuth Becker	Em Concreto Armado	Acima de 25 anos	Ruim -Falta pintura e pequenos consertos
19	Reservatório elevado 300 m³	UN	1	Bairro Centro	Em Concreto Armado	Acima de 25 anos	Bom - Falta pintura e pequenos consertos

“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CNPJ N° 83.102.855/0001-50



20	Reservatório elevado 50 m³	UN	1	Bairro Balneário Gravatá	Em Concreto Armado	Acima de 25 anos	Ruim - Não operacional desativado
21	Reservatório elevado 50 m³	UN	1	Bairro Machados	Em Concreto Armado	Acima de 25 anos	Péssimo - Problemas estruturais
22	Reservatório apoiado 2.000 m³	UM	1	Rua Rodolpho Gair e Av. Pref. José Juvenal Mafra	Em Concreto Armado	1 ano	Ótimo estado
23	Elevatória de Recalque de Água Tratada Travessia 1	UN	1	Bairro São Domingos, Rua José Francisco Laurindo	3 Bombas (uma reserva). P= 150 cv e H <sub>man</sub> = 50 mca	01 ANO	Bombas em ótimo estado de operação
24	Elevatória de Recalque de Água Tratada Reservatório Aeroporto	UN	1	Bairro Meia Praia, Rua Helmuth Becker	3 Bombas (uma reserva). 2 bombas com P=50 cv e H <sub>man</sub> = 60 mca e 1 bomba com P=20 cv e H <sub>man</sub> = 60 mca	01 ANO	Bombas em ótimo estado de operação
25	Elevatória de Recalque de Água Tratada BOOSTER Travessia 1	UN	1		1 Bombas (uma reserva). P= 50cv e H <sub>man</sub> = 30 mca	1 ano	Ótimo estado
26	Elevatória de Recalque de Água Tratada Booster	UN	1		1 Bombas (uma reserva). P=50cv e H <sub>man</sub> = 30 mca	1 ano	Ótimo estado

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



	Machados Travessia 2						
27	Elevatória de Recalque de Água Tratada Reservatório Aeroporto	UN	1	Rua Rodolfo Gair e Av. Pref. José Juvenal Mafra	3 Bombas (uma reserva). P=150 cv e H <sub>man</sub> = 50 mca	1 ano	Ótimo estado
Item	Descrição	Unid	Qtde	Localização	Especificações	Idade (ano)	Estado de Conservação/Situação
28	Medidor de Vazão magnético DN 300	UN	1	Travessia rio Itajaí	Optiflux 2050W	3 anos	Bom estado
29	Conversor de medidor de vazão	UN	1	Travessia rio Itajaí	Modelo IFC 050 W	3 anos	Bom estado
30	Transformador de Potência	UN	1		Trifásico 225 Kva		Bom estado

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**

Rua João Emílio nº 100 – Fone: (47) 3342 9500  
Centro – 88.370-446 – Navegantes – SC



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CNPJ N° 83.102.855/0001-50



Item	Descrição	Unid	Qtde	Localização	Especificações	Idade (ano)	Estado de Conservação/Situação
31	Sistema Bairro Rural Porto Escalvados	UN	1	Bairro Rural Porto Escalvados	2 poços profundos com 100 e 116 m de profundidade e vazão de 0,75 l/s e 1,5 l/s, respectivamente.	19 anos	Bom - Em operação
32	Sistema Bairro Escalvados	UN	1	Bairro Escalvados	2 poços profundos com 101 e 130 m de profundidade e vazão de 0,5 l/s e 1,5 l/s, respectivamente.	19 anos	Regular - Em operação
33	Hidrômetros	UN	21.000	Área Urbana Municipal		Acima de 10 anos (exceção de ligações novas)	Acima de 10 anos (exceção de ligações novas)
34	Ligações Domiciliares de água	UN	24.000	Área Urbana Municipal			Acima de 10 anos (exceção de ligações novas)

As extensões de redes poderão estar desatualizadas sendo, portanto, estimadas em razão da inexistência de cadastro confiável.

**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**

Rua João Emílio nº 100 – Fone: (47) 3342 9500  
Centro – 88.370-446 – Navegantes – SC



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CNPJ N° 83.102.855/0001-50



## **RELATÓRIO FOTOGRÁFICO**

### **RESERVATORIO SÃO DOMINGOS**

**FOTO 1: VISTA GERAL DO RESERVATORIO DE SÃO DOMINGOS 500 m³ (DESATIVADO)**



**FOTO 2: VISTA GERAL DO RESERVATORIO DE SÃO DOMINGOS (DESATIVADO)**



**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**

Rua João Emílio nº 100 – Fone: (47) 3342 9500  
Centro – 88.370-446 – Navegantes – SC



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



**FOTO 3: CONJUNTOS MOTOBOMBAS DE RECALQUE - SÃO DOMINGOS**



**FOTO 4: PAINÉIS ELÉTRICOS - SÃO DOMINGOS**



**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**

Rua João Emílio nº 100 – Fone: (47) 3342 9500  
Centro – 88.370-446 – Navegantes – SC



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



**FOTO 5: MACROMEDIDOR ELETROMAGNÉTICO - SÃO DOMINGOS (MEDIÇÃO DE VAZÃO DA TRAVESSIA 1)**



**FOTO 6: REGISTRADOR DE VAZÃO E MANÔMETROS - SÃO DOMINGOS**



**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**

Rua João Emílio nº 100 – Fone: (47) 3342 9500  
Centro – 88.370-446 – Navegantes – SC



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CNPJ N° 83.102.855/0001-50



## RESERVATORIO CENTRO

FOTO 7: VISTA GERAL DO RESERVATÓRIO DO CENTRO 300 m<sup>3</sup>



FOTO 8: VISTA GERAL DO RESERVATORIO DO CENTRO



**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**

Rua João Emílio nº 100 – Fone: (47) 3342 9500  
Centro – 88.370-446 – Navegantes – SC



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CNPJ N° 83.102.855/0001-50



## RESERVATORIO MEIA PRAIA

**FOTO 9: VISTA GERAL DO RESERVATORIO DA MEIA PRAIA 250 m³**



**FOTO 10: VISTA GERAL DA CASA DE BOMBAS DO RESERVATORIO DA MEIA PRAIA**



**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**

Rua João Emílio nº 100 – Fone: (47) 3342 9500  
Centro – 88.370-446 – Navegantes – SC



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



**FOTO 11: VISTA GERAL DO RESERVATORIO DA MEIA PRAIA**



**FOTO 12: VISTA GERAL COM DETALHE DA INFILTRAÇÃO DO RESERVATORIO DA MEIA PRAIA**



**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**

Rua João Emílio nº 100 – Fone: (47) 3342 9500  
Centro – 88.370-446 – Navegantes – SC



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CNPJ N° 83.102.855/0001-50



**FOTO 13: CONJUNTOS MOTOBOMBAS DE RECALQUE - RESERVATORIO DA MEIA PRAIA**



**FOTO 14: CONJUNTOS MOTOBOMBAS DE RECALQUE E PAINEL ELÉTRICO - RESERVATORIO DA MEIA PRAIA**



**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**

Rua João Emílio nº 100 – Fone: (47) 3342 9500  
Centro – 88.370-446 – Navegantes – SC



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



## RESERVATORIO DO GRAVATA

FOTO 15: VISTA GERAL DO RESERVATORIO DO GRAVATA 50m<sup>3</sup> (DESATIVADO)

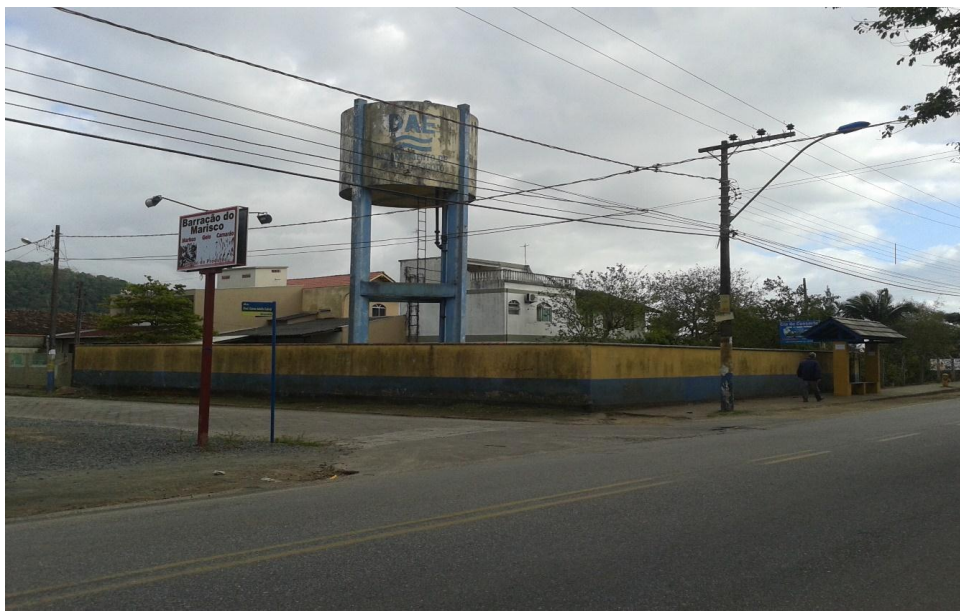


FOTO 16: VISTA GERAL DO RESERVATORIO DO GRAVATA



**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**

Rua João Emílio nº 100 – Fone: (47) 3342 9500  
Centro – 88.370-446 – Navegantes – SC



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



## RESERVATORIO AEROPORTO

FOTO 17: VISTA GERAL DO RESERVATORIO AEROPORTO 2000 m<sup>3</sup>



FOTO 18: CONJUNTOS MOTOBOMBAS DE RECALQUE - RESERVATORIO AEROPORTO 2000 m<sup>3</sup>



**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**

Rua João Emílio nº 100 – Fone: (47) 3342 9500  
Centro – 88.370-446 – Navegantes – SC



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CNPJ N° 83.102.855/0001-50



## **BOOSTER GRAVATÁ**

**FOTO 19: CONJUNTOS MOTOBOMBAS DE RECALQUE – BOOSTER – GRAVATÁ**



**FOTO 20: PAINEL ELÉTRICO – BOOSTER – GRAVATÁ**



**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**

Rua João Emílio nº 100 – Fone: (47) 3342 9500  
Centro – 88.370-446 – Navegantes – SC



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50



## **BOOSTER – TRAVESSIA 1**

**FOTO 21: PAINEL ELÉTRICO – BOOSTER – TRAVESSIA 1**



**FOTO 22: CONJUNTO MOTOBOMBA DE RECALQUE – TRAVESSIA 1**



**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**

Rua João Emílio nº 100 – Fone: (47) 3342 9500  
Centro – 88.370-446 – Navegantes – SC



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CNPJ N° 83.102.855/0001-50



**FOTO 23: REGISTRADOR DE VAZÃO – TRAVESSIA 1**



**FOTO 24: TELEMETRIA – TRAVESSIA 1**



**“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”**

Rua João Emílio nº 100 – Fone: (47) 3342 9500  
Centro – 88.370-446 – Navegantes – SC